

Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas

Volume 4 • Número 1 • Janeiro - Junho 2012

Latinidade - Janeiro-Junho - 2012



DÔSSIE

REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS E SOCIAIS - ESTUDO DE AUTORES

RESENHA

CONTRADIÇÕES DO DIREITO. RIO DE JANEIRO: EDITORA LETRA CAPITAL, 2012

ISSN 1983-5086

Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas

Volume 4 • Número 1 • Janeiro-Junho 2012



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Ricardo Vieiralves de Castro

Vice-reitor

Paulo Roberto Volpato Dias

Sub-reitora de Graduação – SR1

Lená Medeiros de Menezes

Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa – SR2

Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-reitora de Extensão e Cultura – SR3

Regina Lúcia Monteiro Henriques

Centro de Ciências Sociais - CCS

Diretor

Léo da Rocha Ferreira

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH

Diretora

Dirce Eleonora Nigro Solis

Faculdade de Direito

Diretor

Carlos Eduardo Guerra de Moraes

Núcleo de Estudos das Américas - NUCLEAS

Coordenadores

Maria Teresa Toribio B. Lemos

Alexis T. Dantas

Paulo Roberto Gomes Seda

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

L357 Latinidade. - Janeiro-Junho (2012) - . - Rio de Janeiro : UERJ. IFCH. Nucleas, 2009 - .
v. : il.
242p.
Semestral.
Inclui bibliografia.
ISSN 1983-5086

1. América Latina - Periódicos. 2. Ciências sociais - Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Estudos das Américas.

CDU 3(05)

Linha Editorial

A Revista *Latinidade* se norteia para os estudos das sociedades americanas, priorizando as linhas de pesquisa política e cultura, política e sociedade e economia e relações internacionais. Entende que os estudos sobre cultura política atendem aos Gts do Núcleo de Estudos das Américas/ Nucleas e dos latinoamericanistas do país e do exterior.

A Revista *Latinidade* é assessorada por parecerista, professores da UERJ e colaboradores de outras universidades do estado do Rio de Janeiro e do país, como professores da USS, UFRJ, UNIRIO, UFSM entre outras instituições de ensino superior. Destacam-se entre os parecerista os professores Helenice Sardenberg (Univ. Maria Thereza/Niterói), Eduardo Parga(UGF), Nilson Moraes (UNIRIO) ,Luiz Carlos Borges (MAST),Sulbrasil Pinto Rodrigues (UFRJ), entre outros professores. Também devem constar nos artigos entregues para publicação as datas de recebimento e aprovação dos textos.

Os volumes da Revista *Latinidade* publicados a partir de 2012 apresentam alterações em sua estrutura. Foram acrescentados à publicação: dossiê, resenha , comunicações e estudos de caso, além do Sistema de Editoração Eletrônica.

Editor Responsável:

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos

Conselho Editorial:

Alexis T. Dantas – UERJ

Carlos Juárez Centeno-Universidad Nacional de Córdoba/AR

Dejan Mihailovic – TEC/Monterrey/México

Katarzyna Dembicz – CESLA/Universidad de Varsóvia/Polonia

Lená Medeiros de Menezes-UERJ

Maria Luzia Landim-UESB/Jequié

Mauricio Mota-UERJ

Nilson Alves de Moraes-UNIRIO

Tatyana de A. Maia-USS

Zdzislaw Malczewskis-Scr. – Paraná

Paulo Roberto Gomes Seda – UERJ

Eduardo Antonio Parga – UGF

Fernando Rodrigues - USS

Alexandre Dumans – UCAM

Maria Medianeira Padoin – UFMS

Marianna Abramova – **Academia Financeira /Governo de Moscou/UR**

Sergey V. Ryazantsev, Institute Socio-Politic Research RAS, Moscou

Adalberto Santana – UNAM/ME

Irina Vershinina – Academia Financeira /Governo de Moscou/UR

Henrique Shaw – Universidad Nacional de Córdoba/AR

Programação Visual:

Ramon Moraes

Conselho Consultivo:

Raimundo Lopes Matos – UESB/Jequié

Revisão:

A revisão dos textos é de responsabilidade dos autores.



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Beneficiário de auxílio financeiro da CAPES – Brasil. Programa de Apoio
a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores
(PRODOC)



**Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro**

Sumário

Apresentação	7
---------------------------	----------

DÔSSIE

Representações Simbólicas e Sociais – estudo de autores	9
--	----------

Profª. Maria Teresa Toribio Brittes Lemos

RESENHA

Contradições do Direito. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2012	19
---	-----------

Prof. Dr. Pedro Senne

ARTIGOS

As Américas em Darcy Ribeiro: descolonização e pós-colonial	23
--	-----------

Adelia Migliovich-Ribeiro

Integración de mercados desde la lógica de las cadenas globales de Valor	45
---	-----------

Alvaro Martín Parada Gómez

Populismo e Forças Armadas	69
---	-----------

Celso Péricles Fonseca Thompson

Premisas geográficas del Caribe, una aportación científica de Andrzej Dembicz	81
--	-----------

David Velázquez Torres

Construção do conhecimento em, sobre e da América Latina	91
---	-----------

Johannes Maerk

Levantamentos florísticos no bioma Cerrado: <i>Dois séculos de estudos</i>	101
---	------------

Lúcia de Fátima Pangaio Seda

Tempo, religião e heteronomia na construção histórica da identidade Guarani Mbyá	123
---	------------

Luiz C. Borges

El programa contrarrevolucionario. Las ideas políticas y económicas de la clase dominante colonial porteña (1780-1809)	149
<i>Mariano Schlez</i>	
Historia de Repertorio Americano (1919-1958)	169
<i>Mario Oliva Medina</i>	
Ódio ao longo da fronteira	195
<i>R. S. Rose</i>	
As Cidades - O Estado Brasileiro e a Disciplina do Menor (1889-1927)	209
<i>Sebastião Pimentel Franco, Vera Monteiro Larica Cabral</i>	
<i>La serpiente de oro: un retrato de la vida en la Amazonía Andina</i>	227
<i>Ximena Antonia Díaz Merino</i>	
Normas Editorias	241

Apresentação

A Revista *Latinidade* é uma publicação semestral do Núcleo de Estudos das Américas (NUCLEAS) e reúne estudos de professores e pesquisadores latinoamericanistas. Os artigos publicados na Revista revelam a preocupação dos organizadores em reunir estudos transdisciplinares que expressem as múltiplas formas de pensar as questões que norteiam a América Latina. Assim, neste número são publicados temas que perpassam pela memória, imaginários e práticas culturais das sociedades tradicionais às questões econômicas e políticas das sociedades modernas. Os textos destacam a profundidade epistemológica e o caráter acadêmico das questões tratadas pelos autores e revelam a complexidade pluricultural das sociedades americanas.

O dossiê *Representações Simbólicas e sociais – estudo de autores* apresenta de forma sucinta conceitos de autores consagrados sobre os estudos das representações sociais e simbólicas, considerando que grande parte dos conceitos construídos representa tentativa de se compreender como a Memória e o Imaginário dos grupos sociais encontram formas para acompanhar as mudanças surgidas entre a *Tradição e a Modernidade* ou entre a *Memória e a História*. A resenha do livro *Contradições do Direito*, de autoria do professor de Rodrigo Lychowski, escrita pelo professor Pedro Senne, complementa a qualidade dos textos publicados neste volume.

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos



Dôssie

Representações Simbólicas e Sociais — estudo de autores

Profa. Maria Teresa Toribio Brittes Lemos - Professora Titular de História da América - Universidade do Estado do Rio de Janeiro —UERJ

Há um consenso entre os estudiosos sobre a dificuldade de se encontrar conceituações adequadas sobre Representações simbólicas e sociais. Grande parte dos conceitos construídos são tentativas de se compreender como a Memória e o Imaginário dos grupos sociais encontram formas para acompanhar as mudanças surgidas entre a Tradição e a Modernidade ou entre a Memória e a História.

Entre os estudos selecionados encontram-se Maria Cecília de Souza Minayo que nos orientou para o desenvolvimento do tema; Serge Moscovici, psicólogo social, que criou o conceito de Representação Social e Denise Jodelet, também psicóloga social que trabalha na mesma linha de Moscovici; Pierre Mannoni autor do livro *Les Représentations Sociales*, do *Dictionnaire de Psychiatrie* além de Michel de Certeau e Foucault.

Quando se pretende estudar representações sociais, na realidade deseja-se investigar algum fenômeno de representação social, Para isso, é importante entender o significado de Representação Social e qual o seu objeto, pois este necessariamente não está contido no seu fenômeno (Sá.1998.p.21).

Em Filosofia, Representação Social significa a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo de pensamento. Em Ciências Sociais, a definição revela uma categoria de pensamento que expressa a realidade, explica, justificando-a ou questionando-a. (Minayo.1998. p.89)

A Psicologia Social segue os pressupostos de Serge Moscovici que define representação social como um conjunto de conceitos, proposições e explicações originadas na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais. Elas são equivalentes, em nossa socie-

dade, dos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem também ser vistas como a versão contemporânea do senso comum. O autor também considera que Representações Sociais são entidades tangíveis. Elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto ou um encontro em nosso universo cotidiano. As Representações Sociais correspondem, por um lado, à substância simbólica que entra na elaboração e, por outro, à prática que produz a dita substância, tal como a ciência ou os mitos correspondem a uma prática científica e mítica.

Para Mannoni “as Representações Sociais são a base de nossa vida psíquica. constituem as peças essenciais de nossa epistemologia. Estão enraizadas no cerne do dispositivo social. Como objeto socialmente elaborado ou constitutivo de um objeto social, elas desempenham um papel determinante na vida mental do homem. Elas estão sempre presentes, quando se trata de objetos do pensamento puro ou do pensamento socializado. Elas englobam conceitos (verdade, falsidade, beleza, justiça); objetos físicos (cavalos, árvores frutíferas) ou sociais (cultura, moda, vestuário, boas maneiras); categorias individuais (professores, estudantes, médicos, padeiros). Surgem dos discursos políticos e religiosos, bem como dos grandes domínios do pensamento social: ideologia, mitologia, demonologia, contos, lendas, fábulas, folclore, pensamento científico entre outros (Mannoni, 1998. 3:4).

Jodelet definiu Representação Social como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e dividido, tendo uma visão prática e coopera para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet. 1898.p.36). Constitui um dos conceitos mais próximos para se aplicar à Memória Coletiva e /ou Social.

Para Rycroft, no Dictionnaire de Psycanalyse, a Representação Simbólica é um processo pelo qual a imagem de um objeto assume o lugar de um outro, o primeiro tornando-se o símbolo do segundo. Assim, as representações mentais surgem como “entidades de natureza cognitiva refletindo, no sistema mental de um indivíduo, uma fração do universo exterior a este sistema”.

Maria Teresa Toribio Lemos recorreu aos conceitos de Michel de Certeau, de Foucault e de Todorov para explicar as representações simbólicas, quando analisou a sociedade mexicana e o Império Espanhol, no

séc. XVI, em seu livro *O Corpo Calado*¹ Segundo Michel Certeau a complexidade do “saber dizer” a respeito daquilo que o “o outro cala” consistiu na representação de reinterpretar o não-dito, o oculto encontrado nos documentos Foucault utilizou as “heterologias” (o discurso sobre o outro), isto é, como o outro é representado. Pode-se exemplificar esse aspecto com o trecho do livro *Corpo Calado*. Observa Foucault “O corpo visto transformou-se em corpo sabido e as heterologias” se construíram em função da separação entre o saber que contém o discurso e o corpo mudo que o sustenta (Foucault, M. -*Naissance de la Clinique*, 1963, p. V/XV).

Todorov aplicou a definição de *tipologia* para tratar das representações sociais. Assim ele explicou o conceito de alteridade (o axiológico - quando se faz um julgamento de valor; o praxiológico - aproximação ou distanciamento, adotando seus valores, identificando-se com o outro ou então impondo-lhe a submissão e o epistêmico - quando se conhece ou ignora a identidade do outro).

Durkheim foi o primeiro autor que trabalhou o conceito de *representação social*, usando no mesmo sentido que representações coletivas - o termo se refere a categorias de pensamento através das quais determinada sociedade elabora e expressa a sua realidade. Durkheim afirma que essas categorias não são dadas a priori e não são universais na consciência - surgem ligadas aos fatos sociais, transformando-se elas próprias em fatos sociais passíveis de observação e interpretação.

A observação revela que *as representações sociais* pertencem a um grupo de fenômenos reais, dotados de propriedades específicas e que se comportam também de forma específica. Para Durkheim, é a sociedade que pensa e por isso as representações não são necessariamente conscientes do ponto de vista individual. Conservam a marca da realidade social onde nascem, mas possuem vida independente, reproduzem-se e se misturam, tendo como causas outras representações e não apenas a estrutura social.

Durkheim reconheceu que a base das *representações* é o “substrato social”, mas defende sua autonomia relativa. Algumas *representações sociais* são consideradas por ele como históricas, destacando-se entre elas a religião, moral, espaço, tempo, personalidade. Segundo ele, as Represen-

¹ Toribio B.Lemos,M.Teresa - *Corpo Calado* RJ. Edit.7 Letras, 2002.

tações Coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Para compreender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e não a dos indivíduos. Os símbolos com que ela se pensa mudam de acordo com a sua natureza.

Para o autor não existem representações falsas. São símbolos através dos quais “é preciso saber atingir a realidade que eles figuram e que lhes dá sua verdadeira significação. Constituem objeto de estudo tanto quanto as estruturas e as instituições: são todas elas maneiras de agir, pensar e sentir, exteriores aos indivíduos e dotadas de um poder coercitivo em virtude do qual se lhes impõe. Os símbolos contam com duas características do fato social: a) exterioridade - em relação às consciências individuais e b) exercem ação coercitiva sobre as consciências individuais, ou são suscetíveis de exercer essa coerção.

Durkheim afirma o caráter simbólico da memória individual como traço de um complexo social mais amplo, fazendo assim uma analogia entre memória individual e coletiva. Também afirma que memória é fato social, tanto quanto Representações Coletivas.

A objetividade da Sociologia é o interesse de Durkheim. Assim, as *representações sociais* estão isentas de qualquer comprometimento ideológico. O método sociológico deve ser objetivo (os fatos são coisas e assim devem ser tratados); os fatos sociais são exclusivamente sociológicos, pois só a cultura sociológica poderá compreender os fatos sociais. Por sua posição positivista sobre o fato social, Durkheim recebeu inúmeras críticas, mas também encontrou vários seguidores, como Marcel Mauss, Bohannan Sapir, Malinowski e Kroeber tanto Max Weber, Schutz e os marxistas colocaram-se contra essa visão de objetividade extrema e positivista defendida por Durkheim. As críticas de Weber e Schutz se dirigem ao poder de coerção atribuído à sociedade sobre os indivíduos, de maneira quase absoluta. Para os marxistas a visão durkheimiana elimina o pluralismo fundamental da realidade social, em particular as lutas e antagonismos de classe.

Weber elabora suas concepções de “Representações Sociais” através de termos como “idéias”, “espírito”, “concepções” e “mentalidades”, usados como “visão de mundo”. Para Weber, a vida cotidiana é carregada de significação cultural (base material e idéias), ambas se condicionam mutuamente. Nesse aspecto, a obra de Agnes Heller, “O cotidiano e a História”, reafirma em grande parte as posições de Weber.

Para Weber, as idéias ou Representação Social constituem juízos de valor que os indivíduos dotados de vontade possuem. As concepções sobre o real têm uma dinâmica própria e podem apresentar tanta importância quanto base material. Através dos termos - base material e eficácia das idéias em relação de afinidade eletiva - Weber analisa a história do avanço do capitalismo no mundo ocidental. Para ele o capitalismo: a) educa e cria seus sujeitos pela seleção econômica; b) demonstra que as idéias de trabalho como virtude máxima de evocação do homem, prosperidade como benção divina e lucro como fator legítimo das relações econômicas contribuíram para avançar o capitalismo, tanto quanto ou mais que a acumulação primitiva.

A partir da tese da recíproca influência entre os fundamentos materiais, as formas de organização político-social e o conteúdo das idéias, Weber teoriza sobre certa autonomia do mundo das “representações e a possibilidade concreta de se estudar a eficácia histórica das idéias”. Ele chama a atenção para a importância de se pesquisar as idéias como parte da realidade social e para a necessidade de se compreender a que instância do social determinado fato deve sua maior dependência. Usa o conceito de visão de mundo. Cada sociedade necessita ter “concepções de mundo abrangentes e unitárias que em geral, são elaboradas pelos grupos dominantes.

Conclusão:

Tanto Weber quanto Durkheim remetem à importância de compreensão das idéias e de sua eficácia na configuração da sociedade.

Marx critica os filósofos de seu tempo que consideravam “as idéias, os dogmas e as ilusões”, como produzidas e reproduzidas pela própria cabeça, isto é, pela consciência. Para esses filósofos, as mudanças da sociedade viriam da substituição das “falsas representações” por pensamentos correspondentes à essência do homem. Nesse aspecto Marx concorda com Durkheim, pois para eles as representações são verdadeiras.

Os princípios básicos de *representação social* para Marx são pensamento e consciência determinados pelo modo de vida dos indivíduos e condicionados pelo modo de produção de sua vida material.

Para Marx, “indivíduos determinados que, como produtores, atuam também de forma determinada, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas”, portanto a produção das idéias, das representações, da consciência está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material entre os homens como

a linguagem da vida real”. E, completa “o representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui como a emanção direta de seu comportamento material... Os homens são produtores de suas representações, de suas idéias, mas os homens reais, ativos estão condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio a que ele corresponde” (1984.p.35:44).

A categoria chave, em Marx, para tratar as idéias é a consciência, determinada pela base material, mas relativiza o determinismo mecânico da base material sobre a consciência e chama a atenção para as contradições existentes entre as forças de produção, o estado social e as idéias (1984. p.73).

Para ele, a manifestação da consciência se faz através da linguagem “a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e existe também para mim mesmo” (1984.p.43). Traça um paralelo entre consciência e linguagem, entre as representações e o real invertido e mostra como as idéias estão comprometidas com as condições de classe:

“As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes: isto é, a classe que é a força material dominante de nossa sociedade, é ao mesmo tempo sua força espiritual dominante”.

Gramsci (senso comum e bom senso - preocupado com a questão pedagógica).

Gramsci comenta em seus “Escritos” que Marx não se preocupou com o senso comum e com a solidez das crenças das massas, particularmente da religião, capazes de produzir normas de conduta e conformismo (1981.63:148).

Acredito , que neste aspecto pode-se aplicar o conceito de memória social de Fentress, pois a produção de normas de conduta e conformismo se aproxima da memória objetiva desenvolvida por Fentress para explicar a “forma passiva que se limita aos acontecimentos e a subjetiva, mais ativa que registra sentimentos que se situam dentro de nós” (Fentress).

Gramsci desenvolve o conceito de “bloco histórico” (base material e idéias): “As forças materiais são o conteúdo e as ideologias são as formas “ (uma distinção didática) . Para ele o senso comum, enquanto matéria-prima ou como Representação Social, possui um potencial transformador.

O senso comum, mesmo como pensamento fragmentário e contraditório, deve ser recuperado criticamente, uma vez que corresponde espontaneamente às condições reais de vida da população.

Gramsci explica que, pela própria concepção de mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente ao de todos os elementos sociais que partilham de um mesmo modo de pensar e agir. “Somos sempre homens-massa ou homens coletivos” (1981.p.12).

Conclusões de Gramsci sobre Representação Social:

- a) Os aspectos de conformismo de elas são reveladoras e o caráter de abrangência desse conformismo, de acordo com os diferentes grupos sociais;
- b) Retira a idéia de que o senso comum seja inerente à ignorância das massas. cada grupo social tem o seu próprio conformismo e ilusão;
- b) alerta para os aspectos dinâmicos geradores de mudancas que coexistem com o conservadorismo no senso comum;
- c) analisa a composição abrangente das diferentes concepções de mundo - das Representações Sociais - de qualquer grupo social e de determinada época histórica.

Para ele, a concepção de mundo torna-se norma de ação coletiva, isto é, torna-se história e concreta (1981.p.32). Dessa forma, as Representações Sociais como uma combinação específica de idéias que povoam o universo de determinada época contêm elementos de Tradição e Mudança.

Lukács aprofunda o tema de Representação Social em Marx através da noção de “visão de mundo”. Para ele, a visão do mundo é um instrumento conceitual de trabalho, necessário para se compreender as expressões imediatas do pensamento dos indivíduos. É o principal aspecto concreto do fenômeno da “consciência coletiva”. Nesse aspecto, pode-se inferir o conceito de Halbwachs sobre Memória Coletiva, como presença constante, sempre explícita e construtora da identidade grupal.

Segundo Lukács, a visão de mundo é precisamente esse conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias que reúne os membros de um grupo e os opõe aos outros grupos.

Lukács concorda que, nas consciências individuais, se expressa a consciência coletiva (de classe) e atenta para o fato de que a “visão de mundo”, conceito apreendido através do indivíduo, é a integração desse pensamento individual no conjunto da vida social, notadamente pela análise da função histórica das classes sociais.

Tanto Bourdieu quanto Bakhtin referem-se ao campo das Representações Sociais através da fala como expressão da condição de existência. Para Bourdieu, a palavra é o símbolo de comunicação, pois representa

o pensamento. A fala revela condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos e tem a magia de transmitir, através de um porta-vóz, as representações de grupos determinados em condições históricas sócio-econômicas e culturais específicas.

Bourdieu e Bakhtin consideram a palavra um fenômeno ideológico, “o modo mais puro e sensível de relação social”. A palavra consiste no material privilegiado na vida cotidiana. Cada época e cada grupo possui seu repertório de formas de discurso na comunicação, que é inteiramente determinada pelas relações de produção e pela estrutura sócio-política. Para Bourdieu, “a palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios” (1986.p.14).

Bourdieu insiste na objetividade das representações. Para ele cada agente, ainda que não saiba ou não queira, é o produtor ou reproduzidor do sentido objetivo, porque suas ações são o produto de um modo de agir do qual ele não é o produtor imediato, nem tem o domínio completo (1973.p.182).

As idéias de Bourdieu fundamentam o esquema teórico do que denomina de *habitus* - o que possibilita o cumprimento de tarefas diferenciais, graças as transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma e às correções incessantes dos resultados obtidos e dialeticamente produzidos por estes resultados. Ele também compara *habitus* com o inconsciente, tentando ressaltar o caráter social das representações como marcas das posições e situação de classe.

Para Bourdieu, o *habitus* é a mediação universalizante que proporciona às práticas sem razões explícitas e sem intenção significativa. Essa possibilidade só é viável na medida em que o comportamento social e o individual obedecem a modelos culturais interiorizados, ainda que de forma conflitantes. Nesse aspecto podemos associar essa reflexão à memória social.

Para a Escola Marxista, o denominador comum da ideologia, das idéias, dos pensamentos e da consciência, portanto, das Representações Sociais, é a base material, mas introduz outro elemento: a condição de classe. Enquanto a classe dominante apresenta suas idéias elaboradas em sistemas, ideologias, moral, filosofia, metafísica e religião, as classes dominadas também possuem idéias e representações que refletem seus interesses, mas numa condição de subordinação. São idéias marcadas pelas contradições entre seu lugar na produção e sua condição social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após tecermos algumas considerações sobre os conceitos mais conhecidos e as correntes de pensamento que elaboraram as Representações Sociais torna-se necessário entendê-las vinculadas aos conceitos de Memória Coletiva/Social e História.

Para isso retomamos Moscovici que considera a Representação Social uma modalidade de conhecimento particular, cuja função é a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos. Essa mesma função é encontrada na memória coletiva, que institui comportamentos e formas de comunicação, que traduzem a identidade do grupo.

“Uma representação fala tanto quanto mostra, comunica tanto quanto exprime, no final das contas ela produz e determina os comportamentos, pois define simultaneamente a natureza dos estímulos que nos cercam e nos provocam, e o significado das respostas a dar-lhes” (Moscovici, p. 26). A sociedade guarda em sua memória essas representações que lhes dá o caráter de unicidade, de grupo e o imaginário social reproduz essas representações.

A passagem do nível da ciência ao das Representações Sociais implica uma descontinuidade, um salto de um universo de pensamento e de ação a um outro e não uma continuidade, uma variação do mais ou menos. Essa atitude é unilateral e limitada e ignora que essa ruptura é a condição necessária para a entrada de cada conhecimento físico, biológico, psicológico no laboratório da sociedade. Todos eles aí se encontram dotados de um novo status epistemológico, sob a forma de Representação Social, observa Moscovici, pois uma representação Social é o sinal da reprodução de um objeto socialmente valorizado.

Para o autor, uma representação sempre constitui a representação de alguém ou de alguma coisa, pois representar não consiste apenas em selecionar e completar um ser objetivamente determinado com um suplemento de alma subjetiva. Significa ir mais além, é construir uma doutrina que facilite a tarefa de decifrar, predizer ou antecipar os seus atos ou seja construir uma história.

Moscovici explica que formar uma representação do conhecimento é animá-lo de duas formas. Primeiro, vinculando-o a um sistema de valores, de noções práticas que confere aos indivíduos as formas de se orientarem no meio social e material e de o dominarem. Essa também é a função da memória coletiva, que aglutina em torno de si valores,

noções práticas que permitem o reconhecimento de uma identidade cultural. Em segundo lugar, propondo-o aos membros de uma comunidade a título de veículo para suas trocas e de códigos para denominar e classificar de maneira clara as partes do seu mundo, de sua história individual ou coletiva.

Moscovici conclui que as Representações Sociais constituem um corpus organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social e inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas e liberam os poderes de sua imaginação.

Jodelet aprofunda a análise. Para ela, representação Social constitui um saber vulgar que serve a todos os indivíduos do mesmo grupo que possuem o mesmo estoque de noções e cujo sentido torna-se claro para todos. A Representação Social aparece como o veículo de conteúdos mentais que poderão ser colocados em circulação durante as trocas sociais. Para Jodelet as Representações participam de duas formas do pensamento social: uma como produtos socialmente constituídos e outra reelaborando a permanência social de que são construídas. Dessa mesma forma, a Memória Social está sempre se reelaborando, através do conhecimento apreendido e daquele que pode ser cooptado.

E, finalmente, para Mannoni, “tudo pode ser representado, tudo é objeto de representação. Tudo ou quase tudo” (Mannoni.1998, p. 3).

Para concluir, acreditamos que o conceito de Celso Pereira de Sá sobre Núcleo Central das Representações Sociais nos permite essa ponte entre Memória e Representações. Para o autor o núcleo central está diretamente ligado à Memória Coletiva, à história do grupo, ao seu sistema de normas e valores, à natureza de seu envolvimento na situação social. as Representações Sociais determinam as práticas nas situações em que a carga efetiva é forte e a referência à memória coletiva é necessária” (Sà.1996, p.10:11). E esta forma de pensar libera o imaginário social dos grupos sociais. Portanto: Representação Social, Memória e Imaginário não se dissociam, estão intimamente vinculados e podem contribuir para a construção da História.

Resenha

Autor: Rodrigo Lychowski

Livro: *Contradições do Direito*. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2012

Pedro Senne do IFFH/UERJ

Os livros vão além dos seus autores. A extensão deles que simula outras vidas sem sair das suas como na ficção ou multiplica a voz e ganha admiração e adeptos em homens que jamais encontrou e dificilmente encontrará como nos escritos políticos e científicos. Os que se dedicam a escrever para outros lerem doam de si para toda a humanidade, não importa o quão grande é a sua fala. De um lado, é uma necessidade interior, de outro, uma maneira de ganhar o mundo, mas satisfazer ambas é possível apenas com talento, vontade e a boa sorte.

Este novo livro de Rodrigo revela não apenas a perícia profissional, mas a postura ética e política de um homem que se nega a ficar calado quando sua voz o manda gritar.

Os homens vivem cada dia presos por uma malha de crenças que dá força a nossas ações e suporta, contra nossos próprios impulsos, toda a rede de relações sociais. Se fossem uniformes as crenças através da sociedade talvez não tivéssemos tantas angústias, mas a sociedade atual é plural e contraditória. Refletir sobre o que faz o mundo ser assim é revolver nossa própria consciência e certezas. Rodrigo não tem medo de nos incomodar com suas certezas e consciência, pois ele se expõe também, abre a guarda para ser desconstruído, assim como aponta a fragilidade das consciências alheias. Mais denuncia a contradição entre o dito e o feito.

Podemos, talvez, pegá-lo em suas próprias contradições, mas ele não se importa e é capaz de reconhecer em si mesmo essa fraqueza da humanidade.

Bom para nós, leitores, porque lemos um autor convicto sem ser pedante.

Dois capítulos dizem respeito à sua esfera de atividade profissional, o primeiro e o último, ambos sobre o Direito do Trabalho. Essa é uma esfera da vida social na qual o embate pelo domínio da sociedade torna bem explícito o aspecto político da velha luta entre o capital e o trabalho. A análise sobre o aviso prévio marca a convicção do autor de que a diferença de poder social entre o empregador e o empregado anula qualquer ficção de equilíbrio contratual entre as partes nas relações de trabalho. Deixados desamparados na fria e escura idéia de liberdade individual para contratar, os trabalhadores não são mais que presas fáceis dos desejos do empregador na sua voragem pelo trabalho alheio. E não se tome isso, estupidamente, como uma falta de caráter de um indivíduo capitalista, mas como o funcionamento do próprio sistema. O desequilíbrio de poder é fundamental para a continuidade do capitalismo. A origem e a consequência políticas dessas relações são, com freqüência, omitidas na miríade de obras sobre o assunto. Embora Rodrigo não aprofunde a discussão, pois não era seu propósito, ele não deixa de atentar para esta como uma importante questão a ser levada sempre em consideração. Tanto assim, que seu último capítulo é como a complementação do primeiro, estendendo-se sobre a questão da proteção ao trabalhador.

Os temas dos demais capítulos surpreendem pela diversidade e também pelo tratamento, pois contrariam o senso comum esgarçando a fragilidade dos seus pressupostos. Por senso comum não se diz simplesmente as noções das camadas mais baixas, mas justamente a fixação de certas concepções de um grupo que conseguiu impor-se, disseminando suas crenças e modos de ver a vida social a outros grupos da sociedade. Os capítulos sobre o choque de ordem na cidade do Rio de Janeiro, imposto pelo prefeito Paes, sobre a célula tronco e sobre movimentos paredistas ilustram bem como a aparência das coisas podem escondê-las. Há sempre um outro lado a considerar, principalmente quando não se fala do alto da cadeira do poder. As afirmações peremptórias daqueles que ordenam e exercem o comando, ou apenas o influenciam, não são mais que um lado da questão, restando aos outros o silêncio ou o desdém. Rodrigo investe contra essa mordaca e indaga se o que se faz é justo, certo, moral. Acrescenta outras dimensões além do constrangimento do legal, apoiado na força e na tendência à obediência e põe-se a defender os que são vítimas do poder avassalador. Não é pouca coisa vindo de alguém que milita no Direito, sempre tão paralisado a espera das ordens de quem faz o próprio Direito.

Em outro tema, a decisão do STF sobre a homoafetividade, Rodrigo expõe seus valores, atrelando-os aos da Constituição do Brasil, tomados das concepções e valores das igrejas cristãs. Sem desdenhar as práticas sociais que abrem caminho em nossa sociedade para dar lugar e naturalidade às relações homoafetivas, Rodrigo enxerga um empecilho formal a impedir o desenvolvimento, no Direito, da aceitação da união estável: a definição dada pela Constituição. Essa questão que afeta cada vez mais a vida de muitas pessoas que se sentem em condições políticas de reivindicar a proteção das leis para seu modo de vida diferente, e para muitos inaceitável, sofre uma constante tensão e pode ser revertida com sérias consequências para o processo contínuo de democratização da vida social. Embora tenha ele sua própria crença não se percebe em seus argumentos uma demonização dessas práticas.

Enfim, nesse livro Rodrigo nos apresenta ele mesmo, como qualquer autor, pelo espelho dos problemas sociais que nos são comuns. É bom ler e refletir.

Pedro Senne
Professor de Ciências Sociais da Uerj



As Américas em Darcy Ribeiro: descolonização e pós-colonial

Adelia Miglievich-Ribeiro - Universidade Federal do Espírito Santo - Programa “Cátedras Ipea/Capes para o Desenvolvimento”

RESUMO

Tomamos o pensamento de Darcy Ribeiro com ênfase em “As Américas e a Civilização”, a fim de observar como o antropólogo antecipa alguns insights pós-coloniais ao mesmo tempo em que se mantém fiel à ideia de desenvolvimento, num aparente paradoxo. Respeitando os limites objetivos do pensamento de Darcy Ribeiro, ousamos uma releitura de sua obra, atentando para seus aspectos inovadores, incluindo-o dentre os intérpretes da brasilidade e da latinidade e postulando sua contribuição ímpar ao debate contemporâneo.

Palavras-chave: Intelectuais; Darcy Ribeiro; Crítica Pós-Colonial.

APRESENTAÇÃO

O nome de Darcy Ribeiro desfruta de inegável presença nos círculos intelectuais hispano-americanos (Vargas, 2003; López, 2006). No Brasil, contudo, ainda parece desafiador elegê-lo como fonte de interesse de investigação acadêmica. Sua figura intelectual e pública desperta na comunidade científica nacional mais impressões apaixonadas, quer de seus admiradores quer de seus adversários, do que rigorosas leituras e releituras, aprofundamentos e críticas à sua produção em livros retardando sua definitiva inclusão no chamado “pensamento social brasileiro”.

Darcy Ribeiro, antropólogo distinguia-se conscientemente da antropologia que, a partir dos anos 1970, ganhou hegemonia na academia brasileira. É conhecido o embate entre ele, tendo retornado do exílio, e Roberto DaMatta. Darcy insurge-se contra o “monografismo” que substituiu os esforços de uma teorização de maior alcance para se pensar a sociedade brasileira (latino-americana). Em carta em resposta a DaMatta, escrita em 7 de agosto de agosto de 1979, publicada sob o título de “Por uma antropologia melhor e mais nossa” (Ribeiro, 2011), Darcy Ribeiro escreve:

Sou, talvez, demasiadamente ambicioso para com os jovens antropólogos brasileiros. Que fazer? Quisera para o Brasil uma **antropologia descolonizada**. Se possível, uma antropologia tão boa no plano humanístico que trate logo de devolver aos índios o que aprendeu deles. Uma antropologia tão eficaz no plano sociopolítico que permita até aposentar, por dispensável, o materialismo histórico. E, quem sabe, - se já não é desvario meu pedir tanto a vocês - uma antropologia sem conivências com o despotismo, que ajude o Brasil a sair desse atoleiro de um subdesenvolvimento que se subdesenvolve cada vez mais (Ribeiro, 2011, p. 146-7. Os destaques são meus)

Fato é que ao retornar do exílio de vez ao Brasil, em 1976, Darcy descobre-se alijado dos rumos que tomara a antropologia na academia brasileira. Num misto de convicções acerca do sentido da ciência, da antropologia e do Brasil e, não há que se negar, de ciúmes sobre o que a institucionalização da pesquisa universitária fizera, sem ele, no Brasil, na mesma carta endereçada a DaMatta concorda com este no ponto que era, perceptivelmente, o motivo de seu suspiro e lamento:

Tranquelize-se, Roberto, eu também acho que cada um deve estudar o que quiser [...]. Você não concorda que um dos piores riscos que ocorrem às nossas ciências sociais esteja na propensão a desvincular jovens de talento da temática brasileira, para os atrelar aos interesses momentâneos de mestres estrangeiros? [...] Por esse caminho, cada nova geração voltando-se para fora se constitui como um porta-voz ou um 'vodu' do que se diz e do que se faz ns centros estrangeiros [...]. Prosseguindo nessa linha jamais se constituirá no Brasil um saber nosso, edificado geração após geração pela transmissão e herança de um patrimônio cultural próprio através de permanente revisão, cientificamente fundada, de suas interpretações da realidade brasileira (Ribeiro, 2011, p. 149).

Para quem rompera publicamente com o *establishment* da antropologia brasileira sediada então no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional ¹, não é espantoso seu

“banimento” de tais círculos acadêmicos. Há de se acrescentar que também não demoraria para Darcy retornar à cena pública de maneira que suas lutas desgarraram-se novamente do âmbito da ciência institucionalizada para o campo político-partidário, em que pese ter ele participado diretamente dos primeiros tempos de criação e consolidação do campo das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro, a exemplo de sua atuação na criação do Museu do Índio e da primeira pós-graduação em antropologia lá realizada no ano de 1955, bem como de seu trabalho, a convite de Anísio Teixeira, em 1957, no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE).

Feitas todas as ponderações, nada há, porém, que justifique a ainda não sistematização da obra darcyniana ao pensamento social brasileiro. Alguns estudiosos, de distintos pontos de vista e com ênfases singulares, dedicam-se a isto ², contudo, uma imersão em seus “Estudos de Antropologia da Civilização” ainda dá seus primeiros passos. Tais estudos expressam trinta anos de produção intelectual, inaugurados com “O processo civilizatório. Etapas da evolução sócio-cultural” (1^a. Ed. 1968) e “As Américas e a Civilização. Processos de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos” (1^a. Ed. 1969); seguidos de “Os índios e a civilização. A integração das populações indígenas no Brasil moderno” (1^a. Ed. 1970); “O dilema da América Latina” (1^a. Ed. 1971); “Os brasileiros – teoria do Brasil” (1^a. Ed. 1978); e, concluído com “O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil” (1^a. Ed. 1995). (Miglievich-Ribeiro et al, 2009).

Darcy Ribeiro é um intelectual latino-americano, que fala do 3^o. Mundo, não como um lugar bizarro ou inferior, mas um lócus poderoso de enunciação a se constituir. É neste ponto que aproximo Darcy - escritor dos fins dos anos 1960/70 aos anos 1990 - da aposta pós-colonial (ou pós-ocidental) que ganha maior atenção neste século 21. Faço isto, sobretudo, através de Walter Dignolo, um dos mais ilustres representantes da vertente da “modernidade-colonialidade” latinoamericana. Em seu “Histórias locais/Projetos Globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar”, Dignolo provoca-nos, a sensibilidade e a inteligência, para o chamado “pensamento liminar”, e nota suas conexões com o empreendimento darcyniano.

Tomo como central nesta análise “As Américas e a Civilização. Processos de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos” (2007). Na discussão crítica de suas teses, relaciono-as com

os *insights* pós-coloniais que não se satisfazem com o tom celebratório do pós-moderno mas retoma as preocupações epistemológicas acerca da possibilidade do conhecimento e reclamam as vozes até então silenciadas como partícipes da construção do mundo e dos discursos sobre o mundo. Não é casual que Mignolo tenha eleito, em seu livro, Darcy Ribeiro um de seus interlocutor privilegiados.

1) AS AMÉRICAS E A CIVILIZAÇÃO

Nas entrevistas ou testemunhos escritos, Darcy Ribeiro remete-se à sua marca de origem – a etnologia indígena – e a seu principal mestre, Rondon (1865 – 1958) que, no Exército, foi responsável pela construção de linhas telegráficas no interior do Brasil, tornando-se defensor do direito dos índios “serem e continuarem sendo índios”³. Tendo criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SNPILTN), em 1910, Rondon reuniu jovens oficiais dispersos pelo país a fim de localizar, antes que outros o fizessem, as tribos mais isoladas e hostis ao contato com o branco, e evitasse a “avalanche civilizatória que avançava sobre eles, com terrível furor genocida e etnocida”⁴. Darcy Ribeiro se descobriu, portanto, antropólogo através da luta por uma política indigenista leiga e passaria dez anos de sua vida entre os índios.

A associação posterior e definitiva de Darcy Ribeiro com a Educação nasceria do encontro com aquele que, mais tarde, o próprio definiria como seu segundo mestre, Anísio Teixeira, que o chamava para uma intensa jornada com vistas à universalização do direito à educação (Bomeny, 2001). O antropólogo e educador veio a se tornar chefe da Casa Civil do Governo de João Goulart. Com o Golpe militar que depôs Jango, em abril de 1964, saiu de Brasília para o Rio Grande do Sul e dali, num pequeno avião, foi levado por amigos para Buenos Aires. O avião, porém, aterrissou em Salto, situado a 500 quilômetros de Montevidéu, e, diante das tropas da polícia do Uruguai, Darcy Ribeiro, num rompante, pede asilo político, vindo a se instalar em Montevidéu. Este peculiar exilado construiu de redes intelectuais inéditas na América Latina, participou da construção de universidades no continente sul-americano e também na Argélia, desde seu empenho inicial na criação da UnB, e escreveu quase que compulsivamente sua “teoria da história” (Miglievich-Ribeiro, 2011).

Em depoimento a Luís Donisete Grupione e Maria Denise Grupione (Ribeiro, 1997), Darcy dizia que ainda nos tempos de estudante de Medicina, em 1942, conhecera “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” de Engels, o qual, inspirado em Morgan, se constituiria em obra fundamental para seu primeiro livro, “O processo civilizatório”. Fala, também, de seu contato com os “Grundrisse” de Marx e de como a teoria sobre a formação da sociedade capitalista surpreendeu-o com a explicação das formas sociais anteriores ao escravismo, tais como os grandes Estados como o Egito, a Mesopotâmia, o México, o Estado Incaico. Estes estudos alertaram-no para a ausência da Península Ibérica – uma formação social historicamente distinta – na narrativa do processo civilizador humano, assim como dos povos colonizados. Darcy Ribeiro decide, portanto, incluir a Iberoamérica no “processo civilizatório” e, com isso, assume não poucos desafios epistemológicos.

Conceitos como escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo que serviram na explicação da história europeia não lhe pareciam úteis analiticamente diante do novo cenário – exceto por uma mediação crítica, a exemplo da investigação das populações egípcia, árabe, maia, inca. Indaga se seriam escravistas as sociedades coloniais ou feudais ou semifeudais ou, quem sabe, capitalistas. Impor tais classificações aos “povos novos” implicaria uma clara “violência epistêmica”. Suficientemente crítico para não reproduzi-la, perguntava:

Como classificar, uns em relação aos outros, os povos indígenas, que variavam desde altas civilizações até hordas pré-agrícolas e que reagiram à conquista segundo o grau de desenvolvimento que haviam alcançado? Como situar, em relação aos povos indígenas e aos europeus, os africanos desgarrados de grupos em distintos graus de desenvolvimento para serem transladados à América como mão-de-obra escrava? Como classificar os europeus que regeram a conquista? Os ibéricos, que chegaram primeiro, e os nórdicos, que vieram depois – sucedendo-os no domínio de extensas áreas –, configuravam o mesmo tipo de formação sociocultural? Finalmente, como classificar e relacionar as sociedades nacionais americanas por seu grau de incorporação aos modos de vida da civilização agrário-mercantil e, já agora, da civilização industrial? (Ribeiro, 1998, p.8-9)

Em “O Processo Civilizatório” (1998), Darcy Ribeiro mantém a designação de algumas formações sociais como “civilizações” em distinção a outras culturas, mas para tal utiliza critérios materiais que não se confundem com juízos morais. Chama de civilização aquela sociedade mais dotada de meios de autoproteção e, com isso, também mais exitosas em seus projetos de expansão territorial, dominação político-econômica e influência cultural. Narra “*os últimos 10 mil anos da história humana*” (p. 65) e busca situar os latino-americanos no polo frágil da dialética do senhor e do escravo. Vê qualidades no culturalismo de Franz Boas que permitiu aos antropólogos atentar para as sociedades e culturas perseguidas buscando compreendê-las. Mas, não abre mão de seu intento de falar numa “*nova ordem civilizacional global em marcha*” (p. 245) e, por isso, também contraria o culturalismo, em sua negligência ao conceito de “evolução sociocultural”, que impede, por conta do relativismo que propugna, a generalização teórica. Sem reeditar uma história unilinear da humanidade, expondo seu processo de “evolução multilinear” a partir do rompimento evolutivo da condição primitiva, Darcy Ribeiro narra acerca das diversas feições das sociedades humanas ao longo do tempo (p. 36).

Darcy Ribeiro aceitara o marxismo, sem demasiados reparos, no mundo europeu e no anglo-saxão mas o viu empalidecer em seu potencial explicativo na realidade ibero-americana. Recepciona assim “antropofagicamente”, no sentido aqui tomado de empréstimo de Oswald de Andrade, o materialismo histórico e dialético para pensar realidades impensadas por Marx e Engels.

Em “As Américas e a Civilização” (2007) Darcy Ribeiro buscou integrar as abordagens antropológica, econômica, histórica e política na tentativa de compreensão da realidade americana. Reconhecia sua excessiva ambição mas não recuou ante a urgência apontada pela ausência de estudos similares que ultrapassassem os casos isolados. Sabe que não realizou apenas um estudo acadêmico mas “um esforço deliberado de contribuir para uma tomada de consciência ativa das causas do subdesenvolvimento” (Ribeiro, 2007, p. 14). Confessa, porém, que não agradara aos pares acadêmicos que lhe cobraram um “*virtuosismo metodológico e um objetivismo cientificista*” (p. 14), tampouco aos companheiros políticos que esperavam, em suas palavras, “*um testemunho de minhas experiências, uma denúncia e um programa normativo*” (p.14). Ainda assim, seu autor mantinha a esperança de ter sido útil a um outro tipo de leitor: aquele que espera mais da ciência e é, ao mesmo tempo, mais exigente com a ação.

Darcy Ribeiro inicia sua narrativa com o estudo da expansão europeia. Lembra que o mundo feudal europeu resultara do contexto que fez hibridizar e se opor à hibridização num só tempo os chamados bárbaros e a civilização greco-romana e, durante anos, foi nele gestadas as inovações tecnológicas e sociais que, num dado ponto de acumulação, permitiram a restauração do sistema mercantil e a formação de uma nova civilização sob o emblema do Renascimento. Os ibéricos, como povos peninsulares, lançaram-se à expansão ultramarina, subjugando os novos mundos. O capitalismo mercantil, segundo Ribeiro, marcou a dominação imperialista no mundo. A Europa, representada pela Espanha e por Portugal, que se defronta primeiramente com a América indígena, era constituída por sociedades nacionais de base agrário-artesanal rigidamente estamentadas, tendo a Igreja Católica como a principal proprietária de terras. No processo europeu de expansão, milhões de homens diferenciados em línguas e culturas autônomas subsumiram-se a um único sistema econômico altamente uniformizador. O resultado, porém, jamais foi a edificação de uma civilização ocidental/europeia incapaz de negar em absoluto a “diferença cultural”: *“Cada contingente humano engajado no sistema global tornou-se, simultaneamente, mais uniforme com respeito aos demais e mais discrepante com relação ao modelo europeu”* (Ribeiro, 2007, p. 70-1). Também não se ergueu uma nova “civilização humana”, se mais que a metade do globo era classificada como “não-gente”.

No curso desse processo, todos os povos americanos foram atingidos da maneira mais profunda e catastrófica. Viram refeitas suas sociedades desde as bases, alterada sua constituição étnica e degradadas suas culturas pela perda da autonomia no comando das transformações a que eram submetidas. Transmudaram-se, assim, de uma multiplicidade de povos autônomos, com suas tradições autênticas, em poucas sociedades espúrias de culturas alienadas, só explicáveis em seu modo de ser peça ação dominadora que sobre elas exercia uma força e vontade externa (Ribeiro, 2007, p. 71)

Incidentalmente, porém, como suplemento não-desejado pelos promotores do empreendimento colonial, ocorria o inesperado e se constituíam sociedades novas ⁵. Portanto, *“através de um esforço secular,*

realizado em surdina, nas esferas mais profundas e menos explícitas da vida dessas sociedades colonizadas, é que se foi operando o processo de reconstituição de si próprias como povos” (Ribeiro, 2007, p. 72). A criatividade cultural fez nascer etnias diferenciadas das matrizes originais e, mais tarde, nacionalidades. Era como se dialeticamente, de dentro da situação espúria nascesse uma inédita autenticidade, incomparável a quaisquer das raízes. Vistas pelo europeu como subumanidade destinada, a estas eram destinadas o papel subalterno na ordem mundial, às gentes morenas e negras ao sul do continente que, até nem tanto tempo, internalizavam em si mesmas a condenação ao “atraso”, como uma espécie de atavismo.

Essa auto-imagem espúria, elaborada no esforço de situar-se no mundo, de explicar sua própria existência e de atribui-se uma destinação, plasma-se como uma colcha de retalhos feita pela junção de troços tomados de suas antigas tradições com crenças europeias, tal como eles podiam perceber desde sua perspectiva de escravos ou de dependentes (Ribeiro, 2007, p. 73).

Tal ideologia gerou no plano nacional a conformação ao atraso e à pobreza impostos, uma vez que foram interpretados como derivados de uma suposta inferioridade dos povos negros e ameríndios, uma degradação dos mestiços e da inclemência do clima tropical. No plano “racial”, sobretudo, estava a explicação de nossa inferioridade justificada pela hierarquização das “raças”, com o branco-europeu no topo. A ruptura com a alienação, por parte dos povos morenos da América, como chama Darcy, exigiu tempo para o combate de uma estratificação social que mantinha as desigualdades históricas e a aceitação e orgulho “da própria figura humana nacional mestiça” (Ribeiro, 2007, p. 75). Enfim, o novo *ethos* dos povos extra-europeus, assentado em seus próprios códigos valorativos, interrompe o ciclo civilizador europeu.

Os latino-americanos são hoje o rebento de 2 mil anos de latinidade, caldeada com populações mongoloides e negróides, temperada com a herança de múltiplos patrimônios culturais e cristalizada sob a compulsão do escravismo e da expansão salvacionista ibérica. Vale dizer, são a um tempo uma civilização velha como as mais velhas, enquanto cultura; metida em povos

novos, como os mais novos, enquanto etnias. O patrimônio velho se exprime, socialmente, no que tem de pior: a postura consular e alienada das classes dominantes; os hábitos caudilhescos de mando e o gozo do poder pessoal; a profunda discriminação social entre ricos e pobres, que mais separa os homens do que a cor da pele; os costumes senhoriais, como o gozo do lazer, o culto da cortesia entre patrícios, o desprezo pelo trabalho, o conformismo e a resignação dos pobres com sua pobreza. O novo se exprime na energia afirmadora que emerge das classes oprimidas, afinal, despertadas para o caráter profano e erradicável da miséria em que sempre viveram; na assunção cada vez mais lúcida e orgulhosa da própria imagem étnico-mestiça; no equacionamento das causas do atraso e da penúria e na rebelião contra a ordem vigente (Ribeiro, 2007, p. 77).

Darcy Ribeiro elabora sua “tipologia étnico-nacional” dos povos extra-europeus do mundo moderno, a saber, a) povos-testemunho; b) povos novos; c) povos transplantados; d) povos emergentes. Os primeiros são os sobreviventes de velhas civilizações autônomas sobre as quais se abateu a expansão europeia. Os povos novos resultam da “fricção étnica” das matrizes indígenas, negras e europeias ⁶. O terceiro grupo são os nascidos no continente mas de perfil étnico, língua e cultura idênticas aos colonizadores. Os povos emergentes são as nações novas da África e da Ásia.

O antropólogo atribui a designação de “povos-testemunhos” às populações mexicanas, mesoamericanas e andinas, sobreviventes das antigas civilizações asteca, maia e incaica. Ao longo de séculos, a dominação, antes colonial e aristocrático-oligárquica, persistiu sob a forma de dominação nacional e patricial-oligárquica diante do que se insurge as rebeliões populares que opõem os descendentes dos povos subjugados aos descendentes dos subjugadores.

Para Darcy, os “povos novos” constituem a configuração histórico-cultural mais característica das Américas, espalhados em todo o continente. Como populações plasmadas na amálgama biológica e na aculturação de etnias díspares no interior do enquadramento escravocrata e fazendeiro, nasceram os brasileiros, os venezuelanos, os colombianos, os antilhanos, uma parte da população da América Central e do sul dos Estados Unidos. Os distintos povos europeus a colonizar as Américas geraram,

linguisticamente, perfis culturais diferenciados: os luso-americanos, os hispano-americanos, os franco-americanos, os anglo-americanos e os batavo-americanos; também tradições religiosas diferentes. Mas, a colonização escravista moldou todos eles assim como o sistema de *plantation*, de modo que podem os distintos perfis são, contudo, pertencentes a um mesmo “bloco” latino-americano.

No que concerne à matriz africana, Darcy Ribeiro supõe ser mais relevante atentar para a proporção dos seus contingentes integrados em cada população neo-americana do que a análise da variação cultural dos diversos grupos negros trazidos à América. Alega que, sob as condições de escravidão, houve pouca margem para a fixação das especificidades culturais de cada um dos inúmeros povos africanos em cada nova etnia nacional. A marca da opressão e do sofrimento na diáspora africana negra nas Américas reuniram as linhagens específicas amalgamadas às etnias nacionais recém-nascidas. Até nas religiosidades, o sincretismo, como forma de resistência à dominação religiosa branca, traz a presença dos negros na formação dos povos neo-americanos.

A matriz indígena, por sua vez, foi o berço ecológico dos primeiros núcleos neo-americanos e suas variantes, por serem nativas, tiveram mais chances de expressão. A primeira delas refere-se às “aldeias agrícolas indiferenciadas” dos *Tupi-Guarani* na costa atlântica da América do Sul, dos *Aruak*, da floresta amazônica e dos *Karib*, do Caribe. Como “Estados rurais artesanais”, eram conhecidos os *araucanos* do Chile moderno; os *Chibcha*, na Venezuela, na Colômbia e na América Central, também os *Timote* e as confederações *Fincenu*, *Pancenu* e *Cenufaná*, devendo se acrescentar os *Jicague* (Nicarágua), os *Cuna* (Panamá) e alguns outros (Ribeiro, 2007, p. 187).

Nalguns “povos novos”, encontramos intrusões de contingentes imigrantes transplantados da Europa e da Ásia a partir do século 19. Aparecem ilhados em determinadas regiões, emprestando-lhes a característica de uma “zona europeia”, a exemplo do sul do Brasil, e de áreas da América Central e do Chile. Na maior parte das vezes, somente são distinguíveis da população nacional por traços fenótipos, estando imersos no *ethos* nacional. Assim ocorre com diversos contingentes centro e norte-europeus, japoneses, chineses e indianos do Brasil, do Peru e do Caribe.

Não apenas sua conformação histórica mas os desafios contemporâneos na superação do atraso e do subdesenvolvimento

marcam os “povos novos”. Retoma seu conceito de “modernização reflexa” em oposição à “aceleração evolutiva” (“atualização histórica”), o primeiro definindo a inserção subordinada de povos atrasados em formações socioculturais estruturadas e em sistemas tecnologicamente superiores, o que implica em efetiva perda de autonomia e/ou em sua destruição como entidade étnica; o segundo, a “aceleração evolutiva”, trazendo a possibilidade do desenvolvimento autônomo. Um ou outro rumo tem o poder de produzir distintos desdobramentos históricos dos processos civilizatórios.

2) AMÉRICA LATINA, PENÚRIA E CONSCIÊNCIA

Em 1819, Bolívar indagava acerca do lugar dos povos latino-americanos na nova civilização. Sua meta era que nos opuséssemos como os Estados Unidos Meridionais aos Estados Unidos Setentrionais. José Martí, com a “Nuestra América” e Artigas com “A Pátria Grande” apontavam para o mesmo rumo.

Há, contudo, desde esse tempo aos atuais intensa polêmica sobre o sentido mesmo de se falar em América Latina e clamar sua unidade haja vista as linhas cruzadas de tantos fatores de diferenciação tais quais a origem do colonizador, a presença ou a ausência e o peso do contingente indígena e africano, dentre outros. Darcy Ribeiro posiciona-se irrevogavelmente do lado dos que veem que a fusão das populações sobressai na edificação de inéditas sociedades étnico-nacionais: *“exceituando os indígenas originários de altas civilizações ou microetnias tribais que sobrevivem isoladas, em nenhum caso encontramos os índios originais; nem os europeus nem os asiáticos ou africanos tal como eram quando se desprenderam de suas matrizes”* (Ribeiro, 1991, p. 27).

Sabemos que toda sociedade nacional busca a sua distinção em relação às demais e, por isso, não é transparente a percepção de seus filhos como membros de uma sociedade maior latino-americana. Assim como esta faz pouco sentido falar em América Latina para aqueles que participam das lealdades étnicas. Contudo, curiosamente, vistos de fora do continente, somos visivelmente, todos, latinoamericanos. Para Darcy Ribeiro, há algo que une

“Nuestra América”. Aqui, todas as sociedades preexistentes foram, pelo projeto explícito da metrópole colonialista, subjugadas, tendo sua civilização original paralisada e suas gentes convertidas em força de trabalho submissa (Ribeiro, 1991, p. 28). A “modernização reflexa” marcara a “América Meridional”:

As classes dominantes nativas, como gerentes daquele pacto colonial e desta reprodução cultural, jamais formaram o cume de uma sociedade autônoma. Eram apenas um estrato gerencial que custodiava e legitimava a colonização. Uma vez independentizadas suas sociedades, o caráter exógeno dessas classes dominantes, forjado no período colonial, e seus próprios interesses induziram-nas a continuar regendo suas nações como cônsules de outras metrópoles. Para isso instituíram uma ordenação sócio-econômica e política adequada, com fundamento no latifúndio e no entreguismo, e apenas promoveram a criatividade cultural como uma representação local de tradições culturais alheias (Ribeiro, 1991, p. 28-9).

Para impedir a auto-proclamação de “Nuestra América”, atuaram as elites nacionais que, desconectadas com seu povo, viam-se como herdeiros dos colonizadores e prosseguiram no intento da exploração neocolonial. Patronatos e patriciados locais degredados pelo exercício secular do jugo escravista e atados aos interesses externos, associados na exploração da miséria de seus povos conduziram a história das multidões de africanos trasladados para serem submetidos à escravidão e da destribalização de populações indígenas com o mesmo objetivo. Pela deculturação e penúria de suas populações, forjou-se, para Darcy Ribeiro, incontestavelmente a América Latina.

A inconformidade com seu lugar e papel no sistema mundial, e o alargamento da consciência possível de suas estruturas sociais como problema a ser enfrentado pela aceleração das inovações tecnológicas para os fins que as sociedades subalternizadas discernissem como valiosos, ensejou, entretanto, simultaneamente a renovação institucional e a auto-superação ideológica dos povos latinoamericanos. Uma conscientização que não estaria restrita aos círculos intelectuais, mas alastrada a amplos setores sociais poderia, enfim, se opor à miséria crônica e silenciosa, à resignação e ao conformismo.

Os “povos novos” ao romper com a “atualização histórica” cuja modernidade trazida exogenamente não os possibilita o exercício de sua autonomia podem experimentar, enfim, ser mais do que reflexo alheio.

3) DIÁLOGOS ENTRE O ANTI-COLONIAL E O PÓS-COLONIAL

Darcy Ribeiro participa de uma confluência de horizontes que o liga ao cubano José Martí e ao peruano José Carlos Mariátegui. A estes, soma-se a filosofia latinoamericana do também peruano Salazar Bondy, do mexicano Leopoldo Zea e do argentino Enrique Dussel. Inspirando-se nestes, contemporaneamente, um movimento teórico de raízes andinas projeta em nível mundial os nomes de Arturo Escobar, Fernando Coronil, Walter Mignolo, Aníbal Quijano, dentre outros, no esforço de desconstrução da modernidade (ocidental), a explicitar sua outra face, bem menos nobre: a colonialidade (Miglievich Ribeiro *et al*, 2009).

Segundo Quijano, a “colonialidade do saber”, a “colonialidade do poder” e a “colonialidade do ser” alijaram e emudeceram vozes, discursos e conhecimentos que divergiam do modelo newtoniano de racionalidade científica. Por excelência, a ideia de “raça” era o elemento articulador da dominação do branco-europeu sobre amplo contingente de índios, negros e mestiços.

Para a descolonização do pensamento (e também das ciências sociais), o movimento autodenominado crítica pós-colonial requer um deslocamento cognitivo e epistemológico que, na vertente latino-americana, “modernidade/colonialidade”, efetua uma leitura desconstrutora de textos colonialistas, capaz de identificar os contradiscursos e as resistências.

Postulo que o pensamento anticolonial de Darcy conversa com o pensamento pós-colonial, sem se confundirem, é certo, pela ampliação do universal. Ambos atentam para a violência da colonização e suas sequelas nas dimensões econômica e simbólica da vida social. Os dois, também, se empenham na promoção das populações, das culturas e dos saberes até então subalternizados a fim de que se alargue o campo de possibilidades de autorrealização dos povos descolonizados, pela ruptura com um modelo monolítico de modernidade ao qual todos haveriam de atingir.

Marxista “à sua maneira”, Darcy Ribeiro, um pensador moderno, evoca as conexões com a crítica pós-colonial. Seu “evolucionismo multilinear” recusava, já nos anos 1960, a possibilidade de predição histórica pela ciência e se insurgia contra o “pacote fechado” da modernidade eurocêntrica, ao mesmo em que desconstruía, para rearticular depois, o processo civilizacional que a produziu. Ao introduzir

a Ibéria e as Américas no mapa-múndi da humanidade, o antropólogo brasileiro deslocava a “estória” da modernidade capitalista de seu centramento europeu para suas “periferias” dispersas no globo e expandia a compreensão dos fenômenos humanos. É disto que fala Stuart Hall ao propor o pós-colonial:

Dessa forma, o “pós-colonial” provoca uma interrupção crítica na grande narrativa historiográfica que, na historiografia liberal e na sociologia histórica weberiana, assim como nas tradições dominantes do marxismo ocidental, reservou a essa dimensão global uma presença subordinada em uma história que poderia ser contada a partir do interior de seus parâmetros europeus” (Hall, 2009, p. 106)

Darcy Ribeiro notou, desde “O Processo Civilizatório”, como as histórias dos povos sempre foram híbridas. Descreve a história da humanidade como “histórias partilhadas” assimetricamente. Reconhece uma “modernidade entrelaçada”, termos cunhados pela socióloga indiana Randeria (apud. Costa, 2003). Nunca existiu a reivindicada identidade pura do colonizador e do colonizado é o que também postula a crítica pós-colonial.

A evolução sociocultural tal como conceituada até aqui é um processo interno de transformação e autossuperação que se gera e se desenvolve dentro das culturas, condicionado pelos enquadramentos extraculturais a que nos referimos. Na realidade, porém, as culturas são construídas e mantidas por sociedades que não existem isoladamente, mas em permanente interação umas com as outras (Ribeiro, 1998, p. 46)

As estratégias de violência, subordinação e desumanização que produziram o colonizado, tornado “espectador sobrecarregado de inessencialidade” (Fanon, 1971, p. 26), produziram também o colonizador. A “cultura-como-luta-política” de Fanon (apud. Bhabha, 2007, p.35) autoriza a reorganização dialética da herança colonial que contém o gérmen de um povo livre. O contra-discurso pós-colonial e a

descolonização podem, enfim, reinventar o sujeito na sua verdadeira humanidade, “homens novos”, portanto.

Darcy Ribeiro ressaltara que, sob massacres, espoliação e intenso sofrimento, nasceram, nas Américas, os “povos novos”, mesclados na fusão de etnias. Segundo o pós-colonial Silviano Santiago (2000), é o hibridismo a maior contribuição de tais povos à civilização humana. Hibridismo que é entendido como “diferença cultural”, aquela a explicitar *a impossibilidade dos modelos, das referências e dos padrões. A cultura é a o local da incerteza, da indecibilidade que na vida cotidiana, nas rearticulações incessantes entre classes, gêneros, raças e nações, se processa.*

A maior contribuição da América Latina para a cultura ocidental vem da destruição sistemática dos conceitos de unidade e de pureza: estes dois conceitos perdem o contorno exato de seu significado, perdem seu peso esmagador, seu sinal de superioridade cultural, à medida que o trabalho de contaminação dos latino-americanos se afirma, se mostra mais e mais eficaz. A América Latina institui seu lugar no mapa da civilização ocidental, graças ao movimento de desvio da norma, ativo, ativo e destruidor, que transfigura os elementos feitos e imutáveis que os europeus exportavam para o Novo Mundo (Santiago, 2000, p. 16).

Decorre daí que o pós-colonial, em que pese suas múltiplas abordagens, distancia-se do chamado “pós-modernismo celebratório”. Talvez, deva-se saber que a crítica pós-colonial não se confunde também como o que se convencionou chamar de “anti-humanismo estruturalista do pós-modernismo”. Segundo Said, o crítico pós-colonial é crítico do humanismo, em nome do humanismo, mais realista porque mais abrangente e plural.

Chega perto de ser escandaloso, por exemplo, que quase todo programa de estudos medievais em nossa universidade omita rotineiramente um dos pontos altos da cultura medieval, a saber, a Andaluzia muçulmana antes de 1492, e que, como Martin Bernal mostrou para a antiga Grécia, a mistura

complexa das culturas europeia, africana e semítica tenha sido purgada dessa heterogeneidade tão perturbadora para o humanismo corrente. (Said, 2007, p.78)

Walter Mignolo, em “Histórias locais/projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar” (2003), afirma que também é da perspectiva das humanidades que se engaja no diálogo pós-colonial (ou pós-ocidental, como também nomina) e ainda o faz, em suas palavras, da perspectiva do pensamento latino-americano” (p. 13). Isto implica dizer que se, desde o século 16, a América Latina e seus povos foram objeto colonial de descrição, desde fins do século 20, ousa-se rever tal subalternidade e reconhecer no continente uma “localização geoistórica central” para a produção de conhecimentos mundiais do ponto de vista do “pensamento liminar”, a saber, um novo horizonte cognitivo nascido na atitude descolonizadora em face da ciência e de seus cânones que subestimaram secularmente, dentre outros, as culturas não-letradas, assim como os saberes não-classificáveis segundo os itens daquela que se impôs como a Razão Universal.

Se o “descobrimento” do Novo Mundo pelos poderes coloniais e a subjugação do “Oriente”, com a ascensão da França e Grã-Bretanha à hegemonia mundial, haviam tornado as epistemologias “não-ocidentais” algo a ser estudado, descrito e classificado abaixo do nível da herança greco-romana, das quais foram cindidas pela epistemologia moderna, imaginou-se, para isso, a “modernidade ocidental” como o “lar do conhecimento” e, do mais poderoso deles, a ciência. A crítica pós-colonial põe em xeque tais apropriações ao pretender, *a la* Foucault, a “arqueologia” dos saberes mundiais.

A pós-colonialidade é tanto um discurso crítico que traz para o primeiro plano o lado colonial do “sistema mundial moderno” e a colonialidade do poder embutida na própria modernidade, quanto um discurso que altera a proporção entre locais geoistóricos (ou histórias locais) e a produção de conhecimentos. O reordenamento da geopolítica do conhecimento manifesta-se em duas direções diferentes mas complementares: 1. A crítica da subalternização na perspectiva dos estudos subalternos; 2. A emergência do pensamento liminar como uma nova

modalidade epistemológica na interseção da tradição ocidental e a diversidade das categorias suprimidas sob o ocidentalismo, o orientalismo (como objetificação do lócus do enunciado enquanto ‘alteridade’) e estudos de área (como objetificação do ‘Terceiro Mundo’, enquanto produtor de culturas, mas não de saber). (Mignolo, 2003, p. 136-7)

Para Mignolo (2003), é o elo entre a noção de “saberes subjugados” de Foucault e de “saberes subalternos” de Darcy Ribeiro que nos permite recolocar o dilema do universal/particular através da “diferença colonial”.⁷ O pensamento liminar ao conjugar ambas as dimensões expõe também as “fraturas” modernas. Não se trata, portanto, de uma nova forma de sincretismo ou hibridismo mas de um “um sangrento campo de batalha na longa história da subalternização colonial do conhecimento e da legitimação da diferença colonial” (2003, p. 45). Inspirado no “antropologiano”⁸ Darcy, como Mignolo ressalta que o próprio gostava de se autodenominar, o ocidentalismo é apenas a face visível do “edifício do mundo moderno”, mas o pensamento liminar – ou os saberes subalternos de Darcy Ribeiro – expandem a compreensão da modernidade e da humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mignolo narra-nos que também suspeitou inicialmente do “pós-colonial”. Pensou se tratar de mais um “modismo imperial” importado para a América Latina. Mas decidiu estudá-lo. Diz ter se convencido disto ao ver nomes caros como Derrida, Lacan, Foucault, da Escola de Frankfurt, de Raymond Williams, levando a sério o movimento. Confessa também que as leituras críticas dos colegas brasileiros que - em contraste com sua experiência em demais países latino-americanos - acolhiam mais generosamente teorias estrangeiras, buscando avaliá-las, surpreenderam-no e o estimularam (Mignolo, 2003, p. 16).

Registra ainda que o fato da independência da maioria dos países latino-americanos ter sido conquistada no início do século 19, fez com que aqui o foco da discussão passasse a ser a modernidade, e não a colonialidade; a pós-modernidade e não a pós-colonialidade (Mignolo, 2003, p. 16). Mas, tal tendência revelaria algumas perdas na análise visto que as ideologias modernizadoras em voga na América Latina não

prescindiam do estudo da face oculta da modernidade: a colonialidade e seus neo-colonialismos. Lendo o cubano Roberto Retamar, aprendeu um conceito de 1974 que o ajudaria a perseguir suas questões: o “pós-ocidentalismo” (Mignolo, 2003, p. 153).

Se o pós-colonial, em seus inícios, não incluía as Américas, agora, associado, ao pós-ocidental, reúne-as, e também ao Caribe, à África do Norte e à África subsaariana. O pós-ocidentalismo contempla do império espanhol após o século 16 até a emergência dos EUA (p. 133). Antes sequer de tais nomeações, Darcy Ribeiro escreveu “O processo civilizatório” e “As Américas e a Civilização”, em 1967, ambos publicados em 1968, em que contemplava as instituições marginais europeias e também as ruínas das antigas civilizações mesoamericanas e andinas até chegar aos “povos novos” sem reiterar a oposição entre Ocidente/Oriente e Sul/ Norte mas pensando os processos civilizadores em termos de mundialização da qual o planeta inteiro participa. Ao demonstrar como pela estratégia da negação da contemporaneidade, a modernidade ocidental justificou a colonialidade que consistiu numa “subalternização maciça de culturas”, mediante seus “estudos subalternos” provou que a modernidade e a colonialidade, entendidas relacionalmente, possibilitam uma rearticulação da compreensão dos processos civilizadores.

Restam, pela frente, desafios. A filosofia ocidental e as ciências sociais canônicas não atingem a “diferença colonial” sem rever radicalmente o que, até hoje, chamou de modernidade e mesmo de humanismo, portanto, tendem ainda a corroborar projetos de subalternização de culturas, sem se abrir ao conhecimento produzido nas diversas lógicas e experiências que, aliados do debate, tornam-no raso. Quem sabe, como postula Mignolo, poderemos superar a noção de “semelhanças-e-diferenças” (afinal, do que nos falava a *différance* derridiana?) pela de diferenças ininterruptas em todos ou pelas “semelhanças-na-diferença”?

NOTAS

- ¹ É inegável o papel de Roberto Cardoso de Oliveira na criação e manutenção do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional, pertencente a Universidade Federal do Rio de Janeiro, na formação de professores e pesquisadores nos anos mais duros da repressão no Brasil, o que possibilitou a continuidade mesma do campo de conhecimento nas universidades brasileiras.
- ² Na plataforma Lattes do CNPq, busquei a partir do filtro “bolsistas produtividade CNPq”, em quaisquer níveis, nas áreas de atuação em história e sociologia, a título de exemplo, nomes de alguns pesquisadores, tendo aparecido: Maria Stella Bresciani

(Unicamp); Junia Ferreira Furtado (UFMG); Tania Regina de Luca (Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho); Laura de Mello e Souza (Usp); Fabiana de Souza Fredrigo (UFG); Lia Macedo de Faria (Uerj); Jairo Henrique Rogge (Unisinos); Paulo Emílio Martins (UFF); Roberto Luis Torres Conduru (Uerj), Helena Bomeny (Uerj). Consulta em 20 de julho de 2012.

- ³ Ribeiro, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 149.
- ⁴ Ribeiro, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 152-153.
- ⁵ Apenas as colônias de povoamento ao norte da América de mesmo clima e mesma “raça” eram percebidas como iguais, orgulho da branquitude. Ainda assim, a deliberação de se criar um novo núcleo humano nascia como fruto de projetos alheios. Cf. Ribeiro, *As Américas e a Civilização*, p. 71-2.
- ⁶ Os chilenos e os paraguaios contrastam também com os outros “povos novos” pela ascendência principalmente indígena de sua população e pela ausência do contingente negro escravo, bem como do sistema de *plantation*, que tiveram papel tão saliente na formação dos brasileiros, dos antilhanos, dos colombianos e venezuelanos. Ambos conformam, por isso, juntamente com a matriz étnica dos rioplatenses, uma variante dos “povos novos”. Cf. Ribeiro, *As Américas e a Civilização*, p. 83.
- ⁷ “A diferença cultural é o espaço onde emerge a colonialidade do poder. A diferença cultural é o espaço onde as histórias locais que estão inventando e implementando os projetos globais encontram aquelas histórias locais que os recebem; é o espaço onde os projetos globais são forçados a adaptar-se, integrar-se ou onde são adotados, rejeitados ou ignorados. A diferença colonial é, finalmente, o local ao mesmo tempo físico e imaginário onde atua a colonialidade do poder, no confronto de duas espécies de histórias locais visíveis em diferentes espaços e tempos do planeta”. Cf. Mignolo, *Histórias locais. Projetos globais*, p.10.
- ⁸ Como Darcy Mesmo se denominava, ao invés de antropólogo, segundo Mignolo. “A palavra ‘antropologiano’ constituía, na verdade, um marcador da subalternização do conhecimento: um antropólogo do Terceiro Mundo (Darcy Ribeiro escrevia em fins dos anos 60 e no meio da Guerra Fria e da consolidação dos estudos de área) não é o mesmo que um antropólogo do Primeiro Mundo, pois o primeiro está no local do objeto, não na do sujeito do estudo. É precisamente no interior dessa tensão que a observação de Darcy Ribeiro adquire sua densidade, uma tensão entre a situação descrita e o local do sujeito no interior da situação q está descrevendo” Cf. Mignolo, *Histórias locais. Projetos globais*, p. 35-6.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- BOMENY, Helena. Darcy Ribeiro. *Sociologia de um indisciplinado*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- CANCLINI, Nestor García. *Culturas híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2006
- COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia. A contribuição pós-colonial. *RBCS*, vol. 21, n. 60, fevereiro, 2006, p. 117-131.
- FANON, Franz. *Peau Noire, Masques Blancs*. Paris: Éditions du Seuil, 1971 [1952].
- HALL, Stuart. Da diáspora. Identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. (Humanitas)

- LÓPEZ, Javier Ocampo. "Darcy Ribeiro: Sus ideas educativas sobre La universidad y El proceso civilizatório de America Latina". *Revista Historia de Educación Latinoamericana*, año/vol. 8. Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia Tunja, Colombia, 2006, p. 137-160. Red de Revistas Científicas de América Latina y El Caribe, España y Portugal (Redalyc). Universidade Autônoma Del Estado de México. <http://redalyc.uaemex.mx>
- MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia M.. Intelectuais Críticos no Exílio: onde é a minha casa?. *Dimensões*. Revista de História da UFES, v. 26, p. 152-176, 2011.
- MIGLIEVICH RIBEIRO, Adelia M.. ____; NAVARRETE, Julio Mejia; SOARES, E. V.; GERMANO, José Willington; COSTA, Diogo. Aspectos do pensamento social crítico latino-americano: intelectuais e produção do conhecimento. In: MARTINS, Paulo Henrique & MEDEIROS, Rogério (Org.). *América Latina e Brasil em perspectiva*. Recife: UFPE, v. 1, 2009, p. 205-241.
- MIGNOLO, Walter. *Histórias locais. Projetos globais*. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. BH: UFMG, 2003.
- RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a civilização*. Processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- _____. *Confissões*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- _____. Depoimento de Darcy Ribeiro. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 44, 2º semestre de 1997.
- _____. Por uma antropologia melhor e mais nossa. _____. *Ensaio insólito*. Rio de Janeiro: Ludens, 2011.
- _____. O povo latinoamericano. *Carta*. Falas, Reflexões, Memórias. Brasília: Senado Federal. Gabinete do Senador Darcy Ribeiro. Informe de Distribuição Restrita, 1991.
- _____. *O processo civilizatório*. Etapas da evolução sociocultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 1998.
- SAID, Edward. *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos*. Ensaio sobre dependência cultura. Rio de Janeiro, Rocco, 2000.
- VARGAS, Sonia. "Identidad, sujeto y resistencia em América Latina". *Revista Confluência*, año 1, invierno. Mendoza, Argentina, 2003, p. 1-12. http://bdigital.uncu.edu.ar/objetos_digitales/215/Vargas.Confluencia1.pdf
- QUIJANO, Aníbal., "Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina", en: Edgardo Lander (comp.), *Colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*, Buenos Aires: Clacso/Unesco, pp. 201-246, 2000.

RESUMEN

Tomamos el pensamiento de Darcy Ribeiro con énfasis en “las Américas y la civilización”, para observar cómo el antropólogo post-colonial anticipa algunas reflexiones mientras sigue siendo cierto que la idea de desarrollo, en una aparente paradoja. Respetando los límites del pensamiento de Darcy Ribeiro, atreves de una relectura de su obra, prestando atención a sus aspectos innovadores, incluirlo entre los intérpretes de la cultura brasileña y Latina y postulando su única contribución al debate contemporáneo.

Palabras clave: Intelectuales; Darcy Ribeiro; Crítica poscolonial.

ABSTRACT

We take the thought of Darcy Ribeiro with emphasis on “the Americas and civilization”, in order to observe how the post-colonial anthropologist anticipates some insights while remains true to the idea of development, in an apparent paradox. Respecting the limits of thought of Darcy Ribeiro, dare a rereading of his work, paying attention to their innovative aspects, including it among the interpreters of the Brazilian and Latino culture and postulating their unique contribution to the contemporary debate.

Keywords: Intellectuals; Darcy Ribeiro; Post-Colonial Criticism.



Integración de mercados desde la lógica de las cadenas globales de Valor

Alvaro Martín Parada Gómez - Escuela de Economía. Universidad Nacional de Costa Rica.

RESUMEN

Los mercados asignan los recursos en las cadenas globales a través del mecanismo de precios, acelerando y desacelerando la generación de bienes y servicios en la economía global. Estos mercados son imperfecto y no integrados lo que conlleva a desarticulaciones en los eslabones de la cadena global de valor propiciando la concentración de excedentes en agentes económicos que normalmente están en la fase de comercialización y no en la producción que ser evidencia en las altas tasas de ganancia.

Palabras-Clave: Integración, Economía, Economía Global

1. INTRODUCCIÓN

Los mercados son instituciones que tienen dinámica propia en la economía global. Los mercados de insumos abastecen a productores, el Mercado de productos abastece a los consumidores finales de bienes y servicios. Estos mercados asignan los recursos en las cadenas globales a través del mecanismo de precios, acelerando y desacelerando la generación de bienes y servicios en la economía global. Estos mercados son imperfecto y no integrados lo que conlleva a desarticulaciones en los eslabones de la cadena global de valor propiciando la concentración de excedentes en agentes económicos que normalmente están en la fase de comercialización y no en la producción que ser evidencia en las altas tasas de ganancia. Es evidente en la industria de ropa como las grandes multinacionales como Levis, Gap y Sara lee cada vez se retiran de la producción de ropa y se concentran en el diseño y comercialización de ropa en el mercado mundial. También, grupos de inversores como “Chiquita Brand y Dole” cada vez cultivan menos frutas frescas como banano y piña para concentrarse en la distribución y comercialización en el nivel mundial. Por lo tanto surge la siguiente interrogante ¿Cuáles son las consecuencias de tener mercados des integrados en las cadenas

globales de valor y como enfrentar las imperfecciones de estos mercados?

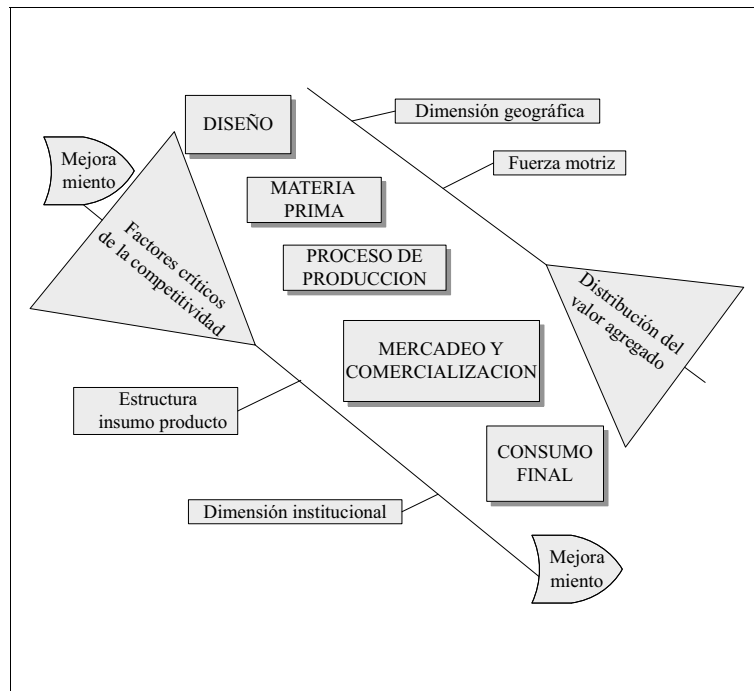
El propósito de esta ponencia radica en explicar la dinámica de los mercados en las cadenas globales de valor para sugerir mecanismos de intervención conducentes a mejorar la posición de los productores en las cadenas globales de valor así como los países en los procesos de integración regional. En la segunda sección, se explicará el enfoque de cadenas globales de valor. En la tercera sección se expone la forma en que los mercados de insumos, productos y financiero muestran volatilidad y perjuicios para agentes económicos. En la cuarta sección, se analizará la política pública relacionada con la integración de mercados (comercio) y la integración de los sectores productivos a las cadenas globales de valor. En la quinta sección, se contribuye con unas breves conclusiones.

2. EL ENFOQUE DE CADENAS GLOBALES DE VALOR Y LA GLOBALIZACIÓN

Los mercados dinamizan las cadenas globales de mercancías desde el eslabón de apropiación de insumos hasta el consumo final del bien. Esta cadena se compone de cuatro dimensiones, estas son: La estructura insumo producto, la dimensión geográfica, la fuerza motriz y la dimensión institucional (Ver figura 1). La presión competitiva surge de los mercados donde el mecanismo de precios asigna los recursos de manera eficiente en teoría pero en la realidad concreta surgen ineficiencias que generan daños irreversibles en el bienestar.

En las cadenas globales de valor operan múltiples empresas que no logran las condiciones de eficiencia óptima porque persisten en cada eslabón de la cadena factores críticos que afectan la competitividad. Estos están relacionados con la tecnología, la calificación del recurso humano, el acceso al crédito para inversión, gestión estratégica, el mercado y la comercialización, entre otros (Benavides 2010, Parada 2006). Adicionalmente, en cada dimensión del análisis en el enfoque de cadenas globales surgen factores que afectan el posicionamiento de las empresas en los mercados.

FIGURA1: CADENA GLOBAL DE VALOR SEGÚN DIMENSIONES.



2.1 LA ESTRUCTURA INSUMO PRODUCTO

En el análisis de cadenas globales la estructura insumo-producto está definida a partir de los distintos flujos que se desarrollan hacia atrás desde el proceso de producción hacia la apropiación de materias primas y hacia delante desde la producción hasta el consumo final (Szirmai 2005, Gereffi 1994). Esta relación establece encadenamientos productivos a lo largo de una cadena global de valor y es fundamental para explicar la generación y distribución de valor agregado. Desde la perspectiva de Hirschman (1998) los encadenamientos productivos fomentan el desarrollo entre industrias a partir de las relaciones económicas y sociales entre productores, proveedores de materias primas y consumidores, es decir, la articulación entre los sectores conlleva a posibilidades de mayor generación de valor agregado (Zhang y Felmingham 2002). Precisamente, es la falta de encadenamientos productivos una de las principales críticas

que se hacen a los resultados de la apertura comercial, indicándose que las empresas multinacionales que producen en países en desarrollo subcontratan servicios de logística básicos y materias primas que en su conjunto alcanzan a lo sumo entre el 10% y 15% de las compras totales realizadas, cuestionándose el efecto en el desarrollo económico de la inversión extranjera directa.

El análisis de la estructura insumo producto se constituye en un punto medular dentro del análisis de la cadena porque permite determinar factores críticos determinantes en la competitividad del producto o servicio que se elabora. También, establece el grado de importancia en las interrelaciones y vínculos desde la concepción de la materia prima hasta el proceso de transformación de éstos insumos en un bien final. Los agentes que inter-vienen en ésta fase son proveedores y los fabricantes o responsables del proceso productivo (manufacturero, obrero). Levitt (1975) refiriéndose a las corporaciones que operan en los mercados globalizados, indica que éstas cometen el error de concentrarse excesivamente en aspectos de la producción (costos, localización de la producción, inversión, y otros) al producir bienes de consumo masivo. Olvidan constantemente las condiciones de acercamiento al consumidor final para crear las necesidades en ellos y a la vez mantenerlos. Esta es una observación bastante válida, incluso para las pequeñas y medianas empresas que operan en países en desarrollo, las cuales incesantemente buscan competir con bajos costos y producir adecuadamente, olvidando los componentes de la demanda como los gustos y preferencia y niveles de ingreso de los consumidores. Por lo tanto, a lo largo de la cadena global de valor se requiere hacer un balance entre los factores de la oferta y la demanda para responder satisfactoriamente a las exigencias de los mercados domésticos e internacionales.

2.2 LOCALIZACIÓN GEOGRÁFICA DE LA PRODUCCIÓN GLOBAL

La localización se refiere a la definición y selección del territorio en donde se desarrolla el conjunto de actividades que conforman la cadena global. El propósito es analizar la organización de los distintos segmentos de la cadena en el nivel local, regional, nacional e internacional para descifrar la participación de los países y empresas en la generación y apropiación del valor. Por ahora está claro, que países periféricos en su mayoría participan en cadenas orientadas por la demanda, organizando procesos productivos intensivos en trabajo, donde relativamente se explota

la mano de obra barata poca calificada y se apropian de un porcentaje bajo del valor agregado. Contrariamente, los países centrales se constituyen en zonas geográficas que desarrollan los procesos productivos intensivos en capital y tecnología que les permiten controlar la cadena y apropiarse de un mayor porcentaje del valor agregado. Algunos ejemplos claros de estas condiciones son la fabricación de ropa en México y Centroamérica donde se aprovecha la mano de obra barata que es empleada para hacer el ensamblaje. Contrariamente, Japón ha creado condiciones tecnológicas para generar bienes intensivos en investigación y desarrollo tales como automóviles, electrodomésticos, computadoras, entre otros. Comparativamente hay diferencias en el valor agregado que es generado en cada localización geográfica. Algunos investigadores afirman que las empresas en países centrales acrecientan las ganancias y en países subdesarrollados se apropian de escasos beneficios producto de las diferencias en las ventajas tanto comparativas como competitivas (Raynolds 1994, Gereffi y Korzeniewics 1990, Pelupessy 2001).

Los agentes económicos que integran la cadena como productores y comercializadores se localizan en distintos ámbitos geográficos. Lo esencial es determinar los vínculos que dinamizan la estructura insumo-producto y la participación relativa que cada uno asume en la generación de valor. En el marco de la competencia global, la localización geográfica asume importancia porque las corporaciones multinacionales buscan incesantemente las mejores condiciones para producir, entre las que se pueden mencionar: bajos costos de producción, estabilidad política, adecuado ambiente macroeconómico para los negocios, buena infra-estructura y subvenciones del estado (zonas francas). Es decir, la racionalidad económica de 'consolidación y búsqueda de ganancias' por parte de las multinacionales es una tarea constante en procura de consolidar el poder de mercado tanto en la producción como en la distribución (Gereffi et.al 2005, Farrel y Knight 2003, Rabelloti et.al. 2005).

La dimensión geográfica es un aspecto que es parcialmente integrado e incluso ignorado por los investigadores en muchos análisis económicos y se asocia la dimensión geográfica como función exclusiva de los geógrafos donde prisa el análisis cartográfico. Desde el enfoque de CGMs se reconoce el importante desempeño del espacio geográfico en la conformación de las múltiples redes de trabajo que se constituyen para la elaboración de un bien. En los distintos mercados estas redes

se han profundizado a través de procesos de sub contratación conocidos como “outsourcing” que son realizados en países sub-desarrollados en función de las condiciones y ventajas de producción que estos muestran. Autores como Mittelhauser (1997) afirman que las grandes compañías relocalizan la producción en las ciudades de bajo costo en países subdesarrollados debido a los bajos salarios. Sin embargo, existe evidencia de que son múltiples los factores que inducen a las grandes compañías a seleccionar una ciudad en algún país determinado para realizar la producción. Rudberg y Olhager (2002) han encontrado que en la organización de la manufactura en el nivel global el factor que mayor peso tiene en la escogencia de una ciudad, región o país para operar es la proximidad al mercado, en segundo lugar, señalan los costos de producción y finalmente los factores socio-políticos. Otros investigadores señalan que los factores son variados y mencionan que se consideran la accesibilidad a materia prima de calidad, habilidad y destreza del recurso humano para el manejo de tecnología de punta (dominio de sistemas y módulos integrados en la manufactura), adecuada disponibilidad de servicios como agua potable, electricidad, telecomunicaciones, seguros, seguridad; y finalmente, la cercanía entre el país productor y el mercado de consumo final (Mittelhauser 1997, Van Dooren 2003). Por lo tanto, la dimensión geográfica se asocia a factores que determinan la competitividad global de las empresas en los distintos mercados.

Por lo tanto, en distintos espacios geográficos operan amplias relaciones inter e intra-industriales de acuerdo a la existencia de diferentes nodos que activan o desactivan empresas y ciudades en función de la dinámica de la cadena. La investigación de la maquila hecha por Van Dooren en la ciudad de Laguna, México evidencia como las condiciones de producción ayudan a determinar la especialización de la producción de ropa en un lugar. También, Bair y Gereffi (2001) señala que las condiciones para generar el paquete completo para la producción de blue jeans ha convertido a la ciudad de Torreón en la región de Laguna en México en la capital mundial del jeans. Además, Parada (2012) evidencia que la multinacional fabricante de componentes electrónicos INTEL se ha posicionado geográficamente en la ciudad de Heredia, Costa Rica debido a que el gobierno local (municipalidad) ha forjado condiciones en el territorio satisfactorias para desarrollar la inversión extranjera directa. Por lo

tanto, La dimensión geográfica es parte esencial para explicar de forma sistémica el control y poder que ejercen las grandes compañías en las cadenas de producción en el nivel mundial.

2.3 LA FUERZA MOTRIZ DE LA CADENA

En la cadena existe un elemento coordinador y organizador de las distintos eslabones que la componen, como lo son los insumos, el diseño, la producción, el mercadeo, la comercialización y el consumo final. Dentro de la tipificación de las cadenas, esta fuerza motriz es orientadas por la demanda y se localiza en países desarrollados que indirectamente subordina las actividades de producción de países en desarrollo (Díaz 2000 y 2003, Talbot 1997, Gereffi et., al 2005, Pelupessy 2001). El poder ejercido desde países centrales resta autonomía a las firmas que en última instancia son las que crean el producto final.

La fuerza motriz establece la organización de la cadena con el propósito de la apropiación de los beneficios y el control de los distintos agentes económicos. Para autores como Gereffi y Korzeniewicz (1994), Fitter y Kaplinsky (2001), el control de la cadena obedece al poder de mercado que han consolidado las corporaciones multinacionales en el amplio dominio de los factores tecnológicos (investigación y desarrollo) que les permite liderar y orientar la producción y comercialización. Estas condiciones favorecen la concentración de poder ejercido en la cadena. De hecho, si existe control de la tecnología, existe la definición de la función de producción que en gran medida explica los niveles de productividad y eficiencia en una cadena, de ahí que no es casualidad que empresas de países en América Latina que disponen de abundancia de trabajo y no de capital y tecnología, terminen subordinados a compañías de países que desarrollan la tecnología y han consolidado procesos significativos de industrialización.

Los niveles de coordinación entre proveedores, productores y comercializadores están mediadas por una relación de poder desigual, lo cual se traduce en mayores beneficios para unos y menores para otros (Gereffi et.al 2005, Pelupessy 2001). Lo anterior puede ejemplificarse en el caso de la cadenas global de ropa, la cual es claramente orientada por la demanda. Si esto es así, significa que son lideradas por grandes compañías, que mediante estrategias agresivas de mercadeo han logrado un excelente posicionamiento de marca y por medio de procesos de

*outsourcing*¹ se aseguran la producción de las prendas de vestir (Ribeiro 2004). El control en la cadena está asociado al concepto del poder como consecuencia de los mercados imperfectos y con la presencia de arreglos, acuerdos y contratos. Los mercados tienden a ser imperfectos producto de la presencia de economías de escala, integración vertical, externalidades e información imperfecta, entre otros. El poder es una función de dependencia determinado por dos factores: el acceso a recursos alternativos y la apropiación del valor que cada actor social en la cadena de trabajo logra alcanzar a través del intercambio (Marsden y Lin 1998). Lo anterior refuerza el mecanismo de control establecido en las cadenas de mercancías, el cual fortifica la concentración de mercados. Normalmente, el poder de mercado ha sido explicado desde la teoría neoclásica microeconómica y evidenciado utilizando el índice de Lerner y el de Herfindal (Varian 2008). Desde la perspectiva de las cadenas el poder de mercado puede tener más explicación adicional al cálculo cuantitativo. Desde el punto de vista del posicionamiento que tienen las pequeñas y medianas empresas en los mercados puede señalarse que está influenciado en su mayor parte por las condiciones estructurales en las cuales se desenvuelven las empresas. Es decir, el esfuerzo de las empresas por tener un mejor posicionamiento no depende de la capacidad e iniciativa de la misma empresa sino de otros condicionantes que se experimentan externamente a la cadena global.

Esto implica reconocer dos planteamientos fundamentales. El primero, consiste en asumir las condiciones del subdesarrollo en la economía y en las estructuras productivas donde los sectores rezagados de la industrial carecen de condiciones tecnológicas, recurso humano calificado, mercados amplios, infraestructura obsoleta, visión política de corto plazo. El resultado inmediato es una polarización entre los sectores más dinámicos y los rezagados donde las condiciones de desempleo, mala distribución del ingreso y pobreza se profundizan (Messner y Meyer 1994). El segundo, es entender que la competitividad se define de forma sistémica y su orientación no es solamente a través del mercado sino que el Estado y otras instituciones asumen su cuota de responsabilidad (Messner 1996, Esser 1996). En estas cadenas fundamentalmente opera un poder ejercido verticalmente y profundiza la distribución asimétrica del valor agregado generado en los distintos eslabones. En este contexto, se evidencia que el problema de la competitividad no es estrictamente de productividad y eficiencia en el nivel de la empresa. Por el contrario,

es un problema estructural porque las causas del rezago en la estructura productiva son económicas, sociales, políticas, culturales, éticas, ambientales e institucionales. Además, en muchas estrategias de industrialización se atacan los efectos y no tanto las causas, lo cual limita la consecución de resultados satisfactorios.

En las cadenas persiste un poder de control o fuerza motriz. Los diferentes vínculos que se establecen en la cadena definen una posición de centralidad ejercida por la empresa o las empresas líderes. Los actores sociales asumen una jerarquía en la cadena de ropa donde los manufactureros con frecuencia dependen de los comercializadores. Típicamente, la experiencia reciente ha demostrado que actores sociales en espacios geo-gráficos periféricos dependen del poder central ejercido por grandes compañías localizadas en diferentes partes del mundo.

2.4 LA DIMENSIÓN INSTITUCIONAL

La cadena global de valor está inmersa en un marco sociopolítico e institucional, que es la dimensión que determina en parte su funcionamiento. Las cadenas están reguladas en los distintos segmentos que la componen, a saber: explotación de materias primas, diseño, proceso productivo, comercialización y consumo final. El marco institucional global interviene en el funcionamiento de los mercados y en la lógica de operar de la cadena. Estrictamente, es la regulación principalmente pública la que uniforma la participación de los distintos agentes económicos como productores, manufactureros, dueños de marcas, licencias y franquicias, comercializadores en los mercados. También, existe la regulación privada que se ha generado con propósitos de resguardar la eficiencia y la calidad de las empresas, procesos que son asegurados a través de la aplicación de las normas “ISO” aplicadas en cada ámbito de la calidad de la empresa. Estas normas son formuladas y ejecutadas por entidades acreditadas internacionalmente y operan en cada país.

La regulación en el nivel global está efectuada por una serie de órganos multinacionales. Por ejemplo, la Organización Mundial del Comercio (OMC) regula el intercambio de mercancías en el comercio internacional, la Organización Internacional del Trabajo (OIT) regula las condiciones de trabajo. La Organización Mundial de Patentes (OMPI) regula el diseño de marcas, nuevos productos, nuevos diseños. En términos de regulación ambiental muchos de los grandes países

industrializados y países en desarrollo han firmado acuerdos importantes como el protocolo de Kyoto (1997), el protocolo de Montreal (1985), el protocolo de Cartagena (2000). También, el Departamento de Comercio de los Estados Unidos verifica el cumplimiento de acuerdos comerciales como el Tratado de Libre Comercio de América del Norte conocido como NAFTA y la Iniciativa de la Cuenca del Caribe conocida como CBI, entre otros acuerdos comerciales bilaterales y multilaterales celebrados entre Estados Unidos y otros países. Por lo tanto, distintos segmentos de la cadena están mediados por mercados en el nivel nacional, que experimentan distintos procesos y formas de regulación internacional.

Algunas veces, se introducen mecanismos que modifiquen los precios de materias primas, así como se regulan los flujos comerciales en materia de importaciones y exportaciones a través de cuotas, aranceles y salvaguardias. Además, en el ámbito del diseño industrial, la investigación y el desarrollo que se concreta en patentes, licencias y marcas, ha sido fuertemente regulada, es decir, el neo-proteccionismo se ha ido implementando para resguardar los intereses de grupos empresariales en el mundo. De lo anterior se desprende que los segmentos de la cadena están relacionados por mercados, pero estos se encuentran afectados por mecanismos de control y regulación que cambien los resultados de su funcionamiento. En teoría se trata de salvaguardar el bienestar de los consumidores y productores y frenar el abuso de las empresas y países que poseen amplio poder en el mercado mundial. Sin embargo, en la práctica los resultados podrían ser distintos. Si se irrespeta dicha regulación se es sujeto de distintas sanciones. Seguidamente se analizan los distintos tipos de regulaciones e instituciones globales en función de los distintos segmentos que componen las cadenas globales de valor. En la dinámica de la producción global están involucradas las grandes, medianas y pequeñas empresas que operan en mercados domésticos que son afectadas por la lógica de funcionamiento de los mercados externos y regulación internacional.

En las cadenas globales operan empresas en los mercados que son imperfectos como norma y no como excepción, es decir, la premisa teórica de la competencia perfecta no es lo que impera. Por lo contrario, los mercados con presencia de conductas monopólicas y oligopólicas son los que generan una fuente importante de la asimetría en la distribución de beneficios originados por los agentes económicos. Por lo tanto, el enfoque de cadena global de mercancías explica a través de

la dimensión de la fuerza motriz y la regulación pública y privada en la cadena los costos y beneficios resultantes del funcionamiento de los mercados (Hopkins y Wallerstein 1986, Gereffi 1994, Kaplinsky 2002). Además, permite hacer un análisis integral de las relaciones económicas entre regiones, países, sectores y empresas desde la perspectiva de los vínculos internacionales establecidos en el sistema de producción global.

3. INTEGRACIÓN DE LOS MERCADOS DE INSUMOS, PRODUCTOS, TRABAJO Y FINANCIERO EN LAS CADENAS GLOBALES DE VALOR.

El proceso de globalización ha integrado de forma más acelerada a países en desarrollo dentro de la lógica de producción capitalista a través de la organización y conformación de cadenas globales de mercancías. Estas cadenas son grandes redes de trabajo y capitales que integran actividades que van desde la apropiación de insumos para la fabricación de un bien hasta que este es finalmente consumido. En estas redes se desarrollan procesos de generación y distribución de valor con participación de empresas articuladas por orientaciones de mercado y direccionalidad del Estado con la presencia de regulación pública y la regulación privada definida por entes de acreditación en materia de calidad.

3.1 EL MERCADO DE TRABAJO GLOBAL

El mercado de trabajo en las cadenas globales de valor es uno que muestra condiciones desiguales evidenciadas en los niveles de tasas salariales que están definidos en cada país que integran el mercado global de trabajo. Adicionalmente, los grupos corporativos y las multinacionales que han descentralizado las actividades intensivas en mano de obra desde los países desarrollados hacia países en desarrollo han incurrido en prácticas de contratación que no cumplen con las normas laborales establecidas globalmente por la Organización Mundial del Trabajo (OIT). Entre las malas prácticas pueden mencionarse: no establecimiento de salarios mínimos, incumplimiento e irrespeto en el pago de cuotas obrero-patronales, contratación de menores de edad, no aplicación de normas mínimas de salud ocupacional, entre otras. Ambas condiciones, bajos salarios y no cumplimiento de adecuadas condiciones laborales refuerzan la competitividad en las cadenas globales, competitividad que es “espuria” porque depende de la mantención de estas condiciones en los países y mercados (Porter 1990).

El sistema económico doméstico en cada una de las economías se organiza a través de distintos mercados. El mercado de trabajo regula la relación entre los trabajadores que ofertan la mano de obra y las empresas demandantes del recurso para la fabricación de bienes y servicios, en este caso, es el mecanismo de salarios el encargado de asignar los recursos. Desde la perspectiva de competitividad vía precios se afirma que los bajos salarios refuerzan la competitividad de las empresas multinacionales en países que tienen abundancia de trabajo y desarrollan procesos productivos o industrias intensivos en trabajo. Por ejemplo, la China muestra precios en la mano de obra entre 1,80 y 2,43 centavos de dólar y la India por hora en la manufactura entre 0,25 y 0,30. Estos países muestran ingresos per cápitas de 1489 dólares (India) y 5430 (China) comparativamente muy por debajo de países desarrollados en el 2011. Sin embargo, la competitividad no depende absolutamente de los salarios sino que existen otros factores como la infraestructura, la tecnología, las instituciones de apoyo, entre otros que ayudan a producir con mayor calidad y eficiencia. Por supuesto, es claro que la diferencia salarial entre los países que compiten en los mismos mercados conducen a diferencias en los precios de los bienes y servicios exportados e importados debido en parte a la integración de trabajo calificado y no calificado en la elaboración de bienes y servicios.

El trabajo más calificado actualmente es realizado por ingenieros, químicos, informáticos, científicos, entre otros, que son minuciosamente seleccionados e integrados a la generación de ciencia y tecnología. Como resultado, la ciencia y tecnología se ha convertido en uno de los motores de la globalización que conlleva entre otros efectos a la pérdida de empleos debido a la tecnificación y automatización de los procesos productivos (Cole 2009). Esta tecnología eficientiza muchas de las actividades que son necesarias en las cadenas globales de mercancías tales como la transportación, la comunicación, el diseño, entre otras más. Por el contrario, el trabajo menos calificado es asignado a actividades en las cadenas que con bajo nivel de formación académica o técnica pueden ser ejecutadas. Esta función en la producción es desarrollada por operarios típicamente capacitados y entrenados en el corto plazo para profundizar la división social del trabajo con objetivos claros de eficiencia y productividad en las plantas de producción. Un ejemplo es el ensamble de ropa en donde 36 operaciones básicas son ejecutadas por múltiples trabajadores en la fabricación de un “Blue Jeans” o 20

operaciones en la elaboración de una “T-Shirt” donde la capacitación para integrarse a la producción no conlleva más de dos semanas en el manejo de máquinas industriales planas o overlock para realizar el corte y el cocido (Parada 2011).

El mercado de trabajo en las cadenas globales de valor es orientado por el libre mercado donde únicamente se establecen salarios mínimos de acuerdo a la regulación nacional que se ha establecido en cada uno de los países del mundo. La función del Estado en este mercado ha sido meramente de resguardar las leyes y normas laborales por parte de los Ministerios de Trabajo. Estos últimos ejercen limitadamente esta función debido a la falta de recursos institucionales, típicamente evidenciado en países en desarrollo en América Latina y el resto del mundo poca capacidad de intervención (control y fiscalización). La integración del trabajo no calificado en las cadenas globales conlleva apropiarse de bajo valor agregado en los sectores productivos y actividades industriales. Prácticamente, es el pago de salarios el valor que las economías en desarrollo endogenizan en materia de bienestar en los grupos familiares e individuos. Algunos autores han indicado que el proceso de globalización ha afectado significativamente la protección de los trabajadores. Sin embargo, Potrafke(2010) señala en una de sus hipótesis de trabajo que este efecto es aun no claro. Lo anterior no niega la influencia de la globalización sobre la movilización del trabajo así como el efecto de la regulación existente ejercido por el marco institucional público.

El comportamiento del mercado de trabajo en las cadenas es regulado por el mecanismo de salarios que son negociados anualmente con base al incremento en el costo de vida medido por la variación en el índice de precios al consumidor, lo cual es un referente de la canasta de bienes promedio. El establecimiento de la tasa de crecimiento salarial anual normalmente es negociado entre los representantes de los trabajadores y los gobiernos. El criterio utilizado por la mayoría de los gobiernos es garantizar un incremento salarial con un valor igual o por debajo de la inflación. Esto con el propósito de no expandir la liquidez de la economía y no poner en riesgo la estabilidad de los precios. Por ejemplo, en el gobierno de Costa Rica negoció un aumento del 3% para el sector público y privado en el segundo semestre del 2012 asumiendo que la inflación acumulada sería del 3%. El criterio antes expuesto hace que las empresas experimenten incrementos moderados en los costos directos

de producción, asegurándose estabilidad relativa en eficiencia y productividad. En este caso, el objetivo de resguardar la competitividad de las empresas basada en salarios bajos ha sido una constante en las economías latinoamericanas que operan en las cadenas globales de valor.

3.2 EL MERCADO DE PRODUCTOS

En el mercado de productos las empresas ofertan y los consumidores demandan. En mercados autárquicos el intercambio realizados a través de la moneda o dinero se tranza según las preferencias e intereses de los agentes económicos. Con los procesos de apertura comercial prácticamente el proteccionismo en este mercado ha sido eliminado aunque persisten barreras de entrada y barreras no arancelarias que establece la regulación doméstica en cada país. Estos procesos de apertura han ido consolidando la integración de mercados y facilitando la exportación de bienes y servicios así como la importación. Este mercado prácticamente es conducido hacia una mayor liberalización donde los países en desarrollo continúan exportando materias primas y bienes intensivos en trabajo de bajo valor agregado hacia los mercados de países desarrollados. Contrariamente, la importación de bienes es significativo en países periféricos de bienes de capital, tecnológicos e hidrocarburos que tienen la característica de tener alto valor agregado. Como resultado, los balances comerciales son mayoritariamente deficitarios, ejerciendo desequilibrios en el sector externo de la economía. Países como Costa Rica que cuentan con más de 50 tratados de libre comercio ha consolidado un comercio total aproximadamente de 25 mil millones de dólares muestra un déficit comercial cercano a los 5 mil millones anuales. El déficit comercial es recurrente producto de una base exportadora que ha desarrollado pocas capacidades para el aprovechamiento de mercados regionales grandes como México y Chile y otros más grandes como China y Estados Unidos.

En las cadenas globales de valor en el mercado de productos surge asimetrías en la apropiación del valor agregado en las economías domésticas así como en el nivel global debido a que el productor en la agricultura y el manufacturero en la industria recibe el precio menor y el comercializador el precio mayor. Por ejemplo, en Centroamérica fabricar un Blue Jeans cuesta 7,0\$ y en el mercado final el consumidor paga entre 50\$ y \$60 adquirido en cualquier tienda localizada en Estados Unidos o Europa o bien en el mismo país si el Blue Jeans es

comercializado a través de Franquicias como Levis Strauss y Sara Lee, entre otras. También, en la agricultura los productores de piña reciben en promedio 0,30 centavos de dólar por kilo exportado pero una piña en promedio de 2 kilogramos es ofertada en Holanda y Alemania en 6,0 dólares. Los diferenciales en precios recibidos por los productores y los comercializadores es significativo en otros productos como el café, el banano, entre otros (Díaz 2003, Parada 2011, Talbot 1990). La intermediación en la cadena hace que en la producción se reciba menores beneficios que en la comercialización con el agravante de la consolidación del poder de mercado ejercido en las cadenas globales por parte de los comercializadores (Tiendas, cadenas de supermercados, otros).

El eslabón de la producción en la cadena global del valor está articulado hacia atrás en la apropiación de insumos y hacia adelante en la comercialización. Las empresas que logran dominar y controlar verticalmente este proceso alcanzan amplio poder de mercado y buen posicionamiento en la cadena. Es a través de la integración vertical que se logra la mayor apropiación de valor agregado. Esta orientación ha sido llevada a cabo por grandes grupos corporativos como Dole y Chiquita Brands, las cuales en la agroindustria de frutas han articulado satisfactoriamente la producción con la comercialización, consolidando el valor agregado generado en esta actividad en países en desarrollo y en general en América Latina. La integración vertical ha operado como una fuente de imperfección de mercado que profundiza el poder de las empresas en las cadenas globales de valor.

3.3 EL MERCADO FINANCIERO

El mercado financiero en la economía global ha funcionado con múltiples desequilibrios a lo largo del tiempo. La gran depresión de Wall Street del año 1929 y la reciente quiebra de Lehman and Brothers entre el 2007 y 2008 causaron recesiones significativas en economías pequeñas así como afectaciones en producción y empleo en economías desarrolladas. No obstante, autores como García señalan que el sistema financiero doméstico en cada país ha mejorado su eficiencia corporativa y la movilización del ahorro (García 2011). Lo anterior producto de que un sistema financiero abierto será más competitivo, transparente y eficiente si se compara con uno cerrado al menos en el largo plazo.

El mercado financiero internacional emite la referencia de la tasa de interés internacional que indica el costo del capital para inversión en el

nivel mundial. Esta tasa es referente para el comportamiento de la tasa de interés doméstica en los países en desarrollo. Tanto la tasa de interés “Prime rate” y “Libor” como las tasas de interés doméstica son en cada país analizadas por los inversores y ahorrantes para localizar el dinero en aquellos mercados que son más rentables. Por lo tanto, la migración y movimiento de capitales entre las economías cada vez es mayor debido a la flexibilidad en la operación de los distintos mercados financieros. Si el premio para ahorrar en las economías domésticas es mayor comparativamente con las economías en desarrollo (Estados Unidos) se tiene como resultado cuentas de capital superavitarias que en condiciones normales equilibran el sector externo pero es altamente vulnerable a la presencia de los capitales internacionales ante la limitada capacidad de ahorro interno.

En las cadenas globales de valor el acceso al crédito se constituye en un factor que afecta el posicionamiento de los productores y manufactureros porque dependen de la tasa de interés fijada en cada economía para acceder al crédito así como el deber cumplir garantías que los acreditan ser sujetos de crédito. El crédito es requerido para inversión inicial así como para capital de trabajo y operación. Si los bancos comerciales públicos y privados no prestan los recursos financieros a los productores se causa una barrera al crecimiento productivo en las empresas. En la cadena global de valor el crédito que circula domésticamente en cada economía no está aislado de los efectos causados por la dinámica global de los mercados financieros internacionales. Por ejemplo, las variaciones en la tasa de interés de corto y largo plazo de la economía estadounidense definidas por el presidente del tesoro orientan la toma de decisiones en materia de tasas de interés en países en desarrollo como los de América Latina. Por lo tanto, los cambios en el sistema financiero determinan en parte la dinámica de la cadena global de valor. Recuérdese, que una de las funciones esenciales de este sistema financiero es garantizar el intercambio de bienes y servicios en el nivel global.

El mercado financiero no está blindado a las imperfecciones de mercado. La asimetría en la información entre los agentes económicos (ahorrantes e inversores) y los altos costos de transacción causados en parte por la regulación conllevan a ineficiencias que encarecen el costo del dinero a los inversionistas. También, son fuente de poder de mercado que en ocasiones es utilizado para afectar el comportamiento del tipo de cambio y la inflación. Desde la perspectiva de la dinámica de las

cadenas globales de valor, las imperfecciones conllevan a ineficiencias a lo largo de todos los eslabones de la cadena, es decir, desde la adquisición de las materias primas hasta el consumo final. Investigadores como Huerta y Kato señalan que la crisis del mercado financiero implica y obliga a la revisión de la teoría económica neoclásica debido a que esta no integra factores como la incertidumbre, la fragilidad y los perjuicios de la concentración del capital (Huerta y Kato 2011)

4. POLÍTICA PÚBLICA E INTEGRACIÓN DE MERCADOS EN LAS CADENAS GLOBALES DE VALOR

4.1 LA INTERMEDIACIÓN EN LA COMERCIALIZACIÓN DE PRODUCTOS EN COSTA RICA

La política pública en países en desarrollo ha diagnosticado profundamente el problema de la intermediación en los mercados de productos así como las afectaciones causadas a los productores e industriales. Las políticas formuladas y ejecutadas para afrontar estas dificultades han sido más normativas y poco efectivas en sus resultados. Entre las políticas pueden mencionarse:

COSTA RICA: POLÍTICAS PÚBLICA SEGÚN PLANES DE DESARROLLO DEL GOBIERNO. 2010-2015

PLAN NACIONAL DE DESARROLLO	CONSEJO NACIONAL DE LA PRODUCCIÓN	MINISTERIO DE AGRICULTURA Y GANADERIA
Mejorar la comercialización de productos agropecuarios.	Orientar la actividad agropecuaria de pequeños y medianos productores para la inserción competitiva en el mercado nacional e internacional.	Mejorar la competitividad del sector agropecuario
Fortalecer las agroempresas en cadenas de valor.	Contribuir en la formación de capacidades de los pequeños y medianos productores en el uso de herramientas de información para el desarrollo de la competitividad. También, poner a disposición herramientas de información de mercados para la adecuada comercialización de los productos.	Innovar e integrar la tecnología
Poner en funcionamiento centros de procesamiento y mercadeo de alimentos		Gestionar los territorios rurales y la agricultura familiar.

Fuente: Plan Nacional de Desarrollo de Costa Rica 2010-2014.

La política implementada hace énfasis en el fortalecimiento de las agrocadenas como herramienta de desarrollo en la agricultura. Particularmente, enfatizándose en el mejoramiento de los mecanismos de comercialización y mercadeo utilizados por los productores. Sin

embargo, el alcance hacia el sector es bastante marginal debido a lo complejo del tejido productivo en la agricultura costarricense así como a la escasez de recursos financieros disponibles por parte de la institucionalidad pública para operacionalizar y ejecutar los objetivos propuestos. Por lo tanto, el problema de la intermediación en la comercialización persiste y los agricultores continúan siendo presa fácil de los intermediarios en la comercialización localmente e internacionalmente.

La política de Estado en este ámbito carece de selectividad entendida ésta como el proceso de selección y agrupación de distintos productores para que sean incluidos en el diseño de política pública acorde a las necesidades y requerimientos experimentados en las actividades económicas realizadas. Normalmente, la política es más genérica y agregada, lo cual limita el alcance y la afectación positiva entre los beneficiarios potenciales. También, la política es de corto plazo y carece de visión de mediano y largo plazo. Este fenómeno es influenciado por el diseño normativo de la política pública que generalmente se apega a la planificación estratégica quinquenal con objetivos y metas definidas por hacedores de política que responden a los intereses de los gobiernos de turno. Por lo tanto, la visión de mediano y largo plazo se ignora y el accionar que se impone es el del corto plazo. Posiblemente, el diagnóstico del gobierno costarricense sea el correcto. No obstante, las dificultades radican en el diseño de una política agrícola que no logra responder a las necesidades de las actividades agropecuarias en el país.

4.2 LA POLÍTICA PÚBLICA EN MATERIA DEL ACCESO AL CRÉDITO

La política pública en materia del acceso al crédito ha consistido en liberalizar el mercado financiero para reducir el margen de intermediación bancaria y así lograr la eficiencia. La política crediticia que operaba en el pasado amparada al modelo proteccionista de la economía basada en el establecimiento de topes de cartera y tasas de interés subsidiadas ha finalizado operativamente. La política crediticia doméstica en Costa Rica ha seguido la tendencia del proceso de globalización. Esta política enfatiza en la liberalización apertura a la banca privada con el objetivo de profundizar la competencia financiera en el sistema vigente. La política ha puesto a competir a la banca comercial pública con la privada pero con ventajas en materia de escala y tradición histórica de posicionamiento en el mercado.

Desde la dinámica de las cadenas globales de valor el acceso al crédito es determinante para ampliar las posibilidades de producción. Por lo tanto, la política de tasa de interés es esencial para orientar la asignación de recursos productivos. La dificultad en el acceso al crédito está relacionada con el cumplimiento de garantías y el manejo de la gestión financiera por parte de las empresas. El demostrar que las empresas son bancables formalmente es obstáculo para solicitar crédito en el sistema financiero.

El manejo de la tasa de interés por parte de los hacedores de política económica se complica ante la presencia de profundos déficit fiscales. Por ejemplo, Costa Rica tiene un déficit fiscal que transita entre el 5% y 6% del Pib, lo cual presiona al alza en la tasa básica de interés, esto se ha evidenciado en el paso de esta del 6,5% en el 2010 a 10,5% en el 2012. Este incremento encarece el crédito adquirido por los empresarios afectándose la capacidad de inversión y la tasa de beneficio de corto plazo en las empresas. Además, la política de crédito no hace discriminación según sectores productivos, es decir, todos deben asumir condiciones de competencia iguales en el costo asumido independientemente de las condiciones estructurales de producción que se experimenta en cada sector de la economía.

5. CONCLUSIONES

Las cadenas globales de valor se dinamizan por mercados que muestran fallas de mercado a lo largo del funcionamiento de todos los eslabones que la componen. Los mercados de insumos, productos, trabajo, financiero son distorsionados por la presencia de economías de escala, integración vertical, información asimétrica, externalidades, entre otros. La liberalización de los mercados profundiza esta tendencia en la globalización porque la flexibilidad y libertad conduce a una mayor movilidad de los factores en las cadenas. Estas imperfecciones de mercado normalmente conducen a concentración y poder de mercado fundamentalmente en la comercialización causando pérdida en el bienestar que es irrecuperable en los consumidores.

Los mercados que integran las cadenas permiten contraponer la relación de países en desarrollo y desarrollados en el mercado global. En el mercado de productos los productores terminan recibiendo el menor precio con respecto al precio que cobran los comercializadores al consumidor final, apropiándose éstos últimos de los mayores beneficios.

En el mercado financiero, la liberalización establece normas comunes a los agentes económicos que operan en la cadena y no existen mecanismos de diferenciación en el acceso al crédito, aunque persistan diferencias significativas entre los sectores productivos en niveles de eficiencia y productividad, afectándose en el acceso y en la disponibilidad de los recursos financieros. En el mercado de trabajo, la globalización ha incentivado la movilidad del trabajo y ha incentivado la calificación de mano de obra para la elaboración de bienes intensivos en capital (bienes tecnológicos) y los grupos corporativos multinacionales han aprovechado las condiciones del trabajo no calificado para producir bienes intensivos en trabajo en economías en desarrollo. La dificultad de la liberalización del mercado de trabajo radica en el limitado valor agregado que generan los bajos salarios remunerados en economías en desarrollo.

La política pública hace énfasis en corregir los problemas de eficiencia y productividad de los sectores productivos a través de planes de desarrollo y planes estratégicos altamente normativos. El fundamento estratégico ha hecho diagnósticos satisfactorios pero el conjunto de medidas son sumamente generales y de corto plazo. Por lo tanto, los productores y manufactureros no experimentan efectos positivos sustanciales que mejore las capacidades y posicionamiento en las cadenas globales de valor. La interrogante principal continua siendo válida, ¿Cómo las empresas y unidades productivas de países en desarrollo pueden posicionarse exitosamente en las cadenas globales de valor en el contexto de un mundo cada vez más globalizado?

NOTAS

- ¹ Se define el *outsourcing* en la manufactura de prendas de vestir como la relación contractual entre empresas contratistas (branders y retailers) y empresas manufactureras dedicadas a la fabricación de prendas de vestir o ensamble, típicamente localizadas en países periféricos. El *outsourcing* permite a empresas multinacionales localizadas en países desarrollados ahorrar costos a través de la descentralización de actividades intensivas en trabajo hacia países donde este factor es abundante y barato. El mismo secretario de Estado de los Estados Unidos, reconoció que la pérdida de empleos en la industria del textil estadounidense obedece a las actividades de outsourcing que las compañías norteamericanas llevan a cabo en India con el propósito de reducir costos y aumentar la competitividad internacional. (Información en <http://www.computerweekly.com/Article129243.htm>.)

BIBLIOGRAFÍA

- BENAVIDES, Ch. Innovación, tecnología y desarrollo regional. EUNA. Universidad Nacional de Costa Rica. Heredia, Costa Rica, 2010
- COLE, P. A tale of two towns: Globalization and rural deindustrialization in the U.S. *Working USA: The Journal of Labor and Society*. 1089-7011. Volume 12.Pp. 539-562, 2009
- DÍAZ, R. A Developing Country Perspective on Policies for Sustainable Agribusiness Chains: The Case of Costa Rica. NICCOS. Frankfurt, Deutschland, 2003
- ESSER, k (1996). Systemic competitiveness: New governance patterns for industrial development. FRANK CASS and German Development Institute of Berlin. London. 1-172
- FARREL H y J. Knight (2003) Trust, Institutions, and the Social Capital Hypothesis. *Politics & Society*, Vol 31, No.4: 537-566.
- FITTER R. y R. Kaplinsky. (2001) Who gains from product rents as the coffee market becomes more differentiated: A value-chain analysis. in: Gereffi .G. y R. Kaplinsky (eds) *The value of value chains: Spreading the gains from globalisation*. IDS Bulletin 32 (3). 69-82.
- GARCÍA E. 2011. Consecuencias de la globalización financiera sobre la eficiencia del sistema financiero. En revista *Problemas del Desarrollo*. No.167 (42).
- GEREFFI G. (1994) The Organization of Buyer-Driven Global Commodity Chains: How U.S. Retailers Shape Overseas Production Networks. In: Gereffi, G. and M. Korzeniewicz (Eds) *Commodity Chains and Global Capitalism*. Praeger. London.
- Gereffi G. y M. Korzeniewicz (1990) Commodity chains footwear exports in the semiperiphery. In *semiperipheral states in the world-economy*. Edited by William G.Martin. Westport, CT: Green WoodPress.
- Gereffi G., D. Spener and J.Bair (2002). *Free Trade and Uneven Development: The North American Apparel Industry after NAFTA*. Temple University Press, Philadelphia. USA.
- Gereffi G., J. Humphrey y T. Sturgeon (2005) The Governance of Global Value Chains. *Review of International Political Economy*, Vol 12, No.1, pp 78-104.
- Hirschman, A.O (1998) *The Strategy of Economic Development*. Boulder and London: Westview Press (First edition 1958)
- Hobbs J.E.y L.M.Young (2001) *Vertical Linkages in Agri-food Supply Chains in Canada and the United states*. Canada: Strategic Policy Branch for Agriculture and Agri-food.

- Hopkins T.K. y Wallerstein I. (1986) "Commodity Chains in the World-Economy Prior to 1800". *Review* 10, 1: 157-7.
- Huerta M y Kato M. 2011. Hacia la construcción de nuevos enfoques sobre la globalización y crisis. En revista *Problemas del Desarrollo*. No.164 (42).
- Humphrey J. y H. Schmitz. (2001) *Governance in Global Value Chains. Spreading the gains from globalization*, IDS Bulletin 32 (3): 19-29.
- Kaplinsky (eds) (2001) *The value of value chains: Spreading the gains from globalisation*. IDS Bulletin 32 (3): 41-45.
- Kaplinsky R. (2000) *Globalisation and Unequalisation: what can be learned from value chain analysis?*. *Journal of Development Studies* 37 (2): 117-46.
- Levitt Th. (1975). *Marketing Myopia*. *Harvard Business Review*. September-October.
- Marsden P. y Lin N.(1982) *Social structure and network analysis*. SAGE PUBLICATIONS. Beverly Hills. London, New Delhi.
- Messner D. (1996) *Latinoamérica Hacia la Economía Mundial: Condiciones para el Desarrollo de la "Competitividad Sistémica"*. Instituto de Paz y Desarrollo de Duisburg. Alemania.
- Mittelhauser M. (1997) *Employment Trends in Textiles and Apparel 1973-1975*. *Monthly Labor Review*, Agosto.
- Parada M. y Meneses K. (2006) *Las Capacidades Competitivas de la Micro y Pequeña Empresa de Ropa y su Relación con las Empresas Comercializadoras en Costa Rica*. Conferencia. II Semana Facultad de Ciencias Sociales. UNA. Heredia, Costa Rica.
- Parada M.2011. *Futuro de la industria de ropa de Costa Rica: Un enfoque de cadena global de mercancías*. Tesis doctoral. Universidad de Tilburg. Holanda.
- Parada Martín (2003) "La Cadena Global del Textil en Centroamérica". *Revista Economía y Sociedad* # 22. Escuela de Economía. Universidad Nacional.
- Pelupessy W. (2001) *Market Failures in Global Coffee Chains*. Conference: *The Future of Perennial Crops*. Yamoussouko, Ivory Coast, November 4-9.
- Porter M (1990) "The Competitive Advantage of Nations". MACMILLAN. First edition. London. 1-178.
- Potrafke N. 2010. *Labor market deregulation and globalization: empirical evidence from OECD countries*. En *Re.World Economics* 146: 547-571.

Rabelloti R, Pietrobello C, Giuliani E.(2005) Upgrading in Global Value Chains: Lessons from Latin American Clusters. *World Development* Vol.33, No.4, pp 549-573.

Ratnayake Ravi (1999) Industry Concentration and Competition: New Zealand Experience. *International Journal of Industrial Organization*. No.17. Pg. 1041-1057.

Reynolds T. (1994) "Institutionalizing Flexibility": A Comparative Analysis of Fordist and Post-Fordist Models of Third World Agro-export Production" in: Gereffi G and Korzeniewicz M. (Eds) *Commodity Chains and Global Capitalism*. Praeger. London.

Ribeiro J. (2004) Outsourcing means US job creation is a must. Artículo publicado for IDG News Service en sitio web.

Szirmai Adam (2005) *The Dynamics of Socio-Economic Development: An Introduction*. Cambridge University Press. New York. United States.

Talbot M. (1997) Where Does Your Coffee Dollar Go? The Division of Income and Surplus Along. *Studies in Comparative International Development*; Spring 1997, Vol.32, No.1: 56-91.

Van Dooren R. (2003) *Garments on the Move: The Local Dynamics of Export Networks in La Laguna, Mexico*. PhD Thesis, Utrecht University. The Netherlands

Varian Hall (2008) *Microeconomía Intermedia: Un Enfoque Moderno*. Séptima Edición. Antoni Bosch Editor. Barcelona, España.

Zhang Q, y Felmingham B. (2002) *An Analysis of Input-Output Interindustry Linkages in the PRC Economy*. School of Economics, University of Tasmania. Australia.

RESUMO

Mercados alocar recursos em cadeias globais através do mecanismo de preços, acelerando e retardando a geração de bens e serviços na economia global. Estes mercados são imperfeitos e não integrados que leva a desarticulação nas ligações da cadeia de valor global, promovendo a concentração de excedentes nos agentes económicos que estão normalmente na fase de comercialização e não na produção sendo provas em altas taxas de ganho.

Palavras-Chave: Integração, economia, economia mundial.

ABSTRACT

Markets allocate resources in global chains through the price mechanism, speeding up and slowing down the generation of goods and services in the global economy. These markets are imperfect and non-integrated which leads to disarticulations in the links of the global value chain promoting the concentration of surpluses in economic agents that are normally at the marketing stage and not in the production being evidence in high rates of gain.

Keywords: integration, economy, world economy.

Populismo e Forças Armadas

Celso Péricles Fonseca Thompson - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO

O presente artigo trabalha com uma variante do Populismo latino-americano, o governo das forças armadas peruanas, tendo a frente o general Velasco Alvarado. O processo político peruano ganhou relevo ao mobilizar a liderança militar em direção a reformas sociais, considerando que, com frequência, na América Latina, os chefes militares se posicionavam contra as práticas populistas, promovendo a reação oligárquica. Os limites da ação militar foram marcados principalmente pela oposição aos interesses econômicos, sobretudo norteamericanos, e na composição do governo pelo sincretismo de suas bases de apoio, reunindo forças muito díspares.

Palavras-chave: Peru ;Forças Armadas; Populismo.

INTRODUÇÃO

As questões levantadas pela análise do Populismo na América Latina usualmente confrontam as forças armadas, a serviço das oligarquias, aos trabalhadores urbanos em suas novas formas de organização e de lutas. O Populismo é identificado como fenômeno característico de passagem da sociedade tradicional de base rural para a sociedade moderna de base industrial. A relação entre o poder militar e o fenômeno chamado Populismo é, com frequência, marcada pelo antagonismo entre o estamento¹ militar e as ações de governos genericamente designados populistas, comprometidos, ao menos ao nível da geração de expectativa, com mudanças na ordem social através de medidas visando melhorias na condição de vida dos desfavorecidos.

O objetivo do presente artigo é discutir os aspectos particulares do Populismo militar, isto é, quando as forças armadas promovem reformas, que procuram atender, ao menos parcialmente, aspirações populares e, na prática, as limitações inerentes a essas políticas, acabando por inviabilizá-las. O exemplo mais relevante na América Latina é o peruano, observado durante os anos de governo do general Velasco Alvarado², de 1968 a 1975, sendo importante lembrar que o regime militar peruano

sofreu significativa mudança a partir do golpe do general Morales Bermudez, imprimindo diretrizes conservadoras ao governo até o retorno do poder ao controle civil, o que implicou no reconhecimento da vitória eleitoral de Belaúnde Terry, o mesmo presidente deposto por Alvarado em 1968 e que completaria seu mandato entregando o poder a Alan Garcia, do APRA, vitorioso nas urnas.

Ao se analisar a relação das forças armadas com os poderes constituídos na América Latina, torna-se necessário situá-los no contexto social e político da região.

As comparações com movimentos reformistas no âmbito das nações em desenvolvimento, para além dos limites da América Latina, implicam no reconhecimento de diferenças entre eles. O exemplo do Nasserismo³ é elucidativo. A idéia de Revolução defendida pelo regime egípcio se associa diretamente a luta anti-imperialista e ao combate ao colonialismo, o que pode ser comprovado pela posição de destaque do Egito, juntamente com Jugoslávia e Índia, no movimento dos não-alinhados. Uma diferença significativa em relação à América Latina, reside no fato que no Egito não existiu um regime liberal democrático antecedendo a chegada dos militares reformistas ao poder.

POPULISMO

Na América latina, conquanto se reconheçam pontos comuns no desenvolvimento das nações, torna-se necessário atentar para a grande diversidade de contribuições da região em termos de cultura política. "Assim como os deuses dos Maias não são os mesmos dos Astecas e Incas, da mesma forma os valores e padrões sócio-culturais de procedência européia não aparecem da mesma forma em todas as sociedades latino-americanas...

Em perspectiva ampla, o desenvolvimento desigual e combinado é inerente tanto ao conjunto da América Latina como a cada um dos seus países, considerado isoladamente". (Ianni, 1989, p.13)

Otávio Ianni critica as definições de Populismo, a exemplo de Torquato di Tella, que ressaltam o caráter autoritário da mobilização populista das massas, enfatizando a singularidade das massas latino-americanas e seu momento histórico, em que se recebe, em geral, positivamente, lideranças que, de forma demagógica ou não, se apresentam como interpretes das aspirações populares.

Dessa maneira, as alianças que viabilizariam administrações populistas, surgiram como alternativa a debilidade das "alternativas liberal e operária",

ainda que o autor argentino afirme que “As massas- repitamos ainda- têm nos países do Terceiro mundo mais poder do que jamais tiveram na experiência européia.”(Di Tella,1969,p.87) Países como Argentina,Uruguai e Chile, por sua organização sindical e elevado percentual de urbanização tem uma evolução distinta do Peru ,mais perto da caracterização abaixo apresentada.

“Também a instalação das indústrias e atividades mineiras típicas de uma sociedade que começa a industrializar-se na América Latina (mineração de diversos tipos, indústrias alimentícias, usinas e frigoríficos) ocasiona grandes concentrações operárias sem a contraposição de uma classe média numerosa,desnecessária para a estrutura técnica antiquada dessas empresas”(Di Tella,1969,P71)

FORÇA ARMADA E POLÍTICA

Ao se analisar o papel da força armada na política torna-se necessário distinguir a atividade militar e o militarismo. Na visão de Nicolas Bôer essa diferença é marcante para o entendimento da relação do militar com a sociedade civil.

“Alfred Vagts (1967) insiste na distinção entre o pensar e o agir de modo militar e o militarista (military way e militaristic way) O modo de pensar e agir militar seria marcado “pela concentração de homens e materiais na conquista de objetivos específicos de poder com a máxima eficiência possível, ou seja, com o mínimo possível de perda de sangue e de recursos; ele é ,portanto, limitado quanto aos seus objetivos,confinado a uma função e científico nas suas qualidades essenciais”.Por outro lado “ o militarismo apresenta uma vasta gama de costumes, interesses,prestígio, ações e pensamentos associados as forças armadas e a guerras , mas que transcendem os propósitos puramente militares. Na realidade o militarismo é de tal maneira constituído que é capaz de impedir e derrotar os propósitos do military way...”Rejeitando o caráter científico da maneira de ser militar , o militarismo ostenta as qualidades de casta e de culto,e autoridade e de crença”(Vagts,1967,p.13) É neste sentido que o militarismo configura uma ideologia” (Bôer,1980,p.2)

Os dois “tipos “ dificilmente se apresentam sem alguma nuance, convivendo mesmo em sociedades com um perfil nítido da relação entre instituições militares e a sociedade civil, a exemplo da prussiana à época do II Reich (1870-1918).

As forças armadas ,ainda que possam apresentar tantas divisões político- ideológicas quanto as existentes na sociedade civil,tendem a se apresentar como monolíticos defensores da nacionalidade A necessidade de entendimento acerca da natureza da função militar e seu inequívoco reflexo no pensamento dos integrantes das forças armadas tem levado a que se busque superar esse quadro de excessiva simplificação, em geral identificando o poder militar com estruturas de dominação e repressão de movimentos populares.

“Quanto a temáticas, o campo de estudos militares no Brasil é claramente subdesenvolvido, apesar do esforço dos poucos que a ele se dedicam. Basta mencionar que,quase sem exceção, eles são marcados por um politicismo exagerado , mesmo nos autores que partiram inicialmente, ou ainda partem, da perspectiva da teoria das organizações .A intervenção militar na política domina a preocupação de todos”

(Carvalho,José Murilo de -Forças Armadas e política no Brasil-Rio de Janeiro;Jorge Zahar,2005,p.143)

Questões de ordem étnica e ou religiosa estabelecem sensível mudança na atuação das forças armadas no cenário político na África,Ásia e América Latina..Na América Latina foram frequentes os golpes com participação de lideranças civis, instigando ações militares contra os poderes constituídos, a pretexto da salvação nacional. “A ditadura militar é sempre condicionada e provocada pelo vácuo de poder político, nos casos em que as instituições(democráticas) não funcionem ou estejam desacreditadas. É o momento em que explode do fundo da alma nacional um grito de salvação.” (Bôer,1980,p.136)

O Peru apresentava uma situação das forças armadas na sociedade, após a II Guerra Mundial caracterizada pela influencia norte-americana , consolidada mediante o envio de numerosos oficiais a Escola das Américas, funcionando de 1946 a 1984 no Panamá e a partir de então instalada em Fort Benning nos Estados Unidos. No contexto sul-americano, os peruanos se consideravam aptos a garantir a integridade territorial do país, tomando as forças do Brasil e Argentina como referencia, em termos da capacidade de auto-defesa do país.

O CAEM, Centro de Altos Estudos Militares, originário do centro do Exército criado em 1950,procurou redefinir seu papel na construção de um novo projeto nacional, levando em conta a realidade do momento histórico dos anos 50, o que conjugaria a segurança militar nos moldes tradicionais e a formulação de uma estratégia nacional de caráter

desenvolvimentista e integrador da identidade nacional. A idéia de priorizar o inimigo interno, em acordo com a Doutrina de Segurança Nacional, levou a intensificar a atuação contra insurreições camponesas, o que contribuiu para que vários militares vissem nas condições de pobreza e desigualdade reinantes no campo um estímulo a difusão de doutrinas revolucionárias.

Os chefes militares, conquanto concordassem com as linhas gerais das reformas anunciadas pela administração da Ação Popular, partido do presidente Belaúnde, lamentavam sua morosidade e, mais do que isso, as vicissitudes da via parlamentar, impedindo ou postergando realizações tidas como imprescindíveis para o progresso social.

PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA

O encerramento do período colonial, marcado pelo domínio espanhol e a afirmação do ou poder britânico no século XIX foram marcantes. O Peru oferecia menos atrativos do que Argentina ou Chile para o capital inglês, havendo uma melhora da situação econômica

somente com exploração do guano e salitre. O Estado peruano, incapaz de administrar essas novas fontes de riqueza, entregou as jazidas e depósitos a burguesia nacional que as transferiu a firmas estrangeiras

O Peru mantinha uma relação sujeita a tensões com seus vizinhos, especialmente com o Chile, em decorrência da Guerra do Pacífico em 1879. O conflito terminou de maneira desastrosa para o Peru, com a perda das províncias de Arica e Tacna, esta última retornando ao controle peruano em 1929

No Peru o desenvolvimento das forças políticas tinha de considerar as divisões entre os setores modernizados e as massas indígenas dos campos. A oligarquia conservava posições privilegiadas de poder e a criação do partido aprista, que já no nome trazia a pretensão de, além de identificar-se com o indigenismo, ultrapassar os limites nacionais, o que pode ser sintetizado pela idéia de Indoamérica, defendida pelos apristas

No “programa máximo” do aprismo apresentado em 1926 a face internacionalista do partido é explicitada:

- 1) Acción contra el imperialismo yanqui;
- 2) Unidad política de América Latina;
- 3) Nacionalización de tierras e industrias;
- 4) Internacionalización del Canal del Panamá;

5) Solidaridad com todos los pueblos y classes oprimidas del mundo (Salazar Bondy,1974,469 in Soares,2000,p.37)

As oscilações da política peruana serão de tal ordem que, num aparente paradoxo, os representantes das massas populares somavam suas forças numa aliança com o antigo ditador ,o general Ódria, para boicotar pelo obstrucionismo parlamentar as propostas reformistas do governo Belaúnde.A força política de Ódria se vinculava a benefícios concedidos aos migrantes rurais em seu governo ,vendo surgir ao menos trinta novas “barriadas”, bairros populares,na capital, assistidas nos moldes da tutela estatal numa sociedade em que um sistema de mercado coexiste em larga escala com relações clientelísticas. O Apra teve de abandonar o caminho revolucionário para viabilizar a chegada ao poder, o que só ocorreria após a morte de seu líder, Haya de La Torre.

O aprismo baseia-se no apoio da classe operária e em importantes setores da classe média Acresce o apoio de parcela dos sindicatos A ideologia foi elaborada com base no marxismo , com a pretensão de aplicar o marxismo as condições latino-americanas.sob uma liderança carismática e com disciplina partidária As propostas de cunho reformista, se sobrepuseram aquelas mais radicais, por exemplo,a de nacionalização de empresas estrangeiras .As acusações de traição aos ideais partidários não diminuíram o apoio popular de maneira significativa.

Na primeira metade do século XX a questão do poder do Estado assume proporções de vulto. E nos núcleos urbanos as massas populares tendem a se identificar com a orientação do Estado, o que permite que este se imiscua em diversos aspectos da vida do cidadão. Tal quadro é favorecido pelo colapso de oligarquias liberais do século XIX, possibilitando a reestruturação do aparelho estatal, no momento de emergência das massas.

O período supra citado corresponde a uma época de mudanças advindas da inserção do país,em condições periféricas ,no sistema capitalista,necessitando da estruturação de um estado moderno. Na mineração e na agricultura a presença estrangeira era cada vez mais efetiva. Os ingleses, por exemplo, construíam e exploravam ferrovias, como em outros países da América Latina. A International Petroleum Company, IPC, assumia o controle dos metais não ferrosos dos Andes centrais

No século XX sobressaem na vida pública peruana Vitor Haya de la Torre (1895-1979), fundador do APRA e José Carlos Mariátegui,

líder do Partido Comunista do Peru e principal teórico marxista do país que, numa vida breve, conseguiu aliar conhecimento teórico do marxismo e adapta-lo a realidade peruana. Para ele o marxismo não deveria ser limitado ao campo teórico, sendo antes de tudo uma forma de ver a vida. O índio peruano era a força a ser incensada frente a exploração capitalista. Foi dos primeiros a abordar problemas agrários relacionando-as a problemática indigenista. Argumentava em favor da tradição de coletivismo do 'comunismo incaico'. Com a fundação do partido socialista em 1928 colocou-se em oposição a Haya de La Torre. Após a morte de Mariátegui o Partido Socialista mudou para Partido Comunista, alinhando-se com as diretrizes da Terceira Internacional⁴.

O livro "Sete ensaios de Interpretação da realidade Peruana" sua principal obra avançou na concepção socialista propondo não uma volta idílica ao passado, mas a conscientização do índio pela educação, incluindo a orientação marxista.

Mariátegui via um país cindido em dois, a costa, moderna e capitalista com a predominância dos brancos e a serra marcadamente indígena, vítima de estruturas arcaicas.

Vitor Haya de La Torre fundou o partido aprista, de tendência nacionalista, com uma retórica anti-imperialista opondo-se ao governo Leguía⁵⁵. Leguía, Augusto (1864-1932) Governou o Peru de 1903 a 1912 e de 1919 a 1930. A década de 20 favoreceu seu governo, graças ao crescimento econômico e, também, aos acordos diplomáticos com Chile, Colômbia e Equador relativos as fronteiras peruanas. A Crise de 29, como em outros países latino-americanos, contribuiu para sua derrubada do poder pelo Exército.

"Esse governo não duraria mais do que a prosperidade; Leguía, a seu modo, tentava manter o equilíbrio entre uma oligarquia mais forte que a existente no Chile e na Argentina e estratos populares mais restritos e mais débeis; para ter êxito, a tentativa exigia uma conjuntura econômica sempre favorável. (Dongui, Túlio, 1975, p.201)

O regime militar, embora dispondo de um aparato de forças para exercer a repressão a seus adversários, era capaz de permitir a comunicação de Haya de La Torre com os populares.

Deve ser acrescentado o fato do governo militar capitalizar politicamente seu posicionamento nacionalista, particularmente nas questões pertinentes a indústria petrolífera e a soberania no mar territorial de 200 milhas, o que tornaria temerário o posicionamento de uma oposição passível de ser interpretada como lesiva aos interesses nacionais.

CONCLUSÃO

As críticas ao desempenho político do populismo militar peruano vinham, inclusive, de autores que viam iniciativas positivas no regime, não obstante suas limitações quanto a organização de forças populares de apoio. As forças armadas, por princípio, são refratárias a menor possibilidade de que ocorra quebra do princípio de hierarquia e, também, da possibilidade de mobilizar as massas populares, mesmo que sob a alegação de defesa do regime.

“A visão que transparece nas interpretações da história peruana é de que as elites políticas nacionais não conseguiram construir sua hegemonia em meio à sociedade civil, o que comprometeu a realização de seus projetos, e, em diferentes momentos, conduziu a tentativa de compensar a falta de consenso com a intensificação dos mecanismos coercitivos” (soares, 2000, p. 176).

As realizações do regime são palpáveis nos núcleos urbanos, oferecendo melhorias na infra-estrutura a cerca de um terço da população das cidades. Isto não foi o bastante para assegurar a superação das contradições da ordem social peruana e a institucionalização do regime militar. A economia peruana nos anos 70 enfrentava crise decorrente da queda dos preços dos artigos de exportação, o que trazia consequências no salário dos trabalhadores.

“Nos últimos dias de 1977, Juan Velasco Alvarado morreu numa sala de cirurgias. Seu féretro foi carregado em ombros pela maior multidão jamais vista nas ruas de Lima. O general Velasco Alvarado, nascido em casa humilde nas terras secas do norte do Peru, havia encabeçado um processo de reformas sociais e econômicas. Foi a tentativa de mudança de maior alcance e profundidade da história contemporânea do seu país. A partir do levante de 1968, o governo militar impulsionou uma reforma agrária verdadeira e abriu as comportas para a recuperação dos recursos naturais usurpados pelo capital estrangeiro. Mas quando Velasco Alvarado morreu, já haviam sido celebrados os funerais da revolução. O processo criador teve vida fugaz: terminou afogado pela chantagem dos agiotas e negociantes e pela fragilidade congênita de todo projeto paternalista e sem base popular organizada” (Galeano, 1996, p. 289).

A reiterada incapacidade das elites dirigentes em atender demandas populares não foi satisfeita pelo poder militar, não obstante suas iniciativas na primeira fase do governo acenarem com transformações promissoras.

Ficou do regime a idéia de repressão as dissidências, as greves e as manifestações populares, o que, aliado a saúde débil da maior liderança militar, o general Velasco Alvarado, contribuiu para o golpe bem-sucedido do general Morales Bermudez em 1975. Em suma, o processo desencadeado pelo GRFA, malgrado esbarrar numa complexa junção da herança colonial com os paradoxos da política peruana, mais ainda suas limitações institucionais, permanece como referencial da vertente militar do Populismo.

NOTAS

- ¹ Estamento. “De um ponto de vista político o estamento pode ser considerado como uma das ordens de um corpo político, que tenha expressado, ou implicado em reivindicação legal por um certo grau de importância no governo. Do ponto de vista da estrutura social, o estamento pode ser considerado como uma das divisões sociais das sociedades geralmente reconhecidas, tidas em face de outras divisões como socialmente superior ou inferior” Cox, Oliver in Ianni, Otávio (org.) Teorias de Estratificação Social. São Paulo: Nacional, 1973, p.239. As Forças Armadas são, pela sua hierarquia, consideradas estamentos numa sociedade de classe.
- ² Velasco Alvarado. (1910-1977). Militar e estadista peruano. Assume o poder em 1968 por meio de um golpe de Estado. A popularidade dos primeiros anos de seu governo se deveu a uma política de nacionalismo econômico e as modificações significativas nas estruturas agrárias.
“ Segundo o general Velasco Alvarado , a nova sociedade se fundamentaria em princípios recolhidos do melhor legado das tradições libertárias, socialistas e cristãs, no que esta última tinha de proposição social renovadora” (Soares, Gabriela, 2000, p.126) . Um sincretismo que tendeu a inviabilizar o aprofundamento das transformações sociais a serem empreendidas pelo governo das Forças Armadas.
- ³ Nasserismo - Movimento político inspirado nas idéias de Gamal Abdel Nasser (1918-1970), a principal liderança dos oficiais egípcios que derrubaram a monarquia em 1952. Pregando a unidade do mundo árabe e uma forma peculiar de socialismo emergiu como uma das lideranças do chamado Terceiro Mundo, já na conferência de Bandung em 1955, reunindo nações da África e Ásia em luta contra o colonialismo e o racismo. Para ele o despertar da nação árabe se daria pela liberdade, socialismo e unidade. Isso no plano interno envolvia a propriedade pública dos meios de comunicação, bancos, indústrias e comércio exterior. Havia também o estímulo a tomada do poder por militares simpatizantes do nasserismo nas demais nações árabes. “Mesmo em seu ponto mais alto, o regime de Abdel al-Nasser não conseguiu canalizar todas as forças políticas do povo egípcio. Seu movimento político de massa, a União Socialista Árabe, foi um canal através do qual se comunicavam ao povo as intenções do governo, em vez de um canal pelo qual se expressassem os desejos, sugestões e queixas populares.” (Hourani, Albert. Uma História dos Povos árabes: São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.408)
- ⁴ Terceira Internacional “A Terceira Internacional ou Comunista tem sua origem em 1919, como expressão organizada de um processo revolucionário julgado realizável em breve tempo e visto como garantia das conquistas da primeira revolução do proletariado já vitoriosa” (Bobbio, Norberto & Matteucci, Nicola, & Pasquino, Gianfranco Dicionário de Política: Brasília: UNB: São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000, p. 646)
- ⁵ Leguía, Augusto (1864-1932) Governou o Peru de 1903 a 1912 e de 1919 a 1930. A década de 20 favoreceu seu governo, graças ao crescimento econômico e, também, aos acordos diplomáticos com Chile, Colômbia e Equador relativos as fronteiras peruanas. A Crise de

29, como em outros países latino-americanos, contribuiu para sua derrubada do poder pelo Exército "Esse governo não duraria mais do que a prosperidade; Leguía, a seu modo, tentava manter o equilíbrio entre uma oligarquia mais forte que a existente no Chile e na Argentina e estratos populares mais restritos e mais débeis; para ter êxito, a tentativa exigia uma conjuntura econômica sempre favorável. (Dongui, Túlio, 1975, p.201)

BIBLIOGRAFIA

- BOER, Nicolas. Militarismo e clericalismo em mudança. São Paulo: T.A Queiroz, 1980
- CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005
- DI TELLA, Torquato. Para uma política latino-americana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969
- DONGUI, Túlio. História da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975
- GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996
- IANNI, Octavio A Formação do estado Populista na América Latina, São Paulo: Ática, 1989
- SADER, Emir A Nova Toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana- São Paulo: Boitempo, 2009
- SOARES, Gabriela Pellegrino. Projetos Políticos de Modernização e Reforma no Peru :1950-1975 . São Paulo: Annablume :FAPESP, 2000
- TABAK, Fanny (org) Ideologias; Populismo. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

RESUMEN

Este artículo trabaja con una variante del populismo latinoamericano, el gobierno de las fuerzas armadas peruanas, que tenía el general Velasco Alvarado como líder. El proceso político peruano ganó al movilizar la dirección militar en la dirección de las reformas sociales, considerando que, con frecuencia, en América latina, los militares dirigieron si localizaron contra los Populists prácticos, promoviendo la reacción oligárquica. Los límites de la acción militar habían sido marcados principalmente por la oposición a los intereses económicos, sobre todos los norteamericanos, y en la composición del gobierno para el sincretismo de sus bases de la ayuda, juntando fuerzas muy distintas se apaga.

Palabras claves: Perú; Fuerzas Armadas; Populismo.

ABSTRACT

The article deals with a variant of Latin American Populism: the government of the Peruvian Armed Forces, taking forward the General Velasco Alvarado. The Peruvian political process gained prominence in mobilizing the military leadership toward social reform, whereas often in Latin America, the military chiefs were standing against populist practices, promoting the oligarchic reaction. The limits of military action were primarily delimited by the opposition to economic interests, especially Americans, in the government and the syncretism off their support bases, gathering very different forces.

Keywords: Peru; Armed Forces; Populism.



Premisas geográficas del Caribe, una aportación científica de Andrzej Dembicz

David Velázquez Torres - Universidad de Quintana Roo, México

RESUMEN

El Atlas Regional del Caribe, se constituye como una obra cartográfica y geográfica donde la participación de los geógrafos polacos es destacada, siendo Andrzej Dembicz quién encabeza esta delegación académica, su aportación metodológica geográfica y cartográfica es relevante, siendo en el año 1979 cuando se concluye este proyecto de investigación y curiosamente se publica por primera ocasión en México, la parte correspondiente al documento teórico “Premisas geográficas de la integración socioeconómica del Caribe”

Palabras-Claves: Andrzej Dembicz, Caribe, Geografía

Este artículo analiza una de las aportaciones científicas de uno de los geógrafos latinoamericanistas más destacados en la segunda mitad del siglo XX y principios del XXI, que en varias ocasiones colaboró con el Programa del Doctorado en Geografía, de la Universidad de Quintana Roo, México. Se desempeñó como fundador y director del Centro de Estudios Latino Americanos (CESLA) en la Universidad de Varsovia, de 1988-2009.

A continuación intento destacar las aportaciones más importantes de A. Dembicz a un tema muy actual y donde los especialistas en el tema todavía lo discuten e intentan aproximarse a definiciones más precisas sobre el mismo; como antecedentes es conveniente señalar:

“el acercamiento económico y político entre Polonia y Cuba socialistas operado a partir de 1960 y manteniéndose hasta finales de los ochenta, que influyó notablemente sobre el crecimiento de intereses intelectuales por Latinoamérica, ofreciendo también grandes posibilidades de formación y entrenamiento de cuadros académicos”.(Dembicz, Andrzej. 2002:179).

El Atlas Regional del Caribe, se constituye como una obra cartográfica y geográfica donde la participación de los geógrafos polacos es destacada, siendo Andrzej Dembicz quién encabeza esta delegación académica, su aportación metodológica geográfica y cartográfica es relevante, siendo en el año 1979 cuando se concluye este proyecto de investigación y curiosamente se publica por primera ocasión en México, la parte correspondiente al documento teórico “Premisas geográficas de la integración socioeconómica del Caribe”, Se edita en 1979 en la Universidad Autónoma del Estado de México (UAEM) , con una presentación realizada por David Velázquez T., coordinador de la licenciatura en geografía, de esa casa de estudios.

“La institucionalización de los estudios latinoamericanos en Polonia, en las décadas de 1970 y 1980, creó muy buenas premisas para la formación de nuevos cuadros y para la ejecución de investigaciones. A pesar de la disciplinarietà limitada a las áreas sociales, los estudios latinoamericanos en Polonia, a partir de los años setenta, lograron realizar varios proyectos interesantes, incluyendo trabajos de campo en Cuba, México, Perú y Venezuela.

Los proyectos más característicos realizados en las décadas de los 1970 y 1980 fueron los siguientes:

- El proyecto titulado ‘Historia de América Latina 1750 – 1950’ fue realizado en el Laboratorio de Historia de América Latina. Lo coordinó el prof. Tadeusz Łepkowski. Su efecto fue la obra monumental Historia de América Latina en tres tomos (Varsovia 1978-1981)
- Los geógrafos de la Universidad de Varsovia realizaron varios proyectos dedicados básicamente al problema de la formación regional y de espacios sociales en América Latina, en su mayoría apoyados sobre investigaciones de campo y en cooperación con instituciones latinoamericanas. Entre los más notables cuentan:

‘Formación del espacio rural en las plantaciones de caña de azúcar en Cuba’, realizado en cooperación con la Academia de

Ciencias de Cuba en 1970-1971 (publicado en Varsovia, 1985, La Habana en 1989)

‘Terminología geográfica latinoamericana’ (1972-1976; publicado en Varsovia, 1979)

‘Premisas geográficas de la integración socioeconómica del Caribe’ (en cooperación con la Academia de Ciencias de Cuba 1974-1978; publ., La Habana, 1979)

“Atlas Regional del Caribe”, publicado por la Academia de Ciencias de Cuba en 1979.

‘Espacios sociales ribereños de la Amazonia Peruana’, en cooperación con la Sociedad geográfica de Lima, 1980 (publ. Varsovia, 1988)

‘Formación del espacio social del área El Oro-Aculco-Jilotepec en el Estado de México 1980-1982’, en cooperación con la Universidad Autónoma del Estado de México (publ., Varsovia, 1983)

‘Estructuras rurales de Las Huastecas’ (1984-1986), publ. Varsovia, 1987)

‘La cooperativización de la agricultura en Cuba: el rol de las Cooperativas Agrarias de Producción en la organización de la sociedad y el espacio en Cuba’ (1986-1991), en cooperación con la Academia de Ciencias de Cuba (publ., Varsovia, 1991).

En la ejecución de los proyectos arriba mencionados tomaron parte, entre otros, los profes. Mirosława Czerny, Andrzej Dembicz, Jerzy Makowski y Maria Skoczek.” (Dembicz, Andrzej. 2002:179).

El Atlas es uno de los tres componentes básicos del tema de investigación “Premisas geográficas de la integración socioeconómica del Caribe” realizada por el Departamento de Geografía Económica del Instituto de Geografía de la Academia de Ciencias de Cuba, publicada

en 1979, bajo la dirección de Juan Torrente del Valle y Orlando Montejó Arrechea en colaboración con los geógrafos polacos de la Facultad de Geografía y Estudios Regionales de la Universidad de Varsovia encabezados por Andrzej Dembicz. Por la importancia metodológica que reviste en el siglo XXI, para los estudios geográficos de América Latina y el Caribe, me permito a continuación destacar algunas apreciaciones sobre los conceptos del Atlas del Caribe y entre éstas las aportaciones del geógrafo Dembicz.

Los componentes de la obra, son el volumen analítico evaluativo que lleva por título el nombre del mismo tema y el Diccionario de Términos Geográficos del Caribe. El Atlas constituye así una parte integral de una totalidad investigativa más amplia, por lo tanto sus funciones y su estructura conceptual y técnica están subordinadas a los objetivos y principios teóricos de la investigación, no sólo por el imperativo de la unidad estructural lógica, sino también por la función muy específica que se le había conferido dentro del marco de la metodología establecida en el estudio como un método básico de análisis regional, orientado en este caso, hacia los problemas específicos de la integración. Además en el plano conceptual más amplio, el Atlas fue concebido como una muestra muy concreta de las aplicaciones altamente útiles del método cartográfico en las investigaciones geográficas sobre los países en “vías de desarrollo” y especialmente a lo que se relaciona con la problemática vigente “en la década de los 70’s” a niveles supranacionales.

Al realizar el “Atlas” se trató de cumplir al máximo con los criterios que corresponden a un atlas regional temático, utilizado como instrumento de análisis y en especial, con los de su actualidad, comparatividad y rentabilidad. En este sentido el Atlas constituye uno de los primeros intentos en América Latina, de aplicar la cartografía temática al estudio geográfico regional y sin duda, el primero utilizado en una investigación con enfoque integracionista.

En lo referente al primer punto, una de las situaciones más interesantes desde el punto de vista metodológico lo constituyó el “problema dialéctico de unidad-diversificación de estructuras socioeconómicas regionales” (tan típico del Caribe y presente en todos los campos de la actividad humana), y por consiguiente la búsqueda y selección de los indicadores y las expresiones cualitativas y cuantitativas más adecuadas. Esto se refiere a la posibilidad de expresar cuestiones tales como la diversificación

socio-cultural, las tendencias oficiales y las populares hacia una “caribeización superior de la Región” los problemas de la unidad en el subdesarrollo, esto es las posibilidades o premisas económicas y políticas de compactación. De esta manera el Atlas está compuesto, por una parte de los mapas que tratan de establecer las bases para opinar de alguna forma sobre situaciones cualitativas (como por ejemplo la existencia de focos regionales internos de carácter extraeconómico y su radio de influencia) y por la otra, de representaciones que, al aprovechar indicadores muy específicos, permiten medir muy exactamente a veces las dimensiones cuantitativas de los problemas económicos y sus interacciones a nivel regional.

En cuanto al segundo punto, se trata de introducir lo más ampliamente posible el enfoque funcional que, además de hacer al Atlas más interesante, facilitara a la vez la realización de las tareas anteriormente planteadas y analizadas incluyendo las orientaciones básicas de la tipología geográfica de la agricultura y ofrece de este modo amplias y objetivas posibilidades de comparación espacial.

A pesar de los deseos los comentarios analíticos, sectoriales y regionales, concebidos como evaluaciones de las estructuras y los fenómenos que parcialmente se encuentran representados en los mapas de los autores del Atlas, no siempre cumplen con los objetivos funcionales trazados, debido a diferentes causas tales como ciertas dificultades en la confección de los datos estadísticos confiables o el tema disponible. Para solucionar estas situaciones y a la vez para hacer más legibles sus intenciones, así como para cumplir también con la función divulgativa de la geografía, decidieron introducir.

DEFINICIÓN GEOGRÁFICA DE LA REGIÓN DEL CARIBE

Los elementos principales del guión teórico, son los siguientes:

- La región como noción del espacio geográfico
- Funciones reales y potenciales de las investigaciones geográficas sobre los países en vías de desarrollo
- El concepto de la integración regional a nivel supranacional.
- El problema dialéctico de la unidad y diversificación regional de las estructuras.

Todos ellos y algunos más, se entrelazan y dan como resultado que el intento de definir el Caribe se torne tan interesante como difícil.

La geografía en la década de los 70's prestó poca atención a las

cuestiones de la formación del espacio socioeconómico a nivel supranacional en los países denominados “en vías de desarrollo”; En la obra se adoptó la metodología elaborada por la Comisión para la Regionalización Económica de la Unión Geográfica Internacional (UGI) que funcionó de 1960 a 1968, y según la cuál se distinguen tres clases o géneros de regiones

- La región como base y marco de estudio
- La región como marco y herramienta de acción
- La región como resultado objetivo de estudios

Los autores señalan que considerando los escasos precedentes ya mencionados y el enfoque investigativo temático propuesto, resulta sencillo adoptar la primera de las tres modalidades conceptuales citadas de la UGI, considerando al Caribe como una Región “base y marco de estudios”

Esta solución permite no solo enmarcar territorialmente el área de investigación y aplicar con amplitud el enfoque negativo del tema, sino también escapa a toda clase de controversias, ya que la misma se suele aplicar a las unidades espaciales distinguidas a priori, en interés de la investigación geográfica. Por cierto que la expresión “a priori” hay que entenderla aquí no como un reflejo del voluntarismo geográfico, si no en el sentido de una elección más adecuada de sus límites. Tal como se podrá constatar través del análisis de los materiales presentados en el atlas, y de los ofrecidos en el tomo evaluativo “Premisas geográficas de la integración socioeconómica del Caribe” limitadas en sentido territorial, elaboradas y aceptadas por algunos círculos políticos y científicos subregionales pudiera caber fácilmente dentro del marco de la segunda e inclusive a la tercera categoría de región, aunque, como se ha dicho, las mismas no fueron creadas expresamente para casos en el que se estudia.

De igual manera, queda abierta conceptualmente la definición adoptada de la integración socioeconómica.

Si se parte del hecho de la enorme heterogeneidad regional en todos los planos, desde el socio-cultural hasta el político y económico, es imposible elaborar una definición que no sea flexible en su concepción y exprese toda la diversificación; pero que a la vez señale todas las posibilidades existentes en cuanto a las premisas de una mayor compactación regional. Así, a nuestro entender, desde el punto de vista geográfico, la integración socioeconómica es un proceso dialéctico de

interrelaciones crecientes bilaterales o multilaterales y en diferentes planos. Pero en dicho proceso no se trata sólo del estrechamiento de lazos comerciales y de una creciente colaboración económica, sino, principalmente y como objetivo definitivo, lograr una organización tal del espacio socioeconómico regional a nivel supranacional, que implique una división del trabajo en beneficio general, para una mejor y más racional explotación de los recursos (de todo tipo) y por consiguiente alcanzar la solución de problemas comunes. Entendido así, dicho proceso de integración sólo puede conducir a la independencia económica, y ser aplicado por medio de programas viables de desarrollo.

La definición concebida de este modo, permite, como se ha dicho, tomar en cuenta todos los matices y heterogeneidades existentes en el Caribe, en los diferentes planos y cortes, tanto en el sentido histórico como en el actual.

Son tanto más importantes las consideraciones anteriores, cuanto que hasta la década de los setenta los geógrafos no se habían puesto de acuerdo sobre el alcance territorial de la región socioeconómica del Caribe. Lo anteriormente planteado abrió, desde el punto de vista conceptual, ciertas premisas para poder llegar a tal acuerdo.

Una de las mayores dificultades para definir el Caribe, residía en su enorme complejidad estructural, en todos los planos, frente a la cual los puntos de vista parciales fallaban, ya que actuaban como criterios territorialmente excluyentes. Ahora, al tomar de una manera global y consciente la existencia de dicha diversificación, de perfiles muy variados, que es parcial e individualizadora, de acuerdo con los cortes abiertos durante la investigación, es posible establecer una definición del Caribe, tal como la adoptada en el presente estudio.

A la vez, se puede afirmar que realmente están en lo cierto los investigadores que opinan que la Región, por sus características de diversificación múltiple, puede ser tomada como un laboratorio de la teoría y la práctica integracionistas. Ambos elementos se entrelazan, tanto en su historia como en su vida actual.

Se han formulado hasta hoy un sinnúmero de definiciones parciales y globales del Caribe, acordes con los intereses que las han promovido. Sin embargo, en los últimos años, debido a los efectos de la acción consciente de los intereses nacionales y regionales, representados por numerosos países de la Región, hay una marcada tendencia a definirla de una manera más amplia, que trata de englobar y generalizar los

particularismos subregionales, que a la vez concuerde con el lineamiento rector de la postura conceptual.

En el mencionado tomo analítico, correspondiente al tema, se realiza un amplio análisis de una selección representativa de dichos puntos de vista, así como de los criterios y las definiciones. Aquí, a manera de ejemplo, se recurrirá a una de ellas, la cual constituye una expresión sintética del concepto metodológico globalizador adoptado en el estudio. Es la de Ramphal (Guyana), quien ve el Caribe “. . . en términos de círculos cada vez más amplios de parentesco. En íntimo círculo separado está este grupo de territorios cuya experiencia histórica estuvo hasta hace poco (y en algunos de los casos lo está todavía) reforzada por un dueño o señor metropolitano.

Más amplio es el círculo que abarca las islas del Caribe más viejo, islas que han compartido la temprana experiencia de la colonización, pero que han forzado su libertad del poder colonial en una época más temprana de su historia: la gran Isla de Cuba, Haití y la República Dominicana. Y así finalmente llegamos hacia el círculo más amplio de todos, en el cual los márgenes de identidad se tornan borrosos o confusos y en el cual están los estados de Centro y Suramérica extendiéndose desde México hasta Venezuela.” (Todas las citas y estadísticas utilizadas en el Atlas proceden de la bibliografía incluida en el Tomo “Premisas geográficas de la integración socioeconómica del Caribe”).

El proceso investigativo condujo hacia la adopción de una definición del Caribe, acorde con el cuadro dialéctico que expresa la unidad-heterogeneidad (o diversificación) sectorial y territorial de la estructura regional, problemática que coincide a su vez, en términos generales, con lo expresado tan sutilmente por Ramphal.

De acuerdo con todos los criterios y elementos de análisis, tanto teóricos como prácticos, tomados en cuenta, la Región del Caribe aquí estudiada comprende los territorios nacionales de los países continentales situados junto al mar del mismo nombre (más El Salvador), desde México hasta Venezuela, prolongándose hasta la Guayana Francesa, más todas las entidades de las Antillas Mayores y Menores, y las Bahamas.

Definido así el Caribe, queda, sin embargo, un punto por aclarar: el de la relación Caribe — América Latina.

Tal como resultan artificiales los criterios parciales utilizados para la distinción de regiones culturales o de otro tipo, igualmente artificiales son las divisiones o fronteras convencionales de las mismas. Por tratarse

aquí de un intento de unir, y no de dividir, no serán aplicados criterios basados sobre particularismos. Dicho con otras palabras, la esencia del problema no está, por ejemplo, en las cuestiones lingüísticas o culturales, aunque éstas son de importancia, y su gran diversificación permitiría una buena diferenciación territorial de la Región, sino en las realidades contemporáneas socioeconómicas y políticas, que constituyen un patrón de entendimiento regional, y cierta premisa de unidad.

Todo esto permite exponer la idea de que, en un amplio sentido socioeconómico y político, es factible aplicar el término América Latina a todos los territorios situados al Sur del Río Bravo, ya que es un concepto que refleja no el aspecto artificial de la diversidad, sino el de una unidad, bien visible, “*en la búsqueda de un camino viable hacia el desarrollo, de resistencia hacia las antiguas o actuales metrópolis y de autodeterminación*” (Dembicz, 1979)

De esta manera, la Región del Caribe constituye una parte integral de un todo espacial más amplio, llamado convencionalmente América Latina.

No cabe duda que el pensamiento geográfico de Dembicz, sustentado en la década de los 70's ya utilizaba términos como “diversidad, densidad y división” que fueron los ejes teóricos del Premio Nobel de Economía de 2008, Paul Krugman, que a su vez son base de la Nueva Geografía Económica del Banco Mundial en el siglo XXI.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Academia de Ciencias de Cuba, 1979, Atlas Regional del Caribe.

Academia de Ciencias de Cuba, 1979, Premisas Geográficas del Caribe.

CERUTTI, Horacio, 2010. El Americanismo comprometido de Andrzej Dembicz (1939-2009) en la Revista Cuadernos Americanos, núm. 134, Nueva época 197-206 pp. UNAM.

DEMBICZ, Andrzej. 2002. Estudios latinoamericanos en Polonia. Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe 72, 179-194 pp.

TORIBIO, María Teresa B. Lemos, DANTAS, Alexis T. (Organizadores) 2010. História e Memória. Andrzej Dembicz e América Latina. In Memoriam. Universidade do Rio de Janeiro/NUCLEAS/UERJ.

VELÁZQUEZ T. David, 2010, Semblanza académica de Andrzej Dembicz, en la Revista Cuadernos Americanos, núm. 134, Nueva época, 206-212 pp, UNAM

RESUMO

O Atlas Regional do Caribe, constitui-se como uma obra geográfica e cartográfica onde realçar a participação de geógrafos poloneses Andrzej Dembicz que cabeças é delegação acadêmica, sua contribuição metodológica geográfica e cartográfica é relevante, sendo, em 1979, quando concluiu-se este projeto de pesquisa e curiosamente é público pela primeira vez no México, a parte correspondente à teórica, palavras-chave do “A integração sócio-econômica dos pressupostos geográficos Caribe”

Palavras Chave: Andrzej Dembicz, Caribe, Geografia.

ABSTRACT

The Regional Atlas of the Caribbean, is constituted as a geographic and cartographic work where the participation of Polish Geographers is highlighted, Andrzej Dembicz who heads is academic delegation, its geographic and cartographic methodological contribution is relevant, being in 1979 when it was concluded this project research and curiously is public for the first time in Mexico, the part corresponding to the theoretical “The socio-economic integration of the Caribbean geographical assumptions”.

keywords: Andrzej Dembicz, Caribbean, geography.

Construção do conhecimento em, sobre e da América Latina¹

Johannes Maerk - Megatrend Universidade Internacional de Viena

RESUMO

Esta pequena contribuição para o debate sobre estudos latino-americanos destinados a examinar onde você está pensando agora do continente. Proponho para ver estudos latino-americanos a partir de três ângulos diferentes: a construção do conhecimento na América Latina (ou seja, a produção e os problemas da comunidade acadêmica, com base no continente), a América Latina (ou seja, a produção intelectual da comunidade acadêmica os chamados países centrais, especialmente Estados Unidos) e da América Latina (ou seja, a comunidade acadêmica pensar que assume uma posição militante ou americanista)

Palavras-Chave: conhecimento, América Latina, idéias

A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO NA AMÉRICA LATINA

América Latina - o mesmo que outras regiões periféricas como partes da Ásia ou da África - está em desvantagem quando comparada com a divisão internacional do trabalho para a construção do conhecimento: A criação das “grandes narrativas” (Lyotard, 1986), ou seja, grandes teorias, linhas epistemológicas, as próprias escolas na região central ea aplicação desse conhecimento na forma de estudos de caso e pesquisas de campo em países periféricos (América Latina). Esta última situação explica o que Andrzej Dembicz (1994:11) chama justamente “el afán de la descripción pública de todos los asentamientos humanos, de todos los movimientos migratorios, de todas las poblaciones.....” - quase certamente sempre acompanhada com a sua “receita” respectivo (ie teoria) do Norte.

O problema da “ciência cover” na América Latina:

Há uma longa tradição em países latino-americanos, para importar idéias e conceitos de outros lugares (especialmente na Europa e EUA) e aplicada indiscriminadamente com a realidade social da América Latina, isto é, os cientistas sociais “copiar” as teorias, conceitos e

métodos outros, não importa o que eles podem ou podem não se aplicar ao seu assunto. O filósofo José Gaos situação epistemológico chamado “imperialismo de categorias”, ou seja, algumas categorias de cultura indígena e europeu se originou passe sem caracterizar ainda mais o histórico, econômico, social e filosófica da América Latina, recebendo as modificações e adaptações o caso requer. Ele cai na armadilha de “universalizar” conhecimento local de supostamente “grandes autores”: Max Weber analisa e descreve o burocrata do velho continente, Joseph Schumpeter descreve e analisa o capitalista europeia inovadora (especialmente em Inglês), Jürgen Habermas desenvolveu a sociedade (especialmente alemão) e Pierre Bourdieu na França nos séculos XIX e XX. Ao invés de reconhecer a singularidade de cada uma dessas teorias, na América Latina há uma tendência a acreditar que em cada capitalista latino-americana é uma Schumpeter capitalista de estilo ou Weber, ou que a relação entre o que é público e privado no México ou O Brasil é um a situação alemã como Habermas. Estes são apenas alguns exemplos de uma tendência geral (pelo menos nas Ciências Sociais e Humanas) para traduzir conceitos e teorias fora da América Latina espanhola.

Quais poderiam ser as causas desse “contrabando de idéias” dos chamados centros de conhecimento para a América Latina?

Na década de sessenta do século passado, no âmbito da Aliança para o Progresso lançada pelo presidente dos EUA, John F. Kennedy tentou neutralizar o impacto da Revolução Cubana em estudantes universitários da América Latina através do reforço da investigação científica de laboratórios da América do Norte através da construção, apetrechamento de bibliotecas com literatura americana e a departamentalização da universidade. Era como Oteiya pesquisador argentino diz que “de una reforma concebida fuera de la región” (Cereijido, 1997).

Hoje, a política científica de organizações internacionais como o Banco Mundial e outros pontos de agências internacionais, ao contrário da Aliança para o Progresso, principalmente para reduzir o compromisso do Estado para a universidade pública, reduzir os recursos, do incentivo à expansão cobertura de uma orientação profissional do sector privado, localizado de forma inequívoca no mercado e acriticamente orientada para preservar o status quo da estrutura de poder e favorecer a proliferação de universidades privadas (Didriksson, 1994).

Na América Latina não tinha um financiamento de longo prazo para criar uma base sólida de pós-graduação próprios próprios. Desde os anos sessenta, formação, investigação foi realizado no estrangeiro (principalmente EUA e Europa). Esta política foi possível graças ao aumento dos preços do petróleo nos anos setenta e fé, que os elevados preços permanecerão estáveis para sempre. O corte na “década perdida dos anos oitenta” causou uma diminuição drástica dos formandos no exterior. Ao mesmo tempo, conceder concedido e os países centrais (especialmente nos EUA, Inglaterra, França), concede a manter o controle sobre as elites intelectuais e acadêmicos em países periféricos, enquanto o intercâmbio de estudantes entre a região é atrofiado. Uma exceção a isso é, ironicamente, programas de cooperação que promovam a Sul-Sul em sua maioria fundações norte-americanas e da União Europeia.

A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A AMÉRICA LATINA

Dos três conhecimentos discutidos aqui este é uma importância aparente maior devido ao facto de que o conhecimento é produzido no mundo desenvolvido na periferia. Historicamente, os estudos latino-americanos desenvolveram um maior impulso após a Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos (mas também na União Soviética), estabeleceu os chamados “area studies” - um produto da guerra fria para monitoramento, controle e envolvimento de diferentes áreas culturais do planeta² (e estudos africanos surgiram, europeus, americanos, russos, asiáticos, etc.).

Após o colapso do bloco comunista na Europa em finais dos anos oitenta do século XX, os estudos da área entrou numa fase de crise institucional (Waters, 2001) e as condições de produção de conhecimento sobre a América Latina mudou na Europa e nos Estados Unidos :

1. Não era (e é) um número crescente de pesquisadores do Terceiro Mundo que vieram para o Primeiro Mundo (especialmente na Europa Ocidental e EUA) para analisar a partir de lá seus países de origem e as sociedades. Aijaz Ahmad (2000) adverte que os pesquisadores que migram para primeiro mundo muitas vezes recorrem a fontes coloniais e eurocêntrica, independentemente da tradição em si. Para Ahmad um claro sinal de alienação e baixa confiança na produção feita nas regiões periféricas.

2. Assim como produção automóvel lançar no mercado a cada ano um modelo mais recente de carro com um novo design que há uma

tendência no mundo acadêmico norteamericano. muitas vezes apresentar anualmente (ou movimento para o socialismo que em cada década) uma nova teoria ou a invenção de um novo campo de conhecimento. Isto é devido à maior concorrência entre universidades e entre os estudiosos do país e uma impressionante máquinas de distribuição através de editoras comerciais e operacionais da universidade em todo o mundo. Igual à distribuição de filmes feitos em Hollywood que vemos todos os cantos do planeta, os livros americanos sobre a América Latina são mais fáceis de chegar da academia que os livros produzidos na região. Inglês se tornou a língua dominante da ciência (tanto natural quanto social e humanista) relegando outros a um status de meros “dialetos locais” (incluindo as línguas atão importantes como o francês ou alemão). De 60.000 revistas científicas e de 1.000.000 em todo o mundo apenas cerca de 3.000 são indexados pelo Institute for Scientific Information (ISI)³, que certifica publicações científicas internacionais. Quase todas essas revistas que ligam as grandes descobertas científicas são em Inglês e menos francês. Os editores destes jornais são mais distinguidos estudiosos dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e em menor medida Canadá e Austrália. Eles são chamados de guardiões da ciência (gatekeepers da ciência). “As regras e paradigmas que influenciam os sistemas acadêmicos e científicos de os EUA e principais países industrializados dominam o mundo” (Didriksson, 1994:52).

A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO DA AMÉRICA LATINA

Esta construção do conhecimento é uma tomada de consciência por parte de intelectuais, é um tipo de militância latino-americanista ligada a uma mística de integração latino-americana. Como argumentado por Horacio Cerutti (1993: 61) tentativa de “aplicar acriticamente modelos extracultural tem sido a fonte de alguns dos nossos maiores males. Agora é só usar mentais disciplina, auto-crítica para a memória histórica, a nossa paixão e da imaginação “(Cerutti, 1993: 61).. A aspiração da criação de conhecimento sobre a América Latina não é apenas a interpretação dos fatos sociais, mas a sua mudança e transformação em uma dimensão utópica.

Ian Boxill (2001), um colega da Universidade das Índias Ocidentais (*University of the West Indies*) distingue entre dois grupos diferentes de cientistas nos países periféricos sobre a construção do conhecimento na América Latina e no Caribe. O positivista “global” acho que todas as

questões locais são os mesmos e aproximadamente nenhuma diferença em ensino e pesquisa na América Latina (ou Caribe) e suas contrapartes no mundo desenvolvido. Em vez disso, o “relativista modificado” argumentam que os estudiosos da América Latina e Caribe têm a questionar as teorias e metodologias metateorias que são importados de países industrializados, ao invés de aceitar passivamente os como relevantes para as realidades locais. Neste segundo grupo são precisamente os construtores de um auto-conhecimento da realidade social do continente. Tal é o caso dos construtores da teoria da dependência, a sociologia da exploração, o modelo centro-periferia, ou o conceito de “imperialismo interno”, que testou uma espécie de substituição de importações no epistemológica e produziu um pensamento “desde acá” (ou seja, uma reflexão a partir das perspectivas do continente).⁴

Este ponto de vista do conhecimento é uma forma de conscientização por parte dos intelectuais da região. Uma característica desta abordagem é visualizar o site da enunciação, que é onde você pensar e discutir. Discutir quatro elementos da “indigenise” (ou seja, na América Latina “nosso-americanizar”) pensamento latino-americano e suas ligações com outros saberes. Em geral, os proponentes da indigenização proposta fora - em regiões periféricas - de eurocentrismo, reconstruindo as ciências sociais de indígenas tradições intelectuais, contextos sócio-históricos e metodologias enraizadas em cada história local e regional (Boroujerdi, 2004: 30-31). Aqui estão quatro propostas relacionadas com a indigenização do conhecimento.

(1) “A SOCIOLOGIA PERIGOSO” CESAR A. CISNEROS PUEBLA

O Cisneros Puebla do México (UAM) propõe “uma sociologia perigoso” indigenise conhecimento sociedades sobre o periférico. Nas suas propostas incluem o desenvolvimento de métodos indígenas de conhecimento ancoradas à experiência cotidiana da maioria da população e sugere *sociología nocturna* antes desse *diurna*, “ lo cual quiere decir que penetrar también en los temas oscuros de la sociedad, esos que se pierden en la penumbra de la noche, es prioritario antes que estudiar, tal cual se ha hecho en la mayoría de los casos, como siempre, los temas a la ‘luz del día’, aquellos que están allí pues todos los pueden ver pues son totalmente claros.” (Cisneros Puebla, 2007: 6-7).

Então, em resumo, gostaria de citar partes do manifesto de sociologia perigoso: “ Hey! Todos ustedes aquellos sociólogos que no son burócratas

de cualquier tipo de gobierno, ni vendedores ambulantes en el negocio del 'conocimiento', ni administradores culturales, ni profesor universitario que aniquila espíritus libertarios de estudiantes, ni traficantes de puntos en el macronegocio de la ciencia "normalizada" y controlada por los hombres de traje gris que conducen los destinos de esta Nación, ni cosa alguna que se le parezca, uníos! ¡Pero uníos a los sociólogos peligrosos! ¡A esos que hacen y practican sociología peligrosa! ¡La que inspira el desaprendizaje y la transformación humana y social!" (Cisneros Puebla, 2007:7).

(2) "ETHOS BARROCO" BOLÍVAR ECHEVERRÍA

Uma contribuição muito interessante do ponto de vista daqui é a idéia do "ethos barroco" do filósofo Bolívar Echeverría, professor da Universidade Nacional Autónoma do México. Echeverría distingue quatro maneiras de viver em uma sociedade capitalista é "é um comportamento que tenta torná-lo inabitável habitável" (Echeverría, 1994: 19): o ethos realista, ethos romântico, ethos e, finalmente, o ethos barroco clássico. Echeverría é particularmente interessado nas atitudes diferentes em relação a lógica do valor de troca (Tauschwert) e valor de uso (Gebrauchswert) na proposta de Karl Marx. Neste momento queremos analisar especialmente ethos o primeiro eo último: o ethos realista (que predomina nos países centrais como os EUA e Europa) dá uma ênfase acentuada no valor de troca sobre o valor de uso. Neste estilo de vida onde há uma atitude "actitud de identificación afirmativa y militante, con la pretensión de creatividad que tiene la acumulación del capital; con la pretensión de ésta no sólo de representar fielmente los intereses del proceso 'social-natural' de reproducción - intereses que en verdad reprime y deforma - sino de estar al servicio de la potenciación cuantitativa y cualitativa del mismo." (Echeverría, 1994: 19-20).. Em vez disso, o ethos barroco (que coexiste como Echeverría na América Latina com o ethos realista) é uma forma de resistência ao modo capitalista ou de vida moderno. Este ethos - nas palavras do autor (Echeverría, 1994: 26-27) - é "una estrategia que acepta las leyes de la circulación mercantil (...), pero que lo hace al mismo tiempo que se inconforma con ellas y las somete a un juego de transgresiones que las refuncionaliza." Por um lado é conservador porque não abertamente se rebelar contra o sistema capitalista, do outro lado não se submete completamente à lógica do capital (ou seja, a lógica do sacrifício da qualidade de vida). Aqui está o esponsanada da vida cotidiana. Esta forma específica de "viver na

periferia do capitalismo” significa Permanente resistência contra o capitalismo e a transformação correspondente do valor de uso em valor de troca. Ou seja, uma atitude em relação ao sistema econômico vigente “desde acá/daqui”.

(3) “O MANIFESTO ANTROPÓFAGO” DE OSWALD DE ANDRADE

Um conhecimento indigenizar diferente estratégia é a proposta de Oswald de Andrade. Em 1928, o poeta brasileiro publicou o “Manifesto antropófago”. O canibalismo entendida a capacidade americana para devorar tudo estranho e incorporar de forma a criar uma identidade complexa, uma nova identidade e em constante mudança: “ Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago. (...) Contra todos os importadores de consciência enlatada. A existência palpável da vida. E a mentalidade pré-lógica para o Sr. Lévy-Bruhl estudar. (...) Antropofagia. Absorção do inimigo sacro. Para transformá-lo em totem. A humana aventura. A terrena finalidade. Porém, só as puras elites conseguiram realizar a antropofagia carnal, que traz em si o mais alto sentido da vida e evita todos os males identificados por Freud, males catequistas.”(Andrade, 1928). Aqui, novamente, a tentativa de rejeitar o estrangeiro (geralmente importados da Europa), devorar ou incorporar (e, assim, transformar as necessidades locais).

(4) O “ ENDOGÊNESIS/ENDOGENEIDADE” DE ORLANDO FALS-BORDA

O colombiano Orlando Fals-Borda propôs uma outra estratégia para desenvolver um pensamento a partir daqui. Em 4 de janeiro de 2001 Fals Borda (junto com seu compatriota Luis Eduardo Mora-Osejo) publicou um “Manifesto” em primeiro lugar na auto-estima e criatividade na ciência Colômbia. Sua tese principal é que o conhecimento científico vem do contato com a vida real, seu contexto e geografia - ou em suas próprias palavras: “ Así, la endogénesis explicativa y reproductiva es necesaria entre nosotros porque las condiciones locales que impone el contexto andino y tropical son infinitas. Ello no está anticipado adecuadamente por los paradigmas eurocéntricos. Debemos ser conscientes de las marcadas diferencias del trópico en cuanto al clima, el suelo y el grado de complejidad y fragilidad de nuestros ecosistemas en comparación con los de las otras zonas. Ello condiciona la conducta humana y enriqueces el acervo cultural.”(Fals-Borda / Mora-Osejo, 2004)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradeço Andrej Dembicz para nos convidar a discutir - ainda que brevemente - a questão como se pensa e constrói estudos latino-americanos. Ele requer um debate mais amplo sobre o contexto institucional e social da produção de conhecimento e teorias, bem como de onde você pensar, pensar, agir e militares.

NOTAS

- ¹ Este texto ampliada e atualizada tradução de um texto publicado no 4 (2002) do Journal of CESLA (Universidade de Varsóvia). Dedico estas linhas para o eminente professor Andrej Dembicz (1939-2009) que me convidou para apresentar estas idéias em seu diário.
- ² Um dos programas financiados pelo Pentágono foi o ‘Projeto Camelot’, que foi dedicado, nos anos sessenta do século XX para a previsão e prevenção de tensões sociais e revolucionário nos chamados países do Terceiro Mundo (Bilgin, & Morton, 2002: 60).
- ³ O Institute of Scientific Information (ISI) foi fundada por Eugene Garfield na Filadélfia, em 1958. É o maior arquivo de textos científicos. 800 empregados mais de 8000 revistas internacionais (cerca de 4100 das ciências naturais, ciências sociais 2800 e 1400 de Humanidades). Nós revisamos as publicações apenas em Inglês (Andreas Sentker no semanal Die Zeit, Edição 29, 10 de julho, 2003).
- ⁴ Deixe-me inspirar com este nome nas idéias de Hector Rosales (1988) descreve “desde acá” como um lugar simbólico: “un espacio que ocupa un individuo personalmente y que demuestra su presencia. Ser acá permite tener la capacidad de reflexionar sobre la noción de identidad y reconocerse como parte de una comunidad.”

BIBLIOGRAFIA

- Andrade, Oswaldo de: (1928): Manifiesto antropofagia, originalmente publicado en Revista de Antropofagia, Año 1, No. 1, Mayo de 1928; electrónicamente disponible en: http://www.antropofagia.com.br/antropofagia/pt/man_antropo.html
- Bilgin, Pinar & Morton, Adam David (2002): “Historicising representations of ‘failed states’: beyond the cold-war annexation of the social sciences?”, Third World Quarterly, Vol 23, No 1, 55–80
- Boroujerdi, Mehzaad (2004): “Subduing Globalization. The Challenge of the Indigenization Movement” en: Schaebler, Birgit & Stenberg, Leif (Ed.): Globalization an the Muslim World. Culture, Religion, and Modernity, Syracuse, New York: Syracuse University Press: 30-38
- Boxill, Ian (2001): “Lo Global y lo Local: Ciencias Sociales en el Caribe”, en la revista electrónica *Saskab*, <http://www.idealz-institute.com>
- Cereijido, Marcelino (1997): Por qué no tenemos ciencia, México: Siglo XXI

- Cerutti Guldberg, Horacio (1993): "Más que nunca urge una mística latinoamericanista", en: López Valdés, Mauricio (coord.): *Los estudios latinoamericanos hoy*, México: UNAM, pp. 53-62.
- Cisneros Puebla César A. (2007): "Hacia una "Sociología peligrosa": Metodología crítica para una sociedad en movimiento", *Revista Casa del Tiempo*, UAM, No. 2-3, Diciembre de 2007 - Enero de 2008, 3-9
- Dembicz, Andrzej (1994): "Estudios latinoamericanos hacia el 2000, ¿amenazas?, desafíos, expectativas", *Actas Latinoamericanas de Varsovia*, t.16, p.9-20
- Didriksson, Axel (1994): "La ciencia atada", en *Coyuntura*, núm.46., marzo, p.51-56
- Echeverría, Bolívar (1994): "Ethos Barroco", en: Echeverría, Bolívar (editor): *Modernidad, Mestizaje Cultural y Ethos Barroco*, México: UNAM/El Equilibrista, pp. 13-36
- Fals Borda, Orlando /Mora Osejo, Luis Eduardo (2004): "La superación del eurocentrismo. Enriquecimiento del saber sistémico y endógeno sobre nuestro contexto tropical", *Revista On-Line de la Universidad Bolivariana Volumen 2 Número 7*, <http://www.revistapolis.cl/7/bals.htm>
- Kent, Rollin (copilador) (1996): *Los temas críticos de la educación superior en América Latina, Estudios comparativos*, México: FLACSO-Chile, Universidad Autónoma de Aguascalientes, Fondo de Cultura Económica
- Liotard, Jean-Francois (1986): *La condición posmoderna*, Madrid: Cátedra
- Maerk, Johannes / Cabrolíé, Magaly (1999): *¿Existe una epistemología latinoamericana?*, México: Plaza y Valdés - Universidad de Quintana Roo.
- Rosales, Héctor (1988): *Tepito Arte Acá. Ensayo de interpretación de una practica cultural en el barrio más chido de la ciudad de México*, México: UNAM
- Waters, Neil (Hrsg.) (2000): *Beyond the Area Studies Wars: Toward a New International Studies*, Hanover: Middlebury College Press

ABSTRACT

This small contribution to the debate on Latin American studies intended to examine where you are now thinking of the continent. I propose to see Latin American studies from three different angles: the construction of knowledge in Latin America (namely the production and the problems of the academic community, based on the Mainland), Latin America (i.e. the intellectual production of the academic community the so-called central countries, especially United States) and Latin America (i.e. the academic community think that assumes a militant position or americanista)

Keywords: Latin America, knowledge, ideas.

RESUMEN

Esta pequeña contribución al debate sobre estudios latinoamericanos pretende examinar donde ahora estás pensando en el continente. Propongo ver estudios latinoamericanos desde tres ángulos diferentes: la construcción del conocimiento en América Latina (es decir, la producción y los problemas de la comunidad académica, basado en el continente), Latinoamérica (es decir, la producción intelectual de la comunidad académica los llamados países centrales, especialmente de Estados Unidos) y América Latina (es decir, la comunidad académica creo que asume una posición militante o americanista)

Palabras clave: Latinoamérica, conocimientos, ideas.

Levantamentos florísticos no bioma Cerrado: *Dois séculos de estudos*

Lúcia de Fátima Pangaio Seda

RESUMO

Os estudos fitogeográficos no Brasil datam da primeira metade do século XIX, quando a comitiva da Arquiduquesa Leopoldina trouxe viajantes e naturalistas para explorarem a natureza desse País. Os relatos de Martius e Spix são pioneiros na narrativa dessas viagens e pesquisas. Destaca-se o interesse pelo Bioma Cerrado e os pesquisadores puderam, a partir dos relatos das primeiras viagens, elucidar questionamentos, aprofundar conhecimentos e delimitar melhor os Biomas. Com o Cerrado tal fato vem ocorrendo desde Martius e vem, até os dias de hoje, despertando interesse e necessidade de maior conhecimento.

Palavras-chave: Cerrado, histórico, fitogeografia.

PRIMEIROS ESTUDOS: MEADOS DO SÉCULO XIX¹

A partir da chegada da família real portuguesa, refugiada no Brasil em 1808, costumes europeus se impuseram e provocaram mudanças no estilo e forma de vida para conferir alguma “civilidade” à colônia brasileira. O início dessa transformação se deu com a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, que representava o fim do pacto colonial e a elevação da colônia à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves. Como consequência desse ato, além da abertura econômica, o Brasil passa a receber estrangeiros de várias nações, com interesses distintos, incluindo naturalistas que, impressionados pela beleza e exuberância naturais dos trópicos, vieram em comitivas científicas, fundamentais para o conhecimento da fauna e flora brasileiras (Goodland e Ferri 1979, Kury 2001, Nogueira 2000, Assis Júnior 2004, Ramos 2008).

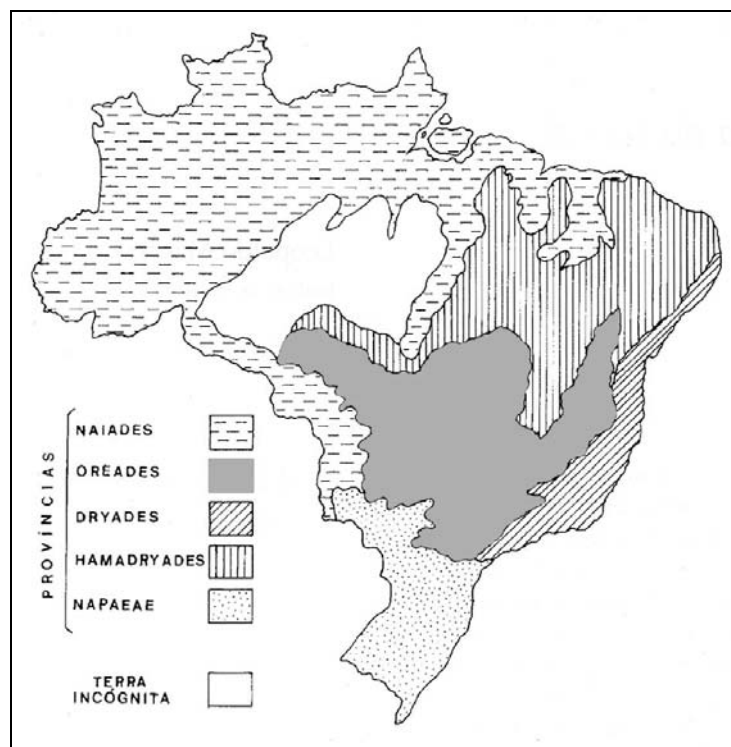
Na primeira metade do século XIX, mais precisamente em 1817, chega então, ao Rio de Janeiro a Comitiva da Arquiduquesa D. Leopoldina, na qual se encontravam os naturalistas, Spix e Martius – zoólogo e botânico respectivamente – que iniciam suas pesquisas no Brasil e detalharão mais tarde seus principais Biomas (Nogueira 2000).

Um ano mais tarde, após os estudos nas matas do Rio de Janeiro, Martius e Spix, seguem em viagem para São Paulo, Minas Gerais, Nordeste, alcançando os Estados do Pará e Amazonas (Ramos 2008). Nessa exploração, que durou cerca de três anos, coletaram vários exemplares da nossa fauna e flora, identificando e descrevendo-as detalhadamente.

O levantamento botânico de Martius culminou, ao fim de 66 anos, na publicação da obra *Flora Brasiliensis* (1840-1906), composta por 15 volumes e 40 partes, com a participação de 65 especialistas de vários países (Sampaio 1934, Nogueira 2000).

Além dessa grande obra, Martius orientado e influenciado por Alexander von Humboldt², realiza, em 1824, um grande trabalho no País, que leva em conta a constituição florística, bem como os fatores ambientais que interferem na distribuição (Figura 1). Foi dele, a primeira grande obra dentro da fitogeografia, onde descreve toda a vegetação brasileira, dividindo-a em cinco províncias: *Oreades*, *Nayades*, *Hamadryades*, *Dryades* e *Napeias* (Sampaio 1934, Nogueira 2000, Walter 2006).

Dentre essas províncias, destacamos Oréades, que corresponde ao Bioma Cerrado³, foco deste trabalho. Outros naturalistas que sucederam Martius e Spix pesquisaram áreas específicas do território brasileiro.



Fonte: Veloso *et al.* (1991).

FIGURA 1 — PROVÍNCIAS DE MARTIUS (1824), OREADES, CORRESPONDENDO AO CERRADO. EM BRANCO ÁREA DE TRANSIÇÃO, A QUAL MARTIUS DENOMINOU DE TERRA INCÓGNITA.

Devido às observações de Martius e Spix, muitos cientistas se interessaram pela região central do País e a descreveram com minúcia, como por exemplo, Ernest Ule (1893). Baseado em pesquisas no Planalto Central, em Goiás no entorno do atual Distrito Federal, publica o primeiro Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)⁴ sobre aquela vegetação e trata as matas ciliares e capões como prolongamento do cerrado, designando-as diretamente pelo termo restinga.

Mais especificamente no estado de Minas Gerais, Peter Lund, em Lagoa Santa, conta com o auxílio de Eugene Warming que, em 1892, publica a primeira grande obra sobre o cerrado: *Lagoa Santa. Et Bidrag til den biologiske Plantegeografi*⁵. A partir de então, Warming fica conhecido como “fundador da ecologia vegetal” no Brasil e sua obra como “berço

da ecologia como ciência⁶⁷. Nessa obra classifica como formações primitivas e caracteriza com detalhes *matta, campos, brejos e formações aquáticas*, afirma ainda que: *as mesmas formas campestres de Lagoa Santa se encontram em outros locais*. Descreve também outros fatores como relevo, temperatura, clima, solo, em suma, apresenta características ambientais da região de Lagoa Santa (Warming 1908, Walter, 2006).

Outro naturalista que realizou pesquisas no estado de Minas Gerais de forma mais intensiva foi Auguste Saint-Hilaire que, em 1816, inicia sua viagem a província, percorrendo quase toda a sua extensão (Figura 2).

É considerado o primeiro biogeógrafo, uma vez que não se restringiu somente à flora, reunindo também dados sobre a fauna. Definiu também os primeiros conceitos sobre associações vegetais do Brasil, correlacionando e comparando vegetações de áreas anteriormente percorridas, inserindo fatores que pudessem de alguma forma explicar a diversidade de formações vegetais distintas tais como: clima, relevo e altitude (Romariz 1986).

Tradutor da obra de Warming, Alberto Löefgren em 1898, realizou suas pesquisas em São Paulo e criou o primeiro sistema para caracterizar tipos e formas de vida do cerrado. Estabeleceu ainda a sequência: *caatanduwa* (cerradão), *cerrado*, *caatininga* (campo cerrado) e *campo limpo* e inclui duas subdivisões: *caapões* e *nhundu* ou *jundu* (Walter 2006).



FIGURA 2 – DESLOCAMENTO DE SAINT-HILAIRE SOBRE MAPA DE ROMARIZ (1986).

O SÉCULO XX – OS HERDEIROS DOS NATURALISTAS E SEUS SUCESSORES

Alberto Sampaio em 1934 publica *Phytogeographia do Brasil*⁸, partindo do sistema universal de Engler⁸, que dividia as formações vegetais brasileiras em duas floras: Província Amazônica ou Flora Amazônica, que corresponderia a 40% do nosso território e Província Extra-Amazônica⁹ ou Flora Geral, correspondendo, portanto a 60% do Brasil. Por sua vez, a Flora Geral ou Extra-Amazônica estaria subdividida em seis zonas: dos Cocais, das Caatingas, das Matas Costeiras, dos Pinhais, dos Campos e Marítima. Os cerrados, incluídos na Zona dos Campos, foi exemplificado da seguinte forma:

...’Zona dos Campos’, cuja area principal ou propriamente dita é no Brasil Central, a ‘Zona Oreades’ de Martius; não é, porem restricta ao Brasil Central, pois ha campos desde o Norte da Amazonia até o Arroio Chuy (Sampaio 1934, p. 35).

Orientado por Alberto Sampaio quando trabalhou no Museu Nacional do Rio de Janeiro, o brasileiro Frederico Carlos Hoehne, tinha seus trabalhos intensivos de campo intercalados com os de laboratório, formando uma vasta coleção botânica. Sua grande contribuição vincula-se ao estado de Mato Grosso¹⁰, onde coletou 2.000 exemplares, incorporando-os ao herbário do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Escreveu mais de 600 artigos científicos, dentre os quais as *Fitofisionomias de Mato Grosso* e a obra *Flora Brasílica* em 1940 (12 fascs., 13 vols.). Via no Cerrado campos que não merecem nossa atenção pela ação do fogo, mesmo sendo uma formação rica em espécies (Franco e Drumond 2005).

Discípulo de Alberto Sampaio, Mello-Barreto (1942), concentrou suas pesquisas no estado de Minas Gerais, foi um importante coletor nessa região e ampliou o conceito florístico do Bioma Cerrado, enfatizando as formações campestres (campos rupestres, campos de altitude ou campos alpinos).

Utilizando o sistema fitogeográfico de Sampaio, Mello-Barreto reconhece para Minas Gerais, cinco das seis zonas da Flora Extra-Amazônica: campos, caatingas, cocais, matas costeiras e dos pinhais. A zona marítima foi considerada, segundo Mello-Barreto como a *formação das vazantes*.

Dedica grande parte da publicação *Regiões Fitogeográficas de Minas Gerais*, (1942), às formações campestres (quase metade da publicação). Faz uma descrição detalhada dos *campos alpinos*, destacando o endemismo neste tipo de flora, além de fazer uma análise minuciosa sobre a flora das serras mineiras. Delineia criteriosamente essa formação, sugerindo que toda a flora extra-amazônica, ou seja, os 60% restantes do território brasileiro de Sampaio encontram-se no Estado de Minas Gerais (Mello-Barreto 1942).

É onde vivem as Oréades de Martius, ou zona montano-campestre... estando constituída por cerradões, cerrados, carrascos e campos. Estes últimos, quando localizados nas partes mais altas das montanhas, chamam-se de alpinos e apresentam flora bastante diferente dos demais, além de muito mais rica (Mello-Barreto 1942).

Ainda na década de 40, Felix Rawitscher¹¹ realizou os primeiros estudos ecológicos na Estação Experimental Cerrado de Emas, em Pirassununga, São Paulo. Seus estudos visaram solucionar uma questão que havia surgido em Lagoa Santa desde Lund, em 1835 e Warming em 1908, a partir das observações referentes ao xeromorfismo¹² da vegetação do cerrado. Tal questão se prende ao fato de apesar do aspecto ressecado das plantas, elas transpirem à vontade, sobreviverem à intensa radiação solar, sem no entanto haver água em abundância.

Um dos seguidores de Rawitscher, Ferri em 1955, num trabalho experimental de comparação dos biomas Cerrado e Caatinga observou que:

... a flora arbustiva e arbórea do cerrado não reduz a transpiração e possui folhas com estrutura predominantemente xeromorfa, na caatinga, a diminuição da perda de água é muito eficiente em folhas de um xeromorfismo pouco desenvolvido e, portanto, aparentemente menos protegidas (Arens 1958).

A proposta era comprovar que a presença de cerrado em área onde se esperava ocorrer floresta, assim como o aspecto xeromórfico daquela formação, não fosse devido ao déficit hídrico, já que os dados de umidade do solo e comportamento das plantas tais como: ausência de murcha foliar, folhas grandes e perenes, florescimento e germinação antecedendo as chuvas, não corroboravam com a hipótese de estresse hídrico ou aridez (Goodland e Ferri 1979, Joly *et al.* 1999, Ruggiero e Pivello 2005).

Através das pesquisas realizadas por Rawitscher e seus seguidores: Mário Guimarães Ferri, Leopoldo Coutinho, Mercedes Rachid, Aylthon Brandão Joly e Berta Lange de Morretes, surgiram então as primeiras linhas de pesquisa em fisiologia, ecologia, anatomia, morfologia e taxonomia das espécies de cerrado. Esse é o ponto de partida para o período de elucidação das dúvidas referentes ao aspecto dessa vegetação (Rawitscher *et al.* 1943, Arens 1958, Goodland e Ferri 1979, Joly *et al.* 1999, Nogueira 2000, Ruggiero e Pivello 2005).

Foram realizados trabalhos com relação à concentração e tipos de nutrientes existentes no solo, verificação do balanço hídrico nas plantas de cerrado, incidência solar, comportamento dos órgãos aéreos durante o dia e à noite, caducifolia¹³, etc. (Morretes 1994, Joly *et al.* 1999, Andrade *et al.* 2002, Ruggiero e Pivello 2005).

Por sua vez, Edgar Kuhlmann propôs em 1960 uma nova divisão fitogeográfica brasileira, baseando-se em conceitos climatoestruturais e terminológicos regionais e destaca a dificuldade de encaixá-la a um sistema rígido. Classifica a vegetação brasileira em três tipos: arbóreos (florestas tropicais, de araucária e manguezal); herbáceo (campo limpo) e tipo arbóreo-herbáceo ou intermediário (cerrado, caatinga, complexo do pantanal e praias e dunas). Inclui no sentido amplo o cerradão, cerrado e o campo cerrado; no seu conceito, descreve as nuances das formações encontradas no bioma e introduz a discussão sobre sentido lato do cerrado.

Seguindo o sistema de Sampaio (1934), Geraldo Mendes Magalhães estabeleceu um Sistema Fitogeográfico para Minas Gerais, reconhecendo quatro Zonas da Flora Extra-Amazônica. A princípio publicou trabalhos com enfoque local, como médio São Francisco, mais tarde ampliando os estudos para os *cerrados mineiros* (Magalhães 1963). Relata a existência da Zona de Cocais na região do Cipó entre Belo Horizonte e Montes Claros. Observou a Zona das Caatingas na região da Bacia do São Francisco, ocorrendo como disjunção dentro do cerrado ou cerradão e é um dos primeiros pesquisadores a ressaltar a necessidade de se criar Parques e Reservas nas áreas dos Cerrados brasileiros pela devastação que já se fazia presente (Magalhães 1963).

George Eiten (1983), por outro lado, classificou variações fisionômicas no cerrado, de acordo com a densidade, atribuindo cinco “graus” (gradações), subdivididos em dois, gerando 10 denominações para o cerrado, que vão desde o *cerradão fechado*, *cerradão quase fechado*, *cerrado de árvores quase fechado*, *cerrado aberto*, *cerrado ralo até cerrado completamente derrubado*. Detalhou todas as expressões utilizadas e disse que a forma mais comum de cerrado no Brasil Central deve ser assim denominada: *arvoredo de escrube-e-árvores latifoliado*¹⁴ *semidecíduo*. Nesse trabalho, apresentou um misto de terminologia universalizada e termos regionais (Veloso *et al.* 1991).

Na década de 70, influenciado por Ferri, Eiten e Rizzini, Robert Goodland realiza suas pesquisas nos cerrados de São Paulo. Estabeleceu quatro fitofisionomias vinculadas ao gradiente de fertilidade do solo que iria do campo sujo ao cerradão, na qual o campo sujo teria indivíduos menores e mais raquíticos, ocupando área menos fértil, enquanto que o cerradão teria árvores maiores e frondosas em área fértil. Essas categorias estariam entremeadas pelo campo cerrado e cerrado *sensu stricto* (Goodland e Ferri 1979, Felipe 1994, Ruggiero e Pivello 2005).

Ainda com este objetivo, Leopoldo Coutinho considera o cerrado no seu sentido amplo, ou seja, *lato sensu*, que abrange dos campos limpos aos cerradões, incluindo o cerrado *sensu stricto* (sentido restrito), que é a savana típica, com árvores esparsas, tortuosas, entremeadas por gramíneas:

... o cerrado é ... um complexo de formações oreádicas, que vão desde o campo limpo até o cerradão, representando suas formas savânicas (campo sujo, campo cerrado e cerrado s.s.) verdadeiros ecótonos¹⁵ de vegetação entre aquelas duas formas extremas: a florestal, representada basicamente pelo cerradão, e a campestre constituída pelo campo limpo. As formas savânicas ... podem ... dependendo de condições ecológicas ... se aproximarem ora mais do ótimo campestre, ora do ótimo florestal (Coutinho 1978).

Enquanto os trabalhos de fisiologia esclareciam o xeromorfismo no cerrado, outros vinculados à fitogeografia continuaram a ser realizados. Todo esforço era realizado para que a classificação dos biomas brasileiros se aproximasse ao máximo do real. Atualmente, com toda a aparelhagem, satélites, etc. chegamos a uma distribuição fitogeográfica bem próxima à de Martius em 1824 (Figuras 1 e 2).

Assim, Andrade-Lima e Veloso, respectivamente, nos Atlas Geográfico do IBGE e Atlas Florestal do Brasil (Serviço de Informação Agrícola – SIA), em 1966, utilizaram um novo sistema de classificação da vegetação brasileira, no qual o termo formação volta a ser empregado para dividir maiores grupos de formações, como formações florestais, formações não florestais e formações edáficas. Seus mapeamentos são mais subdivididos que os de Martius, apesar de grosseiramente equivaler às mesmas formações (Veloso *et al.* 1991).

Veloso em 1966 publicou também *Regiões fitoecológicas*, no qual estabeleceu sucessão das associações vegetais, bem como os gêneros indicativos dos estágios de dada formação, do estágio pioneiro ao clímax. Na primeira fase sucessional, teríamos as ervas e gramíneas predominando, passando por arbustos e subarbustos no estágio intermediário e, culminando nas árvores na última fase da sucessão, ou clímax (Veloso *et al.* 1991).

Já Carlos Toledo Rizzini no ano de 1963 classifica a vegetação brasileira em dez formações, baseado na composição florística e

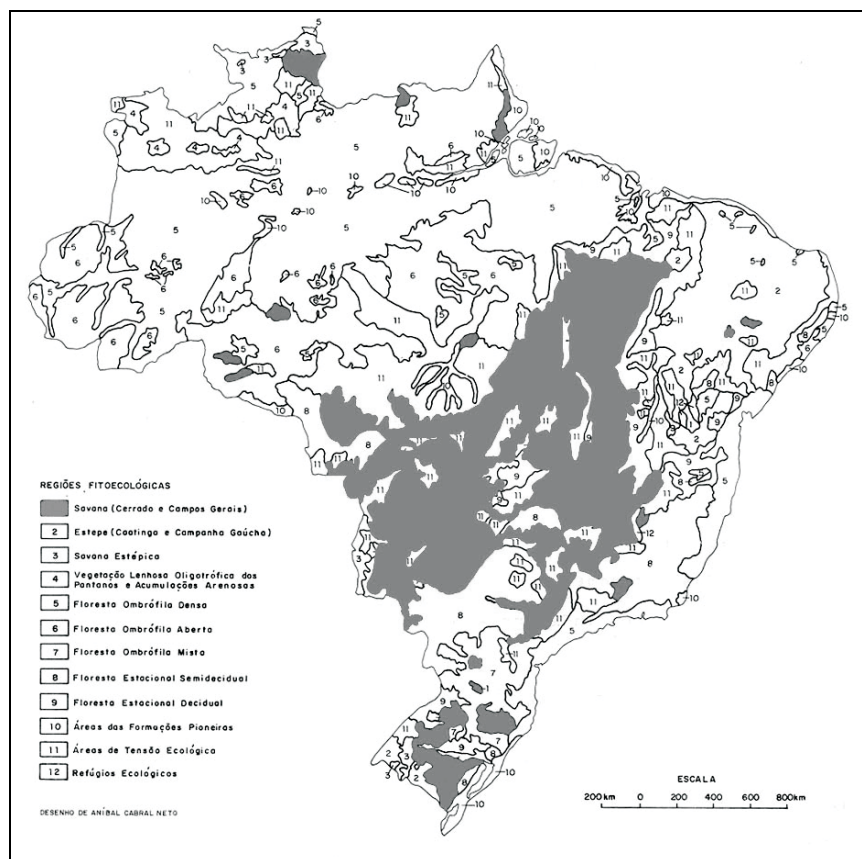
parcialmente no que Martius havia estabelecido em 1824. No entanto, separou as regiões do Pantanal e do Brasil Central, que para Martius constituíam uma única Província, bem como a área da Caatinga, que foi subdividida em duas. Em 1979, lança outro tipo de classificação mais subdividida que a anterior.

Rizzini também escreveu vários artigos referentes ao cerrado e no ano de 1979 lança o *Tratado de Fitogeografia do Brasil: aspectos ecológicos, sociológicos e florísticos*, que até hoje é referência amplamente consultada (Rizzini 1979).

Nas décadas de 70 e 80 inicia-se um mapeamento da Amazônia (RADAM – Radar da Amazônia), mais especificamente para verificar a faixa de influência da rodovia Transamazônica, utilizando-se de um radar. Esse radar apesar do índice pluviométrico e da nebulosidade intensas na região, gerava imagens de excelente qualidade. Devido à eficácia do aparelho e ao sucesso do mapeamento o projeto acabou por ser ampliado para todo o território nacional, passando a se chamar RADAMBRASIL (Figura 3). Após algumas tentativas de classificação da vegetação brasileira e algumas alterações, foi apresentada então a *Classificação fisionômico-ecológica das formações neotropicais* (Veloso e Góes-Filho 1982 *apud* Veloso *et al.* 1991).

A partir disto então, Veloso *et al.* (1991) publicaram pelo IBGE um apanhado de toda a distribuição geográfica em *Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal*. Essa publicação foi uma tentativa, de unificar toda uma nomenclatura que já vinha dando sinais de confusão há algum tempo: Eiten (1983) já chamara atenção para a profusão de termos e expressões classificatórias para o Cerrado, prevendo que, futuramente, toda essa nomenclatura criaria obstáculos à Criação de Parques e Reservas no Bioma Cerrado.

Mais recentemente, Walter em sua tese de doutoramento em 2006, delineia exaustivamente os 784 termos e expressões que caracterizam o Cerrado ao longo de todas as pesquisas realizadas desde Martius até os dias atuais. Segundo Walter (2006), essa profusão de termos assusta, pois há apenas um terço de área pouco antropizada e, além disso, dificulta a criação de parques e áreas de conservação devido à confusão ocasionada por tantos nomes conferidos ao bioma.



Fonte: Veloso *et al.* (1991).

FIGURA 3 — MAPA RADAMBRASIL (1991), EM VERDE A ÁREA DE CERRADO, DESTACANDO SUA CONCENTRAÇÃO.

SITUAÇÃO ATUAL

Partindo do histórico das pesquisas pioneiras e reveladoras de ambientes tão singulares, aconteceu o oposto do que Hoehne imaginou: que “os campos agrestes... nunca mereceram a nossa atenção”. Em todas as regiões fitogeográficas “descobertas” pelos naturalistas, foram deixados caminhos, para que no futuro os estudos fossem ampliados e aprofundados... foi o que aconteceu. Começou a haver preocupação com relação ao conhecimento desse Bioma, seja por necessidade da

ciência ou de conhecimento do que pode vir a se extinguir pelos empreendimentos que avançam no País.

Nas áreas de predomínio do Cerrado há grupos de pesquisadores dispostos a elucidar problemas ainda pendentes ou levantando novas hipóteses que surgem à medida que as pesquisas avançam. Essas pesquisas, ao que parece, acabaram se transformando em projetos de vida.

Há cerca de 30 anos (1978), um grupo de botânicos brasileiros e britânicos iniciaram pesquisas na Cadeia do Espinhaço, também conhecida como Serra Geral, a fim de investigar sua biodiversidade. A princípio, alunos e professores da Universidade de São Paulo (Herbário SPF) concentraram seus esforços nas Serras do Cipó, Grão Mogol, Diamantina e Serra do Cabral, em Minas Gerais.

Mais especificamente, na Serra do Cipó, em 1968, foram realizados trabalhos anatômicos para as famílias Compositae (Handro *et al.* 1970) e Velloziaceae (Menezes 1970). No ano de 1972, Aylthon Brandão Joly, inicia o projeto de levantamento florístico na Serra do Cipó, juntamente com a pesquisadora Nanuza Menezes e alunos de pós-graduação da Universidade de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas e pesquisadores do Instituto de Botânica de São Paulo. Partindo do material levantado, várias teses, dissertações foram concluídas, além de estudos taxonômicos, anatômicos e ecológicos (Giulietti *et al.* 1987).

Simultaneamente, pesquisadores do Centro de Pesquisas do Cacau (CEPEC) colaboravam com os do Royal Botanical Garden Kew (K) na região da Chapada Diamantina, na Bahia (Giulietti *et al.* 1987, Pirani *et al.* 2003). Atualmente, há publicações de monografias para aproximadamente metade das famílias da Serra do Cipó e 75% das famílias de Grão Mogol (Rapini *et al.* 2008).

O resultado dessas pesquisas em separado revelou que as áreas estudadas eram ricas em espécies e gêneros novos, assim como detinham um elevado grau de endemismo, principalmente para a vegetação de campos rupestres (Zappi *et al.* 2003).

Assim, foram realizados contatos para que a Universidade de São Paulo e o Royal Botanical Garden Kew trabalhassem unidos, na produção de inventários registrando a flora coletada nas serras que compõem o Espinhaço. O setor baiano do Espinhaço também foi contemplado por pesquisas intensivas, após cerca de uma década de início no setor mineiro desta Cadeia (Zappi *et al.* 2003).

Uma grande expedição concentrou-se no Pico das Almas, para reconhecimento do potencial da região, a título de dar continuidade ao programa de pesquisas em campos rupestres do setor mineiro do Espinhaço. A partir do momento em que se constata este potencial, inicia-se um projeto similar aquele realizado para o estado de Minas Gerais: Flora da Bahia (Zappi *et al.* 2003). A partir daí, grande parte da Cadeia vem sendo investigada por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UEC), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS, BA) e Universidade Federal da Bahia (UFBA, BA).

Num esforço de maior compreensão da flora desse bioma, vêm sendo desenvolvidos, em diversas áreas de cerrado no País, projetos de estudos florísticos, fitossociológicos¹⁶ e fitogeográficos partindo de São Paulo (já citados anteriormente). O mesmo vem sendo realizado para os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, mesmo na Amazônia e Pará, que trazem na sua fisionomia, o cerrado como uma formação importante ou que por vezes aparece como manchas, já citadas anteriormente (Miranda e Absy 1997, Ribeiro e Walter 1998; Felfili e Silva Junior 2001, Durigan *et al.* 2003, Felfili 2003, Meira-Neto 2003).

A região Centro-Oeste vem sendo objeto de estudos desde a Expedição Cruls, em 1894, da qual Ernest Ule participou e que resultou no primeiro Relatório de Impacto Ambiental. Fez-se necessário um maior esforço para pesquisar essa área, pois com a mudança da Capital Federal do Rio de Janeiro para Brasília há cerca de 50 anos, grande parte do cerrado daquela região foi devastado e projetos vêm sendo desenvolvidos desde a década de 80, como por exemplo: Fazenda Água Limpa, Reserva Ecológica do IBGE – RECOR, Reserva Ecológica do Roncador (DF), Alto Paraíso de Goiás, Serras da Mesa e Negra (GO) (Felfili e Silva Junior 2001, Meira-Neto 2003). Antes da inauguração algumas áreas já vinham sendo ocupadas por atividades agropecuárias, cultivo de soja e eucalipto (Ratter *et al.* 1997).

Nesse sentido, o Projeto Biogeografia do Bioma Cerrado, com mais de 20 anos de pesquisas, envolve desde 1988 a Universidade de Brasília, EMBRAPA/CENARGEN e IBGE-RECOR. Nesse projeto, foram desenvolvidos estudos sobre a florística, fitossociologia, fitogeografia e monitoramentos temporais. Já foram inventariadas três áreas: Pratinha, Veadeiros (Parque Nacional) e São Francisco. (Felfili e Silva Junior 2001, Andrade *et al.* 2002, Libano e Felfili 2006).

Áreas de transição, de cerrado e outras formações tiveram alguns estudos desenvolvidos ao longo desses anos. O pioneiro ocorreu entre os anos de 1967 e 1969, durante a expedição Xavantina-Cachimbo, na área de transição entre a Amazônia e Cerrado (nordeste de Mato Grosso e sul do Pará), com a participação do pesquisador inglês Alexander Ratter, que designou duas áreas de cerradão: *cerradão de Hirtella glandulosa*¹⁷, ocupando áreas de solos distróficos¹⁸ e *cerradão de Magonia pubescens*, ocupando solos mais ricos em nutrientes. Esse trabalho acabou tornando-se uma referência nos estudos do cerrado da região (Miranda e Absy 1997, Ribeiro e Walter 1998, Felfili e Silva Junior 2001, Durigan *et al.* 2003, Felfili 2003, Meira-Netto 2003, Walter 2006).

Ainda na região amazônica, os estudos realizados fizeram cair por terra um antigo conceito de que a diversidade e endemismo no cerrado amazônico são menores que no Brasil Central (Vieira *et al.* 2002, Miranda *et al.* 2006). Segundo Miranda *et al.* (2006), os cerrados de Rondônia têm afinidade florística e fisionômica com os do Brasil Central e seriam como que uma extensão transicional do Cerrado para o domínio da floresta Amazônica.

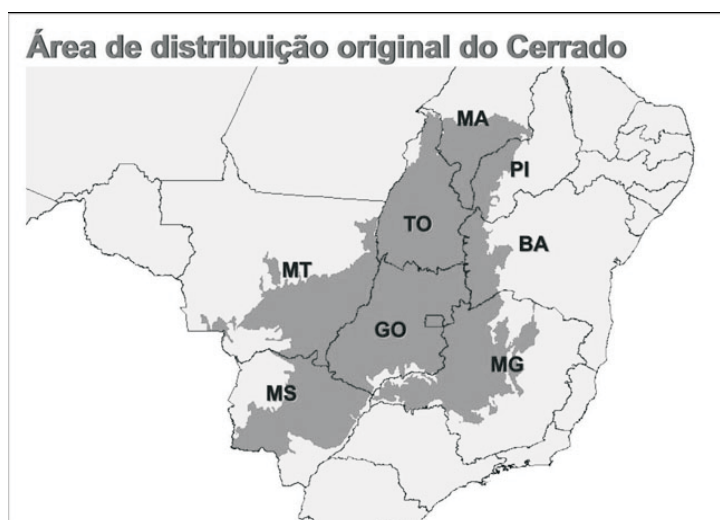
O conjunto das informações obtidas nos levantamentos florísticos, fitossociológicos, estudos ecológicos, anatômicos, fisiológicos, em áreas de cerrado, fornecem informações vitais para a compreensão de padrões biogeográficos e auxiliam na indicação de áreas prioritárias para conservação (Felfili *et al.* 2002).

O Cerrado é o segundo maior bioma em extensão no Brasil, concentrando mais de 12.000 espécies e cobre 23% do território brasileiro, sofre ação de incêndios antrópicos e naturais e mesmo assim possui elevados índices de endemismo (Rizzini 1997, Mendonça *et al.* 1998, Ratter *et al.* 1997, Ribeiro e Walter 1998, Vieira *et al.* 2002, Durigan *et al.* 2003, Mendonça *et al.* 2008).

Deve ser levado em conta também o que se pode fazer para a preservação do Cerrado, pois dos 204 milhões de hectares originais (Figuras 4A e 4B), 57% do Cerrado foi devastado, equivalendo ao triplo de área desmatada na Amazônia até o momento (<http://www.conservation.org.br/onde/cerrado/>, acesso em 23/04/09).

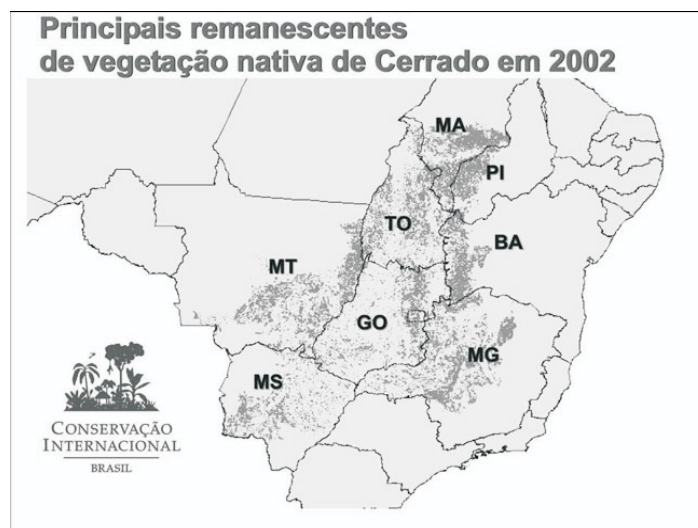
Segundo Klink e Machado (2005), várias entidades governamentais e não governamentais estariam unindo forças para que essa devastação seja minimizada de alguma forma. Projetos para uso sustentável do Cerrado estão sendo implantados. Em alguns Estados o próprio Governo vem

fazendo propostas, como no caso de Goiás, que preparou sua própria avaliação. Já a CI-Brasil vem trabalhando com os estados da região centro-oeste (GO, MT e MS), ONGs locais, universidades e o setor privado para estabelecerem corredores de biodiversidade, como os de Emas-Taquari e Uruçuí-Mirador.



<http://www.conservation.org.br/onde/cerrado/> (04/12/08)

FIGURA 4A — ÁREA ORIGINAL DE DISTRIBUIÇÃO DO CERRADO



<http://www.conservation.org.br/onde/cerrado/> (04/12/08)

FIGURA 4B – ÁREA REMANESCENTE EM 2002

Pode-se dizer que sabemos mais sobre o Cerrado atualmente, pois há um esforço por parte dos pesquisadores para se aprofundar e conhecer melhor esse Bioma, que é o segundo maior no País. Além disso, não há como negar que, a partir da realização de obras como hidrelétricas, estradas e ferrovias, incrementadas no Brasil nos últimos anos, fez com que vários trabalhos de prospecção da fauna e flora foram realizados, resultando então, mesmo que forçadamente num maior conhecimento desse Bioma.

Certamente os naturalistas tiveram a oportunidade de realizar seus trabalhos ao seu tempo, sem a urgência necessária que os trabalhos atuais exigem. Assim, numa tentativa de comparar o incomparável, vimos que mesmo sem os instrumentos que nos auxiliam hoje em dia os viajantes, tendo um período mais folgado para os seus estudos, identificações, coletas, desenhos e relatos fizeram um mapeamento muito próximo do que se observa atualmente, se prestarmos atenção, a área do Cerrado e dos demais Biomas, não foi muito modificada, o que pode se notar, no entanto, é mais um detalhamento e subdivisão de áreas que outrora não existiam.

NOTAS

- ¹ Este trabalho é parte da Tese “Dos cerrados aos campos rupestres: florística, fisionomia e padrões de distribuição geográfica na chapada de Buenópolis, Serra do Cabral, MG”, defendida em 2010 junto ao PPG em Botânica do Museu Nacional-UFRJ.
- ² Autor da obra “Geografia das plantas equinociais”. Reconhecido como o *pai* da fitogeografia. Constatou que as plantas estavam vinculadas a tipos de vegetação, que por sua vez, relacionavam-se ao clima.
- ³ Cf. Walter 2006, que descreve 784 termos e expressões publicadas para caracterizar esse Bioma.
- ⁴ O Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil é considerado como primeiro RIMA (Relatório de Impacto ao Meio Ambiente) do Brasil. Essa comissão foi chefiada pelo astrônomo e geógrafo Luiz Cruls determinado pelo Presidente Floriano Peixoto e contou com a participação de 22 pesquisadores desde médicos, botânicos até engenheiros e higienistas, com o intuito de apontar um local para a construção da Capital Federal. Trata-se de um relatório extenso e minucioso versando sobre clima, solo, hidrografia dentre outros referentes ao ambiente (Costa e Medeiros, 2009).
- ⁵ Tradução de Alberto Löefgren, 1908 do dinamarquês para o português: Lagoa Santa. Contribuição para a Geographia Phytobiologica (Ferri 1973, Felfili 2003).
- ⁶ Tornou-se uma referência importante pela base florística e por despertar o interesse científico para esse Bioma (Ferri 1973).
- ⁷ Resultado de um curso de Geografia Botânica ministrado em 1932 no Museu Nacional do Rio de Janeiro.
- ⁸ Botânico alemão criador de um dos primeiros sistemas de classificação vegetal, considerado como pioneiro de abordagem filogenética (estudo das relações evolutivas dentro ou entre grupos).
- ⁹ Expressão proposta por Sampaio em 1929.
- ¹⁰ Participou da Comissão Rondon MT (1908); MT e AM (1913).
- ¹¹ Professor da USP criou o Departamento de Botânica da Fac. Fil., Ciências e Letras, com o apoio de Karl Arens (Nogueira 2000). Introduziu a pesquisa e o ensino de Ecologia no Brasil (Morretes 1994).
- ¹² Conjunto de características adaptativas que confere às plantas uma fisionomia ressecada como, por exemplo: folhas diminutas ou ausentes, caule com casca (súber) espesso e rugoso, pêlos e ceras nos órgãos aéreos. Esses mecanismos visam minimizar a saída de água, que no Cerrado é farta, mas só se encontra no lençol freático localizado há alguns metros da superfície, além da incidência solar intensa, com possibilidade de estresse hídrico (Glossário Ecologia 1997).
- ¹³ Queda foliar que ocorre para minimizar a perda d'água, evitando o stress hídrico. A caducifolia contribui no aspecto xeromórfico das plantas (Glossário Ecologia 1997).
- ¹⁴ Versão aportuguesada de *scrub*, que significa arbusto ou em forma de arbusto, nesse caso, indica que a vegetação não é puramente herbácea ou arbórea, que há intrusões arbustivas e latifoliado significa folha grande (Glossário Ecologia 1997).
- ¹⁵ Transição entre comunidades ecológicas ou biomas adjacentes que pode ocorrer de forma gradual, abrupta (ruptura), em mosaico ou ainda, apresentar estrutura própria (Glossário Ecologia 1997). Por exemplo: o contato entre o cerrado e campos rupestres, em que não se distingue o término de um e início do outro.
- ¹⁶ Estudo das comunidades vegetais incluindo composição de espécies, organização, interdependência, desenvolvimento, distribuição geográfica e classificação. Pode ser denominada também de Sociologia Vegetal (Glossário Ecologia 1997).

- ¹⁷ O nome de uma espécie posterior ao de uma formação como cerrado de *Hirtella glandulosa* e cerrado de *Magonia pubescens*, indica que na formação descrita, há o predomínio daquela espécie.
- ¹⁸ Solos pobres em nutrientes.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, L.A.Z.; FELFILI, J.M. & VIOLATTI, L. 2002. Fitossociologia de uma área de cerrado denso na RECOR-IBGE, Brasília - DF. *Acta bot. bras.* 16(2): 225-240.
- ASSIS JÚNIOR, J.H. de 2004. *Relações de von Martius com imagens naturalísticas e artísticas do séc. XIX*. Universidade Estadual de Campinas. Dissertação de Mestrado. v. 1 203 p.; v. 2 69p.
- ARENS, K. 1958. O cerrado como vegetação oligotrófica. *Bol. Fac. Fil. Ciênc. Letr.*, Universidade de São Paulo, v. 13, p. 59-77.
- COSTA, G. G. da; MEDEIROS, V.A.S. de 2009. A Cartografia do Distrito Federal. In: *III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Ouro Preto, MG - Brasil. PASSADO e PRESENTE para o futuro. Belo Horizonte - MG : Centro de Referência em Cartografia Histórica - UFMG.
- COUTINHO, L.M. 1978. O conceito de cerrado. *Revista Brasileira de Botânica* 1: 17-23.
- DURIGAN, G.; SIQUEIRA, M.F. de; FRANCO, G.A.D.C.; BRIDGEWATER, S. e RATTER, J.A. 2003. The Vegetation of priority áreas for cerrado conservation in São Paulo state, Brazil. *Edinburgh Journal of Botany* 60 (2): 217-241.
- EITEN, G. 1983. *Classificação da vegetação do Brasil*. Brasília, CNPq, 11-30.
- FELFILI, J.M.; NOGUEIRA, J.E.; SILVA JÚNIOR, M.C. da; MARIMON, B.S. e DELITTI, W.B.C. 2002. Composição florística e fitossociologia do cerrado sentido restrito no Município de Água Boa – MT. *Acta bot. bras.* 16(1): 103-112.
- FELFILI, J.M. 2003. Métodos fitossociológicos para o bioma Cerrado. *Desafios da Botânica no Novo Milênio: Inventário, Sistematização e Conservação da Diversidade Vegetal*. Eds. M.A.G. Jardim; M. de N.do C. Bastos; J.U.M. dos Santos. Belém: MPEG, UFRA; Embrapa, Brasil/Museu Paraense Emílio Goeldi, 254-257.
- FELFILI, J.M. 2007. A Chapada dos Veadeiros. In: *Felfili, J.M.; REZENDE, A.V. & JÚNIOR, M.C. da SILVA*. Biogeografia do Bioma Cerrado: vegetação e solos da Chapada dos Veadeiros. UNB, FINATEC. 15-23.
- FELFILI, J.M. e SILVA JÚNIOR, M.C. da. 2001. *Biogeografia do bioma Cerrado: estudo fitofisionômico na Chapada do Espigão Mestre do São Francisco*. Brasília:

Universidade de Brasília, Faculdade de Tecnologia, Departamento de Engenharia Florestal. 152 p.

FELIPPE, G.M. 1994. Mário Guimarães Ferri: o botânico ecólogo. *Estudos Avançados*, 8(22): 263-267.

FERRI, M.G. 1973. *A vegetação de cerrados brasileiros*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo.

FRANCO, J.L. de A. & DRUMOND, J.A. 2005. Frederico Carlos Hoehne: a atualidade de um pioneiro no campo da proteção à natureza no Brasil. *Ambiente & Sociedade*. Vol. III, nº 1, 27p.

GIULIETTI, A.M.; MENEZES, N.L.; PIRANI, J.R.; MEGURO, M. e WANDERLEY, G.M.L. 1987. Flora da Serra do Cipó, Minas Gerais: caracterização e lista das espécies. *Bol. Bot. Univ. São Paulo*. 9: 1-151.

Glossário de Ecologia. 1997 – 2ª. Edição, Academia de Ciências do Estado de São Paulo, Publicação ACIESP nº 103, 353p.

GOODLAND, R. & FERRI, M.G. 1979. *Ecologia do Cerrado*. Trad. Eugenio Amado. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, EDUSP, v. 52, 193 p.

HANDRO, W.; CAMPOS, J.F.B.M. & OLIVEIRA, Z.M. 1970. Sobre a anatomia foliar de algumas Compostas dos campos rupestres. *Ciência e Cultura* 22:107-126.

JOLY, C.A.; AIDAR, M.P.M.; KLINK, C.A.; McGRATH, D.G.; MOREIRA, A.G.; MOUTINHO, P.M.; NEPSTAD, D.C.; OLIVEIRA, A.A.; POTT, A.; RODAL, M.J.N. e SAMPAIO, E.V.S.B. 1999. Evolution of the Brazilia phytogeography classification systems: implications for biodiversity conservation. *Ciência e Cultura Journal of the Brazilian Association for the Advancement of Science*, 331-348p. Volume 51(5/6).

KLINK, C.A & MACHADO, R.B. 2005. A conservação do Cerrado brasileiro. *Megadiversidade*, Volume 1, 147-155.

KURY, L. 2001. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, Ciências, Saúde*. Vol. III (Suplemento), 863-880p.

LIBANO, A.M. & FELFILI, J.M. 2006. Mudanças temporais na composição florística e na diversidade de um cerrado sensu stricto do Brasil Central em um período de 18 anos (1985-2003). *Acta bot. bras.* 20(4): 927-936.

MAGALHÃES, G.M. 1963. Fitogeografia do Estado de Minas Gerais. In: *Recuperação do Cerrado*. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, p. 69-82.

MARTIUS, K.F.P. von & SPIX, J.B. von. 1976. *A Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Trad. do latim de Lúcia Furquim Lahmeyer. São Paulo: Melhoramentos/Brasília: Instituto Nacional do Livro (INL), 3 vol.

MEIRA-NETTO, J.A.A. 2003. A política de conservação da diversidade vegetal nos cerrados de Minas Gerais. *Desafios da Botânica no Novo Milênio: Inventário, Sistematização e Conservação da Diversidade Vegetal*. Eds. Mário Augusto G. Jardim; Maria de Nazaré do Carmo Bastos; João Ubiratan Moreira dos Santos. Belém: MPEG, UFRA; Embrapa, Brasil/Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 228.

MELLO-BARRETO, H.L. de 1942. Regiões Fitogeográficas de Minas Gerais. *Oficinas Gráficas do Departamento de Estatística*. Boletim, 4, 31 p.

MENDONÇA, R.C. de; FELFILI, J.M.; WALTER, B.M.T.; SILVA JUNIOR, M.C. da; REZENDE, A.V.; FILGUEIRAS, T.S. e NOGUEIRA, P.E. 1998. Flora vascular do Cerrado. In: Sano, S.M. & Almeida, S.P. *Cerrado, Ambiente e Flora*. EMBRAPA-CPAC, Planaltina-DF, p. 289-593.

MENDONÇA, R.C., FELFILI, J.M., WALTER, B.M.T., SILVA-JÚNIOR, M.C., REZENDE, A.V., FILGUEIRAS, T.S., NOGUEIRA, P.E. e FAGG, C.W. 2008. Flora vascular do bioma Cerrado: checklist com 12.356 espécies. In: *Cerrado: ecologia e flora*. (S.M. Sano, S.D.P. Almeida & J.F. Ribeiro, eds.). Embrapa Cerrados/Embrapa Informação Tecnológica, Brasília, v.2, p.421-1279.

MENEZES, N.L. 1970. *Estudos anatômicos e a taxonomia da família Velloziaceae*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MIRANDA, I.S., ALMEIRA, S.S. e DANTAS, P.J. 2006. Florística e estrutura de comunidades arbóreas em cerrados de Rondônia, Brasil. *Acta Amazônica*, Vol. 36(4): 419-430.

MIRANDA, I.S. e ABSY, M.L. 1997. A flora fanerogâmica das savanas de Roraima. In: *Homem, ambiente e ecologia no Estado de Roraima* (R.I. BARBOSA; E.J.G. FERREIRA e E.G. CASTILLÓN, eds.). INPA, Manaus, p. 445-462.

MORRETES, B.L. de 1994. Felix Rawitscher. *Estudos Avançados*, 8(22): 205-208.

NOGUEIRA, E. 2000. *Uma história brasileira da botânica*. Marco Zero, São Paulo. 256 p.

PIRANI, J.R.; MELO-SILVA, R. de & GIULIETTI, A.M. 2003. Flora de Grão-Mogol, Minas Gerais, Brasil. *Bol. Bot. Univ. São Paulo* 21(1): 1-24.

RAMOS, M.A. 2008. O sertão mineiro nas observações de Spix e Martius. *Cadernos de História*, vol. V, n.º 1, ano 3, pp. 96 – 105.

RAPINI, A.; RIBEIRO, P.L.; LAMBERT, S. e PIRANI, J.R. 2008. A flora dos campos rupestres da Cadeia do Espinhaço. *Megadiversidade*, Volume 4, Nº 1-2, 15-23.

RATTER, J.A.; RIBEIRO, J.F. e BRIDGEWATER, S. 1997. The brazilian cerrado vegetation and threats to its biodiversity. *Annals of Botany* 80: 223-230.

- RAWISTCHER, F.; FERRI, M.G. & RACHID, M. 1943. Profundidade dos solos e vegetação em campos cerrados do Brasil Meridional. *Ac. Brasil. Ciências*
- RIBEIRO, J.F. e WALTER, B.M.T. 1998. Fitofisionomias do bioma Cerrado. In: *Cerrado: ambiente e flora*. Eds.: SANO, S.M. e ALMEIDA, S.P. Planaltina. EMBRAPA-CPAC. xii+556p.
- RIZZINI, C.T. 1997. *Tratado de Fitogeografia do Brasil: aspectos ecológicos, sociológicos e florísticos*. Âmbito Cultural Edições Ltda. São Paulo. 2ª. Ed., 747p. il.
- ROMARIZ, D. de A. 1986. *Viagens de Saint-Hilaire a Minas Gerais (sua contribuição para o estudo da vegetação)*. São Paulo, Edição do Autor, 23 p.
- RUGGIERO, P.G.C. e PIVELLO, V.R. 2005. As relações entre a vegetação e o meio físico do Cerrado Pé-de-Gigante, 13, Solo e a comunidade vegetal. *O cerrado Pé-de-Gigante: ecologia e conservação – Parque Estadual de Vassununga*. Orgs.: PIVELLO, V.R. e VARANDA, E.M., São Paulo, SMA, p. 118-132.
- SAMPAIO, A.J. de 1934. *Phytogeographia do Brasil*. Companhia Editora Nacional, SP, 284p., il.
- VELOSO, H.P.; RANGEL-FILHO, A.L.R. & LIMA, J.C.A. 1991. *Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal*. IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Rio de Janeiro, 124p.
- VIEIRA, D.L.M.; AQUINO, F.G.; BRITO, M.A.; FERNANDES-BULHÃO, C. & HENRIQUES, R.P.B. 2002. Síndromes de dispersão de espécies arbustivo-arbóreas em cerrado sensu stricto do Brasil Central e savanas amazônicas. *Revista Bras. Bot.*, V.25, n.2, p. 215-220.
- WALTER, B.M.T. 2006. *Fitofisionomias do bioma Cerrado: síntese terminológica e relações florísticas*. Universidade de Brasília. Tese de Doutorado 373 p.
- WARMING, E. 1908. Lagoa Santa. Contribuição para a Geographia Pthytobiologica. Trad. A. Löefgren. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo.
- ZAPPI, D.C. *et al.* 2003. Lista das plantas vasculares de Catolés, Chapada Diamantina, Bahia, Brasil. *Bol. Bot.Univ. São Paulo*, 21(2): 345-398.
- www.comciencia.br (18/11/08)
- [http://pt.wikipedia.org/wiki/Lagoa_Santa_\(Minas_Gerais\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Lagoa_Santa_(Minas_Gerais)) (21/11/08)
- <http://www.conservation.org.br/onde/cerrado/> (acesso em 04/12/08)
- <http://www.ibge.gov.br/home/> (04/12/08)
- <http://geoftp.ibge.gov.br/documentos/recursosnaturais/levantamento/biogeografia.pdf> (13/12/08)

RESUMEN:

Los estudios fitogeográficos están fechados en Brasil a partir de la primera mitad del siglo XIX, cuando el séquito de la archiduquesa Leopoldina trajo viajeros y naturalistas para explorar la naturaleza del país. Los informes de Spix y Martius son pioneros en la narración de sus viajes e investigaciones. Se destaca el interés en el Cerrado y los investigadores fueron capaces, a partir de las cuentas de los primeros viajes, aclarando cuestiones, profundizar en el conocimiento y definir más claramente los Biomas. Con el Cerrado este hecho ha estado ocurriendo desde Martius y llega hasta el día de hoy, despertando el interés y la necesidad de un mayor conocimiento.

Palabras clave: Savannah Brasileña, historico de las investigaciones, fitogeografía.

ABSTRACT:

The phytogeographic studies in Brazil date from the first half of the nineteenth century, when the entourage of the Archduchess Leopoldina brought travelers and naturalists to explore the nature of the country reports of Spix and Martius are pioneers in the narrative of his travels and research. We highlight the interest in the Cerrado and the researchers were able, based on the reports early voyages, elucidating questions, deepen knowledge and define more clearly the Biomes. This fact in the Cerrado has been occurring since Martius and comes until nowadays, causing interest and needed for bigger knowledge.

Keywords: Savannah, historical research, phytogeography.

Tempo, religião e heteronomia na construção histórica da identidade Guarani Mbyá

Luiz C. Borges¹ - Museu de Astronomia-MAST

RESUMO

Para compreendermos as questões relativas à memória e ao imaginário da sociedade Guarani Mbyá, um subgrupo da etnia Guarani, membro da família linguística Tupi-Guarani, do tronco Tupi, devemos analisar os seus sistemas de representação. As narrativas míticas configuram-se como o *locus* privilegiado em que observarmos as matrizes que conformam a memória e o imaginário guarani. O objetivo deste artigo é problematizar e analisar alguns dos vínculos entre o tempo, a cosmologia, a busca da Terra-Sem-Males, o caminhar sagrado, a recordação e a hermenêutica como formas representativas de uma heteronomia radical que constitui e sustenta a sociedade guarani e cujas marcas são tanto narrativas, quanto histórico-sociais e ritualísticas. Enfim, trata-se de mostrar que a ordem do sagrado faz-se o elemento fundante da sociedade guarani.

Palavras-chave: Guarani Mbyá, memória mito, sagrado, temporalidade

1- COSMO, TEMPO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Ao tratar de questões relacionadas ao modo Guarani de produzir, utilizar e transmitir o conhecimento que, ao longo do tempo (pré e pós colonização) essa etnia vem acumulado e sistematizado sobre o seu meio-ambiente e, em especial, no âmbito deste trabalho, acerca dos corpos celestes observáveis, suas configurações e relações com a vida na terra, devemos considerar que, epistemologicamente falando, é somente a partir de um aparato analítico transdisciplinar que esse objeto pode ser melhor observado e analisado, dadas as suas complexas condições de produção que envolvem questões que perpassam diversas disciplinas acadêmicas, abrangendo da arqueologia à política.

Ao lidarmos com sociedades indígenas, uma dos seus traços culturais que mais se destacam é a oralidade. Por essa razão, nas sociedades em que a oralidade se institui como a ordem dominante, o processo sociohistórico só pode ser equacionado através dos enunciados que circulam na sociedade e que, por sua vez, mediante o contínuo trabalho da memória, são os responsáveis pela formação das matrizes de

pensamento (isto é, os preconstruídos, a tradição, o senso comum) que perpassam o tecido social e fazem o ordenamento ideológico dessa mesma sociedade. Nesse tipo de estrutura social, como em geral é encontrada nas sociedades indígenas e, em particular, na dos Guarani Mbyá², o processo enunciativo, a produção e a circulação de saberes se realizam prioritariamente no domínio do mito, considerado como elemento fundante do imaginário social através do qual os Guarani se representam e afirmam sua identidade³. Assim, devemos considerar que o mito funciona como um discurso fundador (Orlandi, 1993), pois se apresenta como aquele em que a voz da imemorialidade, ou da ancestralidade, dimensionada em e por um tempo originário, se faz ouvir/agir através de um narrador (ou de um texto narrado) que, neste caso, representa a voz da instituição ou do imaginário social instituinte. O conceito de discurso fundador proposto por Orlandi apresenta similaridades com o de mito fundador proposto por Marilena Chauí (2000), guardadas as suas especificidades teóricas. Por essa razão, algumas vezes nos referiremos a ambos de forma quase sinonímica.

Entre os Guarani, por exemplo, uma formação utópica como a Terra Sem Mal ou *Yvy Marã E'ũ* [marã e'ũ: 'que não se estraga', 'que não se acaba', 'intocado': 'indestrutível'] constitui um dos elementos chave para a compreensão do pensamento e do modo de ser (*teko* ou *ethos/eidos*) desse povo, dado o papel simbólico e histórico que essa entidade mítica desempenha na sua concepção de mundo e no seu vir-a-ser. Para compreender melhor a matriz fundadora da Terra Sem Males, devemos considerar, o papel que o tempo desempenha na estruturação de uma sociedade. De acordo com Jean-Paul Sartre, "a temporalidade é evidentemente uma estrutura organizada; (...), uma totalidade que domina suas estruturas secundárias e que lhes confere significação" (Sartre, 2001, p. 158), e na qual categorias operativas como "presente", "passado" e "futuro" devem ser entendidas na condição de instantes estruturados de uma síntese, para a qual contribuem significativamente o imaginário e a memória sociais. Ao tratar da relação dialética entre presente e passado, Krzystoff Pomian afirma que "toda arquitetura temporal contém no seu estado presente aquilo que foi no passado, naturalmente não na sua forma originária mas na que recebeu ao longo de reinterpretações sucessivas..." (Pomian, 1993, p. 70). Isto é, o passado se conserva nos diversos deslocamentos interpretativos e/ou deformantes que vai sofrendo ao longo do tempo. Neste sentido, o passado recebe camadas de novo

sentidos que, de certa forma, o vão recobrando, de sorte que, quanto mais distante for esse passado, maior o número de camadas que o recobrem. Assim considerado, “o passado não exige porquê; é o próprio ‘porquê’ de todas as coisas” (Cassirer, citado por Rehfeld, 1988, p. 56).

Por conseguinte, consideramos que o tempo se impõe como elemento constitutivo, instituinte e inextrincável da formação, do funcionamento e do modo de ser (*eidos* e *etos*) de toda e qualquer sociedade. Contudo, não consideramos o tempo em-si, absoluto, mas o tempo socialmente construído, dado que, como assegura Castoriadis (1992), cada sociedade cria, para si mesma e consubstancial ao seu modo próprio de ser, um tempo que lhe é próprio e que lhe confere a sua especificidade no conjunto das demais sociedades. O mesmo é secundado por Octavio Ianni, para quem

cada tempo inventa seu tempo. O tempo é uma criação social, um produto da atividade humana, uma invenção cultural. É claro que são várias, múltiplas, congruentes e contraditórias as formas sociais do tempo. Tanto assim que ele pode ser cósmico, geológico, sazonal, histórico, biográfico, mítico, épico, dramático, subjetivo, cronológico, mecânico, elétrico, eletrônico. Mas todos são criações sociais, invenções culturais. Mesmo aqueles altamente determinados pela natureza, cósmicos, telúricos, geológicos ou sazonais, podem ser reelaborados pela atividade humana, pela trama das relações sociais, compreendendo processos e estruturas de dominação e apropriação. Todos estão presentes na vida social dos indivíduos e coletividades, nações e nacionalidades, sociedades e comunidades. É verdade que são diversos pelo ritmo e andamento, força e localização, irrelevância e repercussão. Significam diferentemente, coexistem, convergem, ressoam e negam-se. Há situações em que uns dão a impressão de recobrir ou suprimir os outros, mas logo os outros reaparecem, revelam-se (Ianni, 2000, p. 228).

Nesse sentido, o aquilo que sou resulta, em grande parte, do meu passado. Ou, em termos onto-temporais, cada sujeito, individual ou coletivamente considerado, é seu passado, pois é em seu passado que se

encontra a matriz de sua investidura em sujeito, conforme visto acima. Desse modo, ao comparar essa concepção de temporalidade com a situação histórico-social dos Guarani, percebemos que ela evidencia a razão pela qual esse povo, em sua auto-representação, é o seu passado, uma vez que eles, enquanto formação identitária, se constituem, em seu imaginário social, através da recordação das palavras e da bela morada de Nhamandu, condição que pode ser deduzida tanto dos relatos míticos, quanto das declarações atuais dos guarani, de que é exemplo o seguinte excerto de cantos cerimoniais: “assim, farei correr o fluxo das Belas Palavras/para você, que se lembrará de mim”; “eis porque você, que vai morar sobre a terra,/tenha lembrança da minha bela morada” (Clastres, 1990, p. 113).

Na concepção cosmológica dos Guarani, encontramos uma rede de relações antinômicas, representadas pela relação ecossistêmica Céu/Terra (Campos, 1995), a partir das quais é possível depreender de que modo se configuram, integrada ou isoladamente, algumas das relações possíveis entre homem e universo. Assim, iniciando com a dicotomia sagrado/profano, uma relação do tipo terra/céu, seria correlata ao campo domínio humano/domínio não humano (da natureza). Já uma relação do tipo terra (território, lugar de habitação e existência)/Céu corresponderia a humano ou profano/divino ou sagrado. À relação terra (histórica)/Terra (mítica) corresponderia lugar profano/lugar sagrado; relação de sacralidade em que o componente Terra é entendido como Cosmo. Entre os Mbyá, por exemplo, a terra representa o lugar da infelicidade e das cópias imperfeitas, ao passo que a Terra é a verdadeira morada dos Homens verdadeiros. O que leva a considerar que o princípio epistemológico que orienta a produção de conhecimento entre os Guarani seja cosmocêntrico e pelo qual, o cosmos, como o *locus* da verdade faça com que haja precedência e predominância da dimensão cosmológica sobre os eventos histórico-sociais.

Essas filiações de sentido e de lugares de identidade mostram que é pela e na ordem do (tempo) sagrado que a sociedade Guarani Mbyá se institui, e na qual ocorre a sobreposição da realidade metafísico-cosmológica sobre a profano-histórica e, por fim, do sujeito divino sobre o sujeito humano.

A busca da Terra Sem Mal que, alegoricamente, corresponde à busca dos Guarani por sua humanidade perdida, decorre de uma fundação profética⁴ (Clastres, 1978; Clastres, 1990; Schaden, 1974 e 1989), registra-

se geográfica e historicamente nos constantes deslocamentos territoriais, e igualmente como resultado de um conflito permanente que se expressa na forma de uma antitopia entre a *Yvy Mba'e Meguã* (Terra Má) e a *Yvy Marã E'ũ* (Terra Sem Males). O efeito antitópico explicita-se no enunciado mítico, reproduzido por Pierre Clastres: “queremos ser deuses e somos homens. Objeto do nosso desejo: *Yvy Marã E'ũ*, a Terra Sem Mal; espaço da nossa condição: *Yvy Mba'e Meguã*, a Terra Má” (Clastres, 1990, p. 13). Dessa necessidade de continuar buscando deriva a tradição do *oguatá porã*, ou o caminhar sagrado. Trata-se de um deslocamento que é também procura por sinais que, submetidos a um procedimento hermenêutico, indicarão o caminho a ser seguido. Em suma, a procura guarani tem por objetivo final reintegrar a terra à Terra, qual seja, reintegrar o tempo histórico ao tempo cosmológico.

Assim, o que mais se evidencia da concepção metafísica do mundo mbyá é essa marca de uma disjunção tanto geográfica, quanto histórica o que leva a considerar que o mundo mbyá resulta de um descompasso tempo-espacial, ou de um presente fora dos eixos. Diante desse investimento na busca da Terra Sem Mal, cabe perguntar pela finalidade dessa procura: será que “ela vem unicamente reparar a injustiça (...) ou, ao justo, rearticular *como é preciso* a disjunção do tempo presente (...)?” (Derrida, 1994, p. 43).

Esses dois eixos fundacionais levam a considerar que a sociedade Guaraní Mbyá se estrutura sobre uma dupla ocorrência de externalidades: 1) a heteronomia, uma vez que a fonte da qual se origina a ordem social, por pertencer à ordem divina, encontram-se externa à sociedade guarani: “Oh, nosso primeiro Pai! Foste tu quem concebeu antes do princípio as normas para nossa conduta; foste tu quem concebeu a origem da futura linguagem humana antes de haver criado a morada terrenal” (canto de Laureano Escobar, citado por Cadogan, 1959, p. 95); 2) a heterotelia, pois o fim a que se destinam lhes foi legado e interdito de fora, isto é, por uma razão cosmo-teo-cêntrica. *Yvy Marã E'ũ* e *Yvy Mba'e Meguã* são dois significantes míticos dessa ordem cosmo-teo-cêntrica e que, no cotidiano da sociedade Guaraní, se (re)produzem como recordação atualizada: “eis porque temos lembrança de sua bela morada inacessível” (Clastres, 1990, p. 122). Desse tempo-espço essencialmente divino, o que resta aos Guaraní como herança, uma espécie de vestígio arqueológico discursivo, é esta lembrança insistentemente reordenada pelos preceitos ético-religiosos e reencenada e atualizada nas narrativas e,

em especial, nos ritos e nos mitos, entendidos como suportes desse processo mnemônico.

Ambos (espectro e tempo disjunto) apontam para uma heterotelia instituinte: sair em busca da *Yvy Marã E'ñ* e, durante o tempo em que essa busca durar, manter-se no êxtase religioso que os arrebatava e os conduz ao caminho que deve levá-los a ultrapassar a condição humana (símbolo da imperfeição). Esta última se anuncia através da noção de cópia, imagem ou sombra: “agora só subsiste sua imagem sobre nossa terra”; “eis porque você, que vai morar sobre a nossa terra, tenha lembrança da minha bela morada” (Clastres, 1990, p. 36; 113).

2- MEMÓRIA, MITO E TEMPORALIDADE

Nas culturas de tradição oral, as narrativas são transmitidas através de formas ritualizadas que, em si mesmas, mostram haver interrelações entre gêneros, estilos e das formas de sua utilização nos contextos de uma dada comunidade. Dessa maneira, os processos e procedimentos individuais de apropriação desse arquivo imemorial jogam entre a capacidade criativa ou poética do indivíduo, na condição de sujeito-autor, e a força normativa e conservadora das normas sociais, cujo ordenamento é oralmente constituído. E isso leva a pensar, primeiro, na relação entre mito e história e também no papel instituinte, do tempo, como já apontado acima. No que tange à relação entre mito e história Jacques Le Goff diz que mito é a história baseada na memória coletiva e, por isso mesmo, “deformada, anacrônica”, mas que “constitui o vivido dessa relação inacabada entre o presente e o passado” (Le Goff, 1994, p. 29). Proposição que se complementa com aquela de Pomian (op. cit.) que trata da relação deformadora e encobridora entre presente e passado.

Podemos, então, dizer que se há uma dimensão temporal nas coisas e se há uma dimensão temporal socialmente instituída; há, ainda, uma dimensão temporal no corpo, uma vez que este é simultânea e complexamente atravessado por aquelas duas instâncias. O conjunto da totalidade dos fenômenos sociais e psíquicos relacionados ao tempo forma uma dêixis temporal que indica, em cada caso, o momento propício para a realização das atividades individuais ou coletivas, sejam elas produtivas ou de lazer. Concordando com Heller (2000), diríamos que é na cotidianidade de todo ser social que a temporalidade se faz presença e se representa nas várias instâncias da existência. A temporalidade, em sua dimensão ontológica e imaginária se representa, portanto, como

homogênea e hierárquica. Obviamente, tanto sua homegeneidade quanto sua hierarquia se estruturam de acordo com as diferentes formações sócio-históricas de cada sociedade.

Desse modo, falar sobre e do o tempo significa, sobretudo, falar de um tempo para ou em nós (tempo para um sujeito, ou tempo subjetivo) e de um tempo no e do mundo (tempo para ou nas coisas, ou tempo objetivo). Com relação aos diferentes modos de percepção do tempo, Rehfeld (1988) nos oferece um bom exercício taxonômico: a) tempo vivencial (relativo à experiência do eu), b) tempo real (o tempo que opera independente da consciência), c) tempo relacional (relativo à consciência temporal, ou não, face às mudanças e ao movimento), d) tempo absoluto (transcorrer do tempo independente à percepção das mudanças e do movimento), e) tempo linear (tempo com efeito cumulativo: de um início ao um fim), f) tempo sagrado (tempo revivido, reevocação de acontecimentos de retorno periódico, cuja sacralidade respeita à sua origem e não ao seu conteúdo), g) tempo escatológico (tempo que tem começo e fim), i) tempo profano e j) tempo histórico.

Além das várias possibilidades combinatórias desses tempos subjetivos e objetivos e de sua simultaneidade, porque a vivência temporal ocorre na complexidade da temporalidade, essas formas temporais, por sua vez, implicam duas concepções pelas quais falamos do e sobre o tempo. De um lado, temos o tempo coisificado, o tempo mensurável, o tempo como repetição do idêntico (periodicidade, eterno retorno), a que Castoriadis (op. cit.) chama de tempo identitário, cujos entes temporais seriam: o tempo cósmico, o tempo cronológico, o tempo histórico, o tempo linguístico (Nunes, 1988). De outro, o tempo vivido, também chamado de tempo imaginário, relativo à experiência na consciência do sujeito, o qual pode ser tanto um tempo público como um tempo cósmico.

As diferentes experiências locais referentes à temporalidade encontram-se refletidas na língua, que é a condição material do discurso, de maneira que a existência de um discurso mbyá concernente ao tempo tem de estar materializada nos fatos de linguagem. Assim sendo, um conceito essencial para compreendermos a relação dos guarani com o tempo, ou com as diversas parcialidades que compõem a sua temporalidade, é *oguerojera* o qual se refere a um movimento autogerado, que vai indefinidamente desdobrando-se. Assim, no que se concerne às coisas existentes,

criou[-as] Nhamandu) no cursos de sua evolução, em meio às trevas primitivas antes de haver o verdadeiro Pai Nhamandu, o primeiro, criado no curso de sua evolução, seu futuro paraíso; antes de haver criado a Primeira Terra; Ele existia em meio aos ventos originários (Cadogan, 1992, p. 24, 26)⁵.

Nesse sentido, *oguerojera* é um conceito que deve ser entendido como uma compactação do modo guarani de conceber o universo, o qual se configura como um processo contínuo de criação/destruição de formas. O ser criador mbyá (Nhamandu) emerge do momento inercial (o tempo primitivo, a noite originária) como um novo, isto é, como alteridade radical. De igual modo, essa emergência transformadora mostra-nos algo da concepção mbyá acerca de seu devenir, pois ela sintetiza tanto a errância de seus deslocamentos territoriais, como o esforço místico individual e coletivo em busca da maturidade acabada (*aguyje*) e do renascimento (*kandire*), quanto a elaboração de uma complexa metafísica que constitui o denominam de *arandu porã* (o belo saber: o conhecimento), conforme indica Clastres (1990).

É importante salientar que tanto em *oguerojera*, quanto em *aguyje* e em *kandire* encontramos a presença da temporalidade, e é em relação ao tempo do sagrado que esses conceitos da tekologia mbyá fazem sentido e, concomitantemente, provêm os mbyá de sentido e identidade. Se isso parece claro em *oguerojera* que se refere ao movimento de expansão universal responsável pela existência do tempo e do espaço guarani; em *aguyje* o tempo está intrínseco, pois esse termo designa não apenas o processo de maturação (de homens, coisas e da história), como também o chegar ao fim desse processo; em *kandire* temos a expressão do ser e do vir-a-ser na mesma perspectiva temporal, (re)início de ciclo vital. *Kandire*, *aguyje* e *oguerojera* são, pois, a presença significativa do passado atualizado como eixo instituinte da ética e da subjetividade guarani mbyá.

Tempo, memória e mito. Essa tríade sustenta não só o sistema guarani de produzir conhecimento – teorias e explicações sobre a gênese do mundo, e sobre a razão de existência das coisas e sobre seu lugar no ordenamento do mundo – mas, igualmente, o conjunto das normas sociais e políticas que regulam a sociedade guarani. Contudo, o que efeitos socioculturais e discursivos produzimos ao falarmos de memória?

O termo memória pode significar: a) locus de armazenamento/recuperação de informações, b) ato ou processo de armazenar/recuperar eventos ou de rememorar eventos, c) matéria ou dado armazenado/recuperado por algum processo físico, mecânico, fisiológico. A memória oral (individual ou coletiva) não opera na reprodução tal qual daquilo que é captado/armazenado/recuperado. A memória-rememoração é sempre uma versão, seja considerada temporalmente (relação disjuntiva entre passado e presente), seja enquanto fato narrado. Isto porque a memória (suposta, processo ou dado) opera sempre e continuamente através de um trabalho de interpretação e de renovação, seja no processo de organização, codificação, classificação ou armazenamento, seja no ato/processo de recuperação e uso do material armazenado/recuperado.

Ao tratar da relação entre memória e herança cultural, Freud ([1913] 1996; [1939] 1996) fala de resíduos ou traços mnemônicos herdados de eventos vivenciados por gerações pregressas e que, por terem desempenhado importante papel na organização da tradição, ou de discurso fundador, do grupo social. Embora seja responsável por investir de sentido a tradição, ocorrem na memória a partir de deslocamentos, paráfrases, deformações. Assim, o trabalho da memória consiste em, a partir da obliteração do evento original, acionar significantes, ou suportes de memória, que, por sua vez, produzem efeito de presença daquilo que originou o jogo de memória. Aqui também é relevante levar em conta o trabalho simultâneo e indispensável da ideologia para a criação/manutenção desse efeito atualizante dos traços de memória. Nesse sentido, a memória é sempre parafrásica. Mas é também um processo permanente de fundação de sentidos. Como tal, a memória é um arquivo, isto é, mais do que um processo de armazenar/recuperar e tratar informações, trata-se de uma forma peculiar de organização do mundo. A memória, enquanto arquivo, se configura como um dos muitos processos ou traços sociais do *nomos* (cf. Derrida 2001).

É possível estabelecer, com base nos argumentos acima, uma diferença entre a memória étnica ou social e a memória mecânica. A memória social é ativa, ao passo que a memória mecânica é passiva. Por isso, a memória é sempre afetada pela história e pela cultura ou, em outros termos, pela ideologia e pelo inconsciente – o que não ocorre com a memória mecânica, na qual tanto o ato de armazenar, quanto o de recuperar prescindem da interpretação. Afetada pela história, assim como pelo trabalho do inconsciente e da ideologia, na memória social operam

as falhas, a falta, o equívoco, a redundância. Qual seja, na/sobre a memória atua o esquecimento e o silêncio. O esquecimento (Pêcheux, 1988) é sempre afetado pelo inconsciente e pela ideologia, uma vez que esquecer é parte constitutiva da memória ou da rememoração. Já o silêncio (Orlandi, 1992) é quase sempre determinado pela escolha política. Na prática discursiva, esquecimento pode co-ocorrer com o, ou como, silenciamento, sendo este último relacionado a escolhas ou à responsabilidade do dizer.

Assim sendo, a memória, por ser a reevocação de um evento, ou de seus efeitos, ocorrido em um tempo-espço culturalmente definido, está, portanto, longe de ser passiva ou destituída de tensões, conflitos, disputas. Se a capacidade de memorizar e de identificar, pela lembrança, lugares e eventos já experimentados, não é uma exclusividade humana, a reminiscência ou recordação atualizada o é, visto que, mais que uma atividade neurológica, define-se histórica e culturalmente. Neste sentido, a reminiscência se configura como uma construção, ou reformulação, do vivido ou experienciado e não como construção ordenada desses eventos, considerando que, inevitavelmente, todo processo de memorizar e reevocar encontra-se entretecido com o esquecimento, tal qual visto acima, justamente porque ambos, em sua totalidade, são construtos sócio-históricos (Rossi, 2010; Gondar, 2008). Por conseguinte, ao tratarmos de memória, estamos nos referindo a um fenômeno que resulta, no campo dos sentidos, ou da significância, do entrecruzamento da “memória mítica, da memória social inscrita nas práticas, e da memória construída...” (Pêcheux, 1999, p. 50). Daí porque, além de inserir-se na esfera cultural, inscreve-se inextricavelmente, na ordem da língua e do discurso, logo, do simbólico e da simbolização. É neste sentido particular que podemos dizer que a memória não é coisa do passado, mas uma construção do presente sobre eventos vividos ou herdados pela tradição, a partir das redes discursivas que circulam em toda sociedade.

É, portanto, no campo da memória que podemos compreender a razão pela qual, nos enunciados míticos, os tempos se enredam permanentemente, formando dissimetrias cronológicas. Passado e presente se entrecem, formando um tempo singular, o qual pode ser subsumido como um presente antigo (Veschi, 1996). A enunciação mítica realiza séries de transposições temporais, pelas quais o passado do narrado e o presente da narração atualizam-se mutuamente. Neste sentido, o mito

funda uma história, por dar conta do arquivo imemorial do grupo, a partir do qual, este constrói seu presente, e porque funda a identidade e a possibilidade de explicação que muitos povos elaboram acerca de e para si mesmos e para o mundo. Essa propriedade, que caracteriza a ação temporal e oral do mito, é a anacronia (na qual ocorre uma discordância entre a história e a enunciação), a qual é responsável pela aparente desordem temporal que é frequentemente observada na narrativa mitopoética.

Ao tratarmos de memória, especialmente daquela que vemos operar em sociedades marcadas pela oralidade, tampouco podemos negligenciar a relação instituinte entre os fatos (e suportes) de memória, patrimônio e identidade, conforme mostram, por exemplo, Candau (2011) e Gonçalves (2007). Por isso, os mitos atuam sobre a consciência social, representam-na, conformam-na. (Re)atualizam a memória, ao imporem-se como lugares de significância nos quais intervêm a interpretação e a ideologia. O mito funciona como instituinte sócio-histórico, uma vez que todo o processo de ultrapassagem, tão tipicamente Guaraní, encontra nessas narrativas o seu suporte discursivo. Assim, é expondo-se aos mitos que o indivíduo Mbyá se expõe igualmente ao processo social e cultural pelo qual ele se torna sujeito de e em sua história.

Por conseguinte, o mito, enquanto constituinte dos aparatos de sociedade, desempenha um papel relevante como forma de fixação e reprodução da memória, e em sua relação com a história e com a produção e disseminação do conhecimento e das técnicas (Mali, 1994; Le Goff, 1994; Borges, 1999; Borges; Gondim, 2003).

Esse aspecto é historicamente interessante, justamente por ter sido um dos elementos de maior incompreensão por parte dos não Guaraní e que, particularmente no processo de conversão, levou a construir uma imagem bastante negativa desses e também de outros índios, seja em termos comportamentais, seja em termos intelectivos. Isso fica bastante claro quando lemos as crônicas e outros documentos históricos. Para ficarmos em apenas um exemplo paradigmático, nos reportaremos às cartas do Padre Anton Sepp (Anton Sepp von Rechegg, nascido em Kaltern, no Tirol, em 1655 e falecido em San Jose, Misiones, Argentina, em 1733) que foi um dos grandes missionários a conduzir a conversão dos Guaraní, tendo vivido por 34 anos entre esse povo.

Como fica patente em suas cartas, Sepp não tinha preocupação em conhecer e entender a cultura indígena, seu propósito consistia na redução

dos Guarani ao sistema colonial. O silêncio de Sepp acerca dos elementos culturais desse povo fica evidenciado pela forma como esse missionário descreve a falta de civilidade desses índios, cuja causa ele relaciona à sua dispersão espacial, ou seja, ao fato destes não se encontrarem reunidos e assentados em um local estruturado. Há, ainda, outros sinais que Sepp interpreta como índices da falta de civilidade dos índios, tais como a sua nudez, a sua voracidade que os leva a comer carne ainda em processo de cozimento: “(...) tão voraz é este povo selvagem indígena, que enquanto um quarto de boi vai assando dum lado, vão cortando pedaços do outro. Assim o assado já é devorado enquanto se assa” (Sepp, 1980, p. 70). No espaço discursivo construído pelos enunciados do Padre Sepp, a voracidade indígena associa-se à falta de previdência e à preguiça, uma vez que, após terminar de arar a terra, os índios matavam o boi e o assavam no fogo que era feito com a madeira do arado, consumindo, dessa forma e irreparavelmente, seu instrumento de trabalho. A falta de disposição dos índios para o trabalho, ainda de acordo com Sepp, fornece a comprovação patente da incivilidade dos Guarani. A imagem do índio associado à preguiça, à falta de método de trabalho e à imprevidência, encontrada em relatos de colonos, historiadores e missionários, constroi um dos discursos/mitos fundadores mais persistentes no imaginário social brasileiro no que concerne aos povos indígenas.

De acordo com o ideário colonial, os índios apresentavam limitações intelectuais, razão pela qual estariam mais próximos da natureza que da civilidade, situação que os colocava em um estado de inferioridade e de paganismo. Era, por conseguinte, dever ético cristão resgatá-los para a civilização e o cristianismo (Lemos, 2010). A missão civilizatória de Sepp, assim como a de outros missionários, levava-o a desprezar o repertório cultural nativo que, de acordo com a formação histórico-ideológica cristã e européia, era considerada responsável pelo estado de barbárie dos índios. Em muitas de suas cartas fica evidenciada uma visão estigmatizada do indígena que, de modo geral, era constitutiva do imaginário missionário de conquista e de conversão. A cultura do outro não eram importante, o que importava era conquistá-lo e fazê-lo integrar-se ao mundo cristão.

Contudo, essa imagem de tabula rasa, de propensão natural à conversão, ou redução, e de infantilização dos índios, em parte sugerida pela “sua nudez, (...) sua alegria e hospitalidade naturais” (Mesgravis; Pinsky, 2002, p. 73) foi, aos poucos sendo contestada mediante a reação

e a resistência (pacífica – na forma de resignação inconformada – ou não) dos índios, a qual foi respondida pelos europeus com campanhas de repressão e, no âmbito das missões, pela substituição da tática do amor (conversão pacífica) pela do terror (conversão pela sujeição).

Em Sepp, verificamos a prevalência de um discurso competente e autoritário, de um total encobrimento, silenciamento acerca das tradições indígenas e sobre seu conhecimento (exceto sobre a importância instrumental do Guarani). Em suas cartas nada menciona sobre a cosmologia (astros, mitos etc.), sistema de orientação, rituais ou medicina. Ao tratar de doenças e remédios, relata o seu cuidado em preparar e aplicar remédios, mas nada diz a respeito da experiência indígena nesse campo. Fica patente, em seus relatos, uma contraposição fundante entre a incompetência indígena e a competência dos padres.

Notemos, de passagem, a recorrência à contraposição entre o estado de selvageria (anterior ao trabalho missionário) e a transformação (redução) civilizadora (resultado da conversão), a que referimos acima. Como desdobramento dessa contraposição total (modo de vida, conhecimento, crenças etc.), consideramos que uma das mais importantes marcas discursivas do processo colonizador (presente nos enunciados civis e religiosos) consiste em uma dissimetria estruturante que implica, para além das diglossias mostradas, uma disjunção entre o saber cientificamente legitimado (tido como o único competente e, portanto, como o saber que serve de guia e de fim) e o saber tradicional dos índios. Isso levou à cristalização de um juízo segundo o qual os índios brasileiros não dispunham de um saber sistematizado sobre, por exemplo, o céu, sobre o meio ambiente, sobre agricultura e a medicina. Na maior parte do tempo, o que fica realçado é o estado de barbárie dos índios, comprovado, segundo essa lógica, pela preguiça, o conformismo, a imitação, a voracidade, a falta de inteligência para as coisas abstratas.

Alfredo Bosi afirma que aculturar é também traduzir, e que o propósito de uma dupla transposição (do ideário e imaginário europeu e cristão para uma materialidade indígena e desta para aquela) compreendia um esforço de assimilação e de por-se em um espaço intercultural. Isto concorreu para o desenvolvimento e larga utilização da conversão na língua do outro (a língua mais falada em determinada região: por exemplo, na América luso-hispânica, Tupinambá, Guarani, Quechua). Contudo, essa estratégia também implicava uma luta que era cultural e material ao mesmo tempo e, portanto, política (Bosi, 1992),

especialmente se considerarmos que o espaço da linguagem se constitui em uma arena privilegiada da luta ideológica (Bakhtin, 1979).

A aplicação da política de redução/conversão, a prevalência do discurso competente e autoritário e, finalmente, o silêncio censório acerca da cultura guarani – ou seja, o conjunto da relação dissimétrica entre conversores e convertidos –, mostram que qualitativamente interior das reduções predominava uma lógica da razão tecnificada que, como aponta Ianni (2000), se justifica no âmbito de uma racionalidade (racionalismo) instrumental na qual o indivíduo dessubjetivizado (desistoricizado) fica subsumido.

3- A ORDEM DO SAGRADO E A HERMENÊUTICA GUARANI

No que tange à cosmovisão guarani, verificamos que, segundo as narrativas mitológicas, a relação terra (geo-histórica)/Terra (mítica) remete a uma formação discursiva fundadora de sacralidade. Para os Guarani Mbyá, a terra é considerada o lugar da infelicidade e das cópias imperfeitas, ao passo que a Terra representa a verdadeira morada dos homens verdadeiros. Em decorrência disso, percebemos que, no que se refere à episteme mbyá, ou melhor dizendo a uma concepção teológica de que nos fala Litaiff (op. cit.), o lugar da verdade só pode ser instituído em conexão com a ordem do sagrado, que se expressa pela relação Céu e Terra, por isso:

ninguém, na morada terrestre das coisas imperfeitas (...) ninguém melhor do eles saberá sacudir para longe de si as coisas más. Eis porque você, que vai morar sobre a terra, *tenha lembrança da minha bela morada* (Clastres, 1992, p. 113, grifos meus).

O sagrado (tempo, ordem, linguagem) não existe em si. Trata-se de um espectro do imaginário cuja determinação e instituição operam de acordo com as condições histórico-sociais de um povo. Aquilo que escapa para o terreno do sagrado é investido ou transferido como um lugar específico de significação e, enquanto tal, socialmente interpretado e aceito como sagrado; funcionando como um meio de acesso (mediante ritos e símbolos especiais) a uma dimensão da sociedade que se separa da cotidianidade e se autonomiza em relação ao campo estritamente histórico e temporal dessa mesma sociedade.

No que se refere ao discurso sobre o tempo e à investidura da ordem sagrada, devemos considerar o tempo sagrado como aquele que retorna⁶, no sentido de que toda sacralidade desse tempo diz respeito à sua origem e não ao seu conteúdo. Desse modo, o tempo sagrado não se configura como um tempo fenomênico subordinado aos acontecimentos. Trata-se, antes, de um tempo vivencial ou um tempo revivido (recordação e reinvocação) que, segundo Rehfeld (op. cit., p.163), “é um tempo em que se revela a exigência divina e não o seu ser: exigência que molda a vida, nas condições dadas, na base dos ensinamentos do passado”. O trecho acima, citado por Clastres, é um bom exemplo desse tipo de revivência. Com base nesses argumentos, podemos dizer que o investimento de uma esfera do tempo em campo do sagrado é um componente do interdiscurso e da memória social mbyá, e um elemento importante para compreendermos o processo guarani de subjetivação e de manutenção de sua identidade.

Portanto, ao dizermos que a concepção guarani de tempo expressa-se em sua tekologia, queremos enfatizar que a universalidade do tempo guarani é assumidamente local, visto ser a partir da cosmologia da aldeia que esse tempo se configura e se expande. Em termos de perspectiva observacional, tanto a concepção de uma temporalidade, quanto aos usos sócio-históricos e simbólicos do tempo estão relacionados à posição topo-etno-cêntrica que os guarani assumem em sua historicidade. Desse modo, podemos dizer que o ser-no-mundo mbyá não se representa como um estar-diante-de-deus, como, por exemplo, na tradição judaico-cristã, mas como um estar-com-deus, compartilhando o mesmo tempo e o mesmo espaço divinos. Em relação a esse ponto, é preciso lembrar que o tempo-espaço do sagrado não constitui, para os Guarani, lugar de interdição. Ao contrário, segundo a tekologia guarani, é justamente ao campo do sagrado que pertence o homem.

A tradição religiosa guarani configura-se como uma permanente (re)afirmação da presença divina na totalidade da vida desse grupo étnico. Assim, a centralidade da *opy* (casa de reza), a música de cunho predominantemente religioso, bem como o ritual de nomeação, uma vez que todos os nomes guarani são teóforos, constituem materialidades que apontam para essa relação fundadora da religião na sociedade guarani.

Ademais, o tempo-espaço sagrado se apresenta como o paradigma da objetividade de que se forma a epistemologia guarani. Essa concepção guarani de objetividade assemelha-se à concepção cosmológica vigente

no pensamento científico europeu até o século XVII, segundo o qual o plano supralunar era considerado como perfeito (deus = objetividade), enquanto que o sublunar era tido como o lugar da imperfeição, lugar da desordem e da incompletude. Em suma, para os Guaraní, a realidade sócio-histórica é transparente, o tempo-espço é único e o estar-no-mundo constitui-se em reflexo imperfeito, sobre o mundo humano e na linguagem cotidiana, da realidade sagrada. Por conseguinte, no que se refere à representação temporal, podemos afirmar que, de acordo com cosmologia mbyá, o tempo real, o tempo verdadeiro dos homens, é o tempo de deus. De maneira que o todo da vida humana pode ser considerado como uma passagem, ou desejo de ultrapassagem, em direção ao mundo verdadeiro. É o que nos indica esse excerto de um canto guarani: “aquele que existe sobre nossa terra não é mais/o verdadeiro: no limite do firmamento de nosso pai mora o verdadeiro (...)/ Agora só subsiste sua imagem sobre nossa terra” (Clastres, 1992, p. 36). De forma que se alçar ou transportar-se para essa temporalidade e essa realidade essencialmente humanas constitui o cerne da teleologia mbyá (messianismo e profetismo, apocalipse e escatologia).

Dado que a experiência individual e a social cultural afetam a experiência e a mensuração temporal, e que esta se inscreve na linguagem (Nunes, op. cit.), na materialidade linguística mbyá encontramos inúmeras formas e maneiras de dar conta da temporalidade, dentre essas destaca-se o emprego de marcadores ou dêiticos temporais: a) indicação de futuro: *arã* (exemplo: *ranguarã* ‘época em que irá acontecer’); b) indicação de passado: *ere* (exemplo, *ranguare* ‘época em que já aconteceu’); c) hoje: *aîr*; d) ontem: *kuee*; e) amanhã: *ko’/2rã* (literalmente, ‘futura manhã’); f) antigo, primitivo ou originário: *yma*, etc. Essas indicações temporais, na língua, podem ser genéricas ou específicas, determinadas ou indeterminadas.

Os marcadores temporais também podem ser não-verbais (ainda que expressos linguisticamente), como os marcadores celestes (astros etc.), os marcadores meteorológicos, os marcadores sazonais (florescimento, plantio, nascimentos), e os marcadores rituais (colheitas ou festas, como, por exemplo, o batizado anual) etc. O conjunto desses marcadores constitui uma parte significativa da materialidade discursiva mbyá referente à temporalidade. Assim é que esses dêiticos funcionam como operadores de uma concepção totalizante do tempo. Discursivamente, os marcadores temporais têm a função de estabelecer uma ordem ou permanência na

transitoriedade das coisas. A temporalidade cerca-se, assim, de fatores de homogeneidade no interior de uma heterogeneidade constitutiva.

Obviamente, a interconexão e a sobredeterminação das n-variáveis temporais formam redes de significações temporais orientadas para a polissemia, pela própria definição de tempo como a emergência radical do novo. De todo modo, será o conjunto desses marcadores que configurará o complexo temporal mbyá. Concordamos com Rehfeld (op. cit., p. 49) que “toda cronologia pressupõe um contínuo de dimensões fixas em que (...) se estende a série de momentos condicionantes em direção ao passado (...) leva a pressupor, também, em direção ao futuro, igualmente numa extensão divisível e mensurável”. No que concerne à cronologia e à temporalidade guarani, devemos sempre entender essa operação de divisão e mensuração temporais como uma forma de apropriação social de um tempo integralizador, o qual, numa sociedade como a dos Guaraní Mbyá, conjuga-se como tempo sagrado ou cosmológico e como tempo profano ou histórico.

Ainda que consideremos que em sociedades tribais os rituais possam ser tomados como lugares privilegiados onde atuam marcadores tempo, para os propósitos deste trabalho, contudo, tomamos as narrativas míticas como o lugar em que melhor podemos observar a significação do tempo entre os Guaraní. Especialmente considerando que “o tempo originário, mítico, é colocado antes, mas constituído depois. Seu estabelecimento é análogo ao da teoria, ou seja, serve para dar sentido a um conjunto de acontecimentos lhes fornecendo uma causa com sentido” (Veschi, op. cit., p. 127). Os trechos abaixo, extraídos do Ayvu Rapyta, mostram a constituição ontológica (ou ainda, teko-lógica) da temporalidade mbyá:

Nosso Pai último-último primeiro/para seu próprio corpo criou/das trevas primitivas/O vento primitivo em que existia nosso Pai/retorna/cada vez que volta o tempo-espaco primitivo/enquanto termina a época primitiva/durante o florescimento do lapacho/os ventos se transformam em tempo-espaco novo/já surgem os ventos novos, o espaco novo/o tempo-espaco do renascimento (Cadogan, op. cit., p. 24; 26)⁷.

Assim como o termo *oguerojera* nos remete à concepção de um tempo-em-expansão-transformação, um outro termo, *ara*, dirige-nos para a

concepção de uma unidade dual tempo-espacial. Trata-se de um acontecimento a um tempo discursivo e cosmológico: a indivisibilidade entre tempo e espaço, uma vez que essa dimensão do tempo-espaço novo foi gerada por Nhamandu, o qual aparece como emergência de alteridade e superação (transformação/destruição) da noite primitiva (o espaço-tempo originário, o estado-caos primitivo, o tempo igual a si mesmo que dominava antes que irrompesse essa nova criação).

Lembremos que os Guarani concebem e representam o tempo de forma cíclica, cujo ponto de partida é o tempo-espaço originário (*ara yma*: o tempo do não-ser), aquele que existia do surgimento de Nhamandu. É deste tempo-espaço do antes, e como sua negação, que sucede o tempo novo, o tempo-espaço do renascimento (*ara pyau*: o tempo do ser). De maneira que o intervalo de vida plena decorre anualmente entre o retorno ritualístico ao evento fundador (o tempo/vento originário) e a passagem ao tempo (novo) do renascimento (*ara pyau onhemokandire*). Contudo, o *kandire*, conceito em que estão subsumidos os de *oguerojera* e *aguyje*, é igualmente um aspecto da temporalidade guarani, pois é ser e vir-a-ser simultaneamente, uma vez que, sendo a totalização messiânica do tempo histórico e passagem para um tempo sagrado, funciona como presença material (imaginária e discursiva) do passado e como um dos eixos da ética e da *teko* (ética) guarani.

Na formação histórico-ideológica guarani, o tempo sagrado e o tempo profano ³/₄ ou em outros termos, o tempo instituinte e os tempos instituídos ³/₄ estão referidos à dicotomia terra verdadeira/terra sombra; ou ainda à contradição entre a terra má (*Yiy Mba'e Megua*, essa terra-cópia em que vivemos) e a terra sem males (*Yiy Marã Eñ*, aquela terra fantasmica que se apresenta como objeto obsessional da busca mbyá). De forma que tanto o tempo subjetivo ou fenomenológico, quanto o tempo objetivo ou cosmológico encontram-se sobredeterminados pelo tempo sagrado mbyá, sendo que o tempo no e do mito se configura como uma de suas expressões mais relevantes.

Além do mais, na própria mitologia guarani encontramos um argumento a favor de não concebermos a sua temporalidade como um eterno retorno. O modelo temporal mbyá aponta para a emergência de uma alteridade fundadora que é estabelecida por Nhamandu ao surgir em meio às trevas primitivas. Na vida humana, considerada pelos guarani como sombra, imagem ou imitação da vida verdadeira (a divina), esse movimento de renovação também ocorre continuamente (o ciclo dos anos, o calendário, o ciclo da vivência) e isso se reflete no *mbyá reko* (o

modo de vida guarani, a sua ética e seu modo de ser no mundo) e em suas práticas discursivas (verbais e não verbais). Ora, se o tempo é um componente da expansão universal de Nhamandu e, portanto, uma propriedade de deus, então não há porque pensar em (eterno) retorno, uma vez que a flecha do tempo ao se tensionar produz, a partir de seus ciclos, uma espiral. A forma espiralada do tempo guarani indica que ele aponta para o devir e que os retornos ocorrem, a cada vez, em um ponto que se afasta do centro. Essa modelização do tempo guarani encontra-se de acordo com o postulado de Castoriadis (op. cit.) de que o tempo é substancialmente a emergência do novo.

O tempo de deus se configura na formação imaginária guarani como um tempo total, um tempo de ação, no interior do qual ocorrem os acontecimentos; em que o nascer e o renascer, o amadurecimento aparecem como propriedades secundárias desse tempo uno. E no qual o rito, enquanto reencenação dessa temporalidade, funciona como um simulacro do tempo, ou como uma apropriação, no sentido de uma retomada pelo homem daquilo que constitui propriedade divina. O rito encena uma reversibilidade, ou seja, um jogo discursivo em que o homem representa-se assumindo o lugar de deus e, ao mesmo tempo, reafirmando a sua ligação com a divindade. Se, no que concerne à ordem do sagrado, o tempo é vivido e recordado como uma totalidade, contraditória e constitutivamente, na ordem sócio-histórica mbyá, os ciclos temporais (o tempo identitário, o tempo imaginário, instituído) pertencem a uma história marcada pela falta, delimitam-se nela, determinam-se e (re)produzem-se nela.

Os Mbyá (...) migram em busca de terra de solo fértil e mata virgem, onde seja possível viver de acordo com as normas e valores de sua cultura, rezando e praticando os exercícios espirituais necessários para se alcançar o Paraíso (...). Todavia, para a maioria de nossos informantes, a Terra sem Mal tornou-se um sonho impossível (Litaiff, op. cit., p. 127).

4- O COSMO: ENTRE O CAMINHAR SAGRADO E A ULTRAPASSAGEM

A busca Guarani Mbyá, da qual também faz parte o “caminhar sagrado”, não se caracteriza por uma simples volta a um tempo originário,

mas visa recolocar a existência nos eixos, reajustá-la, visto que a presença fantasmática da Terra Sem Mal atravessa a história Mbyá como o espectro espacio-temporal de um por-vir já anunciado num tempo imemorial, mas real. Ao mesmo tempo, porvir da promessa messiânica e legado divino, a Terra Sem Mal configura-se, então, como uma procura incessante, uma vez que não há como tomar posse da herança sem ter de caminhar em sua direção, isto é, buscá-la nesse espaço-tempo mítico de onde ela irradia sua espectralidade: “para todos os destinados à terra indestrutível/à terra eterna que nenhuma pequenez altera”; “somente assim vocês atingirão o termo que lhes foi indicado”; “faça com que produzam belamente/aqueles que sabem, aqueles que estão à espera,/ todos eles, todos”; “os inúmeros destinados a se levantarem sobre o leito da terra” (Clastres, 1990, p. 143; 121; 44; 42).

De acordo com os relatos míticos mbyá (cf. Cadogan, op. cit. e Clastres op. cit.), Nhamandu participa da *arché*, pois ele se encontra na origem do movimento e da vida. No antes do tempo (*pyti yma, ywytu yma*) não há movimento, existe apenas uma massa indistinta e igual a si mesma. É a manifestação corpórea de Nhamandu que, se de um lado, provoca a ruptura desse estado de inércia e, por conseguinte, a emergência do novo; de outro, instala-se como o tempo-zero de um evento, aquele que é movimento, diferenciação e criação da vida; mas, igualmente, criação do devir.

Não se trata, porém, apenas de uma forma abstrata de estar no mundo. A concepção cosmológica mbyá opera como um princípio organizador e instituidor da sociedade e das relações contraídas, seja internamente, seja externamente (contato com outros Guaraní e com não-guaraní). O centro da cena localiza-se “fora”, relativamente aos aspectos estruturais propriamente sociais. A atribuição de identidade (forma-sujeito mbyá) se processa, nessa perspectiva, externamente ao espaço geográfico e ritual da aldeia. Aliás, o território guaraní, em sua totalidade, aparece como uma representação, um duplo cronológico-social do território verdadeiro do qual, no tempo-espaço do presente, o mbyá encontra-se apartado, ainda que permanentemente conectado pela memória.

Ao longo de sua história, os Mbyá vêm investindo social e religiosamente no desenvolvimento de um sistema de pensamento centrado na crença de uma vida possível para além da história, daí sua fundação cosmocêntrica, cujos marcas culturais e semânticas se inscrevem

nos rituais, na produção musical, em hinos e orações individuais.

Esta condição discursiviza-se no estabelecimento de duas ordens de vida: uma vida perfeita (relembrada pela ordem do mitopoético) e uma vida imperfeita (materializada no tempo social ou histórico). Trata-se, pois, de um princípio totalizador, constitutivo do imaginário social mbyá, estruturante da organização e da vida sociais, bem como de sua concepção e prática religiosas.

O pensamento metafísico mbyá é, ao mesmo tempo, de ordem institucional e individual (porque, de acordo com a ética desse povo, cabe exclusivamente ao indivíduo a busca de sua felicidade), e exteriorize-se discursivamente na forma de preces e elucubrações e mitopoemas, visto que “é no território do mito em si que tal discurso floresce, e à luz da inquietação religiosa se esclarece” (Clastres, 1990, p. 125). Na discursividade guarani, observamos a existência de uma antinomia entre a terra humana, neste tempo-espço da história, e a terra divina, num tempo-espço da cosmologia; o erguer-se, como lembrança da posição com que Nhamandu deu-se a conhecer, o que, por sua vez, revela o desejo de reversibilidade que anima a prática religiosa dos Mbyá; a herança, outorgada pela tradição mítica, de que aos Guaraní está reservado um lugar na Terra Sem Mal; um questionamento, ou um recordar ao deuses acerca do acordo, celebrado no momento mesmo em que Nhamandu cria a terra e os homens, e pelo qual os Mbyá são destinados, desde que se ponham em consonância com as normas, à vida verdadeira.

No discurso mítico-religioso mbyá participam interlocutores que são, entre si e constitutivamente, dissimétricos, dispostos em um espaço enunciativo marcado pela presença mesma da ordem do sagrado, em um lugar situado no entremeio e, por essa razão, em estado de disjunção. De um lado, encontra-se um interlocutor sujeito humano-humano; de outro, um interlocutor sujeito humano-divino; de um lado, o autor imemorial e, de outro, o autor histórico. Esse cenário dialógico deve ser compreendido como a historicidade de uma errância constitutiva, representada pela relação fundante entre a terra e a Terra.

Como já vimos, a bela morada de Nhamandu constitui o paradigma mbyá de objetividade e critério de verdade daquilo que é definido, no modo guarani de nomear, como o belo saber. De maneira que o vir a ser guarani na direção do aperfeiçoamento final (*oguerojera*, *aguyje* e *kandire*), que constitui o seu tempo escatológico, dirige-se a um futuro que é, de certa forma, uma ressonância daquilo que é recordado. Contudo, esse

passado age como modelo com o qual o futuro é configurado. Por essa razão, esse tempo escatológico, assim como a completude do sujeito mbyá, só podem realizar-se no e como futuro. Nesse sentido, a Terra Sem Males realiza o tempo escatológico, pois é para esse lugar fantasmático que todo o ser guarani retorna ou se destina. É, portanto, na instância do desejo, representada pela Terra Sem Males, que se cumpre a totalidade acabada do tempo guarani mbyá.

O dever da recordação e, portanto, da memória é constituinte da ordem social guarani. Memória que é antes de mais nada um reconhecimento da memória fundadora da sociedade guarani. Isso tem a ver com a noção de tempo – do tempo de ontem e da fundação, com o caminhar sagrado como co-extensão desse tempo/memória fundador/a, relacionado à utopia da Terra-sem-males, sobretudo pela necessidade de continuar caminhando e, nesse caminhar, ir re/encontrando, re/conhecendo os sinais deixados por Nhanderu – ou melhor, Nhamandu – o ente sagrado fundador da história e da memória guarani. Para os Guarani, o mundo é constituído de lugares e imagens (marcas) de memórias, cujos dêiticos (ou sinais mnemônicos) devem ser reconhecidos, lidos e interpretados e, finalmente, integrados à sociedade, formando uma longa cadeia de eventos discursivos que, devido à sua rememoração, formam uma unidade identitária. A inscrição de signos de memória que os Guarani tem o dever sagrado de reconhecer, interpretar ou lembrar para melhor viver e realizar a união com o tempo das origens. Assim, o tempo guarani é antes de tudo, um tempo de recordação e da (re)união com o divino (o cosmológico). Afinal, até o objetivo do caminhar sagrado é retornar à origem, ao tempo de antes da vida limitada pela discordância primeva. Assim, o caminho percorrido pelos Guarani, durante *oguatá porã*, deve ser perscrutado e orientado pelos resíduos da memória.

NOTAS

1. Doutor em Linguística e com Pós-doutorado pelo PPGH da UERJ. É pesquisador titular do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST/MCTI), atuando no campo da História da Ciência, com foco em Astronomia na Cultura, com destaque para estudos sobre o sistema cosmológico e astronômico dos Guarani Mbyá do Rio de Janeiro.
2. O termo genérico Guarani refere-se a uma diversidade de aldeamentos que se espalham pela América do Sul (Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai), com exo e autodenominações específicas e encontram-se divididos em subgrupos: os nhandeva, os mbyá e os kayová. A língua guarani é um dos membros da família linguística Tupi-Guarani, do Tronco Tupi, sua distribuição é a mais ampla entre os subgrupos guarani, podendo ser encontrada

no Paraguai e também ao norte da Argentina. No Brasil, localizam-se em São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Espírito Santo, provavelmente como resultado de levadas migratórias em busca da Terra Sem Mal. Para maiores informações consultar: Borges, 1999; Cadogan, 1959; Clastres, 1978; Clastres, 1990; Litaiff, 1996; Meliá, 1992; Rodrigues, 1986 e 2000; Schaden, 1974. No que concerne à escrita de nomes de grupos indígenas, sigo, aqui, a tradição linguística de escrevê-los com maiúsculas e no singular. Uso minúsculas quando o nome funciona como adjetivo e não como patronímico ou etnonímico. Assim, os Guarani (falando do povo) e astronomia guarani (especificidade dessa astronomia).

3. No âmbito deste trabalho, o termo mito, enquanto narrativa verdadeira, não se dissocia da história, da ciência e do poético, daí por vezes ser tratado como mitopoema. Consideramos os mitos, em especial os cosmogônicos, como discursos fundadores. Ver a esse respeito, Borges, 1999; Borges e Gondim, 2003; Le Goff, 1994 e Mali, 1994.
4. Pode-se observar uma discrepância entre, de um lado, os Clastres (Pierre e Hélène) e, de outro, Schaden, quanto à denominação do movimento responsável pelas migrações dos guarani. Schaden o classifica de messianismo, já os Clastres o denominam profetismo. Hélène Clastres apresenta uma explicação que justifica a denominação de profetismo. Diz ela que o profetismo sempre aponta para um futuro e se caracteriza pela dispersão, como consequência da irreconciliação radical entre o político e o religioso. Já o messianismo reage ao presente, do qual busca libertar-se, através da coesão entre o político e o religioso.
5. Oguerojera Ñamandu) pyti ymã mbyte/Ñamandu Ru Ete tenondegua oyvarã uguerojera'eù mboyve i; Yvy Tenonde uguerojera'eù mboyve i; Yvytu yma ire A'e oiko oikovy.
6. Freud ([1939] 1996) defende a tese de que toda religião organiza-se em torno de um evento traumático que, esquecido e posto em latência, retorna e, retroativamente, investe de sentido sacralizante a memória (ou os vestígios mnêmicos) desse evento original. É o que ele denomina retorno do reprimido. Ainda não foi possível, entretanto, detectar nos mitos cosmogônicos guarani nenhum indício que aponte para um trauma primordial. O deus criador guarani, Nhamandu, enquadra-se mais apropriadamente na categoria de deus ocioso.
7. Ñande Ru Pa-pa Tenonde/gueterã ombojera/pytũ ymãgui/(...)/pytũ yma mbytére/ uguerojera/Ñande Ru oiko i ague yvytu yma,/ojeupity jevýma/ára yma ojeupity ñavõ./ ára yma opa ramove, tajy potýpy,/yvytu ova ára pyaúpy:/oikóma yvytu pyau, ára pyau/ ára pyau ñemokandire.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BORGES, Luiz C. *A fala instituinte do discurso mítico guarani mbyá*. 1999. (Tese de doutorado). Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 1999.
- BORGES, Luiz C.; GONDIM, Lourdes Maria de Pontes. *O saber no mito*. Conhecimento e inventividade indígenas. Rio de Janeiro: Teatral, 2003.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CADOGAN, Leon. "Ayvu rapyta". Textos míticos de los Mbyá-Guarani del Guairá. USP/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, *Boletim* n. 227, *Antropologia* n. 5: 5-217, 1959.

CAMPOS, Marcio D'Olne (Ed.). *Homem, saber e natureza*: discussão teórico-metodológica. Campinas: IFCH/Aldebarã: Observatório a Olho Nu- Unicamp, 1995. p. I-1- II-77. (Relatório final de Projeto Temático apresentado a FAPESP).

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTORIADIS, Cornelius. Tempo e criação. In: _____. *O mundo fragmentado*. As encruzilhadas do labirinto III. São Paulo: Paz e Terra, 1992. p. 261-94.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil*. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. (História do Povo Brasileiro).

CLASTRES, Hélène. *Terra Sem Mal*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CLASTRES, Pierre. *A fala sagrada*. Mitos e cantos sagrados dos índios Guaraní. Campinas: Papirus, 1990.

DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx*. O Estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo*: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FREUD, Sigmund. Totem e tabu. In: _____. *Obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, [1913]1996. p. 13-163. (Edição Standard, vol. XIII, 1913-1914).

FREUD, Sigmund. Moisés e o monoteísmo. Três ensaios. In: _____. *Obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, [1939]1996. p. 15150. (Edição Standard, vol. XXIII, 1937-1939).

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. *Antropologia dos objetos*. Coleções, museus e patrimônio. Rio de Janeiro: Iphan, 2007. (Museus, Memória e Cidadania).

GONDAR, Jô. Memória, tempo e história. In: BARRENECHEA, Miguel Angel de. (Org.). *As dobras da memória*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008. p. 92-100.

IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

LE MOS, Maria Teresa Toríbio B. Bases jurídicas e implantação da ética cristã no Novo Mundo. *Latinidade* – Revista do Núcleo de Estudos das Américas, v. 2, n. 2, p. 105-122, jul./dez. 2010.

- LITAIFF, Aldo. *As divinas palavras*. Identidade étnica dos Guarani-Mbyá. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1996.
- MALI, Joseph. "Narrative, myth, and history". *Science in Context*, v. 7 n. 1, p. 121-142, 1994.
- MELIÁ, Bartomeu. *La lengua guarani del Paraguay*. História, sociedad y literatura. Madrid: Ed. MAPFRE, 1992.
- MESGRAVIS, Laima; PINSKY, Carla Bassanezi. *O Brasil que os europeus encontraram*. São Paulo: Contexto, 2002.
- NUNES, Benedito. *O tempo na narrativa*. São Paulo: Ática, 1988.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Vão surgindo os sentidos. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Discurso fundador*. A formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Ed. Unicamp, 2003. p. 11-25.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio*. No movimento dos sentidos. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre; DAVALLON, Jean; DURAND, Jean-Louis; PÊCHEUX, Michel; ORLANDI, Eni P. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 45-57.
- POMIAN. Krzystoff. *Tempo/temporalidade*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993 (Enciclopédia Einaudi, 29).
- REHFELD, Walter I. *Tempo e religião*. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas brasileiras*. Para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Hipótese sobre as migrações dos três subconjuntos meridionais da família tupi-guaraní. II Congresso Nacional da ABRALIN/XIV Instituto Linguístico, 2000. *Anais...* p. 1596-1605. (CDROM).
- ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento*. Seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Ed. da Unesp, 2010.
- SARTRE, Jean-Paul. A temporalidade. In: _____. *O ser e o nada*. Ensaio de ontologia fenomenológica. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 158-231.
- SCHADEN, Egon. *Aspectos fundamentais da cultura guarani*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.
- SEPP, Antonio, S.J. *Viagens às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- VESCHI, Jorge Luiz. *Nas espumas do tempo*. Rio de Janeiro: Butiá, 1996.

RESUMEN

Para entender las cuestiones relativas a la memoria y el imaginario de la sociedad guaraní Mbyá Guaraní, un subgrupo de la etnicidad, miembro de la familia tupí-guaraní, de tupí, analizamos sus sistemas de representación. Los relatos míticos establecer como el locus privilegiado en el que observamos las matrices que conforman la memoria y el imaginario guaraní. El objetivo de este artículo es discutir y analizar algunos de los vínculos entre el tiempo, cosmología, la búsqueda de tierra-no-mal, el viaje sagrado, la destitución y hermenéutica como representante de una formas radicales que constituye y subyace la heteronimia guaraní de la sociedad y cuyas marcas son ambas narrativas, como histórico social y ritual. De todas formas, esto es para mostrar que el orden de lo sagrado es el elemento fundacional de la sociedad de guaraní.

Palabras clave: Mito Mbyá Guaraní, Sagrada memoria, temporalidad.

ABSTRACT

In order to understand some issues related both to the memory and the imaginary formation of the Mbya Guaraní society, a subgroup of the Guaraní, member of the Tupi-Guarani linguistic family, it's necessary to focus on their system of representation. The mythic narratives must be seen as a privileged *locus* that favors us to observe the matrix that frame the memory and the social imaginary of the Guaraní people. The aim of this paper is to analyze some relations between time, cosmology, search for the Land-with-no-Evil, the sacred walk, remembering and the hermeneutics taken as representative forms of a radical heteronomy that designs and sustains the Guaraní society and whose marks are narratives and socio-historic and ritualistic. In sum, to show that the sacred order functions as the founder element of the Guaraní society.

Key-Words: Mbya Guaraní, memory, myth, sacred, temporality.

El programa contrarrevolucionario. Las ideas políticas y económicas de la clase dominante colonial porteña (1780-1809)

Mariano Schlez - IdIHCS-UNLP-CONICET

RESUMEN

Nuestro trabajo analiza el pensamiento político y económico de dos distinguidos integrantes de la sociedad porteña colonial: los comerciantes monopolistas Diego de Agüero y Miguel Fernández de Agüero. Comprender su ideario tiene como objetivo dilucidar el programa que guió a los opositores a la Revolución de Mayo de 1810. El análisis de su correspondencia, de los expedientes del Consulado porteño y de la Representación del Consulado de Cádiz (1809), prueba que ambos fueron convencidos defensores del Imperio español y su Rey.

Palabras claves: Comerciantes – Clase dominante colonial – Contrarrevolución

“En la guerra, la actividad nunca es dirigida únicamente
contra la materia;
es dirigida siempre, al mismo tiempo,
contra la fuerza mental y moral que da vida a esa materia,
y es imposible separar una de la otra”

Karl von Clausewitz, *De la Guerra*

La historiografía le ha dedicado numerosos estudios a las ideas políticas en la época colonial, particularmente a los antecedentes culturales que influyeron en los revolucionarios de mayo de 1810.¹ Fueron objeto de análisis tanto sus acciones, volcadas en innumerables biografías, como su pensamiento, muchas veces estudiado a partir de la prensa periódica.² Sin embargo, no han recibido la misma atención sus oponentes, es decir, quienes se enfrentaron al proceso de Mayo de 1810: la clase dominante colonial.³ Conocerlos, lejos de una mera curiosidad de anticuario, nos permite comprender el proceso de transformación social de manera holística, atendiendo a la naturaleza de los dos polos enfrentados a principios del siglo XIX.

Este trabajo, en el marco de una investigación más general, intenta dilucidar el pensamiento político y económico de dos distinguidos integrantes de la sociedad porteña de aquel entonces: Diego de Agüero y Miguel Fernández de Agüero. Lamentablemente, Diego de Agüero no sistematizó su pensamiento en ningún tratado teórico, por lo que hemos llegado a sus ideas a partir de su correspondencia. Para el caso de Miguel Fernández de Agüero contamos, además, con su *Representación del Real Consulado Universidad de Cargadores á Indias de Cádiz*, con la que se enfrentó a la *Representación de los Hacendados*, de Mariano Moreno.

I. CRISTIANO Y CONSERVADOR

Diego de Agüero fue un ferviente católico español. Además de poseer numerosos vínculos con el clero, los que describimos en el capítulo pasado, nuestro comerciante fue mayordomo de la cofradía del Santísimo Rosario, cargo que asumió junto a su socio Joaquín de Arana.⁴ Las cofradías surgieron, en Buenos Aires, a principios del siglo XVII, como importantes cohesionadores políticos y espirituales de la clase dominante. Son grupos de fieles, de asociación voluntaria, que con objetivos espirituales, reciben ciertas concesiones legales para desarrollar actividades económicas que permitan efectivizarlos.

Asimismo, al darle consejos a sus hijos, solía recordarles que “quien sirve bien al Rey, sirve bien a Dios”, ya que “ninguno que falta a las obligaciones de cristiano puede agradar al Rey con su servicio”. A su vez, les pedía que guarden “los divinos preceptos y los de Nuestra Santa Madre Iglesia, procurando cuanto le sea posible, frecuentar los sacramentos de la penitencia y eucaristía”.⁵ Incluso, se quejaba cuando las continuas lluvias embarraban las calles de la primitiva Buenos Aires, impidiéndole asistir a misa. A su vez, cuando su sobrino, Miguel Fernández de Agüero, se encontraba pronto a viajar a Cádiz para dar inicio a su giro comercial, luego de recordarle los esfuerzos que había puesto en su educación, concluyó sus recomendaciones pidiéndole se comporte “como buen cristiano”.⁶

Asociado al librero de Buenos Aires, Antonio Ortiz, Agüero tuvo un destacado rol en la difusión de la ideología feudal y católica en América, a través de la venta de libros. Cumpliendo esta función envió, por ejemplo, un ejemplar de “El Secular Religioso” a su socio potosino, Obregón Ceballos, breviarios y diurnos cristianos a Mendoza, y “La filosofía, de Cartier”, encargada por Salvador de Trucios desde Chile,

para “un colegio de mi casa”.⁷ Agüero también traía de Cádiz los textos necesarios para su hijo, Julián Segundo, que cursaba el primer año de filosofía, en el Real Colegio de San Carlos.⁸ De hecho, no sólo importaba libros para los estudiantes, sino que hacía lo propio para el rector del Real Colegio de San Carlos, José Luis Chorroarain, quien solía encargarle la bibliografía específica que requería para llevar adelante su tarea educadora. De la mano de Agüero, entonces, llegaron a Buenos Aires las obras de Santo Tomás de Aquino, San Jerónimo Niceno, Belarmino, Tertuliano y San Bernardo.⁹

Al mismo tiempo, su catolicismo se complementaba bien con un carácter profundamente conservador, que se expresaba en algunas de sus opiniones. Como cuando afirmó, reacio a cualquier elemento que modifique las tradiciones, sobre uno de los hijos de un conocido suyo: “dicho Díaz viene de España. Según me parece, fue a aprender a hablar francés. Mejor le hubiera estado haberse impuesto en el oficio de su padre”.¹⁰ Su permanente celo por la familia lo llevó, ante el fallecimiento de su padre, en España, el 4 de diciembre de 1782, y de su hermana María Guadalupe, a principios de 1792, a remitir importantes cantidades de dinero para ayudarlos a pasar el trance, además de ceder su parte de la herencia.¹¹

Las opiniones políticas de Agüero eran más evidentes cuando se refería a la coyuntura mundial. El tamaño de su giro comercial determinaba su necesidad de estar al tanto de la situación internacional. Esto significaba, fundamentalmente, seguir la política española y la evolución de las guerras europeas. A su vez, su ubicación geográfica y social lo convertía en un privilegiado divulgador de las noticias que llegaban al puerto de Buenos Aires, entre sus socios de los diferentes mercados americanos, a quienes mantenía al tanto de las novedades.

A fines de 1776, Agüero planteaba a sus consignatarios chilenos la posibilidad del estallido de una guerra entre España y Portugal. Sus cartas muestran que, por aquel entonces, tenía poca simpatía por cualquier situación que pudiera perjudicar el curso normal de sus negocios. Es decir que, en un principio, se oponía a todo escenario de guerra que pudiese obstruir la navegación del océano Atlántico e interferir sus expediciones comerciales que, por tierra, viajaban al interior de los mercados americanos. El temor frente a un desenlace bélico tenía su origen no sólo en que la guerra detendría el flujo comercial, sino en que ella, además, reduciría los márgenes de ganancia (debido al aumento

de los seguros de mar), poniendo en peligro el objetivo principal del tráfico comercial: las remesas de caudales a la Península. Lo que explica que esta posición no haya sido un problema particular de Agüero, y que también sus socios expresasen las mismas ideas, esperando que España no se viese implicada en guerras de magnitud.¹²

Este “espíritu pacifista” expresaba un profundo conservadurismo, que no tenía otro objetivo que mantener el *status quo*. Sin embargo, los primeros rumores de que las guerras europeas podían tocar territorio rioplatense comenzaron a actuar sobre la conciencia de Agüero y sus aliados. Cuando, a mediados de 1790, se rumoreaba el estallido de una guerra con Gran Bretaña, nuestro comerciante ya no planteaba una salida pacifista, sino que comenzaba a mostrar cierta preocupación por la falta de acciones de defensa. La progresiva pérdida de los mares, por parte de España, era proporcional a esta transformación de sus opiniones, que expresaban su mayor grado de conciencia, al tiempo que de la necesidad de una salida militar, de la enorme precariedad del Imperio Borbón y del creciente poder de sus enemigos.

II. EL COMBATE CONTRA LA REVOLUCIÓN FRANCESA

La radicalización de la lucha de clases en Europa, entonces, tuvo su correlato en las opiniones políticas de Agüero. En 1790, criticaba “las revoluciones de la Francia”, asegurando que “deducen los políticos un estado lamentable en esta nación”.¹³ Comentario que expresaba más sus propios prejuicios, antes que la conclusión de un análisis sobre hechos conocidos ya que, a mediados del mismo año, Agüero también reconocía que no era mucho lo que se sabía sobre el tema, ya que “se hablan muchas cosas y nada corre de buen original”.¹⁴ Sin embargo, con el paso del tiempo, confirmó que la “causa común” que unificaría a las diferentes cortes europeas sería el rechazo a la “Constitución de la Francia [...] porque parece que no se funda sobre las mejores doctrinas”.¹⁵ Nueve años después, el derrotero de la lucha política le confirmó a Agüero que el impulso de las guerras se encontraba en la nueva república, especialmente en su conflictividad interna. En 1799, señalaba que “si los alborotos de París y otras ciudades de la República Francesa fueren efectivos y tomaren cuerpo, no dudo que se realizará la paz general, pero en otras formas yo opino que va largo”.¹⁶ Al año siguiente, insistía en considerar que los “desastres” que “se experimentan en la Europa con la tenaz guerra” parecían no tener fin, y que sólo auguraban una posible

paz quienes alentaban la “reforma o nueva forma del gobierno de Francia”.¹⁷

Información suficiente para que, desde principios de la década de 1790, Agüero saludara la instalación de 200 cañones en Montevideo y la reunión de la flota española en Cádiz, como precaución ante una probable expansión de la revolución al continente americano. Cada vez más lejos de su antiguo pacifismo, Agüero elogiaba que España se esté armando frente al “orgullo” inglés y los “pretextos arbitrarios” de la Francia revolucionaria.¹⁸

No obstante, los avatares de la lucha política determinaron que, un año después, los mismos comerciantes que despotricaban contra la Revolución Francesa, se vieran aliados de la nueva república frente a la imponente Inglaterra. Poderoso enemigo al que, en su consideración, no debía otorgársele ninguna ventaja. De hecho, al expandirse los primeros rumores de que se había firmado la paz con Gran Bretaña, Agüero opinaba que los acuerdos implicaban “demasiada franquicia” concedida a los ingleses.¹⁹

Poco a poco, el teatro de las guerras europeas se fue acercando al Río de la Plata, obligando a los comerciantes porteños a organizarse para que el Estado lleve adelante medidas defensivas. No podían fiarse de Inglaterra, que luchaba por copar los mercados sudamericanos. Ni de Portugal, aliada de los británicos. Ni siquiera de su aliada coyuntural, Francia, que intentaba extender su revolución al mundo entero. Callejón que se profundizaba al calor de la radicalización de la lucha de clases en Francia, que dificultaba, cada vez más, la alianza que España tenía con ella. Los comerciantes porteños estaban al tanto de esta situación.

En 1793, solicitaron al Virrey que, “a la sombra de los rumores de guerra esparcidos últimamente”, y de que el buque francés *Dragón* se encontraba en el Río de la Plata, “alguna embarcación (...) de las de Su Majestad (...) esté a la mira hasta alejar este buque que, aunque no es enemigo declarado, debe cuidarse como si lo fuera”.²⁰ El conocimiento que Agüero tenía del proceso francés se mantenía actualizado gracias a los informes que sus consignatarios comerciales enviaban desde el viejo continente. Es así como Rafael Mazón, desde Málaga, describía la profundización de la Revolución y la agudización de los antagonismos con sus enemigos:

“los franceses están de peor animo que al principio, más rebeldes que al principio. Aguardamos una gran guerra contra ella, pues los imperiales y prusianos le han declarado la guerra, y creo seguirán todos. Según veo, antes de todo esto, se matarán todos los franceses, unos a otros. Me parece que sucederá con París, peor que con Jerusalén, que no quedara piedra sobre piedra. Dios los ponga en paz y se aquieten que, según veo, tendrá que hacer”.²¹

La peor de las pesadillas se volvió realidad el 21 de enero de 1793: el Rey de Francia, Luis XVI, fue ejecutado por el gobierno revolucionario. El hecho marcó el límite insalvable que poseía la alianza franco-española y el realineamiento de las fuerzas en Europa. La corte española modificó su composición al compás de la profundización de las guerras. Como el propio Agüero comentaba, la línea dura se imponía por sobre los partidarios del reformismo:

“Hemos tenido noticia cierta de que el Rey ha venido en exonerar al Excelentísimo Señor Conde de Floridablanca del Ministerio de primer Secretario de Estado con todos sus honores y sueldos que gozaba. La circunstancia de haberle sucedido interinamente el Conde de Aranda; la de haberse suprimido la Junta Suprema de Estado y reestablecido el Consejo de Estado, de que por ahora es el Rey su Presidente, y decano dicho Aranda, hacen creer que llegó el caso de la alternativa de los espadachines”.²²

Seis meses después, se enteraba “sobre las particulares gracias que ha merecido el señor Godoy, de nuestro católico Monarca, [quien] le ha conferido la de primer Secretario de Estado, que servía interinamente el Conde de Aranda, y al señor Valdés la de Capitán General de la Real Armada”.²³ Como dijimos, los cambios no obedecían a una nueva estabilización, sino al intento de la Corona de rodearse del personal político más idóneo para enfrentar la crisis orgánica que vivía el feudalismo, en general, y el Imperio Español, en particular.

El seguimiento de la coyuntura política internacional le permitía a Agüero un notable nivel de “predicción” política. En febrero de 1793, le comentó a Miguel su interés por apurar una serie de negocios y remesas “porque las cosas en Europa están muy revueltas”.²⁴ Tan sólo

cuatro meses después, llegaban al Río de la Plata las noticias de la declaración de guerra entre España y Francia. Los comerciantes fueron informados formalmente de ella el 9 de julio, cuando se les comunicó la Real Orden que sentenciaba que

“Dirigiéndose el partido que gobierna actualmente la Francia a extender por todas partes los principios de desorden y de impiedad que han sido causa de las turbulencias y calamidades en que se halla desgraciadamente envuelto aquel Reino. Y no habiendo bastado los esfuerzos más extraordinarios para contenerle e impedir sus perjudiciales designios, se ha visto el Rey en la dura necesidad de declarar la guerra a la Francia, sus posesiones y habitantes”.²⁵

La monarquía española entró en una escalada de guerras ininterrumpidas. Por lo que el Virrey solicitó a los comerciantes un aporte monetario para sostener el esfuerzo bélico. Reunidos en Junta, decidieron “contribuir para el auxilio de las Reales Armas de Nuestro Soberano con veinte y cinco mil pesos anuales durante la presente guerra”, aprovechando para recordarle al Rey el pedido que tenía Buenos Aires de instaurar un Consulado en su territorio. Cada vez más concientes de la gravedad de la situación, poco tiempo después, mejoraron su “demostración voluntaria (...) a Su Majestad, en crédito de su fidelidad y amor a la Real Persona y del íntimo interés con que mira por la causa de la Religión, de la Patria y de las Reales Armas urgentemente necesitadas a ejercitarse contra la Francia” ya que “reflexionando después por diferentes individuos del propio Cuerpo” se dieron cuenta que “era muy corto el monto del ofrecimiento en tan grave necesidad”, por lo que aumentaron su contribución a cien mil pesos fuertes “por ahora”.²⁶ A su vez, el Rey español comenzó a entregar patentes para armadores en corso contra Francia.

Desde todos los mercados del virreinato, los comerciantes aguardaban expectantes la resolución del enfrentamiento para retomar sus negocios, preguntándole a Agüero por la situación.²⁷ Sus hermanos, Bernardo y Juan, que resistían la invasión francesa en la Península, lo mantenían al tanto de la evolución de la guerra.²⁸ Pasada la mitad del año 1795, le informaron del acuerdo de paz entre España y Francia.²⁹

III. LA LUCHA CONTRA LA INGLATERRA CAPITALISTA

Con las noticias de la paz con Francia, Agüero comenzó a reorganizar su giro comercial, aunque todavía permanecía sin resolverse el conflicto con Inglaterra:

“Veo la mucha carestía de efectos extranjeros [en Cádiz]; pero con la negociación de paces que nos anuncian de la Corte y otras partes de las provincias septentrionales de esa Península volverán las cosas a su quicio, y podremos ponernos en movimiento sin tantos riesgos. A cuyo fin es necesario formar nuestro plan mercantil, para lo que sólo espero saber cómo quedamos con los ingleses”.³⁰

La preocupación por los británicos era central, ya que se consideraba que la paz con Francia no bastaba para reactivar el comercio y el envío de remesas. Hacia 1796, los verdaderos dueños de los mares eran los británicos, por lo que Agüero afirmaba que

“la noticia de la paz con los franceses sin la de (...) los ingleses más bien ha acobardado que animado al comercio a seguir su giro (...) si antes de la salida de estos buques no llega la noticia de una paz general, o que al menos los ingleses la hagan con la nueva República [Francia], me parece que pocos caudales llevarán de aquí”.³¹

El enfrentamiento con Inglaterra era la gran pesadilla de los comerciantes monopolistas:

“Con sólo la esperanza, para no sufrir quebrantos, de que entre nuestra Corte y la de Inglaterra haya alguna desavenencia, no permita Dios que logren sus deseos con semejante trastorno y atraso que causaría al comercio en general el rompimiento entre las dos naciones, sobre que no dejamos de estar con bastantes recelos, que no calmarán mientras no haya una paz general”.³²

La crisis general del comercio y los trastornos generados por las guerras decidieron a Miguel Fernández de Agüero a embarcarse hacia Cádiz. Desde allí, mantuvo a Diego al tanto de la evolución de los conflictos, caracterizando que tanto España como Inglaterra no deseaban profundizar la guerra entre sí, y que el impulso estaba dado por el avance francés:

“Esta serenidad de resolución nos hace creer que ni uno ni otro gabinete [España e Inglaterra] quieren la guerra, y que si se rompe sea por nuestra parte a impulsos de las insinuaciones o exigencias del Directorio francés, que por todas partes hace valer sus pretensiones”, escribía en febrero de 1796.³³

A su vez, Diego de Agüero criticaba ciertos permisos que acercaban a los ingleses a Buenos Aires, como la franquicia que “les permitió la pesca de ballenas en estos y en aquellos mares”, sin poder calcularse “cuántos males es susceptible esta permisión a nuestra navegación y comercio”.³⁴ Finalmente, la declaración de guerra que Carlos IV realizó a Inglaterra, el 7 de octubre de 1796, se dio en una coyuntura nefasta para los comerciantes, al poco tiempo de haber realizado un importante envío de remesas a la Península. Agüero se lo informó a Miguel, todavía en Cádiz: “nos han tenido aquí engañados con la supuesta buena armonía con la Corte de Londres; y así nos sucede, que este comercio jamás ha tenido tantos riesgos en la mar como en la ocasión de haberse declarado la guerra”.³⁵

La guerra provocó un parate en el comercio, por lo que la única solución que quedaba en manos de los comerciantes rioplatenses era presionar al Virrey para que organice un convoy hacia la Península, que custodie el dinero y las mercancías que, hacia allí, debían ser remitidas. Sin embargo, los recursos del Estado colonial eran limitados y el armado de los convoys era dificultoso, cosa que Agüero no tardaría en criticar. Asimismo, frente a los primeros rumores de un ataque inglés al Río de la Plata, a Agüero le preocupaba “la falta de gente para, en caso necesario, operar con dichas cañoneras, porque ésta escasea de todas clases”.³⁶ El bloqueo inglés seguía firme, logrando apresar varios buques españoles. A mediados de 1797, aunque aceptaba lo irremediable del conflicto, Agüero deslizaba una crítica a la Corte española, por haber iniciado la

guerra de manera sorpresiva: “ninguna de estas condiciones hubiera sido atendible si aquí hubiéramos tenido alguna sospecha de que nuestra Corte pudiese declarar la guerra como la declaró a la de Inglaterra”.³⁷

A pesar de estas críticas, nuestro comerciante parecía confiar en el personal político que quedaba a cargo de la situación en la Colonia. Por un lado, en carta a la Compañía de Bustamante y Guerra, saludó el nombramiento de José de Bustamante y Guerra como nuevo Gobernador de Montevideo. A pesar de informarle que se hallaba “rodeado de atenciones de la mayor gravedad”, no dudaba que Bustamante y Guerra llevaría adelante “un feliz gobierno”.³⁸ Por otro, saludó la designación del Marqués de Avilés, por ese entonces Capitán General del Reino de Chile, como nuevo Virrey del Río de la Plata, “cuya elección ha sido muy celebrada, porque de antemano deseaba la parte más sana de esta capital recayese en él este nombramiento”.³⁹

Las noticias que llegaban desde el viejo continente no eran buenas. Miguel informaba del “mal estado de las cosas de Europa y el desacierto de las primeras operaciones de nuestra Marina, consiguientes quebrantos del comercio de América”, comentando su propia “congoja” ante la situación y proponiéndole a Diego “no atolondrarnos, tranquilizar nuestro espíritu, y contraernos con pulso, a ver si podemos resarcir los quebrantos”.⁴⁰ Pero los combates en alta mar continuaban afectando duramente a los Agüero y, en abril de 1798, otro buque caía bajo poder del enemigo, provocándoles la pérdida de 10.500 pesos de 128 cuartos.⁴¹

Al mismo tiempo, una guerra con Portugal, “por la mucha adherencia de aquella Corte con el Gabinete de Saint James, a pesar de sus enlaces con la de Madrid”, se hacía cada vez más palpable.⁴² A principios de 1799, Agüero no avizoraba una salida en el corto plazo, pronosticando la profundización de los enfrentamientos: “hay fundados recelos de que se vuelva a armar el incendio de la guerra general por la tenacidad de ingleses y franceses”.⁴³ Prevenciones que se ven confirmadas con la declaración de guerra a Francia que realizaron “la corte otomana (...) y la de San Petesburgo”. Lo que, sin embargo, no desequilibra la situación en el Atlántico, donde Londres es “dueño absoluto de los mares, hace el comercio en todo el mundo, y así puede sostener los inmensos gastos de la guerra, al paso que nosotros sin haber hecho nada ya nos faltan los arbitrios”.⁴⁴

Para mediados de 1799, Agüero estaba convencido de la necesidad de una salida militar, percibiendo que el avance de las potencias capitalistas

amenazaría sus negocios: “verá usted el nuevo fandango que se ha armado y la angustiada situación de nuestra Península: Dios permita que las primeras operaciones de las escuadras en el Mediterráneo sean favorables, porque en caso contrario son temibles algunas malas resultas”, escribía a Juan Antonio Montes.⁴⁵ Era cada vez más conciente, no sólo de la gravedad de la situación, sino también de la debilidad española. En octubre, informaba a Lima de los “ríos de sangre” que en Europa corrían y del “ruinoso estado en que nos hallamos”.⁴⁶ La guerra complicaba cada vez más el giro gaditano, situación que se agravaba a cada momento. Antes de fin de año, llegaron noticias al Río de la Plata de la declaración de guerra entre España y el imperio ruso, comentando Agüero al respecto que “se dice que los ingleses le han cedido a esta potencia la isla de Menoría [sic], que conquistaron en esta guerra a los españoles. Si se realiza (...) será muy perjudicial a nuestro comercio del Mediterráneo”.⁴⁷

La guerra, a la vez que profundizaba la detención del giro atlántico, hacía aún más necesaria la remisión de dinero a la Península. De allí que Agüero insistiera en realizar los envíos, a pesar de los peligros: “son muy generales las urgencias de poner en España fondos detenidos en América y mucho más las dificultades que se ofrecen para conseguirlo”.⁴⁸ Al intentarlo, en junio de 1800, se cumplieron los peores temores de los comerciantes: los ingleses destrozaron el convoy español, que contaba con 17 buques. A su vez, el enemigo atacaba cada vez más cerca. Como aseguraba Agüero “es tanta la osadía de nuestros enemigos los ingleses que hasta se han introducido a hacer el corso en este Río, haciéndonos presas a 15 leguas de esta capital”.⁴⁹ Desahuciado, comentaba el hecho “de no haber fuerzas que oponer a este enemigo”, que tenía “consternado al comercio”.⁵⁰ Ya no le quedaban dudas de la inferioridad de las fuerzas rioplatenses: “nos hallamos amenazados de un bloqueo superior a las fuerzas marítimas que tenemos en Montevideo”, aseguraba en octubre de 1800.⁵¹ A mediados de 1801, sólo unos pocos buques llegaban, a duras penas, a las costas rioplatenses, escapando del poderoso bloqueo inglés.

La guerra con Portugal empeoraba aún más la situación de los gaditanos, debido a que, con este nuevo enemigo, “se obstruirán todas las vías”, aseguraba Agüero.⁵² Incluso afirmaba que “para esta provincia es aún más gravosa y temible esta guerra que la de los ingleses, por la vecindad que tenemos con ellos en tan dilatada línea”, sobre todo teniendo

en cuenta la profunda debilidad de las fuerzas españolas: “si de allá no vienen socorros, aquí no hay fuerzas que puedan resistir el ataque que los enemigos puedan dirigir contra nosotros”.⁵³ A raíz de la declaración de guerra, los portugueses comenzaron a atacar por la frontera norte, según Agüero, acompañados de

“varias cuadrillas de forajidos [españoles] que han causado (...) muchas hostilidades saqueando las casas y robándose los ganados”. La captura de algunos de ellos, por parte del gobierno, provocó una definición tajante por parte del comerciante, que no dudaba en afirmar que “sin formalidad de juicio, debieran haberlos ahorcado”.⁵⁴

La guerra jaqueaba a los monopolistas que, en aquellos tiempos de crisis, expresaban de manera más abierta su íntima vinculación al Estado feudal español, y la importancia que tenía aún, en el período tardo colonial, el envío de remesas de dinero desde las colonias hacia la Península. Frente al acecho del enemigo, solicitaron al Virrey que difiriera la salida de la flota que debía transportar unos cinco millones de pesos, más una cantidad similar en frutos exportables. Justificaron su pedido asegurando que

“la pérdida del todo, o parte notable de este tesoro, causaría accidentes funestos en el extenuado cuerpo político de la Nación (...) él solo ocasionaría una impresión tan viva y sensible en todo el sistema que haría resentirse todos sus miembros, por las relaciones recíprocas que organizan su constitución, con todas las clases y suerte del Estado”.⁵⁵

Un llamado de atención que muestra mucho más que la defensa de un interés corporativo. Los comerciantes monopolistas de Buenos Aires, a principios del siglo XIX, sabían que era el sistema de organización social el que estaba en juego.

IV. EL PROGRAMA MONOPOLISTA EN LOS PROLEGÓMENOS DE LA REVOLUCIÓN

Las circunstancias determinaron que uno de los más importantes alegatos monopolistas haya quedado a cargo del entonces apoderado del comercio de Cádiz, Miguel Fernández de Agüero. En 1809, cuando los ingleses presionaban para comerciar en el Río de la Plata, el Virrey realizó una consulta a los sectores más influyentes. La respuesta del partido revolucionario fue redactada por Mariano Moreno, en su famosa *Representación de los Hacendados*. Los monopolistas hablaron por boca de Fernández de Agüero, quien en su *Representación del Real Consulado Universidad de Cargadores á Indias de Cádiz*, sintetizó el programa de los comerciantes monopolistas.⁵⁶

Conciente del poder de sus representados, Fernández de Agüero planteó, abiertamente, que el libre comercio con los ingleses significaría “un fatal golpe [...] a todos los de mi clase”.⁵⁷ Claro que no mostraba a los comerciantes como a un grupo desgajado del resto de la sociedad, sino como al motor que sostenía a la Monarquía. Intentaba convencer al Virrey de que “esta providencia consumaría la ruina del comercio nacional, y particularmente del de Cádiz, cuyo fomento es de tanto interés a la Nación”.⁵⁸ Fernández de Agüero concentra su argumentación en un hecho completamente cierto: los comerciantes monopolistas vendían sus efectos con un sobreprecio que no soportaría la competencia de mercancías inglesas, mucho más baratas. De allí que exija al Estado la única solución posible para los gaditanos: mantener a raya a los ingleses y sus manufacturas. El principal argumento, no menos cierto que el anterior, planteaba que el comercio con los ingleses implicaba el primer paso para que las colonias se independicen del dominio español. Mostraba una profunda claridad política al afirmar que “concedido a los ingleses el comercio con estas Américas, es muy de temer que, a la vuelta de pocos años, veamos rotos los vínculos que nos unen con la Península española, y separados del suave gobierno de nuestro legítimo soberano”.⁵⁹ El rechazo del comercio con los ingleses, en la perspectiva monopolista, implicaba el único camino para sostener el *status quo*, es decir, el sistema colonial. Caso contrario,

“el último y peor mal que puede causar la concesión del libre comercio al extranjero en estas Américas es el riesgo eminente a que pone el gobierno español de perderlas. (...) Y si cuando

esta Capital fue ocupada por las tropas británicas, no faltaron ingleses o americanos que nos hiciesen traición, ¿cuánto no deberá temerse cuando se hallen y quebranten las estrechas prohibiciones de nuestras leyes sobre la permanencia de extranjeros en los dominios de América”.⁶⁰

Así como ofreció argumentos políticos y económicos para rechazar el comercio con los británicos, Fernández de Agüero apeló a otro tipo de legitimidad para resguardar los mismos intereses materiales: la religión. Fue así como advirtió que debía tenerse en cuenta,

“a más de los males ya indicados, el que sufriría necesariamente nuestra moral, nuestras costumbres y nuestra religión santa. Sola [sic] la comunicación con los portugueses (...) ha introducido el libertinaje y la corrupción (...) Si el frecuente trato con esta nación ha producido tamaños males, ¿cuántos no deberemos, justamente, temer del de los ingleses, cuya religión es en los puntos más substanciales tan diferente a la nuestra?”.⁶¹

V. LAS IDEAS ECONÓMICAS EXPRESADAS EN UN PROGRAMA POLÍTICO

Las ideas económicas de Agüero tomaron la forma de un programa (político) bien delimitado en 1809, cuando Miguel Fernández de Agüero sistematizó los intereses de su clase, frente al avance de los sectores revolucionarios, dirigidos por los hacendados. De su representación se desprende la naturaleza social de los comerciantes monopolistas, y el programa económico que intentaban imponer. En primer lugar, detener el avance de la ley del valor, lo que se expresaba en el combate contra el menor precio de las mercancías capitalistas inglesas:

“¿Por qué, cual será el comerciante español que pueda prosperar al lado de los comerciantes ingleses? Cualquier expedición que venga de los puertos habilitados de nuestra Península no ofrecerá a los interesados sino quebrantos y quiebras. Los ingleses nos darán, en estos países, sus efectos en la mitad del justo precio por que se compran hoy en las plazas comerciales de España. Y estos perjuicios no serán ciertamente momentáneos o por

poco tiempo. Pues, aún cuando solo dure la libertad de comercio por dos años –como lo propone el Real Consulado en su informe-, sobra este tiempo para que nos veamos abarrotados de sus efectos por muchos años (...) Reflexione ahora, vuestra excelencia, cual será, en toda esta época lastimosa, la situación de nuestros negociantes nacionales. Escarmentados por sus repetidos quebrantos habrán, necesariamente, de abandonar su giro y comunicación mercantil con estas provincias y, para no sufrir mayores quiebras, o habrán de estarse mano sobre mano, o habrán de entablar nuevas especulaciones (...) Este mal, que es común a todo el comercio nacional, aún es mayor respecto de la Universidad de Cargadores a Indias de Cádiz y demás puertos habilitados de España. Estos, cuyas principales y acaso únicas relaciones son con estas Américas, se verán en la necesidad de variar enteramente el sistema de su giro (...) las expediciones que han venido últimamente en derechura de aquellos puertos. Todas ellas no ofrecen, a los interesados, sino quebrantos de la mayor consideración. Esto sucede por la concurrencia que ha habido de efectos extranjeros, ya por permisos particulares, ya por el contrabando escandaloso, causado acaso por los mismos permisos”.⁶²

Fernández de Agüero concentró su argumentación en un hecho completamente cierto: los comerciantes monopolistas vendían sus efectos con un sobreprecio, producto del monopolio, que no soportaría la competencia de mercancías inglesas, mucho más baratas. Su propuesta, entonces, se basaba en profundizar los niveles de renta impuestos a la circulación y gravar a los propietarios de tierras de campo y comerciantes de frutos. En primer lugar, habilitar un préstamo, otorgado por los mismos comerciantes monopolistas, con un premio de hasta el 12% anual, garantizado con los fondos del Consulado y el Cabildo. En segundo, gravar con nuevos impuestos el comercio de ensayo y el de aguardientes. Imponer, asimismo, una “moderada contribución por frutos civiles, propiedad de tierras de campo, renta de fincas en los pueblos, industrias particulares, sueldos fijos militares, civiles y eclesiástico”⁶³ y enajenación de propiedades estatales (adquiridas por Temporalidades,

por ejemplo); reducir los salarios mayores de los cargos estatales; solicitar contribuciones, productos de sus rentas, a los gobiernos de Lima y Chile, y hasta organizar una lotería, que con premios de hasta 3.000 pesos “capaces de lisonjear el interés de pobres y ricos, viudas etc..., para que entren a jugar con poca o mucha cantidad”⁶⁴

VI. EL PROGRAMA DE LOS AGÜERO: LA PROPUESTA DE UNA CLASE EN DECADENCIA

Diego de Agüero no fue un teórico de la contrarrevolución. No obstante, desarrolló tareas de dirección técnica, en cuestiones comerciales, transmitiendo noticias a sus consignatarios y asistiendo a numerosos comerciantes en el Río de la Plata. Sin embargo, no incursionó en el terreno del debate de ideas, ni realizó ninguna sistematización del programa de su clase. Es decir, no produjo teoría, tarea que sí llevó adelante su socio y sobrino, Miguel Fernández de Agüero.

Los Agüero fueron destacados intelectuales orgánicos debido a que participaron, desde un lugar de dirección, en los principales combates que desarrolló la clase dominante colonial rioplatense. Y lo hicieron planteando un balance y una salida (es decir, un programa): la defensa irrestricta de la monarquía española y el *status quo* colonial. A lo largo de sus vidas, respaldaron al Rey, al Estado español y a su religión, combatiendo a sus enemigos. Inculcaron a su familia los ideales del catolicismo, divulgándolos, además, en Buenos Aires y el resto de América.

Sus posiciones políticas evolucionaron al calor de sus necesidades económicas y de las posibilidades concretas que ofrecía la lucha política a nivel mundial. En un primer momento, fueron “pacifistas”, que deseaban el fin de las guerras europeas, para que no afectaran su giro comercial. Años después, cuando ingleses y franceses se apoderaron de los mares, introduciendo sus mercancías competitivas en el Río de la Plata, exigieron recomponer la hegemonía perdida por medio de la guerra.

También se enfrentaron a la Revolución Francesa, asegurando que allí se encontraba uno de los principales enemigos que acechaba al Imperio español. Se mantuvieron al tanto de la situación política europea, acertando en los juicios más profundos, como cuando planteaban que los imperios se habían unido para enfrentar a la Francia revolucionaria. A su vez, eran conciente de la necesidad de que España detenga el avance inglés que, de imponerse, acabaría con los monopolistas gaditanos.

De hecho, ya en 1797, previniendo una posible invasión al Río de la Plata, planteaban el problema de la falta de una fuerza militar que pudiera oponerle resistencia.

En términos económicos, lucharon por un comercio restringido, es decir, monopolístico. Se beneficiaron con la escasez y se perjudicaron con la abundancia de mercancías. Combatieron, entonces, por limitar el avance de comerciantes y productos competitivos, principalmente ingleses, franceses y norteamericanos. Pero también fueron concientes de que el problema tenía su origen en la estructura del sistema colonial, lo que planteaba dos salidas: o el libre comercio, o un reforzamiento del monopolio. Frente a la crisis orgánica de 1809, insistieron en salidas que ya se habían mostrado incapaces de resolver los problemas de la sociedad porteña: intensificar los impuestos a los productores agrarios e intentar sobrellevar la situación financiera con préstamos de los comerciantes al Estado. Su derrota en el plano de las ideas fue la expresión de la decadencia, política y económica, de su clase social.

NOTAS

- ¹ Halperín Donghi, Tulio, *Tradición política española e ideología revolucionaria de Mayo*, Eudeba, Buenos Aires, 1961; Chiaramonte, José Carlos, *La crítica ilustrada de la realidad. Economía y sociedad en el pensamiento argentino e iberoamericano del siglo XVIII*, CEAL, Buenos Aires, 1994.
- ² Weinberg, Félix, *Antecedentes económicos de la Revolución de Mayo. Escritos publicados en el Semanario de Agricultura, Industria y Comercio*, Raigal, Buenos Aires, 1956; Harari, Fabián, *Hacendados en Armas. El Cuerpo de Patricios de las Invasiones Inglesas a la Revolución (1806-1810)*, Ediciones ryr, Bs. As., 2009.
- ³ Lo que no significa que no existan numerosas investigaciones dedicadas a sus diferentes fracciones (ejército, clero, burocracia y comerciantes) y a sus principales integrantes (como Martín de Álzaga y Gaspar de Santa Coloma). Véase, por ejemplo, Beverina, Juan, *El virreinato de las provincias del Río de la Plata. Su organización militar*, Círculo Militar, Bs. As., 1935; Mariluz Urquijo, José M., *Orígenes de la burocracia rioplatense*, Ediciones Cabargon, Bs. As., 1974; Segretti, Carlos, "El partido español. La facción alzaguiста", UNC, Córdoba, 1965; Williams Alzaga, Enrique, *Álzaga, 1812*, Emecé Editores, Bs. As., 1968; Socolow, Susan, *Los mercaderes del Buenos Aires virreinal: familia y comercio*, De la Flor, Bs. As., 1991; Gelman, Jorge, *De mercachifle a gran comerciante. Los caminos del ascenso en el Río de la Plata colonial*, UNIARA, España, 1996.
- ⁴ AGN, Sala VII, Legajo 761, Foja 589.
- ⁵ Carta de Diego de Agüero a José Clemente de Agüero, 8 de marzo de 1800. MHN, AH FG SC 13.
- ⁶ Carta de Diego de Agüero a Miguel Fernández de Agüero, 5 de julio de 1787. MHN, AH FG SC 08.
- ⁷ Cartas de Pedro Ortiz y Salvador de Trucios a Diego de Agüero, 23 de julio de 1774 y 6 de abril de 1779, AGN, Sala VII, Legajo 761, Folios 11 y 243; Carta de Diego de Agüero a José Ramírez y Miguel Fernández de Agüero, 6 de noviembre de 1792 y 30 de agosto de 1796. MHN, AH FG SC 10; AH FG SC 13.

- ⁸ Como "Lógica y metafísica", de Monteiro; "La Teología", de Billuart y Tomasini o "La teología y disertaciones eclesiásticas", de Berti. Carta de Diego de Agüero a Ignacio Díaz Saravia, 21/7/1791. MHN, AH FG SC 13.
- ⁹ Carta de Diego de Agüero a Francisco Martínez de Hoz, 28 de junio de 1796. MHN, AH FG SC 13.
- ¹⁰ Carta de Diego de Agüero a Salvador de Trucios, 10/11/1775. AGN, Sala VII, Legajo 761, F. 102.
- ¹¹ AGN, Sala VII, Legajo 761, Folios 420 y 495.
- ¹² "La guerra entre franceses e ingleses parece no nos será perjudicial como no nos mezclamos en ella, Dios lo permita así", comentaba Pedro Andrés de Azagra a Diego de Agüero, en carta del 13 de agosto de 1778, en AGN, Sala VII, Legajo 761, Foja 177.
- ¹³ Carta de Diego de Agüero a José Ramírez, 10 de abril de 1790. MHN, AH FG SC 10.
- ¹⁴ Carta de Diego de Agüero a José Ramírez, 10 de junio de 1790. MHN, AH FG SC 10.
- ¹⁵ Carta de Diego de Agüero a José Ramírez, 10 de noviembre de 1790. MHN, AH FG SC 10.
- ¹⁶ Carta de Diego de Agüero a Joaquín de Obregón Ceballos, 26 de diciembre de 1799. MHN, AH FG SC 18.
- ¹⁷ Carta de Diego de Agüero a Margarita de Velasco, 16 de marzo de 1800. MHN, AH FG SC 18.
- ¹⁸ Carta de Diego de Agüero a Joaquín de Obregón Zeballos, 16 de septiembre de 1790. MHN, AH FG SC 10.
- ¹⁹ Carta de Diego de Agüero a José Ramírez, 10 de febrero de 1791. MHN, AH FG SC 10.
- ²⁰ AGN, Sala IX, Consulado, Expedientes, 1771-1793, Expediente N° 29, 4-7-3.
- ²¹ Carta de Rafael Mazón a Diego de Agüero, 30 de junio de 1792, AGN, Sala VII, Legajo 761, Foja 499.
- ²² Carta de Diego de Agüero a José Ramírez, 10 de julio de 1792. MHN, AH FG SC 10.
- ²³ Carta de Diego de Agüero a José Ramírez, 6 de febrero de 1792. MHN, AH FG SC 10.
- ²⁴ Carta de Diego de Agüero a Miguel Fernández de Agüero, 26 de febrero de 1793. MHN, AH FG SC 10.
- ²⁵ AGN, Sala IX, Consulado, Expedientes, 1771-1793, Expediente N° 24, 4-7-3.
- ²⁶ AGN, Sala IX, Consulado, Expedientes, 1771-1793, Expediente N° 25, 4-7-3.
- ²⁷ "Si acaso el común rumor y noticia de paces se llegare a confirmar podremos ya caminar con más acierto y seguridad". Carta de Juan Antonio a Miguel Fernández de Agüero, 3/12/1795, AGN, Sala VII, Leg. 761, f. 517.
- ²⁸ A mediados de 1794, Bernardo de Agüero escribe a su hermano desde la Península, comentándole de "los trabajos que tenemos con estos malos franceses (...) que nos están pegando fuego por todos los puertos de mar [y] tienen en el día tomado por esta mano a las ciudades". Un año después, el avance francés parece arrollador, según comenta el mismo Bernardo, "ésta tierra es del francés. El día 20 del pasado tomaron la ciudad de Bilbao, y tienen tomada en la hora toda Vizcaya y están pegando fuego a Barcelona. Aquí estamos todos sujetos a las armas". Cartas del 30/8/1794 y 1/8/1795, AGN, Sala VII, Legajo 761, Folios 508 y 512.
- ²⁹ En agosto de 1795, Juan de Agüero informa a Diego "de la conformidad de las paces entre nuestro Monarca, que Dios guarde, y la República francesa". Carta del 24/8/1795, AGN, Sala VII, Legajo 761, Foja 514.

- ³⁰ Carta de Diego de Agüero a Ignacio Díaz Saravia, 29 de octubre de 1795. MHN, AH FG SC 13.
- ³¹ Carta de Diego de Agüero a José Fernández de Cosío, 7 de enero de 1796. MHN, AH FG SC 13.
- ³² Carta de Diego de Agüero a Manuel de Céspedes, 7 de enero de 1796. MHN, AH FG SC 13.
- ³³ Carta de Miguel Fernández de Agüero a Diego de Agüero, 3/2/1796, AGN, Sala VII, Legajo 761, F. 518.
- ³⁴ Carta de Diego de Agüero a José Fernández de Cosío, 21 de abril de 1796. MHN, AH FG SC 13.
- ³⁵ Carta de Diego de Agüero a Miguel Fernández de Agüero, 17 de diciembre de 1796. MHN, AH FG SC 13.
- ³⁶ Idem.
- ³⁷ Carta de Diego de Agüero a Miguel Fernández de Agüero, 12 de agosto de 1797. MHN, AH FG SC 13.
- ³⁸ Carta de Diego de Agüero a Francisco de Bustamante y Compañía, 1 de abril de 1797. MHN, AH FG SC 13.
- ³⁹ Carta de Diego de Agüero a José Ramírez, 16 de febrero de 1798. MHN, AH FG SC 18.
- ⁴⁰ Carta de Diego de Agüero a Miguel Fernández de Agüero, 16 de septiembre de 1797. MHN, AH FG SC 13.
- ⁴¹ Carta de Diego de Agüero a Miguel Fernández de Agüero, 5 de abril de 1798. MHN, AH FG SC 13.
- ⁴² Carta de Diego de Agüero a José Ramírez, 16 de julio de 1798. MHN, AH FG SC 18.
- ⁴³ Carta de Diego de Agüero a José Ramírez, 16 de enero de 1799. MHN, AH FG SC 18.
- ⁴⁴ Carta de Diego de Agüero a José Ramírez, 16 de marzo de 1799. MHN, AH FG SC 18.
- ⁴⁵ Carta de Diego de Agüero a Juan Antonio Montes, 16 de agosto de 1799. MHN, AH FG SC 18.
- ⁴⁶ Carta de Diego de Agüero a Francisco de Sagastabeytia, 26 de octubre de 1799. MHN, AH FG SC 18.
- ⁴⁷ Carta de Diego de Agüero a Manuel de Bustamante, 16 de diciembre de 1799. MHN, AH FG SC 18.
- ⁴⁸ Carta de Diego de Agüero a Joaquín de Larraín, 16 de abril de 1800. MHN, AH FG SC 18.
- ⁴⁹ Carta de Diego de Agüero a José Santiago de Ugarte, 16 de junio de 1800. MHN, AH FG SC 18.
- ⁵⁰ Carta de Diego de Agüero a José Santiago de Ugarte, 16 de octubre de 1800. MHN, AH FG SC 18.
- ⁵¹ Carta de Diego de Agüero a Joaquín de Obregón Ceballos, 28 de octubre de 1800. MHN, AH FG SC 18.
- ⁵² Carta de Diego de Agüero a Francisco Segura, 16 de mayo de 1801. MHN, AH FG SC 18.
- ⁵³ Carta de Diego de Agüero a Manuel de Bustamante, 16 de junio de 1801. MHN, AH FG SC 18.
- ⁵⁴ Carta de Diego de Agüero a Joaquín de Obregón Ceballos, 26 de septiembre de 1801. MHN, AH FG SC 18.

- ⁵⁵ AGN, Sala IX, Consulado de Buenos Aires, Expedientes, Legajo 4, N° 27.
- ⁵⁶ Fernández de Agüero, Miguel Fernández: *Representación del Real Consulado Universidad de Cargadores á Indias de Cádiz*, [1809]; editada íntegramente en Harari, *La Contra...* op. cit.
- ⁵⁷ Idem, p. 216.
- ⁵⁸ Idem, p. 217.
- ⁵⁹ Idem, p. 218.
- ⁶⁰ Idem, p. 225.
- ⁶¹ Idem, p. 239.
- ⁶² Fernández de Agüero, Miguel Fernández, *Representación del Real Consulado Universidad de Cargadores á Indias de Cádiz* [1809], editada íntegramente en Harari, Fabián, *La Contra*, pp. 218-219.
- ⁶³ Fernández de Agüero, Miguel, *Representación*, p. 236.
- ⁶⁴ Fernández de Agüero, Miguel, *Representación*, p. 236.

RESUMO

Nosso trabalho analisa o pensamento político e econômico de dois ilustres membros da sociedade colonial de Buenos Aires: monopólio de comerciantes Diego de Agüero y Miguel Fernandez de Agüero. Entenda que sua ideologia destina-se a esclarecer o programa que levou para os adversários da Revolução de maio de 1810. A análise da sua correspondência, registros do Consulado de Buenos Aires e a representação do Consulado de Cádiz (1809), teste que ambos estavam convencidos de seu rei e os defensores do Império Espanhol.

Palavras-chave: contra-revolução de comerciantes - classe dominante colonial.

ABSTRACT

Our work summary analyzes the political and economic thought of two distinguished members of colonial Buenos Aires society: merchants monopoly Diego de Agüero y Miguel Fernandez of Agüero. Understand his ideology is intended to clarify the program that led to the opponents to the may revolution of 1810. The analysis of your correspondence, records of the Buenos Aires Consulate and the representation of the Consulate of Cadiz (1809), test that both were convinced their King and defenders of the Spanish Empire.

Keywords: merchants - colonial ruling class - counter-revolution.

Historia de Repertorio Americano (1919-1958)

Mario Oliva Medina - Universidad Nacional de Costa Rica

RESUMEN

En la primera década del siglo veinte concibe la edición de *Ariel*, y de *Convivio* las cuales circularon profusamente en el país y el exterior. Esta práctica le permitió establecer las bases en cuanto a la edición y distribución de los impresos en un ámbito más allá de la pequeña geografía física e intelectual del país, no conforme con estas ediciones que tenían en promedio 1000 ejemplares, cuya periodicidad y volumen eran bastante irregulares. Decidió homologar y actualizar el modelo de revista de Andrés Bello actualizando sus contenidos.

Palabras-Clave: avatares, historia, intelectuales.

LOS AVATARES DE SU PUBLICACIÓN

Los inicios intelectuales de la revista *Repertorio Americano* están relacionados con el otro *Repertorio* que hacía un siglo (1826) fundara el ilustre Andrés Bello. Cuando el 1 de septiembre de 1919, aparece el primer número de *Repertorio Americano*, cuya vida se prolonga por 39 años hasta mayo de 1958, alcanzando el número 1181, convirtiéndose en la revista más longeva en nuestra geografía e historia cultural continental dirigida por un solo hombre. García Monge había acumulado una larga experiencia como editor primero en periódicos como “La Siembra”, “Vida y Verdad” y “Aurora” empresas compartidas con otros intelectuales costarricenses como Roberto Brenes Mesén, José María Zeledón, Rómulo Tovar, José Fabio Garnier¹.

En la primera década del siglo veinte concibe la edición de *Ariel*, y de *Convivio* las cuales circularon profusamente en el país y el exterior. Esta práctica le permitió establecer las bases en cuanto a la edición y distribución de los impresos en un ámbito más allá de la pequeña geografía física e intelectual del país, no conforme con estas ediciones que tenían en promedio 1000 ejemplares, cuya periodicidad y volumen eran bastante irregulares. Decidió homologar y actualizar el modelo de revista de Andrés Bello actualizando sus contenidos.

El antecedente directo de la aparición de *Repertorio* está ligado a un viaje obligado que debe realizar García Monge como producto de las

acciones represivas tomada por la dictadura de los Tinocos, la cual lo destituye como profesor de la Escuela Normal de Heredia ; ya en Nueva York toma fuerza la idea editorial e intenta interesar a ciertos amigos e intelectuales en la fundación de su futura revista.

Al observar algunas cifras de la magnitud de esta revista como por ejemplo: los años que duro (39), el número de páginas (18 en tamaño tabloide), con una periodicidad de (12 días), la preguntas se agolpan ¿Como realizo esta obra García Monge? ¿Tuvo dificultades o por el contrario fue una tarea sin obstáculos? ¿Cuáles fueron las fuentes de financiamiento?

Algunos de los principales problemas para estudiar los aspectos arriba mencionados, tenemos: la falta de registros contables de la revista, número de suscriptores, movimientos de canjes y otro que nos pudieran dar pistas de los detalles financieros de tal empresa. Todo indica que García Monge no dejó documentación de apoyo, al menos desconocemos su existencia. Sin embargo, a partir de ciertos fragmentos documentales puede inferirse respuestas a este tipo de problemas de investigación, en todo caso, hartos provisionales. No fue sino con los años, cuando amigos y el propio García Monge comenzaron a proporcionar detalles y testimoniando del modo en que esta revista sobrevivió nada menos que a la crisis de 1929, y a los tiempos difíciles que significa dos posguerras mundiales, por decir lo más.

La preparación de la revista parece haber sido bastante artesanal y bajo la total supervisión de García Monge. La elección del material hasta el envío de la revista, pasando por los procesos intermedios que implica la labor editorial de una publicación como esta, así como, las estrategias del manejo de los circuitos de circulación de una revista que pretendía tener una cobertura continental y llegar al viejo continente. En 1946 Juan Montovani describía el espacio en el cual labora y prepara García Monge su *Repertorio Americano*:

“no ocupa más que un sencillo cuarto de trabajo que da a la calle en San José de Costa Rica: en el se ve una mesa cargada de papeles, un sillón desvendado, fotografías, rostros que tienen un nombre conocido, autógrafos, libros, revistas, diarios...”².

Parecida percepción de ese espacio de trabajo, son descritos con belleza fotográfica en 1946, por Aquiles Certad:

*“Cerros , o mejor montañas de libros, revista, folletos y periódicos llegados desde todos los rincones de América, llenan la pequeña habitación desde la cual el ilustre hijo de Costa Rica ha visto nacer , crecer , y desarrollarse a su dilecto hijo espiritual, el Repertorio Americano... Una foto dedicada por Waldo Frank a “ mi lustre amigo el querido profesor García Monge , un cuadro de madera al relieve de Cortázar, representando una conocida escena del Quijote, fotos de Rodó, de Darío, de Bello, de Montalvo, de Acosta , decoran las paredes de la sencilla habitación en donde hemos encontrado refugio espiritual tantos americanos ansiosos de vivir horas especiales, lejos de la vulgaridad diaria de la vida. Allí vive don Joaquín, apartado de toda actividad política, humilde como un hijo del pueblo y heroico como un romano, ya que para editar su revista ha tenido que librar verdaderas batallas con dueños de imprenta y lo peor, contra la hostilidad de algunos ignorantes y egoístas que han querido silenciar algunas veces, sin lograrlos, el tambor sobre todo el cual don Joaquín da en América Latina el toque de alerta por la unión espiritual de sus hijos”*³.

Por su parte, Berrien William nos dejó algunos aspectos del proceso de trabajo de la revista. García Monge acompañaba personalmente cada paso en la preparación de un tiraje de *Repertorio*, desde el primer arreglo y ordenamiento de materiales hasta la distribución final del producto terminado para enviarlos a los rincones más lejanos del Hemisferio⁴.

Nunca sabremos con exactitud los costos de la edición de *Repertorio Americano*, o cual fue su tiraje en diversos momentos de su historia; nuestro acercamiento a estos problemas esta documentado con información que el propio editor diera en distintas ocasiones y en los materiales dispersos que se hallan en los 50 volúmenes de la revista.

A la muerte del impresor catalán don Avelino Alsina, el editor recordó:

*“Con él editamos los cuadernos de la Colección Aríel de las Ediciones Sarmiento, de la Obra, del Convivio, del Repertorio..., tantas cosas como hemos sacado en 25 años largos y continuos de andanzas editoriales. Como 150.000 colones invertidos en impresos, que de nuestras manos limpias han pasado a la Imprenta Alsina! Cuando flaquearon algunas horas, el maestro Alsina nos tendió la mano firme de su crédito y de sus simpatías y pudimos seguir adelante”*⁵.

No fue sino hasta la cuarta década del siglo XX, cuando García Monge proporciona los detalles de la impresión de *Repertorio*. El crédito fue un aspecto con el cual fue beneficiada la obra editora de García Monge durante toda su vida. Años antes en 1912, a propósito de la colección Ariel, decía; “desde el primer año hasta el momento en que escribo estas líneas, hay siempre un saldo, como quien dice de dos o tres números”⁶.

Los costos de la edición de *Repertorio* se reducían estrictamente a los de imprenta, ya que los materiales para el montaje de sus contenidos García Monge los conseguía mayoritariamente de revistas, periódicos y libros que le enviaban de los lugares más remotos de nuestra América y de España.

Aunque en 1929 ejecuto algo contra toda lógica de tan limitada economía de la revista. Realizando un pago a una de sus colaboradoras y amiga se trata nada menos que de la escritora chilena Gabriela Mistral,

“al fin tengo el gusto de mandarle en giro bancario por \$ 10 de sus preciosos 2 artículos sobre Mistral y acerca de la cría de gusanos. Son los dos los que sean publicado después del convenio que hicimos. Viera el gusto que me da pensar que por vez primera el Repertorio paga”⁷.

Al principio los recortes de diarios y revista eran mayoritarios en 1919, tomaba las colaboraciones de publicaciones tales como: “Nosotros”, “La Nación”, “LA Nota”, “Ideas” de Buenos Aires, y “Mercurio peruano” de Lima; revista de la Facultad de Ciencias y Letras, “El fígaro”, “Universal”, de La Habana; “El magazine de la raza”, “La reforma social” de Nueva York; “El mercurio” de Valparaíso y de Santiago de Chile; “Revista Universitaria y “Cultura” de Bogota; “Patria” de Asunción.

Con el tiempo y el prestigio de la revista entre los intelectuales y escritores, la correlación de los materiales cambia de modo sustancial, sin dejar de utilizar los recortes, creció la colaboración inédita de muchos que deseaban publicar sus trabajos, al punto que algunos de ellos tuvieron que esperar para ver publicados sus notas, artículos, comentarios de libros en las hojas de dicha revista.

Repertorio Americano paso por penurias económicas, las cuales resistió durante toda su existencia: contaba con pocas suscripciones algunos le acompañaron por años; otros de manera rápida dejaban de pagar en

1924, enviaba un aviso enérgico y terminante a sus clientes; en la que suspendía el envío de *Repertorio*:

“a todos los suscriptores de provincias que hasta la fecha se han mostrado sordos a sus ruegos de que cancelen los saldos pendientes, encontraba penoso cobrar por lo que se ama y lo más grave tener que reducir el tiraje al número exacto de suscriptores vivos y efectivos agregaba una lección moral la ayuda, la cooperación han de ser mutuas, lo demás parece negligencia la cooperación obliga como la nobleza y tratándose de una empresa de tan escasos recursos como la del Repertorio, otros comentarios huelgan”⁸.

Pero el editor debía enfrentarse a situaciones muy variadas como producto de su propia rutina vemos algunos ejemplos, como estas las cuales enfrentaba con cierta hidalguía:

Con motivo de la huelga de tipógrafos y los gastos de imprenta del Repertorio han aumentado en un 20% lo que nos obliga a vender en lo sucesivo el ejemplar 50 ctmos y la serie de 5 ejemplares, para los agentes, a 2.00 colones. Rogamos a nuestros lectores y favorecidos que no nos nieguen su apoyo en estos días difíciles mientras lleguen mejores y podamos corresponder con más holgura a sus sacrificios de ahora⁹.

O esta otra, en la que tuvo que aclarar a un suscriptor la línea editorial de la revista:

“Veo con pena y sorpresa que usted de un golpe y sin más explicación ha suspendido la agencia de repertorio. Lo sentiría de veras. ¿Es acaso porque no ha salido la carta de Aida?¹⁰ .

Al cumplir 37 años como editor García Monge hace una confesión conmovedora de esa faena editorial:

“...que dicha labor se la debía a la buena voluntad de los editores catalanes en Costa Rica, los 32 primeros tomos de Repertorio, varios libros, todo esto pudo hacerse porque conté con el crédito que me dio don Avelino Alsina y

Lloveras, el propietario de la famosa Imprenta Alsina. Sin el apoyo de alguien, sin el crédito, el Repertorio Americano no habría podido publicarse; del N° 1 a éste, el 954, todos han salido al fiado. (del tomo 24 al 32, al crédito se sacaron, también, gracias a la buena voluntad del propietario de La Tribuna, el Gral. Pinaud, que me ha tratado muy bien). Estos tomos estuvieron entonces al cuidado de otro catalán, tipógrafo muy hábil, don José Faja. Este tipógrafo se encargó del tomo 33 al XXXIX, en la imprenta de otro catalán, don José Borrásé, se han editado, también al crédito y con todas las consideraciones. La impresión de algunos números sueltos también se la debo (se la debí, porque al crédito se hicieron) a otro catalán amigo e impresor con imprenta propia: Don Ricardo Falcó Mayor...¹¹.

Resultan esclarecedores estos recuerdos de García Monge; la totalidad de la revista fue editada incluyendo los diecisiete años restantes 1943 a 1958, por impresores catalanes en la década del veinte lo hizo Avelino Alsina y en las décadas siguientes la de los treinta, cuarenta y cincuenta estuvo a cargo de José Borrásé. Nos parece que la repetidas expresiones “buena voluntad” “crédito” “de fiado” “y con todas las consideraciones” denotan una particularidad, una singularidad de la edición de *Repertorio*, la única manera de dar a luz, mantener su continuidad en un período tan extenso, era con un apoyo incondicional de aquellos impresores que probablemente perdieron dineros con dicha edición, no sabemos cuanto y si efectivamente García Monge logro cancelar todas sus deudas al respecto, el involucramiento de los impresores catalanes con la edición de *Repertorio Americano* es bastante obvia y trascendental en su salidas sin retraso por cuatro décadas.

Un año después en su famoso discurso que no pronuncio, “Unidos por la Cultura” escrito en ocasión al otorgamiento del Premio María Moros Cabot de 1944; y que permaneció inédito hasta 1966, cuando el periódico *La Nación* lo publicó con fecha 31 de diciembre. En el balance de sus actividades volvió sobre las finanzas de *Repertorio* esta vez remarcaba aspectos tales como: el Semanario había absorbido muchas de sus mejores fuerzas de su vida. Ha invertido en ese esfuerzo como hacía el argentino José Ingenieros en su *Revista de Filosofía* parte de su salario como bibliotecario o como profesor hasta 1936. Desde entonces hasta 1944 la vida del semanario dependía de las suscripciones. Lo más probables es que esto sucediera así, García Monge había logrado producto

de la extraordinaria acogida que dicha revista tubo entre algunas personalidades académicas que trabajaban en los Estados Unidos consiguió que grandes Bibliotecas universitarias y públicas norteamericanas (la del Congreso, la de Nueva York , por ejemplo) compraran las colecciones completas de *Repertorio*.

A la par de estas grandes compras de colecciones completas, las cuales debieron ser un alivio en las finanzas cotidianas de editor. Mantuvo por muchos años el servicio de compras de números sueltos los cuales se vendían a precios cómodos y se enviaban a cualquier parte del mundo.

Estas declaraciones, si bien no hablan de bonanza o de que la edición de *Repertorio* reportara algunas entradas adicionales a la economía personal del editor, tampoco parece dejar entrever una crisis, sin embargo, es muy probable que utilizara sumas considerables de su salario como el mismo lo expresara más de una vez, del mismo modo en que utilizo las entradas financieras por concepto de la venta de libros que realizo durante tantos años. También debemos mencionar que la revista contaba con espacio para la publicidad como un modo de financiar el impreso, logro efectivamente mantener esos espacio por largos años dedicado a la publicidad de empresas y anuncios de amigos que brindaban servicios como abogados, notarios o médicos.

Por nuestra parte nos planteamos una lectura distinta de lo que podríamos considerar, problemas financieros de la revista los cuales se ubican en variados momentos de su existencia; como queda en evidencia en algunos testimonios e impresiones de sus allegados y personalidades que le conocen. Juan Labarthe visita a García Monge en 1946, y no deja duda sobre la situación de crisis económica de la revista y su editor:

“Allí el edita, redacta, envuelve y es cartero y envía el Repertorio por la América y a Europa y a los Estados Unidos. ¡Ay América! ¿y con que dinero? . Con el dinero de la fe y el milagro de los buenos. Depende de sus suscriptores y regala las tiradas de más de 2000 ejemplares...El ha vendido joyas, él ha empeñado valores y ha dejado de comprar zapatos y otras necesidades para enviar el mensaje americano¹².

Está es una visión más cercana al dilema financiero en que se encontraba la revista al iniciar la década del cuarenta, situación que se prolonga de modo pesado hasta el final de los años cincuenta cuando deja de publicarse la revista afectando la economía familiar de don Joaquín.

Los abatares de la edición acompañaron a la revista desde su propio inicio, para publicar sus primeros números en el año de 1919, se recurrió

a un préstamo de 700 dólares que le concedió Roberto Brenes Mesén 13 años después, en tono de decepción por la falta de apoyo García Monge decía:

“...A la fecha debo como 100 dólares y eso que todo lo he hecho yo, salvo llevar los paquetes al correo. Denunciaba el inconsistente apoyo de Costa Rica y lo único que tenía era el auxilio de algunas agencias en México, París. San Salvador, Panamá y Santiago de Chile y la de unos 60 o 70 suscriptores aislados con los que contaba en exterior. Sin esto la salida de la revista prácticamente era muy difícil”¹³.

Estos eran parte de unos comentarios que le enviaba al poeta y editor hondureño Froylan Turcio ante un eventual traslado de este último a San José para publicar una revista y le aconseja a partir de su nada exitosa experiencia:

“Si trae una buena reserva si logra conseguir avisos y público que pague la revista, el éxito es posible. El éxito inmediato, porque el otro, el de la gente ilustrada en el exterior cuesta muchísimo. Ya ve en 13 años de trabajo continuo para tener en el exterior unas 72 suscripciones en exterior”¹⁴.

El déficit financiero de la revista fue visible ya en los años treinta un lector de *Repertorio* hace la siguiente petición para subsanar la pobreza de la revista que en todo caso no era otra cosa que limitaciones de su editor:

“Quiero insinuar desde este semanario la conveniencia de que las Casas Editoras y los Autores de libros donen un número voluntario de ejemplares para ayudar con el producto de su venta al sostenimiento de Repertorio Americano; cuya vida y crecimiento debe interesar primordialmente a los escritores hispanoamericanos. Sin preciarse de adivino, aseguro que Repertorio Americano pese a sus diez años de vida cumplidos no cuenta con una economía suficiente para atender sus gastos”¹⁵.

Este tipo de medidas o gritos de auxilio parecen haber tenido un éxito relativamente positivo para la economía de la revista, ya que

muchos autores así como, las casa editoras de América y España inclusive de París y otras. Vieron en la figura de García Monge y las páginas de *Repertorio Americano* la mejor manera de divulgar sus colecciones, o las novedades bibliográficas, García Monge a lo largo de los años fue acumulando enormes cantidades de materiales que le enviaban de muy diversa partes del mundo de autores conocidos y desconocidos el registro de estos materiales se encuentran desperdigado por los cincuenta tomos de la revista. Fue tal la cantidad de libros, de folletos, de revistas, que le llegaron al punto de convertirse en uno de los bibliógrafos más importantes del Continente, y al que recurren muchos escritores e intelectuales de América para solicitarle su ayuda en este campo.

A lo largo de la edición de *Repertorio* se rastrea una gran cantidad de citas bibliográficas que muestran la devoción por los libros profesada por García Monge, dicha documentación en su conjunta supera varias decenas de páginas que aun permanecen y merecen un estudio particular, sobre todo si tenemos en cuenta que no solo se trataba de dar a conocer la última novedad bibliográfica sino que muchos de ellos eran acompañada de sus comentarios y de la selección de algunos párrafos para entusiasmar e incitar a la lectura.

Veamos la importancia de los libros y revistas, como parte de una estrategia permanente por un lado de divulgación, y por otro, como recursos de fondos para mantener la publicación de *Repertorio*.

Al inicio de los años veinte el editor comienza a introducir notas sueltas bajo el título "*De los libros que nos llegan*", en esa misma década creo una columna denominada "*Noticiero*", en la cual incluía numerosas notas de libros, autores, revista, cartas, que le envían, y las respuestas a muy diversas inquietudes de sus lectores, amigos y escritores del mundo.

En 1924 aparece su sección de "*Un estante de obras escogidas*", con el siguiente anuncio "A precios módicos y al contado tiene el editor del *Repertorio Americano* encargo de vender..., y de seguido aparecen la lista de libros con su respectivo precio bajo ésta modalidad se anunciaron por años cientos de libros algunos difíciles de conseguir de otro modo. Podía anunciarse libros bajo otros títulos pero la idea era la misma poner a disposición del público lector de Repertorio así tenemos: "*Libros y folletos de ocasión a precios módicos*". O "*Acaban de llegar y le interesan*"

Durante 1925 y por varios años incluyo el apartado "*Índice*", que era básicamente un listado de libros recientes dedicados a un tema o un país; ese mismo año también apareció el apartado "*bibliografía titular*" que

eran registro semanal, extractos y referencias de los libros y folletos que se reciben de los autores, y de las Casas editoras. Esta columna cambio de nombre en 1935, a “*libros y Autores*”, o “*Noticia de Libros y Autores*”. Muchos de estos libros eran obsequios de los autores o casas editoras para poner a la venta, parte de esos ingresos iban a para a las escuálidas arcas del editor de *Repertorio Americano*, don Joaquín García Monge.

Las páginas de *Repertorio* permitía conseguir las señas de revistas que se editaban por toda América y en otras partes del mundo. Seguramente, como forma de llegar a público especializado como el de *Repertorio* y que de otro modo era difícil enterarse, así que las señas incluía no solamente asuntos formales como su nombre, director, contenidos, sino una dirección y formas de pagos entre las más connotadas que aparecen en *Repertorio* tenemos: La revue de l'Amérique latine; revista chilena; Cuba Contemporánea; Bisemanario Patria Nueva (Venezuela), la famosa revista de Filosofía de José Ingenieros. Babel, Ariel de Froylan Turcio y Arturo Martínez Galindo entre muchas otras.

De los libros y revistas llegados a la redacción, don Joaquín arremetió una tarea igualmente gigantesca a la par del acuso de recibo de los mismos elaboró delicados textos una primera lectura hecha por Don Joaquín, los cuales merecen ser recogidos y pasar a formar parte de las obras completa de García Monge.

En 1941 ya se asoma la debacle de *Repertorio* despertando la preocupación y acción extranjera, el escritor don Mario Santa Cruz pide ayuda entre los colombianos donde *Repertorio Americano* contaba con numerosos lectores, admiradores y amigos. La idea era conseguir suscriptores la cual valdría \$4 con derecho a 2 volúmenes de 24 entregas cada uno. La crónica signaba que el Presidente de la República manifestaba que personalmente tomaría cien suscripciones, así como, los doctores Plinio Mendoza Neira y Luis Eduardo Nieto Caballero, amigos personales de García Monge, los cuales han ofrecido tomar varias, se hacia un pedido final para que se dirijan al señor Santa Cruz (carrera 12 N° 15-18 para contribuciones¹⁶).

Este tipo de ayuda a *Repertorio* se hizo habitual, parecidas acciones tomaron los venezolanos Diego Córdoba encargado de negocios de Venezuela a pedido del doctor Arturo Uslar Pietri secretario de la Presidencia de la República de Venezuela le encarga tomar 20 suscripciones de *Repertorio Americano* para las instituciones culturales y bibliotecas del país dicha determinación gozaba de visto bueno del

Presidente Medina Angarita, por correo se envía el cheque correspondiente a García Monge.

En 1947 en un esfuerzo desesperado de don Aquiles Certad organiza y coordina una colecta continental con el objetivo de dotar con una imprenta a *Repertorio*, la misma tuvo cierta acogida y García Monge anotó pacientemente en las páginas de *Repertorio* las contribuciones que le llegaban de varias partes del Continente.

Las listas son muy extensas, sobrepasaban los 300 contribuyentes, se aprecia una enorme diversidad de participantes, junto a las contribuciones individuales participan grupos de profesores, de escuelas y de colegios, todos se organizaron para entregar su aporte. Profesores de español en los Estados Unidos enviaron también su dinero, así como las niñas de la escuela Ricardo Jiménez de San José contribuyeron con 15 colones.

El escritor puertorriqueño Luis Villaronga remite diez ejemplares de su libro *Los motivos eternos*, publicado en Buenos Aires, para que el producto de la venta fuese al fondo pro imprenta para *Repertorio*, este escritor solicitaba a sus pares enviar remesas de libros; parece que esta iniciativa tubo acogida en una docena de escritores Fabián Dobles contribuyo con cincuenta ejemplares de la novela *Una Burbuja en el Limbo* a ¢ 2,5 el ejemplar y 1 dólar para el extranjero. Un puertorriqueño contribuía en metálico y con seis ejemplares de *El Imperialismo Yanqui y la Revolución en el Caribe*; seis ejemplares cada uno de los poemarios *En Tropel*, *Con sangre roja*. El insigne Franz Tamayo desde Bolivia envía 18 dólares y 10 ejemplares de *Epigramas Griegos*, se vendían a un dólar. Por su parte, El escritor costarricense Max Jiménez el cual profesaba una gran amistad con el editor de *Repertorio*, obsequiaba sus libros, *El jaúl*, *Revenar* y algún otro para que sus ventas pasaran a los fondos recaudados. Los salvadoreños de la ciudad de Santa Ana remitieron 205 dólares.

Los venezolanos fueron los más entusiastas en llevar adelante esta campaña continental por una imprenta para *Repertorio Americano*. Se organizó un comité pro- *Repertorio Americano* cuyo presidente fue don José Nucete- Sardi, en marzo de 1947 escribía a García Monge informándole de los fondos recogidos para la mencionada imprenta, acompañaba la carta un cheque N° 73157 del Banco de Venezuela de la ciudad de Caracas sobre el Guaranty Trust Co., de New York, por la suma de mil seiscientos cuarenta y dos dólares con nueve centavos. El dinero era un homenaje a los méritos y a la labor realizada a favor de la cultura hispánica por *Repertorio Americano*, tribuna de la democracia y

de civismo¹⁷.

El 31 de marzo García Monge da respuesta, acusa recibo del dinero, el cual invierte en la compra de una linotipia hasta completar el equipo de una modesta imprenta.

Ahora observemos el caso venezolano:

CUADRO EMPRESAS PERIODISTA VENEZOLANAS CONTRIBUYENTES 1947

Nombre	Contribución
El Universal	Bs 50
La religión	Bs 50
La esfera	Bs 50
El Heraldo	Bs 50
El Nacional	Bs 50
El País	Bs 50
Elite	Bs 50
El Cedro	Bs 50
Últimas Noticias	Bs 50
Semanario Acción demócrata	Bs 25
Diagonal	Bs 40
Revista Nacional de Cultura	Bs 50
Semanario Aquí está	Bs 25
Fantoches	Bs 30
Revista Billiken	Bs 40
Agencias de Repertorio en Caracas	Dos colecciones Bs36
Ministerio de relaciones exteriores	Bs 100
Junta revolucionaria de gobierno	Bs 4000
Romulo Betancourt	Bs 100
Rómulo Gallegos	Bs 20
José Nucete-Sardi	Bs 10
Luis Alberto Nieto	Bs 10
Valmore Rodríguez	100
Pedro Emilio Coll	10

Fuente Repertorio Americano , 1946

Este cuadro rebela algunas particularidades de la contribución venezolana. En primer lugar, su carácter institucional encontramos apoyos significativos de instancia estatales, ministerios y la propio Junta de Gobierno (presidida de quien fuese su amigo Rómulo Betancourt); las empresa periodísticas participan solidariamente, todo esto tiene un enorme significado el que mide la indiscutible fama de *Repertorio Americano*, logrado en Venezuela y otros país del Continente.

El año en que se realiza esta campaña coincide con el fin de la segunda Guerra Mundial en 1945, en general la situación económica de los países latinoamericanos no era de bonanza, por otra parte, entre las

contribuciones se hecha de menos intelectuales y campañas en otros países fueras de los mencionados arriba, que durante muchos años gozaron de espacio privilegiado en dicha revista como en el caso, de Argentina, de Chile, de Cuba por citar algunos.

En esta campaña se reconoce la solidaridad y la participación de destacados intelectuales y políticos venezolanos que contribuyen a dicha iniciativa. Acentuada era la presencia en estas lista de escritores e intelectuales, Rómulo Betancourt, Valmore Rodríguez, Romulo Gallegos, Mario Briceño Iragorry, Jacinto Fambona, Pacheco y muchos otros, así como de lectores y lectoras de la revista probablemente algunos suscriptores por años de *Repertorio*.

Para los escritores que no podían enviar dinero lo hacía con libros los cuales eran vendidos por García Monge.

No sabemos el total de dineros recibidos las cifras pudieron andar en rededor de 2500 a 3000 dólares, dinero en todo caso insuficiente para fundar la imprenta de *Repertorio Americano*, los destinos de los dineros en probable que se ocuparan en la edición del semanario el cual se hacía cada vez más difícil económicamente y también su atractivo se mueve hacia sus niveles más bajos, pero aun la misma sobrevive nada menos que doce años más hasta octubre de 1958.

En suma los años cincuenta fueron años terribles para la edición de *Repertorio* a pesar de los esfuerzos de algunos intelectuales y amigos por mantener la ayuda el 1 de marzo de 1952 García Monge escribe a su amigo radicado en México Alfredo Cardona Peña, “Mucho agradezco sus gestiones para ayudar económicamente a la revista. La única protección que acepto y en el alma agradezco es la que un ministerio u otro, o una agencia de cultura (universidad, etc) me tome 10, 20 o 30 suscripciones anuales, a razón de 5 dólares al año”.

CIRCULACIÓN DE LA REVISTA

Uno de los aspectos centrales de la historia de la revista es señalar los procedimientos usados por su editor para la circulación del impreso. Sin duda, García Monge intento varios canales de distribución, todos ellos con la finalidad de acercar físicamente el texto al posible comprador y/o lector. En un inicio la venta se realizo a partir de los contactos ya establecidos por el editor y por la experiencia acumulado en un sin número de tentativas editoriales llevadas a cabo por lo menos durante 15 años.

GARCÍA MONGE Y LAS REDES DE ESCRITORES E INTELECTUALES

Todo indica que una de las estrategias para mantener en pie la *Revista Repertorio Americano* y su vocación americanista estuvo relacionada con una red de escritores e intelectuales los cuales ayudan a consagrar la Revistas a través de su opinión, le envían cartas, artículos y todo tipo de adhesiones lo cual va a ir consolidando el texto y creciendo la fidelidad al mismo. Desde muy temprano encontramos afectos de intelectuales tales como Miguel Unamuno, Gabriela Mistral, Alfonso Reyes, Sanín Cano, José Vasconcelos, José Enrique Varona, y tantos otros, a la labor emprendida por el editor de *Repertorio*, estas deferencias jugaban un papel muy importante dado el hecho de que se trataba de voces autorizadas y funcionaban como atractivos de la revista para alcanzar cada vez más lectores.

Las listas de la red de escritores aparecieron en la revista entre los años de 1926 y 1928 aproximadamente. No sabemos por qué desaparecieron, el material suministrado nos permite algunas consideraciones. García Monge logra tener en sus manos la dirección de un número considerable de escritores lo cual permitía acercarse a los mismos y a todos lo que quisieran iniciar relaciones epistolares entre ellos o con alguno de ellos. La lista refleja los contactos por zonas geográficas las cuales se aprecia en el cuadro siguiente:

A fines de la década de 1920 García Monge dedicó varios números de la revista dando nombres, direcciones de los escritores del Continente, cuya sección llamo “señas de escritores” lo cual indica varias cosas que interesan. García Monge situaba en un altísimo interés el obtener los datos del mayor número de escritores de América lo cual le valió varios adjetivos como aquel que le gustaba tanto, “*coordinador de América*” acuñado por uno de los intelectuales más distinguidos como lo era el mexicano Alfonso Reyes. Este interés posiblemente estuvo relación con su actividad como editor y con el carácter continental de la revista, de modo regular necesitaba de esta red de contacto en diversos países para conseguir artículos, que puedan incluirse en cada una de las ediciones conocer el desenvolvimiento cultural, literario y político, era frecuente encontrar polémicas, denuncias, que le enviaban estos contactos que a la postre se convertían en colaboradores, la publicación de dichas señas podían actuar como circuitos comunicantes entre los diversos escritores algunos de ellos con residencias volátiles. La lista incluía escritores de América y España.

CUADRO CON LA DISTRIBUCIÓN POR PAÍSES Y DIRECCIONES

País	número de señas
España	20
Perú	21
Chile	6
C.A	10
Colombia	4
Francia	15
Argentina	19
Venezuela	2
República Dominicana	4
Ecuador	5
Estados Unidos	11
México	15
Bélgica	2
Paraguay	1
Inglaterra	1
Uruguay	8
Cuba	5
Japón	1
Brasil	2
Puerto Rico	1
Italia	1

Fuente: Repertorio Americano 1926-1928

El número de direcciones proporcionadas por García Monge llega a las 144 y corresponden 21 países, en América los más representativos y número considerable de señas en los Estados Unidos y Europa las cuales son de latinoamericanos residentes en aquellos países, en España obviamente era Madrid el lugar de residencias y en Francia París.

No sabemos, ciertamente si estas señas eran sinónimo de suscriptores pero lo más probable que muchos o en todo caso un número significativo eran lectores permanentes u ocasionales de la revista.

La otra fuente para conocer los suscriptores es una columna miliaria de *Repertorio Americano* en ella se suscriben los nombre de los suscriptores y amigos que por años, hasta el final de sus días lo recibieron y lo estimaron ¡mantenedores de cultura fueron! Eduardo Zamora Ulloa, Alberto Rees, Claudio Pacheco Tinoco, y muchos otros nombres que alcanzó a anotar el editor.

En 1927 aparece bien articulada una red de agencias de *Repertorio Americano* que crecía paulatinamente sin desmayo, en esa ocasión, el editor expresaba su deseo de establecer Agencias del *Repertorio* en el exterior a razón de 8 cts. oro americano el ejemplar, se compromete

a remitir a cualquier país del mundo los que se le pidan. Solicitaba a sus numerosos amigos en el extranjero (ciudades de América) que le recomendaran personas o agencias idóneas por su actividad y honradez.

Para esa fecha la revista circulaba en varias ciudades de América.

CUADRO. AGENCIAS ESTABLECIDAS EN 1927

Lugar	Responsable
Managua , Nicaragua	César Peñalba
Panamá	Juan B. Tribualt
San Pedro Sula, Honduras	Salomón Ibarra
Sta Tecla, El Salvador	Salvador Cañas
Guatemala	Manuel Soto
Valparaíso	Macario Ortiz Ruiz
México	J. López Méndez
Lima, Perú	Librería Minerva

Fuente: *Repertorio Americano*

En 1932 se agregaban otras agencias y ciudades a esta labor de difundir *Repertorio Americano* tales como: Arequipa en Perú, en Nueva York, en Estados Unidos, en París Francia, Manizales Colombia, Barcelona, España. Toluca México. Varias ciudades lograron tener más de una agencia distribuidora: Santiago, Panamá, México entre otras. Algunas de estas agencias lograron funcionar bien, en 1936 en El Salvador se colocaban 60 suscripciones y en Panamá hubo épocas de colocar 100 o más¹. En 1938 podía conseguirse la Revista en la librería Nacimiento y librería y editorial Ercilla en Santiago de Chile, en San Juan Puerto Rico A Vicente y Compañía , en Boston con F.W Faxon Co. y en Londres en la década de los cuarenta.

Desde el punto de vista estrictamente de agencias publicitarias de la época la circulación de la revista podría considerarse buena, ya que cuenta con pocas facilidades de comunicación y que García Monge no contaba con personal asistente para esa u otras labores. Es de imaginar que la dedicación de este editor era absoluta y probablemente significó muchas horas de trabajo diario, solo recordemos que la periodicidad de la revista era muy regular semanal, quincenal, y en los peores momentos sobre todo en los años cuarentas y cincuentas mensual.

La distribución interna en Costa Rica, hemos de suponer, ante todos los problemas que podía aparecer, don Joaquín encontraba la manera de que llegara a muchos zonas del país alejada de la capital, muchas veces se ha querido confundir diciendo la revista era más conocida en el

exterior, y nadie la leía en Costa Rica, en carta a Alberto Garnier fechada 16 de septiembre del año de 1933, aclaraba en tono brioso:

“Tengo en esta ciudad dos repartidores y personalmente, por correo, distribuyo otra parte; de modo que en San José circulan algo más de 300 ejemplares y es posible que los lean unas mil personas, en los campos circulan 300 más. El resto de la edición que a veces llega a 1300 sale para el exterior. Es posible asegurar que en Costa Rica todas las semanas leen el Repertorio unas mil quinientas personas”².

Los datos proporcionados por García Monge, despejan cualquier leyenda sobre la circulación de *Repertorio* en el territorio costarricense, por otra parte, acerca a uno de los problemas más importante en la Historia de la recepción y es que existe una diferencia entre el número de revista editas, y el de compra con el número de lectores reales, en el caso que nos ocupa el numero multiplicado de lectores puede haber aumentado por varias razones, la importancia que por aquellas épocas tenía la lectura colectiva y el préstamo del documento físico luego de ser leído por el comprador habitual.

CENSURA

El tema de la censura de la revista *Repertorio Americano* entre nosotros (en el medio costarricense) ni siquiera se ha insinuado. Lo impreso sean estos libros, folletos, o revistas como en el caso que nos ocupan revisten una significación especial para la divulgación de las ideas, y la movilización social inclusive. Muchos gobiernos de América sobre toda en la región centroamericana vieron en esta revista un trasmisor de ideas peligrosas y desestabilizadoras. La vigilancia y el control de las revistas son primordiales y constituye un hecho de primera magnitud, cuyo conocimiento resulta esencial para el entendimiento de nuestro pasado cultural.

En 1946, Antonio Zelaya hace cuentas de uno de los contenidos ideológicos más extendido en las paginas de la revista por su editor así como, la consecuencias de tales contenidos:

“porque su rebeldía a conformado en la pequeñez de su cuarto de trabajo, el clima de la libertad: y en donde ha habido presión en donde el espíritu de

*predominio de violencia, a la rapacidad del mandarín se ha entronizado, el Repertorio Americano. no puede circular se le han cerrado fronteras se han establecido persecución en su contra*³.

¡Que podía leerse en Guatemala antes de 1944, recordaba Luís Cardoza y Aragón, sólo el delicado tacto de García Monge, a través de *Repertorio Americano*, lograba pasar alguna vez la frontera, dar su claridad ecuánime . y en Centroamérica lo más azotado en el Nuevo Mundo, por el atraso, la miseria, por la explotación imperialista, casi siempre totalmente inmersa en la sombra. *Repertorio Americano* ha llevado a término una obra ingente”⁴.

En todo caso, si nos atenemos a los juicios vertidos por los escritores de América en diversos momentos, es probable, la persecución sufrida por la revista por parte de las dictaduras, observemos al cubano Felix Lizaso:

*“en sus páginas se leyeron trabajos en que se demanda contra absurdas dictaduras, y el repertorio americano figuró en algunas épocas entre las publicaciones proscritas por la censura de la tiranía. Y eso que nosotros recordamos y sabemos ocurrió también en muchos otros países de nuestra América, y acaso ocurra en alguno todavía”*⁵.

Su lucha contra las dictaduras conmovió la sensibilidad de Pedro Andino quien en 1944 escribió desde Alajuela estos siete versos finales de un poema llamado *Semblanza de un hombre*.

En lucha contra tanto presidencial tirano
Con la lanza incansable, su rocinante presto.
Isla sobre el océano de fría indiferencia:
Puerto de salvación.
Ciudadano de nuestra América irredenta,
la que soporta el látigo de turgios generales
casi desde el arribo de Cristóbal Colón⁶

Su combate alcanzó todas las dictaduras tanto de Europa donde se alzo su voz contra Musolini, Hithel, y Franco, en América no hubo ningún dictador que no conociera sus acusaciones Ubico en Guatemala, Martínez Osmín Aguilar en El Salvador, Somoza en Nicaragua, Carias

en Honduras, Trujillo en Santo Domingo, Gómez en Venezuela, Vargas de Brasil, Moniño en Paraguay Leguía en Perú, Ibáñez en Chile por citar algunos.

El mecanismo de censura más utilizado por los gobiernos contra *Repertorio Americano*, fue el cerrar sus fronteras para obstaculizar la libre circulación del impreso. Sin embargo, hemos de suponer que de igual modo la revista podía llegar a esas zonas por medios mucho más sutiles en todo caso clandestino, escondido en algún equipaje de un viajero circunstancial, o cualquier otra forma utilizada para llegar hasta los lectores.

El acto más directo sufrido por el impreso se produjo justamente por la publicación de un escrito relacionado con las dictaduras. En febrero de 1937, apareció en las páginas de *Repertorio Americano* el artículo, “España, la Abisinia Blanca” de Francisco Marín Cañas donde se manifiesta en contra de la intervención de Italia en el conflicto español. Este hecho llevo al representante de Benito Mussolini en Costa Rica, a presentar una demanda ante los tribunales contra Marín Cañas y García Monge por haber acogido y publicado en sin censura el artículo del primero en *Repertorio*. El hecho conmovió la conciencia americana y muchos escritores y organizaciones manifestaron su apoyo y solidaridad con García Monge. Los cuales consideraban un golpe a la libertad de pensamiento las primeras manifestaciones fueron de los escritores y personalidades políticas costarricenses las cuales firmaron un pronunciamiento al respecto. Luego llegaría a la redacción de la revistas comunicados mexicanos, colombianos, chilenos, panameños, cubanos.

García Monge aprovechó el incidente para ratificar sus ideales y con cierta ironía expresó: “ahora basta una quejita de un diplomático de los acreditados por acá para que la ley le caiga al periodista, al escritor que adversa este o aquel régimen político”⁷.

García Monge se tomo el incidente con cierta despreocupación ya que al ser llamado a casación no asistió a la audiencia. Y continuo su ejercicio de divulgación de los traumáticos acontecimientos desarrollados en España convirtiéndose en un semanario de amplia afinidad de las tesis de la República española.

LECTORES Y LECTURAS

La primera precaución que debemos tomar en consideración para hablar de la recepción de la revista *Repertorio Americano* es ofrecer un

acercamiento de dicho texto como punto de referencia de donde se pueden establecer las variaciones⁸. La revista fija su contenido a partir de una amplia percepción de la cultura de América y España a partir de allí se establecen múltiples variaciones de dicha publicación lo cual permite ir determinando los públicos y las distintas lecturas de la misma.

Quizás quien resuma mejor el contenido de la revista entre tantos testimonios expresado a lo largo de los años por diversa generaciones de lectores sea la que nos proporciona Humberto Tejera:

“...rememoraciones cronológicas de mártires, héroes y libertadores. Aspectos ocultos hasta ayer, cartas, documentos robados al olvido, nexos entre los batalladores de la independencia y del progreso democrático en nuestros pueblos. Repertorio Americano desde su iniciación hizo un deber el culto a los varones de estirpe, emancipadores de pueblos, libertadores de esclavos, unificadores de fronteras.

Las artes populares con su encanto singular con su sabor indígena único, han recibido todo el aprecio justo en el semanario de García Monge, que por solo respeto es obra de documentación imprescindible para quienes pretenden penetrar en el alma indio ibérica a través de sus más complicadas y espontáneas manifestaciones.

Filología, humanismo, música, grabado, escuelas excéntricas, cine, radio, en verdad, nada le ha sido extraño a esta revista, pero no al modo graso del reclamo comercial, sino facilitando la asimilación conveniente a nuestros jóvenes generaciones mediante la acción de un criterio elevado y una ideología generosa y moderna. Labor de reforzar continuamente el haber científico, el acervo medular de las comunidades, agregando a este trabajo de suyo rudo y exigente, la delectación con recortes y viñetas del oro de los clásicos, de nuestros clásicos americanos, entre los destellos del más valioso pensamiento mundial.

Y al lado, y en seguida, la información de novedades exóticas, el atropamiento de lo mejor venga de donde viniere, la traducción, crítica y anuncio de todo lo grande que se produce en el mundo que equilibran y complementan aquellas visiones provechosas de la tradición propia”⁹.

Las líneas anteriores pertenecen a 1945, al cumplir 25 años la edición de *Repertorio*, puede que falten algunos temas, sin embargo, es lo

suficientemente exhaustiva como para permitirnos una idea amplia de los contenidos a lo largo de un periodo tan extenso.

Por otro lado, es necesario establecer una relación entre contenido y estrategia de lo que era una revista para su editor, en tanto que publicar y lo que es más sustancial cual es la función de las revistas, escuchemos al propio García Monge:

“las revistas sirven para que en ellas se exprese la generación pensante e ilustrada de un país o de un continente, lo que piensa y siente acerca de las múltiples incitaciones de la vida. Pera ello ha de haber libertad, tolerancia y la inevitable acción de los pareceres que en las revistas se dan cita”¹⁰.

Los lectores de *Repertorio Americano* estaba conformado principalmente por sectores ilustrados, o en su efecto por personas con cierto nivel de instrucción, entre los que se encontraban escritores ligados a la producción de la revista o sea colaboradores directos, intelectuales que por obvia necesidad requería de información y actualización de temas diversos tratados en dicha impreso, entre los que podían encontrarse nombres de ambos lados del océano. Luego un amplio grupo de educadores y educandos de letras sobre todo de universidades latinoamericanas y estadounidenses.

Para algunos lectores de *Repertorio Americano*, era manifiesto, y por diversas vías asociaban la revista con la figura del editor.

En ocasión de cumplirse los 25 años de la edición de *Repertorio Americano* varios lectores y amigos de García Monge hicieron llegar sus colaboraciones muchas de ellas escritas en poemas¹¹. Vemos uno de ellos, cuyo título es don Joaquín García Monge escrito por Reinaldo Soto Esquivel lo enviaba desde San Ramón, el cual en su segunda estrofa dice:

Repertorio Americano
En sus manos, don Joaquín,
es un anhelo sin fin
de todo lo noble y sano;
es justiciero y humano
clarín que pulsa un felibre, (sic)
con un diapasón que vibre

en notas de libertad,
y entrada la potestad
De nuestra América latina libre¹².

Estos versos aluden de manera general a uno de los temas más recurrentes de la revista como es el de la libertad, la justicia y lo humano.

Mientras Emma Gamboa opone al editor internacional un García Monge que muchos conocieron, el don Joaquín cercano de las y los costarricenses de aquellos años, es posiblemente una de las descripciones más bellas de García Monge hecha por una coetánea, merece ser citado íntegramente:

Don Joaquín
Hablemos de don Joaquín, el nuestro,
No el internacional de Repertorio
Sino el que conversa con nosotros.
El que viene los viernes en autobús a Heredia
El don Joaquín pausado, sobrio.
Con su corazón niño. Tiene aurora todavía
su tez, en la risa repentina,
y en la manera como cada libro vuelve a crearse a sus manos.
Aquí recogemos la miel de sus años,
El fruto maduro de su palabra.
Su verbo vestido de modestia
Se ha nutrido en Salmos de David
Y en cantos franciscano.
Verbo nacido en este paisaje de caminos y montañas.
El paisaje es su alma.
Por él vamos en ascenso lento hasta las cumbres cósmicas.
Pero hay tiempo para detenerse en cada recodo rumoroso
Por una hierba, un niño, un pájaro.
Recorremos los siglos
Y saltamos de Egipto a Castilla
Y de Andalucía a los Andes.
España esta en su sangre. América en sus ojos.
Y en la misma cédula de la sangre y el nervio
Trae el germen de Oriente, el lejano.
Le gusta andar acompañado,

A veces dice que viene con Martí, el Arcángel
O, según sus palabras, “con el santo patrón de América”.
Predica la pedagogía teresiana de Gabriela
y anhela un gran mito “mito de América germinativo.
Porque aquí nos falta una columna vertebral
Que nos mantenga erguidos a través de los tiempos
“lo triste en un país es su orfandad de santos,
De sabios, de mujeres estéticas”.
Escuchemos a este maestro del espíritu.
“ El que escucha, ausculta, busca el corazón.
El que sabe escuchar, sabe querer.
Es así que don Joaquín en nuestro¹³.

Este retrato en versos nos lleva por rasgos de la personalidad, el pensamiento, el magisterio, la bondad, la sencillez de aquel, al cual el poeta le llama don Joaquín, con voz cercana.

Pasemos ahora a un tema más delicado de la recepción como es de la lectura o en otras palabras ¿Qué vieron los lectores en *Repertorio Americano*?, la reflexión que proponemos esta determinada por el conjunto de testimonios localizados desde diferente distancias históricas los cuales juzgan el impreso, para el especialista Wolfgang Iser esto permite descubrir las normas de juicio del lector y se convierte en un punto clave para una historia social del gusto del público lector¹⁴.

En primer lugar, debemos aclarar que una revista como *Repertorio Americano* construye su propia orientación a partir de una declaratoria de contenidos que ofrece a sus múltiples lectores ficticios sin un referente necesariamente heurístico.

La propia longevidad de la revista 39 años nos lleva a admitir su aceptación, el solo hecho de haber sido tan perdurable hace que se produzca un dialogo largo con los lectores de épocas históricas. Hemos encontrado varios de esos momentos 1929, 1939, 1946 y 1953, los tres primeros corresponden a momentos celebratorios de la historia de *Repertorio Americano*, el primero corresponde al cumplirse 10 años, el segundo a los 20 años, el tercero a los 25 años y el último es un homenaje continental a García Monge realizado en el año de 1953. Los cuatro momentos están intercaladas con información adicional de momentos varios donde el lector se pronuncia sobre la revista.

Vemos algunas expresiones representativas de esa valoración:

Si en algo coinciden los lectores de *Repertorio* es señalarlo como fuente para la historia cultural latinoamericana. Augusto Arias lo precisaba: “y a ella ha de acudir cuando se trata no sólo de hallar los términos propios para una historia de la cultura de América contemporánea, sino cuando se quiera subrayar el conocimiento de las grandes figuras de nuestro continente”¹⁵

Otra coincidencia de los lectores es que la revista es un lugar identitario en tanto forma y afirma la conciencia americana. Espacio asimismo de tolerancia y respeto a las ideas de los demás¹⁶. Ejemplo de altivez, de lucha de dignidad intelectual¹⁷.

Una de las deudas de los pueblos de América al semanario, según Antonio Montalvo tiene que ver con el pensamiento americano que en él ha encontrado siempre seguro y franco asilo para sus rebeldías, se percibe un esfuerzo en nombre de la existencia y la libertad americana¹⁸. Por su parte, José Pijoán 1935 sostenía: “nadie a propuesto una mejora. Todos queremos que siga como es: un mosaico de pensamiento de la raza en lo que va produciendo, cada día, y sólo lo mejor.”¹⁹

Por esta vía podríamos llenar varias páginas con similares expresiones hasta concluir con el homenaje continental a García Monge efectuado 1953, por Jesús Silva Herzog en Cuadernos Americano donde más de 20 personalidades del mundo de la cultura se refirieron en términos laudatorios a la labor realizada por García Monge y su *Repertorio Americano*.

Las opiniones que encontramos en diversos lectores de variados momentos históricos en todo caso de su primer público esto es las reacciones de aquellos que leyeron el impreso durante los años de su impresión 1919-1958. Son bastante coincidentes a pesar de las distintas distancias históricas en las que se pronuncia, desde la década del veinte hasta la década de los cincuenta nos encontramos con una matriz bastante similar en cuanto a la valorización del impreso, puede que nos encontremos con matices, sin embargo, la lectura es bastante parecida en términos de la cuantía de la revista, el valor estético –social de ella a partir de las reacciones encontradas es en general muy homogénea.

NOTAS

- ¹ Fernando Herrera ha contribuido de manera significativa recogiendo los escritos del primer periodismo de García Monge. Véase. Joaquín García Monge : ensayos de juventud (compilador Fernando Herrera) ECR. San José , 2004.
- ² Juan Montovani, Repertorio Americano, 1946, 20 de enero, p 116
- ³ Aquiles Certad. Repertorio Americano, 20 de enero, p 156-58
- ⁴ William Berrien. Repertorio Americano. 1946, 20 de enero, p 165
- ⁵ Joaquín García Monge. Obras escogidas. EDUCA, 1974, p 101
- ⁶ Joaquín García Monge. Empresa Alsina, 1912, p, 41
- ⁷ Joaquín García Monge. Cartas selectas, ECR, 1983. p 69
- ⁸ García Monge. Repertorio Americano, 1924, 14 de enero, p 244
- ⁹ Joaquín García Monge. Repertorio Americano. 1920, 1 de marzo, p 215
- ¹⁰ Joaquín García Monge. Cartas Selectas ECR, 1983, 67
- ¹¹ Joaquín García Monge. Obras escogidas. EDUCA, 1974, p 137-139
- ¹² Juan Labarthe. Repertorio Americano, 1946, 20 de enero p 162
- ¹³ Joaquín García Monge. Cartas selectas. ECR, 1983. p 83
- ¹⁴ Ibid
- ¹⁵ Guillermo Guevara . Repertorio Americano. 1930, 17 de mayo, p 303
- ¹⁶ Mario Santa Cruz. Repertorio Americano, 1941, 15 de marzo, p 80
- ¹⁷ Repertorio Americano 1946 28 de diciembre, p 39
- ¹⁸ Joaquín García Monge. Repertorio Americano, 1936, 27 de abril, p 9
- ¹⁹ Alberto Garnier. Cartas Selectas. ECR, 1983, p 95-96
- ²⁰ Antonio Zelaya. Repertorio Americano 1946, 20 de enero p 1
- ²¹ Luís Cardoza y Aragón , Homenaje continental a García Monge MCJD, 1981, 53. Este homenaje fue realizado originalmente en 1953 por Jesús Silva Herzod en la revista Cuadernos Americanos.
- ²² Felix Lizaso . Repertorio Americano 1946, 20 de enero, p. 146
- ²³ Pedro Andino. Repertorio Americano, 1946, 20 de enero p 185
- ²⁴ Joaquín García Monge. “Carta Alusiva”. Repertorio Americano, 1937, 3 de abril, p 195
- ²⁵ Peter Burke enseña que para hablar de recepción hemos de considerar un interpretación del texto, que tome en cuenta el género literario al que pertenece el libro, la personalidad del autor y las circunstancias. Los avatares del cortesano. Gedisa 1998. Barcelona, p 36
- ²⁶ Humberto Tejera. Repertorio Americano. 1945, p 85-86
- ²⁷ Joaquín García Monge. cartas selectas. ECR, 1983, p 58
- ²⁸ De Gonzalo Dobles. Homenaje, de Mario Hernández. Canto al maestro García Monge, de Pedro Andino. Semblanza de un hombre, de Eduardo Jenkinns Dobles. Poema. De F. Ángel salas. Joaquín García Monge , de J. J. Salas Pérez. Esto Digo, Isaac Felipe Azofeifa . canto inaugural del hombre. Todos aparecieron en Repertorio Americano, 1946 , 20 de enero.
- ²⁹ Reinaldo Soto Esquivel . Repertorio americano, 1946, 20 de enero, p 189
- ³⁰ Emma Gamboa. Repertorio Americano. 1946, 20 de enero, p 153
- ³¹ Wolfgang Iser. “Consideraciones previas sobre una teoría del efecto estético”. En busca del texto. UNAM, México 1987, p 132
- ³² Augusto Arias. Repertorio Americano, 1940, p 87

- ³³ Véase Roberto Brenes Mesen . El Repertorio Americano. Repertorio Americano, 1927, 12 de febrero, p 93
- ³⁴ Antonio Montalvo. Repertorio Americano. 1931
- ³⁵ ibid
- ³⁶ José Pijoán . “pido la palabra...”, Repertorio Americano. 1935, 2 de mayo, p 135

BIBLIOGRAFÍA

Fuentes primarias.

Revista Repertorio Americano 1919-1958

Fuentes secundarias citadas

Peter Burke. *Los abatares de El cortesano*. Gedisa, Barcelona, 1998.

García Monge Joaquín. *Obras escogidas*. EDUCA, San José, 1974

— Cartas selectas. ECR. San José, 1983

Monografía. Empresa Alsina. San José. Imprenta Alsina, 1912

Varios. Homenaje continental a García Monge. MCJD, San José, 1981

Wolfgang Iser. “consideraciones previas sobre una teoría del efecto estético”
En busca del texto. UNAM, México, 1987

RESUMO

Na primeira década do século XX concebeu edição de Ariel e Convivio, que circulou amplamente no país e no exterior. Esta prática permitida-lhe estabelecer as bases para a edição e distribuição de material impresso em um campo além do pequeno intelectual e geografia física do país, não cumpre essas edições tinha cópias de média 1000, cuja frequência e volume foram bastante irregular. Ele decidiu padronizar e atualizar o modelo de Andrés Bello revista atualizando seu conteúdo.

Palavras-Chave: avatares, história, intelectuais.

ABSTRACT

In the first decade of the twentieth century conceived editing of Ariel and Convivio, which circulated widely in the country and abroad. This practice allowed him lay the groundwork for the Edition and distribution of printed matter in a field beyond the small intellectual and physical geography of the country, does not comply with these editions had on average 1000 copies, whose frequency and volume were quite irregular. He decided to standardize and update the model of Andrés Bello magazine updating their content.

Key-works: avatars, history.

Ódio ao longo da fronteira

R. S. Rose - Professor visitante no Núcleo de Estudos das Américas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO

Quando começou o ódio dos norte americano em relação aos mexicanos? As raízes da aversão às pessoas *South of Border* e atos dolosos contra eles podem, realmente, serem datados aos dias da Compra da Louisiana em 1803.¹ Do ponto de vista do governo americano, a aquisição foi um movimento para expandir seu território para a futura migração dos seus cidadãos. A América do Norte foi crescendo; e não importa que esta nova terra fosse habitada por nativos americanos, eles seriam removidos, ou mortos, para abrir caminho aos benefícios do que era essencialmente uma civilização branca, protestante e falante nativa do inglês. Assim ocorreu por duas décadas. Mas, no extremo sul da nova aquisição, não havia muito território separando Louisiana do Vice-Reino da Nova Espanha. Logo, do outro lado da fronteira, um pequeno número de imigrantes ianques começaram a entrar na terra mexicana chamada Texas.

Palavras Chave: Fronteiras, América, História

Quando começou o ódio dos norte americano em relação aos mexicanos? As raízes da aversão às pessoas *South of Border* e atos dolosos contra eles podem, realmente, serem datados aos dias da Compra da Louisiana em 1803.¹ Do ponto de vista do governo americano, a aquisição foi um movimento para expandir seu território para a futura migração dos seus cidadãos. A América do Norte foi crescendo; e não importa que esta nova terra fosse habitada por nativos americanos, eles seriam removidos, ou mortos, para abrir caminho aos benefícios do que era essencialmente uma civilização branca, protestante e falante nativa do inglês. Assim ocorreu por duas décadas. Mas, no extremo sul da nova aquisição, não havia muito território separando Louisiana do Vice-Reino da Nova Espanha. Logo, do outro lado da fronteira, um pequeno número de imigrantes ianques começaram a entrar na terra mexicana chamada Texas.

A independência mexicana da Espanha, em 1821, agravou a situação. O processo de rompimento com a coroa espanhola tinha deixado o México quase falido. Havia pouco dinheiro para ser gasto em

recursos militares e até menos para defender suas fronteiras. Para combater as hostis tribos indígenas na região do Texas, o governo incentivou os colonos, até mesmo os dos Estados Unidos, a formarem milícias para se protegerem. Tudo o que os norte-americanos precisavam fazer, era deixar os seus escravos no lado americano da fronteira, cumprir a lei mexicana e jurar seguir a fé Católica. Em pouco tempo, havia muitos mais ianques do que mexicanos vivendo no Texas, muitos dos quais ignoravam a lei ao trazerem seus escravos consigo, burlando cláusula religiosa.² Em 1834 a diferença era em números, 30.000 norte-americanos contra 7.800 mexicanos.³ Dois anos depois, foi declarado que o Texas tinha cerca de 5.000 escravos residentes no seu território.⁴

O Presidente do México, Antonio López de Santa Anna, tentou acalmar o fluxo dos *anglos* (ianques na gíria mexicana), proibindo-os de se estabelecerem no Texas, mas isso não funcionou. As coisas só se transformaram em revolta. Santa Anna, em seguida, enviou um exército para extinguir com os *texian* rebeldes, como eram chamados; e emitiu uma política de não os tomar prisioneiros, até mesmo enviando uma comunicação ao presidente dos EUA, Andrew Jackson, afirmando que os revoltados seriam tratados como piratas, e piratas estavam para serem executados imediatamente. Essa tática pungente de Santa Ana só serviu para colocar os norte-americanos contra os mexicanos mais do que nunca.⁵ Se Santa Ana perdeu a batalha final para o Texas, em 1836, isso pode ser visto como o ponto de mudança na invasão norte-americana em território mexicano.

Na verdade, a ética já estava em vigor, pois, em 1839, e novamente em 1845, o jornalista John L. O'Sullivan simplesmente a formalizou com sua chamada para os cristãos (excluindo os católicos) para exercerem ao seu Deus, que lhe deu providência a expandir as fronteiras do país ao Oceano Pacífico e além. Era o chamado de "Destino Manifesto". A missão dos Estados Unidos em meados do século era, assim, se espalhar por todo o continente para fornecer terra para a sua crescente população.⁶ O resultado foi um grande roubo de terras na América do Norte em nome da liberdade e da democracia, no qual os anglo-saxões foram a força motriz.

A liberdade e a democracia eram partes de um mito. Os termos não se aplicavam aos escravos, nem para os índios e, como veremos, não para os mexicanos também. Os negros nunca foram incluídos e, em alguns

bairros, ainda não estão realmente incluídos entre aqueles que apreciam os frutos da liberdade, tal como definido na América. Como para os índios, a animosidade contra eles culminaria em sua quase aniquilação. Em princípio, o melhor sintetiza isto foi dito por um herói americano da guerra civil, general Philip Sheridan em 1869, quando o mesmo murmurou a um assistente que, “só um índio morto é um índio bom”.⁷ O mesmo destino aguardava o mexicano. Ambos os grupos estavam na estrada, bloqueando o progresso. Ambos tinham de ser removidos ou eliminados, e a própria essência da civilização exigia.

Começando em 1845, as relações entre os EUA e México se tornaram tensas, quando o Texas declarou a sua independência e aumentou seu território de 150 km do Rio Nueces para o Rio Grande. Os Estados Unidos, em seguida, anexou o Texas; mas o México se recusou a reconhecer a fronteira nova ou a aquisição. De janeiro a abril de 1846, a situação entre o México e os Estados Unidos se tornaram mais instáveis, levando a um ataque mexicano em uma patrulha americana, em 25 de abril. Em 09 de maio de 1846, o presidente James K. Polk entregou uma mensagem de guerra ao Congresso, afirmando que “o México passou a fronteira dos Estados Unidos, invadiu nosso território, e derramou sangue americano sobre o solo americano”.⁸ Quatro dias depois, o Congresso declarou guerra contra o México, e por toda parte dos Estados Unidos houve grande apoio à ação. Assim começou a Guerra Mexicano-Americana, e o resultado do que houve na aquisição de terras que, hoje, compõem a maior parte do sudoeste americano.

Em 2 de fevereiro de 1848, o Tratado de Guadalupe Hidalgo foi assinado, pondo fim ao conflito. O México cedeu a Alta Califórnia, Arizona, Novo México, partes de Utah, Nevada e Colorado. O México renunciou todas as reivindicações ao Texas e o Rio Grande foi reconhecido como a fronteira sul com os Estados Unidos. Os Estados Unidos também pagaram ao México 15.000 mil dólares em consideração da extensão das fronteiras, e também concordou em compensar os cidadãos ianques por dívidas do governo mexicano. O Tratado de Guadalupe Hidalgo foi ratificado em 1848, e, nos termos dos nacionais mexicanos do acordo, foi dado o direito de permanecerem em suas casas e manterem a sua propriedade, ou o retorno ao México e terem todos os itens pessoais com eles sem a tributação. Numerosos proprietários de terras, no entanto, perderam suas casas porque não tinham títulos de propriedade legais. Inúmeras reclamações foram apresentadas ao longo dos últimos

150 anos, mas apenas um pequeno número ainda tem sido examinado. Em 2000, no Senado Bill 2022, foi introduzido no Congresso a reconhecer a perda de propriedade e as repercussões na comunidade mexicano-americano.⁹

Muitos são rápidos em apontarem que os hispânicos, no país, não são tão patrióticos ou cumpridores da lei, como o resto da corrente em voga dos ianques. É comum generalizar latinos como uma horda gigante de invasores determinados, degenerando o “estilo de vida norte americano”, ou o que quer que seja isto. Vários grupos de ódio, sob o disfarce de organizações patrióticas, só adicionam mais combustível para o ressentimento comum que os mexicanos sentem todos os dias. A maioria dos americanos não hispânicos não conseguem perceber que, nos anais da história, há muito em comum tanto a imigração para os Estados Unidos, como também a invasão de anglos para o território do Texas do México. A única diferença é, ao contrário dos imigrantes mexicanos hoje, que em sua maior parte, está tentando contribuir para a sociedade e assimilar, os imigrantes norte-americanos do século 19 tinha outros motivos por trás de sua corrida para o oeste.

Os invasores anglos do Texas não estavam procurando assimilar os imigrantes. Esses usurpadores estavam olhando para seguirem o seu próprio conjunto de regras e ignorarem os de seu hospedeiro. Este não é o típico “você quebrou as regras, porque você está invadindo”, esquema que se aplica a imigrantes ilegais nos Estados Unidos de hoje. Era muito mais sinistro: colonos anglos do Texas reivindicaram a lealdade à sua marca própria da lei. Fora da luta pelo Texas, uma nova raça de homem da lei nasceu, os *Texas Rangers* foram formados para executarem uma mistura única de serviço militar, a defesa da fronteira, e de aplicação da lei autonomamente.¹⁰ Para os cidadãos anglos do Texas, eles eram vistos como heróis, mas a *mexicana-texans*, conhecido como *tejanos*, foram considerados *Los diablos tejanos*, ou os diabos texans. Esse apelido foi devido ao fato de que o *Texas Rangers* foi exercido com mão pesada da justiça, ajudando a desalojar tejanos de sua própria terra. Hoje, isto pode ser visto melhor no refrão ainda ouvido: “Todo *Texas Ranger* tem sangue mexicano nas pontas de suas botas!”¹¹

O linchamento dos mexicanos e pessoas de ascendência mexicana tornou-se uma ocorrência comum após o Tratado de Guadalupe Hidalgo e pode ser visto como uma manifestação dos anglo-americanos, ódio que tiveram e têm para com um povo considerado um entrave. Entre 1848 e 1928, casos frequentes de violência da multidão contra os

mexicanos ocorreu, incluindo 597 linchamentos, muitas vezes por uma multidão de brancos.¹² Apesar dos atos de violência anti-mexicanos, eles são habitualmente ignorados pelos acadêmicos - há alguns estudiosos da fronteira dos dois países que tiveram como foco a sua escrita sobre o movimento anti-mexicano e violência da multidão por alguns anos.¹³

A definição de linchamento mudou drasticamente ao longo do tempo, tornando quase impossível obter um número exato das vítimas da violência das multidões. Linchamento é descrito como um ato punitivo de assassinato, o que se alega ter sido realizado como uma forma de servir aos interesses da tradição de justiça, ou para o bem da comunidade.¹⁴ Os membros das camadas mais baixas da sociedade que cometem tais atos de violência são motivados por um ódio imenso, combinado com a necessidade de ver os outros sofrerem que consideram inferiores. Não há justiça no enforcamento ou matar alguém, então celebrando sua morte como uma espécie de tradição doente. Uma comunidade justa não assassina pessoas inocentes pertencentes a grupos minoritários, ou mesmo a maioria. Atos cruéis como esses só fazem uma comunidade ter um lugar mais detestável e mais perigoso para se viver. Mesmo se a pessoa comete crimes graves, não justifica rufiões nas ruas a tomar justiça em suas próprias mãos. Tal não é um ato de equidade, mas um ato de vingança e animosidade. Mesmo se esses tipos de incidentes não ocorrem mais em nossa sociedade, o fato deles terem ocorrido deixa uma mancha terrível de agonia em nossa história.

Então, há a questão do porquê o enforcamento ilegal de pessoas de origem mexicana foi dada tão pouca atenção. A maioria dos trabalhos sobre o assunto foi escrita sobre africano-americanos. Nos Estados Unidos, esse grupo minoritário, claro, também sofreu o impacto do racismo e da injustiça. Embora exista uma vasta documentação sobre a violência da multidão em relação à rejeição ao mexicano, muitos historiadores de linchamentos continuam a ignorar a repressão horrível da língua espanhola nos Estados Unidos.¹⁵ O subestimar massivo do número total de vítimas de linchamento do México é um grande obstáculo para a compreensão da gravidade do problema. É como se aqueles que registram os eventos estavam tentando cobrir alguma coisa. Os únicos números em que nós podemos confiar são os casos que, de alguma forma, fizeram para os meios de comunicação. Esses dados nos permitem fazer algumas comparações entre os grupos, especificamente entre as vítimas negras e mexicanas.

Os africano-americanos sofreram de todos os tipos de violência, em maior número e por longos períodos de vezes que os mexicanos, mas a pesquisa revelou, contudo, que o perigo de linchamento para uma pessoa de origem mexicana, ou parentesco, nos Estados Unidos, em meados do século 19, foi quase tão grande e, em alguns casos, até mesmo maior do que para um indivíduo negro e residente na América do Sul neste período.¹⁶ Durante esse tempo, os mexicanos tinham uma população muito menor do que os africano-americanos. No entanto, os números menores não reduziram suas chances de serem enforcados em número igual, ou até maior, do que aqueles que eram ou tinham sido escravizados. Entre 1848 e 1879, multidões linchando mexicanos e indivíduos de parentesco mexicano a uma taxa de 473 por 100.000 membros de população.¹⁷ Ao comparar este número com o dos afro-americanos, vítimas enforcadas por multidões em Estados onde isto é mais frequente, a diferença é impressionante. A maior taxa de linchamento para os afro-americanos foi no estado de Mississippi, com 52,8 vítimas por 100.000 membros da população negra.¹⁸

O enforcamento de residentes mexicanos nas novas terras deu aos anglos mais controle do oeste americano. A violência que foi utilizada contra os mexicanos ampliou seu deslocamento de sua terra, negou-lhes o acesso aos recursos naturais e produziu a cassação política, além dependência econômica, sob uma ordem capitalista e anglo-controlada. Os linchamentos eram apenas outras maneiras de exterminar os mexicanos, bem como uma maneira de assustar todos os hispânicos que vivem nos Estados Unidos. O efeito foi duplo. O enforcamento é importante para entender a experiência dos afro-americanos, e deve ser tão importante para a história do passado mexicano-americano, onde os mexicanos foram igualmente ou ainda mais vitimizados. Pode-se acrescentar que, embora os afro-americanos tenham sido injustiçados por períodos muito mais longos, os mexicanos eram maltratados por um curto período de tempo, mas em números mais substanciais. O linchamento é, portanto, uma parte crítica na história da expansão e conquista pelos anglos-ocidentais.¹⁹ Foi mais uma tática permitida por um povo muitas vezes ignorante, sem poder e bárbaro, obcecados com a conquista do novo território.

Sempre houve um preconceito e uma atitude racista com os latino-americanos que se arriscam e se sacrificam para atravessar a fronteira para os Estados Unidos à procura de oportunidades para melhorar a

vida de suas famílias. Ao mesmo tempo, os americanos ilegais latinos foram realmente recebidos de braços abertos por empresários norte-americanos. Isto é, eles foram recebidos pelos norte-americanos que procuram tirar partido de imigrantes ilegais. Os imigrantes ilegais estavam dispostos a trabalharem por salários abaixo do mínimo por hora. Com trabalhos longos, labutavam em condições imundas e inseguras; e, o melhor de tudo, o empregador não tinha que pagar por benefícios tais como impostos, seguros de saúde, planos de aposentadoria, férias e dias de doença.

Os imigrantes não documentados que tomavam esses empregos eram felizes apenas por encontrarem trabalho, e o salário que eles estavam fazendo era muito mais dinheiro do que poderia ser feito no México. Às vezes a quantidade de dinheiro era mais do que uma pessoa poderia fazer em um mês no México. A maioria não estava muito preocupada com esses cidadãos mexicanos que atravessam a fronteira porque os empregos que estavam a ocupar eram posições que a maioria dos americanos não queria, devido ao estatuto dos postos de trabalho e / ou os baixos salários que se paga. Mas, hoje, com a economia em má forma, acoplada a uma elevada taxa de desemprego, um número considerável de norte-americanos está à procura de alguém para culpar.

Há muito ressentimento nos estados norte-americanos na fronteira - Califórnia, Arizona, Novo México e Texas - em relação aos imigrantes ilegais do México. Também chamados de “trabalhadores sem documentos”, são ilegais e culpados pela perda de empregos, taxas de seguro alto e altos índices de criminalidade. Eles também são acusados por pessoas como o ridículo sherrif de Tucson, Arizona, *Joe Arpaio*, de serem uma drenagem do sistema de serviço social. Os imigrantes ilegais são referidos como um povo preguiçoso e mentiroso que vão aos EUA para terem filhos e viverem no bem-estar.

Esses estereótipos são mitos. A maioria dos latino-americanos que entram nesse país ilegalmente vem tentar uma vida melhor. Grande parte são pessoas que trabalham duro, e só vão à procura de assistência pública como um último recurso. A maioria desses imigrantes não vão procurar os serviços sociais por medo de serem descobertos e, sendo assim, deportados.²⁰

Por outro lado, os criminosos latino-americanos são, muitas vezes, os cidadãos norte-americanos. Esses infratores quase sempre vêm de bons pais que migraram para os Estados Unidos para darem a seus filhos

uma vida melhor. A razão pela qual seus filhos se voltam para o crime é o mesmo motivo os filhos de outros pais, pais norte-americanos se voltam para o crime. Um dos grupos responsáveis por instigar o ódio contra os imigrantes ilegais da América Latina são os *Minutemen* (um grupo tipo vigilante). Em 01 de outubro de 2004 Jim Gilchrist, um veterano dos Estados Unidos Marines Corps, começou a recrutar colegas americanos para participar de sua campanha ao longo da fronteira EUA-México para combater o fluxo de imigração ilegal. Gilchrist declara que o objetivo principal do Projeto *Minutemen* é “trazer a consciência nacional para a invasão ilegal de estrangeiros nos Estados Unidos”.²¹ Gilchrist e muitos outros cidadãos norte-americanos estavam fartos do Estado, Federal, e do fracasso do governo local para fazer cumprir as leis de imigração existentes. Devido a mal aplicada e pouco vigiada fronteira EUA-México, a área tornou-se um deserto sem lei e um convite aberto para estrangeiros ilegais - fugitivos, terroristas e membros de cartéis criminosos - entrarem nos Estados Unidos.²²

A missão do Projeto *Minutemen* parece ser o maior interesse dos cidadãos dos Estados Unidos. No entanto, existem muitos críticos que questionam os motivos desse grupo, e alguns são da opinião de que eles são motivados por uma agenda racista contra os latino-americanos.

Recentemente, um debate entre os *Minutemen* e a Coligação dos Direitos da Imigração de Illinois foi cancelado em Chicago, pouco antes de seu início, devido aos manifestantes não estarem felizes com a presença dos *Minutemen*. Antes do evento começar, os apoiadores de direitos de imigração se reuniram fora da igreja dizendo que a postura *Minutemen* sobre a imigração ilegal é racista. Um manifestante afirmou que convidar os *Minutemen* na comunidade é como convidar o *Klu Klux Klan* em uma grande parte da comunidade negra.²³ A comparação com a KKK não pode ser uma comparação exagerada. Desde que o debate sobre a imigração se aqueceu nos últimos anos, os ataques raciais contra latino-americanos nos EUA também aumentaram.

Há exemplos abundantes. Na noite de 8 de novembro de 2008, sete adolescentes se encontraram em um parque em Suffolk County, Nova Iorque, para beberem cerveja e planejarem o próximo ataque, como parte de um passa tempo denominado *Beaner-hopping*. Isto é um jogo que os adolescentes fazem, selecionando aleatoriamente imigrantes latinos para o assédio e agressão física brutal. Cinco dias antes, três, dos sete adolescentes, saíram a caça e bateram em um homem latino, deixando-

o inconsciente. Um dos adolescentes declarou à polícia: "Eu não saio e faço isso muitas vezes, talvez uma vez por semana".²⁴

Dois dos adolescentes começaram, no período da manhã, dando um tiro no imigrante Latino Marlon Garcia com uma arma de chumbinho. Mais tarde, eles se depararam com Hector Serra. Enquanto Serra estava andando, vários adolescentes saltaram nele e começaram a socá-lo no rosto. Serra foi capaz de fugir de seus agressores.²⁵ Mais tarde, os mesmos sete adolescentes começaram a insultar os imigrantes equatorianos Marcelo Lucero e Loja Anjo com insultos raciais. Loja conseguiu fugir, mas Lucero não; tirou o cinto e começou a balançar para se defender, atingindo um dos adolescentes na cabeça. Enfurecido pelo golpe, Jeffery Conroy, de 17 anos - um craque de futebol norte-americano do colegial e de lacrosse²⁶ - alegadamente puxou uma faca e esfaqueou Lucero no peito, matando-o.²⁷ Esta violência racial foi à mídia nacional e ocorreu há quatro meses depois da matança altamente divulgada de um imigrante mexicano em Shenandoah, Pensilvânia, um caso em que Luis Ramirez foi espancado até a morte por jogadores de futebol americano ginásial, todos bêbados.

Atacando imigrantes em Suffolk County - desde a fundação da *Sachem Quality of Life* (Sachem Qualidade de Vida), SQL - um grupo xenófobo, cujas táticas militantes eram extremistas, inspirou o *Minutemen* e SOS, *Save Our State* (Salvar Nosso Estado). SQL e SOS foram formadas devido ao grande fluxo de imigrantes latinos em meados da década de 1990. A SQL começou uma campanha para se livrar dos imigrantes latinos a partir abuso verbal e humilhação dos trabalhadores diaristas hispânicos, enquanto estavam à espera para serem escolhidos a trabalhar. Eles ficavam em diferentes locais de coleta. A SQL também disseminou a propaganda anti-imigrante com dados falsos, culpando os imigrantes latinos pelo aumento inexistente da agressão sexual, roubo, homicídio e outros crimes graves na região.²⁸ Como a influência deste grupo cresceu, aumentaram também as tensões raciais com casos de humilhação verbal e violência contra os latinos. Grupos como a SQL e os *Minutemen* manipularam o público a acreditar que os imigrantes latinos entram ilegalmente no país e são os culpados pela maioria dos problemas da sociedade - como o crime, a perda de postos de trabalho, custos de seguro e a decadência geral da sociedade. É mais um cenário de *round up the usual suspects* ("prenda os suspeitos de sempre").²⁹ A SOS reduziu e centralizou-se na Califórnia, mas com o mesmo rancor dos dois outros grupos.

O ódio dirigido aos imigrantes latinos é legitimado quando influentes figuras públicas e políticos como Arnold Schwarzenegger, quando era governador da Califórnia, louvam os esforços de grupos como o *Minutemen Project*. Em abril de 2005, durante uma entrevista de rádio, o governador Schwarzenegger elogiou o *Minutemen*, afirmando: “Acho que eles têm feito um trabalho fantástico. Eles cortaram a travessia de imigrantes ilegais numa porcentagem enorme. Então, isso só mostra que ele funciona quando você vai fazer um esforço e quando você trabalha duro”.

Nativo Lopez, o líder da Associação Política Mexicano-Americano, chamou o comentário do governador de vergonhoso e nada menos do que puro racismo. Schwarzenegger também comentou sobre a prática de colocar água em locais específicos - conhecidos por serem freqüentados por imigrantes ilegais que atravessam o deserto para entrarem nos EUA. Para ele, isto seria um mau sinal. O ex-governador afirmou que “todo o sistema está configurado para realmente convidar pessoas para virem aqui ilegalmente, e isto precisa parar.”³⁰

Com figuras públicas, como Schwarzenegger, elogiando grupos como os *Minutemen Project*, as tensões raciais continuarão a crescer contra a comunidade imigrante latina. Os *Minutemen* continuarão a receberem o apoio dos cidadãos e figuras públicas até que o governo americano possa chegar a uma solução que faça com que ambos os lados sejam felizes em relação ao problema da imigração ilegal ao longo da fronteira mexicano-americana. Isto é para dizer, nunca.

Por muitos anos, funcionários do governo e grupos privados de cunho humanitário têm fornecido os tanques de água para os imigrantes ilegais perdidos - e andando sem destino - nos desertos mortais. Isso foi feito por nenhuma outra razão a não ser para ajudar a salvar as vidas. No entanto, tem havido muitos indivíduos e organizações, tais como os *Minutemen*, infames pela sua crueldade por esvaziarem os reservatórios de água e pelo seu compromisso com outros atos de desumanidade. Como exemplo, uma tática deles tem sido o de colocar animais e insetos na água, tais como aranhas, escorpiões, cobras e até mesmo urina. Esses americanos, que se dizem patriotas, propositadamente fazem isso e, em seguida, heroicamente chegam a uma estação de água, prendem os imigrantes ilegais que se reuniram ali e os entregam às autoridades para deportá-los de volta aos seus países de origem. Esta é a realidade da vida no deserto.

Às vezes os americanos reivindicam que esses estrangeiros que entram no país são uma ameaça à segurança do trabalho, usam os benefícios e, também, não pagam impostos. Embora isso não seja uma verdade da maioria dos imigrantes ilegais, pois eles evitam chamar a atenção sobre si mesmo. Quando eles trabalham contribuem para a economia, pagando os impostos que são descontados fora de seu cheque de pagamento - se realmente receberam o pagamento em cheque. Por causa das duras condições de trabalho que são expostos, eles muitas vezes ficam sem tratamento médico quando precisam, por não terem identidade válida e nem plano de saúde. Os imigrantes ilegais vivem uma vida de prisão em solo americano. A cada dia existe a chance de serem maltratados, feridos ou mesmo mortos por anglos irritados. Isto está longe de ser o tratamento recebido pelos nossos vizinhos canadenses, que vivem ilegalmente nos EUA. Ou seja, pessoas que falam inglês. Mas, para os mexicanos, a sua vida nos Estados Unidos não é fácil. Na verdade, desde Guadalupe Hidalgo, isto foi um empreendimento arriscado e muito perigoso, pois sempre houve muitos vigilantes morais tentando pegá-los. Será que vai demorar até ocorrer um *Wounded Knee* hispânico para acordar o público americano?

O *New York Times* diz que “a lei de imigração é complexa, e a privação da liberdade é bastante similar às situações, em outros ambientes, que necessitam de um defensor público nomeado pelo tribunal para os indigentes. Mas 70 por cento dos não cidadãos são deportados sem um advogado”.³¹ Na mesma reportagem do *New York Times* é afirmado que essas pessoas, nem sequer, têm a chance de se defenderem; que normalmente são deixados sem serem ouvidos e retornam de volta ao México. Ou seja, um tratamento para pessoas que falam espanhol.

Se eles não são detidos no porto de entrada, se esforçam para sobreviverem no calor perigoso do deserto meridional, onde os patriotas criaram um jogo similar a uma ratoeira. Crueldade e ódio são as duas principais palavras usadas para descreverem a receita dada pelos anglos, ao longo da fronteira entre os Estados Unidos e México. Para muitos, os mexicanos sempre foram vistos como pragas ou insetos indesejáveis, enquanto os americanos pulverizam seu inseticida diariamente e venenos para matá-los, mantendo-os longe de seu território—um território que eles roubaram do México. Agora, eles querem que essa gente saia do “seu país” através de uma lei de estrangeiros, que está a um passo de exigir tudo de pessoas consideradas “legais” a usarem algum tipo de

identificação para que todos vejam. Alguém se lembra da Estrela de David, exigida pelos nazistas? Não está longe de ouvir um anglo sugerindo “a resposta definitiva para a questão mexicana”.

NOTAS

1. Michael Burgan, *The Louisiana Purchase*, (Minneapolis: Compass Point, 2002), p. 7.
2. Martha Menchaca, *Recovering History, Constructing Race: The Indian, Black, and White Roots of Mexican Americans*, (Austin: University of Texas Press, 2001), pp. 161-64.
3. *Ibid.*, pp. 172, 201.
4. Alwyn Barr, *Black Texans: A History of African Americans in Texas, 1528-1995*, 2nd ed., (Norman: University of Oklahoma Press), p. 17.
5. Robert Scott, *After the Alamo*, (Plano, TX: Republic of Texas Press, 2000), p. 74.
6. [John L. O'Sullivan], “The Great Nation of Futurity”, *The United States Democratic Review*, vol. VI, no. 23, p. 427.
7. See: Wolfgang Mieder, “The Only Good Indian Is a Dead Indian, History and Meaning of a Proverbial Stereotype”, *Journal of American Folklore*, vol. CVI, no. 419, pp. 38-60.
8. Steven R. Butler, ed. *A Documentary History of the Mexican War* (Richardson, TX: Descendants of Mexican War Veterans, 1995), p. 69.
9. Jon Michael Haynes, “The Forgotten Promises of the Treaty of Guadalupe Hidalgo”, [<http://academic.udayton.edu/race/02rights/guadalu7.html>], acessada 24 de janeiro de 2010.
10. Thomas W. Knowles, *They Rode for the Lone Star State: the Saga of the Texas Ranger*, (Dallas: Taylor, 1999) p. xvii.
11. *Ibid.*; e Randy Roberts e James S. Olsen, *A Line in the Sand: the Alamo in Blood and Memory*, (Nova Iorque: The Free Press, 2001), p. 216.
12. William D. Carrigan e Clive Webb, “The Lynching of Persons of Mexican Origin or Descent in the United States, 1848-1928”, *Journal of Social History*, vol. XXXVII, no. 2, Inverno 2003, pp. 411-439.
13. *Ibid.*, p.412.
14. *Ibid.*, p.413.
15. *Ibid.*, p. 412.
16. *Ibid.*, p. 414.
17. *Ibid.*
18. *Ibid.*
19. *Ibid.*
20. Chris Scheffler, “Race, Racism and the Law: Racist Myths about Mexican Immigrants”, [<http://academic.udayton.edu/race/02rights/guadalu4.html>], acessada 25 de novembro de 2009.
21. Jim Gilchrist, “The Minuteman Project”, [http://www.minutemanproject.com/organization/about_us.asp], acessada 8 de dezembro de 2009.
22. *Ibid.*
23. Karen Jordan, “Chaos Ends Immigration Debate before It Starts”, *Chicago Tribune*, 5 de maio de 2006, sec D, p. 1.
24. Mark Potok, Southern Poverty Law Center, “Climate of Fear”, [<http://www.spicenter.org/news/item.jsp?aid=395>], acessada 3 de fevereiro de 2010.

25. *Ibid.*, p. 2.
26. Lacrosse é um esporte popularizado pela primeira vez por os índios norte-americanos. É jogado com uma pequena bola de borracha e um pedaço de pau de cabo longo.
27. Potok, *loc. cit.*
28. *Ibid.*, p. 3.
29. O comentário veio do filme, *Casablanca* (1942), dirigido por Michael Curtiz. A frase significa usar bodes expiatórios para desviar a atenção dos autores reais de algum evento.
30. Peter Nicholas e Robert Salladay, "Gov. Praises 'Minuteman' Campaign", *Los Angeles Times*, 29 de abril de 2005, Sec. Metro, Part B.
31. "Two Groups Find Faults in Immigrant Detentions", *New York Times*, 3 de dezembro de 2009, p. A25.

ABSTRACT

When you started the hatred of North American in relation to Mexicans? The roots of aversion to people South of the Border and malicious acts against them can really be dated to the days of the Louisiana purchase in 1803.¹ Of American Government's point of view, the acquisition was a move to expand its territory to the future migration of its citizens. North America was growing; and no matter that this new land was inhabited by native Americans, they would be removed, or dead, to pave the way to the benefits of what was essentially a white civilization, Protestant and native speaker of English. Thus occurred for two decades. But, at the southern end of the new acquisition, there wasn't much territory separating Louisiana of the Viceroyalty of New Spain. Soon, the other side of the border, a small number of immigrants yanks began to enter on Earth call Mexican Texas.

Keywords: Borders, America, History.

RESUMEN

¿ Cuando se inició el odio de América del Norte en relación con los mexicanos? Las raíces de la aversión a las personas al sur de la frontera y actos dolosos contra ellos realmente pueden datarse a los días de la compra de Luisiana en 1803.¹ punto de vista del Gobierno American de, la adquisición fue un intento de expandir su territorio a la migración futura de sus ciudadanos. América del Norte fue creciendo; y no importa que esta nueva tierra estaba habitada por los nativos americanos, se eliminarían, o muerto, para allanar el camino a los beneficios de lo que era esencialmente una civilización blanca, protestante y nativo hablante de inglés. Así ocurrió durante dos décadas. Pero, en el extremo sur de la nueva adquisición, no había mucho territorio que separa Louisiana del Virreinato de Nueva España. Pronto, el otro lado de la frontera, un pequeño número de inmigrantes yanks comenzaron a entrar en la tierra llamada mexicano de Texas.

Palabras clave: fronteras, América, historia.



AS CIDADES - O ESTADO BRASILEIRO E A DISCIPLINA DO MENOR (1889-1927)

Sebastião Pimentel Franco¹ (UFES), Vera Monteiro Larica Cabral² (UFES/TJ-ES)

RESUMO:

A industrialização, o inchaço das cidades, as condições miseráveis de vida da população brasileira, do final do século XIX e início do século XX, ocasionou o surgimento de abandonados na rua, que sobreviviam por conta própria. O Estado começa a ser preocupar com esse contingente e a buscar solucionar a problemática dos menores, adotando uma série de medidas com objetivo de discipliná-los. Para combater as ações dos menores que viviam nas ruas, o que aumentava o índice de criminalidade infantil e juvenil, o Estado utilizando-se da noção de defesa social, executa ações repressivas e cria instituições de correção com objetivo de moldar o comportamento e formar trabalhadores disciplinados para o mercado livre que se constituía nas primeiras décadas da República.

Palavras-Chave: Menoridade; Primeira República; criminalidade infantil

INTRODUÇÃO

O cruzamento de olhares dos historiadores brasileiros sobre a infância é algo recente. Não obstante, um significativo número de pesquisadores, vem ultimamente se debruçando sobre essa temática, com objetivo de dar voz, buscando extrair esse segmento do anonimato e do silêncio, pois, como diz Mary Del Priore, as crianças são também sujeitos históricos (PRIORE, 2000).

No Brasil, o estabelecimento de uma estrutura agrária, latifundiária e escravocrata fortaleceu o regime paternalista. A família possuía um chefe do clã ou do grupo de parentes. Cabendo a este, cuidar dos negócios, preservar a linhagem e a honra da família. Tinha e exercia a autoridade sobre todas as que estivessem sob seu raio de influência (mulheres, filhos, dependentes). Sua autoridade era incontestável sobre todos, segundo Sodré “*competem-lhe em todos os assuntos o voto decisivo*” (1944, p. 103). De forma geral é possível afirmar-se que as crianças no Brasil colonial viviam cercadas pela opressão patriarcal “*sob uma atmosfera de respeito, obediência e desprezo*” (LOPES, 1998, o. 37). O índice de mortalidade era muito alto, o esperado é que a criança não vingasse, isso talvez

explicasse o porquê a perda constante da prole não impressionasse a população da época.

Desde pequenos quer fossem escravos ou livres, as crianças eram inseridas no mundo do trabalho adulto desde muito cedo, sendo importante para o desempenho econômico do lar, eram em verdade um “adulto em miniatura”. No século XIX, os avanços da medicina e as mudanças nos hábitos burgueses acabavam transformando a criança no centro das atenções, transformando-as em “príncipes” da casa. Não obstante, foram utilizadas nas atividades industriais, “*desempenhando importantes papéis em estabelecimentos têxteis e pequenas oficinas*” (LOPES, 1998, p. 39), obviamente isso ocorria em relação à população de menor poder aquisitivo. A industrialização, o inchaço das cidades, as condições miseráveis de vida da população brasileira, do final do século XIX e início do século XX ocasionou o surgimento dos abandonados na rua, que sobreviviam por conta própria, assim o Estado começa a se preocupar com esse contingente e a buscar solucionar a problemática dos menores, adotando uma série de medidas com objetivo de discipliná-los.

O ESTADO E A PREOCUPAÇÃO COM O MENOR

Entre 1889, quando se deu a Proclamação da República e 1927 concentraram-se as relações entre o Estado e a sociedade para disciplinar o menor, sendo criadas instituições para atendimento deste, verificando-se que esse fato se deu em consonância com a política de controle social implementada em fins do século XIX e início do século XX, resultante das mudanças na concepção do papel do Estado em relação às questões sociais.

A criança fora da família, abandonada ou na rua, ganhou, no fim do século XIX e início do século XX, um grande destaque na sociedade brasileira. É evidente que ela já existia, mas o vigor da urbanização e do capitalismo industrial jogou sobre ela um olhar de preocupação. Na passagem do século, a preocupação com a infância vai tomando outro rumo, firmando-se a convicção da necessidade de “salvar o menor”. Em nome de uma suposta ameaça a sociedade, dado o aumento da criminalidade infantil e juvenil, utilizou-se a noção de defesa social para justificar repressivas e a criação de instituições que tiveram como objetivo principal moldar comportamentos e formar trabalhadores disciplinados para o mercado de trabalho livre que se constituía nas primeiras décadas da República.

Escolhemos esse período para discutir sobre as ações do Estado em favor do menor, pois foi a partir do fim do século XIX e começo do século XX que a palavra menor apareceu freqüentemente no vocabulário jurídico brasileiro. Ela era utilizada nos pareceres dos juristas, nos relatórios dos chefes de polícia, nos projetos apresentados aos corpos colegiados dos Estados.

O ESTADO E SUA PREOCUPAÇÃO COM A CRIANÇA

No tocante a ação do Estado, de um modo geral, a legislação relativa à infância nas primeiras décadas do Brasil Império referia-se a uma preocupação com o recolhimento de crianças órfãs e expostas. A responsabilidade de zelar pelos expostos era da Igreja, que contava com subsídios do Estado para executar medidas de cunho essencialmente assistencial. O trabalho era feito especialmente nas Santas Casas de Misericórdia, cuja origem remonta ao século XVI e que consagraram a conhecida “Roda dos Expostos”³

No início do século XIX, o abandono das crianças nas rodas dos expostos, era fato que revelava as dificuldades de muitas famílias para garantir a sobrevivência de seus filhos. Viam na misericórdia cristã, materializada nas Santas Casas uma possibilidade de sobrevivência e esperavam que a sorte trouxesse soluções para um futuro menos desesperador. A condição de desamparo material e moral diferenciava, e fazia das crianças que viviam em ditas circunstâncias, pessoas que deviam ser tratadas e protegidas pelo Estado. A atuação deste foi sendo definida no marco da sua própria reformulação como Estado que se estenderá por toda a Primeira República.

Uma história de internações para crianças e jovens provenientes das classes sociais mais baixas, caracterizadas como abandonadas e delinquentes pelo saber filantrópico privado e governamental elaborado, entre outros, por médicos, juizes, promotores, advogados, psicólogos, padres, pastores, assistentes sociais, sociólogos e economistas, - deve ser anotada como parte da história da caridade com os pobres e a intenção de integrá-los a vida normalizada. Mas também deve ser registrada como componente da história contemporânea da crueldade.

No Brasil, com a proclamação da República, ocorreu uma série de alterações na administração e na composição da justiça, entre elas o esvaziamento do juízo dos órfãos, repartindo-se suas funções entre os juizes singulares. Crianças e jovens passaram por situações de crueldades

inimagináveis que decorriam do próprio núcleo familiar, nas escolas, nas fábricas e escritórios, nos confrontos entre gangues, nos internatos ou nas ruas entre traficantes e policiais. As dificuldades de sobrevivência levaram os pais a abandonarem cada vez mais os filhos.

Já no Código Penal de 1890 percebe-se que não ocorreu uma significativa contribuição na melhoria da situação do menor, no que diz respeito a sua responsabilidade penal. Estabeleceu-se em 9 anos o limite máximo da imputabilidade do agente do crime. O menor de 14 anos só devia ser punido quando obrava com discernimento, o que deveria ser perguntado pelo juiz ao júri: o réu obrou com discernimento? Devendo os maiores de 9 anos e menores de 14 anos ficarem submetidos a um regime educativo e disciplinar.

Em sua reflexão dizia Tobias Barreto (1923, p.78), que com fé na relação direta entre conhecimento e responsabilidade; a instrução passou a ser usada como critério que define a responsabilidade penal. Para o jurista, o problema no Brasil não é, pois, a idade, mas falta de instrução, fato que no seu entender deveria estender a menoridade penal até os 18 anos, pelas condições deste “país sem gente”. O menor surge na obra de Barreto definido por sua consciência do bem e do mal, esta, por sua vez, determinada pela instrução.

A problemática do menor no Brasil até o final do século XIX era tratada como caso de polícia e não como caso de política. Foi no início do século XX que o Estado começou a trazer para si a responsabilidade de cuidar dos menores. Assim, a questão da criança abandonada, vadia e infratora, pelo menor no plano da lei, deixou de ser uma questão de polícia e passou a ser uma questão de assistência e proteção, garantida pelo Estado através de instituições e patronatos. Edson Passeti (2000), no que diz respeito à exploração do trabalho de crianças em máquinas em movimento e na faxina, nos setores industriais, comerciais e de transportes em São Paulo observava:

Com a greve de 1917, as autoridades governamentais são despertadas para a situação social dos operários e de suas famílias e tanto a plataforma de Rui Barbosa a presidência, em 1919, quanto à de Washington Luis candidatando-se ao governo de São Paulo, em 1920, passaram a tratar o problema não mais como caso de polícia, mas como questão social. (2000. p.352).

Mesmo trazendo para si essa responsabilidade, o Estado brasileiro não tinha uma política efetiva para cuidar do menor abandonado. Existia muito mais a preocupação do que eles poderiam causar a sociedade, em detrimento de políticas voltadas para agir na origem do problema. Este comportamento do Estado é facilmente percebido quando se analisa a preocupação que os governantes manifestavam em relação ao problema dentro do contexto social, só que, efetivamente as ações propostas por eles restringiam-se a cuidados pontuais. “Os anos 20 são de aplacação das iniciativas autônomas e de preparação para a grande conformação das massas como rebanhos nos anos 30” (Passeti, 2000, p.355).

Fechando-se os primeiros trinta anos da República, os governos, com a pretensão de domesticar as individualidades e garantir com isso os preceitos de uma prevenção geral, passaram a investir em educação, sob o controle do Estado, para criar cidadãos. Para tal, a escola e internato passam a ser fundamental.

Essa tomada de consciência do papel inerente ao Estado não era contextualizado no âmbito de uma política de Estado, já que as preocupações limitavam-se tão somente em ações individuais representadas por atos, leis, decretos, que não eram articuladas entre si. Como bem apontou Passeti:

Sobreviver, entretanto, continuou sendo tarefa difícil para maioria da população tanto no Império como na República. Mudanças sucessivas nos métodos de internato para crianças e jovens, deslocando-se dos orfanatos e internatos privados para a tutela do Estado, e depois retornando a particulares, praticamente deixaram inalteradas as condições de reprodução do abandono e da infração. Foi o tempo das filantropias e políticas sociais que valorizou, preferencialmente, a internação sem encontrar as soluções efetivas. (2000. P.348)

Vejamos agora como o Estado e a sociedade viam a condição do menor desde o final do século XIX até o início do século XX, especificamente até a constituição do Código de Menores de 1927.

A CONDIÇÃO DO MENOR: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

A história sobre a criança no Brasil mostra-nos uma grande distância entre o mundo infantil descrito pelas organizações internacionais, pelas não-governamentais ou pelas autoridades, e aquele no qual está inserido. O mundo que a criança vive é diverso do mundo no qual a “criança deveria ser” ou “ter”. O primeiro é feito de expressões como “a criança precisa”, “ela deve”, “seria oportuno que”. O segundo, as crianças são orientadas para o trabalho, o ensino, o adestramento físico e moral, sobrando-lhes pouco tempo para a imagem que normalmente se lhe é associada: aquela de riso e da brincadeira. (Priore, 2000).

Num passado marcado pela instabilidade e a permanente mobilidade populacional dos primeiros séculos da colonização, existem pouquíssimas palavras para definir a criança. “Meúdos”, “ingênuos”, “infantes” são expressões com as quais deparamos nos documentos referentes a vida social na América portuguesa. (Priore, 2000). Ana Maria Mauad (2000) lembra que os termos “criança”, “adolescente” e “menino” já aparecem em dicionários da década de 1830 no Brasil:

Ao contrário de que muitos pensam, o termo adolescente já existia, no entanto, seu uso não era comum no século XIX. A adolescência demarcava-se pelo período entre 14 e 25 anos, tendo como sinônimos mais utilizados mocidade e juventude. Os atributos do adolescente eram o crescimento e a conquista da maturidade (2000, p.137-176).

O Brasil, como um país escasso de investimentos, apoiado inicialmente no antigo sistema colonial e posteriormente numa tardia industrialização deixou sobrar pouco tempo para tratar entre nós, da escolarização da criança. Desde o início da colonização, as escolas jesuíticas eram poucas e, sobretudo, para poucos. O ensino público só foi instalado, e ainda assim de forma precária, durante o governo do marquês de Pombal, na segunda metade do século XVIII. No século XIX, a alternativa para os filhos dos pobres não seria a educação, mas a sua transformação em cidadãos úteis e produtivos na lavoura, enquanto os filhos de uma pequena elite eram ensinados por professores particulares.

Philippe Àries (1981) identifica os sinais da emergência do sentimento de infância. A sua premissa básica é a de não existir o sentimento de

infância durante o Antigo Regime e na Idade Média, tentando desvendar o processo de construção desse sentimento a partir de análises de elementos iconográficos. Seu objeto de estudo é basicamente a criança e a família na França Medieval. A característica marcante desse período é o fato de que as crianças estão integradas no mundo dos adultos, o que difere substancialmente da situação encontrada no século XVII, onde, ao se reconhecer a necessidade de limitar a participação das crianças no “mundo dos adultos”, separa-se o espaço infantil do espaço destinado aos adultos. As idéias de Àries são relacionadas ao caso brasileiro, com as peculiaridades que marcaram a história nacional. Para Mary del Priore (2000), as crianças eram tratadas desde a sua infância como verdadeiros adultos, ou seja, inseridas no mercado de trabalho quando, na verdade deveriam estar nas escolas:

A entrada de imigrantes, capazes de alavancar a incipiente industrialização, ao final do século XIX, trouxe consigo a imagem de crianças no trabalho fabril. Mais uma vez, empurrados pela miséria, desprovidos do apoio de um Estado que deveria estar empenhado em educá-los e não, simplesmente em fazê-los substituir, pelo custo mais baixo, o trabalho escravo, os pequenos imigrantes passavam 11 horas frente as máquinas de tecelagem, tendo apenas vinte minutos de “descanso”.(2000, p.13)

A Primeira República marca a entrada em cena do conceito de minoridade e aumentam-se as relações entre o Estado e a sociedade para disciplinar o menor. O problema da criança toma uma forma política com base no ideal Republicano da época. “*Ressalta-se a urgência de intervenção do Estado, educando ou corrigindo os “menores” para que se transformassem em cidadãos úteis e produtivos para o país, assegurando a organização oral da sociedade*” (Rizzini, 2000. p.19). Crescem as discussões sobre a possibilidade de que o Estado assuma a responsabilidade sobre os menores, a criação da função do juiz e do tribunal especializados nos assuntos relativos aos menores, a fixação da imputabilidade penal exclusivamente aos 14 anos, a vigilância sobre o menor e sua família e a criação de estabelecimentos que cuidassem da educação ou da reforma de menores, sob a tutela do Estado.

Até o século XIX, a palavra menor como sinônimo de criança, adolescente ou jovem era usada para assinalar os limites etários, que impediam as pessoas de ter direito a emancipação paterna ou assumir responsabilidades civis ou canônicas. (Lodoño, 1991). A partir de 1920 até nossos dias, o menor deixou de ser uma palavra associada a idade quando se queria definir a responsabilidade de um indivíduo perante a lei, para designar principalmente as crianças pobres abandonadas ou que incorriam em delitos.

Olhando para seu próprio país, os juristas brasileiros descobrem o “menor” nas crianças e adolescentes pobres das cidades, que por não estarem sob a autoridade dos seus pais e tutores são chamados pelos juristas de abandonadas. Eram, pois, menores abandonados as crianças que povoavam as ruas do centro das cidades, os mercados, as praças e que por incorrer em delitos frequentavam o xadrez e a cadeia, neste caso passando a serem chamadas de menores criminosos. Em 1923, nas palavras de Lemos Britto, o significado do termo estava claramente limitado:

Os menores abandonados eram os menores de 14 anos que por serem órfãos ou por negligência, vícios, enfermidades ou falta de recursos dos pais, tutores ou parentes ou pessoas a cargo, foram entregues as autoridades judiciais ou policiais, ou foram encontrados habitualmente na via pública, entregues a si mesmos ou desamparados de qualquer assistência natural. (1929, p.44)

Para Fernando Torres Londoño (1991), relacionando a origem do abandono com as condições econômicas e sociais que a modernização trouxe, os juristas, tanto no começo do século como nos anos 20 e 30, não deixaram, porém de apontar a decomposição da família e a dissolução do poder paterno, como os principais responsáveis de tal situação. Assim, Evaristo de Moraes (1900) falando a propósito dos menores entre 10 e 20 anos que povoavam as ruas das cidades observava:

Entre esses precoces vagabundos os ha que tem pai e mãe; os ha que teem apenas um dos progenitores; os ha vivendo aparentemente sob direcção de qualquer membro da família.

A realidade, porém, a das mais dolorosas: são moralmente abandonadas, são, na maioria dos casos aquillo que d'elles disse Julio Simon: - orphãos com pais vivos!

Em verdade, a situação delles a peor que a dos materialmente abandonados e a dos orphaos. Dos materialmente abandonados os pais quizeram separar-se; no emtanto, dos moralmente abandonados apenas deixam de cuidar ou si d'elles cuidam a intermittenemente, muitas vezes com o intuito de abusar da sua inexperiência e engajal-os no exercicio do mal. Si e certo que os materialmente abandonados sao mais infelizes do que os expostos, nao menos indubitavel é que os moralmente abandonados ficam subjeitos ao mal do que uns e outros. (1900, p. 7).

Também o menor atravessava o círculo do judiciário e aparecia nos editoriais e nas manchetes dos jornais do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. Os juristas faziam eco às vozes que apontavam a rua como o lugar da desagregação, onde floresciam e se multiplicavam todos os vícios que ameaçavam a sociedade. Avançado o século, fazendo uma comparação entre a escola e a rua, Lemos Britto, desenvolvia a seguinte análise a respeito da relação entre o menor e a rua:

A rua tem justamente influência oposta. É nela que, pela convivência com os maus camaradas, com os meninos já viciosos e de vocabulario pornográfico, se formam outros tantos espíritos defeituosos, outros tantos menores de mentalidade propicia aos pequenos delitos, menores delinquentes, enfim. (BRITTO, 1929, p. 86).

Britto, por exemplo, ao desenhar o quadro que gera a infância abandonada, aponta para uma crise da própria sociedade:

O augumento das populações humanas; a organização industrial, dando logar a vida em comum, em commodos de reduzida área, de numerosas pessoas de idades e sexos differentes;

a imprensa, reproduzindo, com o colorido mais vivo, as cenas mais degradantes da sociedade, os crimes mais vis, os suicídios; os maus livros, disseminados a preços ínfimos; o cinematographo, pondo a nu o bas-fond da sociedade e da família; o alcoolismo, a expandir-se por falta de leis correctivas; a chamada educação moderna, baseada em liberdade mais ampla; o pauperismo, a licença, tudo isto tem contribuído para crear uma situação de tal modo grave que os governos, os parlamentos, os juristas, os pedagogos acabaram por se preocupar com esse capitulo impressionante da infância abandonada. (1929, p.43-44)

Mesmo sendo claro que no discurso dos juristas e dos novos especialistas em “crianças abandonadas” o “menor abandonado” foi definido como um perigo para a sociedade foi crescendo a convicção de que este era a vitima. Assinalava, Alfredo Pinto Vieira Mello, essa última condição:

São victimas da falta de educação intellectual e affetiva; da miseria dos pais; da ausência de carinhos maternas formando-lhes os corações para o bem; das exigências do instincto de conservação individual, que muitas vezes assimilam o homem aos irracionaes na ferocidade e no egoísmo. (1910, p.25).

Mas se as crianças abandonadas representavam um problema sério, logo elas colocavam em risco o futuro da sociedade, era ainda mais grave a atitude do Estado brasileiro. Para os juristas da transição do século, o Estado em relação à criança abandonada ou criminosa não tinha conseguido superar um comportamento policial, desastroso. A criança ganha, pois, importância não só no campo jurídico porque ela passa a ser enxergada como futuro. Garantia de que será o capital humano que o capital industrial precisa para se reproduzir.

Mesmo que o Código de 1890 tivesse cogitado de prisões especiais para menores, dez anos depois Moraes diria que: “não se fundou qualquer estabelecimento destinado ao fim constante do artigo citado” (1900, p. 7). Assim, os visitantes de Casas de Detenção e das Cadeias das grandes cidades, no começo do século, tinham que assistir ao espetáculo

da convivência de menores com adultos criminosos, o que fazia das cadeias verdadeiros laboratórios do crime e escolas para criminosos. Na opinião do estudioso Londoño:

a infância abandonada, que vivia entre a vadiagem e a gatunice, era tratada, na opinião dos juristas, como um caso de polícia e de simples repressão urbana. Esta era pois confiada às mãos dos delegados e suas grandes e apavorantes razias, nas que se recolhiam as crianças que vagavam nas ruas, “limpando” assim as praias, parques e praias dos “pequenos judeus errantes”, que representavam um perigo para os comerciantes e os transeuntes. Tudo isso com o aplauso da imprensa, mas sem que as crianças e seu destino fossem levados em conta. Sendo esta a situação, sera postulada pelos juristas a necessidade de uma mudança na atuação do Estado, com a criação de uma lei de proteção ao menor. Desde 1902, quando Cardoso de Almeida, chefe de Polícia de São Paulo, apresentou os chamados menores criminosos com o projeto de um Instituto Disciplinar, até 1927 quando se constituiu o Código de Menores, vários foram os planos e projetos de lei de menores apresentados ao congresso que foram reprovados ou simplesmente não foram discutidos (1991, p. 140).

Mesmo diante da recusa do Legislativo, quanto a promulgação de uma lei geral para solucionar a problemática do menor, não impediu que fosse criada por decreto, tanto em nível federal como estadual, uma série de instituições, destinadas a albergar as crianças abandonadas e as julgadas criminosas.

A idéia de destinar as instituições criadas a formar e educar, como objetivo de prevenir a criminalidade do menor e do adulto, confrontava-se com a idéia de encaminhar as instituições para o castigo e punição, com o objetivo de reprimir nos moldes das pessoas adultas. A prevenção, por meio de assistência aos menores, foi apresentada como uma estratégia mais racional e eficaz do que a simples repressão, já que na opinião de Aztolpho Rezende, secava “*uma das fontes mais fecundas do crime*” e enfrentava “*corajosamente o monstro insaciável que ameaçava devorar a sociedade contemporânea*” (1911, p. 400). Também, além da estratégia, a prevenção resultava mais barata, como ponderou Cândido Nogueira Motta :

Ora, é innegavel que, protegendo a infância abandonada, guiando os seus passos, encaminhando-a para o trabalho honesto, capaz de assegurar o seu futuro, o Estado, se por um lado preserva essa infância das mas tendências, por outro previne a sociedade contra os maus elementos. Há ainda uma razão de ordem econômica para justificar a intervenção do Estado: muito mais fácil e menos dispendiosa a função preventiva que a repressiva. Consultem-se os estatísticos dos reformatórios e dos institutos industriais para menores, nos países que o possuem, e saltará a vista a enorme porcentagem dos que dali saíram perfeitamente encaminhados para as mais recomendáveis profissões. (1909, p. 32)

No entanto, a prevenção, para ter sucesso, exigia um plano de Assistência e Proteção a Infância. E isso pressupunha necessariamente o aparecimento de uma legislação que lhe desse sustentação e que removesse empecilhos como a inquestionabilidade do pátrio poder, para poder tirar filhos de pais viciosos e o aumento da idade até 18 anos para a responsabilidade criminal, o que devia afastar os menores das perniciosas prisões de adultos. Isso começou a ser conseguido a partir de 1921, com a lei orçamentaria 4.242/51 que autorizou o Serviço de Assistência e Proteção a Infância Abandonada e aos delinqüentes e que foi regulamentado em 20/11/1923 pelo decreto 16.272.

Neste contexto, é importante transcrevermos o pensamento de Passetti no que diz respeito as relações envolvendo o menor, o mercado de trabalho e o Código de Menores criado em 1927:

Classificando os menores quanto a sua inserção no trabalho e na conduta anti-social, através de graus de periculosidade determinados, o antigo Código de Menores apenas faz transparecer que se não há condições para absorver toda a população infanto-juvenil no trabalho, deve-se garantir a adequação constante dos comportamentos desviantes ao padrão normativo, tornando-os capazes a competirão. A exclusão do mercado de trabalho é, portanto, um dado normal que em si não explica o desvio de conduta, pois a fonte do desvio se ancora na família (1991, p.150).

O interesse pela menoridade por parte dos juristas coincide também com a introdução da puericultura por parte dos médicos e com a importância que já desde o século XIX vinha cobrando a educação dos jovens. Acredita-se que esse querer saber sobre a criança, esse querer tratar adequadamente dela, evidenciou-se como força de subproduto do prestígio que adquiriram entre os setores ilustrados das classes dominantes as chamadas ciências positivas e o desejo de copiar a europeus e americanos com uma forma de participar dos avanços do progresso ocidental.

A criança torna-se objeto privilegiado do projeto da Medicina Social, de acordo com o entendimento de que as outras fases da vida dependem dos cuidados com a infância. Faz-se necessário, então, um

“(...) controle positivo da vida da criança através de uma instituição para ela voltada [a escola], instituição perfeitamente medicalizada. Exigência justificada pela importância da criança para a sociedade. O progresso desta depende do desenvolvimento saudável de cada indivíduo”. (MACHADO, 1978, p. 297).

Ao longo da segunda metade do século XIX, aparece a chamada medicina higienista, que, devido as altas taxas de mortalidade infantil, preocupa-se com a criança, sobretudo a criança filha da pobreza, tendo como um de seus precursores o Doutor Moncorvo Filho, criador do Instituto de Proteção e Assistência à Criança (1891). Através do estabelecimento de uma concepção higienista e saneadora da sociedade, busca-se atuar sobre os focos da doença e da desordem, portanto sobre o universo da pobreza, moralizando-o.

A degradação das “classes inferiores” é interpretada como um problema de ordem moral e social. Garantir a paz e a saúde do corpo social é entendido como uma obrigação do Estado. A criança será o fulcro deste empreendimento, pois consistia em um dos principais instrumentos de intervenção do Estado na família, atingindo os transgressores da ordem no nível mais individual e privado possível, sustenta Rizzini (2000). Através da medicina higienista, o Estado, exercendo uma forma de controle social, passa a intervir na vida das famílias pobres, através do poder médico. Para Michel Foucault:

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo e uma realidade bio-política. A medicina a uma estratégia bio-política (1982, p.80).

Assim, no entendimento da medicina higienista a infância e o alvo, mas não o fim. Para além do indivíduo, visa-se a produção de uma sociedade sadia, tanto física quanto moralmente, que possa responder e dar continuidade ao processo de modernização do país – preocupação intensificada a partir da década de 20, trazendo em seu cerne medidas profiláticas em relação à infância.

A República inicia, assim, com uma adesão ao poder normalizador dos higienistas, atitude esta que extrapola os meandros do governo e adquire apoio, sobretudo entre os poetas, pedagogos e estadistas, que, por sua vez, transformam seus discursos numa apologia às intenções da higiene sobre a população brasileira.

Com fulcro nas reflexões até agora desenvolvidas podemos observar que a criança sempre foi envolvida pela trama das relações sociais. Ela foi modelada a partir da ordem estabelecida, quer essa ordem conceba, ou não, as particularidades da natureza infantil. Algumas considerações devem ser feitas sobre a criança num espaço em que se mostram figurantes a ideologia dominante e o adulto com suas significações contraditórias sobre o universo infantil, e ressaltando ainda a relação adulto/criança num contexto gerado pelas injustiças e manipulações travadas no âmbito da economia política. Vânia Carvalho de Araújo, nesse sentido, sustenta que:

A especificidade de criança construída pela ideologia burguesa encerra em si uma mistificação reducionista que se conjuga aos inúmeros atributos concedidos pela classe dominante a criança. Tal intenção tem como objetivo fazer valer seus princípios e alimentar o caráter de alienação na relação homem/mulher, patrão/empregado, classe dominante/classe dominada. Assim como na lógica do capital tornou-se “natural” expor o trabalhador ao domínio do poder econômico, a criança tem sido exposta ao mundo das relações sociais e econômicas através de

formas abstratas de pensar a infância e sua especificidade de criança (1996, p.28-29).

Os espaços ocupados pela criança correspondiam aqueles pensados pelos determinismos social, político, religioso e econômico. A criança era vista como alvo de subordinação as regras da burguesia e, neste sentido, sua vida transcorria numa liberdade relativa. Uma liberdade que expressava uma passividade conduzida e imposta pelo modelo social vigente.

A criança, por este contexto, via-se constantemente ameaçada por uma multiplicidade de conceitos que pouco representavam suas condições objetivas e subjetivas de vida. Qualificada por uma série de atributos negadores do caráter histórico, a infância era tratada como um período preparatório a idade adulta e levada a perpetuar as forças legitimadoras da sociedade burguesa. A concepção de criança, influenciada por uma imagem reducionista e a histórica de infância, tem se mostrado, ao longo do tempo destituída de um conteúdo crítico.

São inúmeros os fatores que tem desqualificado a particularidade da criança e revelado um estado de vida subjugado por traços ideológicos, produzidos pela sociedade burguesa. Vê-se, neste contexto, uma concepção de criança expropriada de um significado que sugere o dado biológico de sua especificidade; materializa-se a condição de criança subsumida de sua generosidade, de seu ser social e histórico. Segundo Maria de Lourdes Oliveira:

O conteúdo de infância das crianças que vivem a rua, a marginalidade social e mesmo o trabalho a negação do conteúdo com que a sociedade, em geral, pensa a infância. Responsabilidade, trabalho, violência, agressão, horror social, todos estes tragos que podem provir de práticas desses “meninos de rua” negam o conteúdo da imagem com que em geral se formula da criança e da infância (1993, pag.8).

A criança de rua, ao menor trabalhador, ao marginalizado pela sociedade são destinados outros construtos, indicando os limites de sua vivência como criança. A sua frente se põe um modelo que ignora sua especialidade e sua condição de sujeito nas relações sociais. Enquanto

nas crianças da classe dominante sobressaem qualidades que se potencializam conforme o projeto burguês de infância, nas crianças das classes populares acentua-se um olhar discriminado sobre elas, uma imagem que as desqualifica em face da hegemonia instaurada com a especificidade da criança burguesa. Durante o século XX, em nome da preservação da ordem social, da educação estatal obrigatória, da necessidade de integrar crianças e jovens pobres pelo trabalho, o Estado também passou a zelar pela defesa da família monogâmica e estruturada.

CONCLUSÃO

Como vimos do século XIX para a Primeira República, a legislação relativa a infância sofreu modificações. Enquanto no século XIX a preocupação maior do Estado era recolher órfãos, cuja responsabilidade cabia a Igreja, subsidiado pelo Estado, portanto uma ação assistencialista, a partir do final do século XIX, e durante o transcorrer da Primeira República, o Estado vai ter que envidar esforços no sentido de definir uma política que desse conta em atender a problemática do excessivo número de menor que passaram a viver perambulando pelas ruas.

Não podemos esquecer que o crescimento da população das cidades em razão do processo migratório, da urbanização e o início do processo de industrialização, proporcionou um maior volume de problemas sociais, o que resultou em que o Estado, tivesse necessidade de domesticar individualidades garantindo um controle sobre a população. Os menores também eram alvo de controle e uma das formas de se efetuar uma ação direta sobre eles, foi a criação dos internatos, além é claro da utilização da escola como vínculo de moldagem de comportamentos da população. Assim, é criada toda legislação que objetivo proteger e dar conta de controlar esse menor.

NOTAS

- ¹ Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Professor Adjunto do Departamento de História da UFES. Doutor em História Social pela USP.
- ² Mestre em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Oficial de Justiça do Tribunal de Justiça do Espírito Santo
- ³ Roda dos Expostos era um local onde as crianças eram deixadas, abandonadas pelos seus familiares, tendo sido fundada pela Santa Casa de Misericórdia e mantida pelos nobres da época ligados a irmandade, contando também com subvenções do Estado.

REFERÊNCIAS:

- ARAÚJO, Vânia Carvalho de. *Do reino da necessidade ao reino da liberdade*. Vitória: Edufes, 1996.
- ARIES, Philippe. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- BARRETO, Tobias. *Menores e loucos*. Aracaju: 5 ed., 1923.
- BRITTO, Lemos. *As leis de menores no Brasil*. Rio de Janeiro, 1929.
- FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1982.
- LODOÑO, Fernando Torres. "A origem do conceito menor". In: Priore, Mary Del. (org.) *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- MACHADO, Roberto. *Danação da norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MAUAD, Ana Maria. "A vida das crianças de elite durante o império". In Priore, Mary Del. (org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- MELLO, Alfredo Pinto Vieira de. *Menores abandonados e menores delinquentes*. Rio de Janeiro. O Direito. 1910.
- MORAES, Evaristo de. *Criança abandonadas e criminosas*. Rio de Janeiro, 1990.
- MOTTA, Cândido Nogueira. *Os menores abandonados*. Rio de Janeiro, 1909.
- OLIVEIRA, Maria de Lourdes B. de. *A infância como categoria histórica: reflexões metodológicas*. João Pessoa, 1993. 19 f. (Circulação restrita).
- PASSETI, Edson. "Crianças carentes e políticas públicas". In: Priore, Mary Del. (org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- _____. "O menor no Brasil republicano". In Priore, Mary Del. (org.) *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- PRIORE, Mary Del. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.
- REZENDE, Aztolpho. *Os menores abandonados e delinquentes*. Rio de Janeiro, 1911.
- RIZZINI, Irma. *A criança e a lei no Brasil – Revisitando a História (1822-2000)*. Brasília, DF: UNICEF; Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 2000. p. 19
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1944.

ABSTRACT:

Industrialization, city swelling and the miserable life conditions of the Brazilian population at the end of the 19th century and at the beginning of the 20th century have brought about the appearance of homeless people, who were left to live on their own devices. The State starts then to worry about this group of people and to look for solutions concerning the issue of the underage, taking a number of measures so as to discipline these minors. In order to combat the action of minors who lived in the streets, which made the rates of juvenile criminality higher, the State, by making use of the notion of social defense, enforced repressive acts and created institutions for offenders so as to mold behavior and to form disciplined workers to the free market that was being built in the first decades of the Republic.

Key-Words: Minority; First Republic; juvenile criminality.

RESUMEN

Industrialización, hinchazón de las ciudades, las miserables condiciones de vida de la población brasileña, en el siglo XIX y principios del siglo XX, causó la aparición de abandonados en la calle, que sobrevivió por cuenta propia. El estado comienza a preocuparse de cuota y tratar de resolver los problemas de los menores, adopción de una serie de medidas encaminadas a la disciplina les. Para combatir las acciones de los menores que vivían en las calles, lo que aumentó la delincuencia infantil y juvenil, el estado mediante la noción de defensa social, realiza acciones y represivas crea instituciones de corrección con el objetivo de modelar los comportamiento y la forma trabajadores disciplinados por el libre mercado que estaba en las primeras décadas de la República.

Palabras clave: Minoría; Primera República; delincuencia infantil.

La serpiente de oro: un retrato de la vida en la Amazonía Andina

Ximena Antonia Díaz Merino - Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE

RESUMEN:

Ciro Alegría escribió con fidelidad sobre el indígena de la selva amazónica enfatizando tanto su relación con la naturaleza como las diferencias sociales, los abusos e injusticias sufridas por ese grupo humano subyugado a la clase superior peruana en la primera mitad del siglo XX. En *La serpiente de oro*¹ (1935) presenta la relación de los cholos balseros con el río Marañón, y cuestiona las consecuencias de la modernización a través de un ingeniero limeño que se interna en la selva para explotar sus recursos naturales.

Palabras-clave: Amazonía, indigenismo, Ciro Alegría.

Río Marañón, déjame pasar:
eres duro y fuerte,
no tienes perdón.
río Marañón tengo que pasar:
tú tienes las aguas,
yo mi corazón
(Ciro Alegría, 1971:12)

La figura del indígena hispanoamericano ha sido objeto de estudio y tema literario a lo largo de la historia, esto puede verificarse desde las crónicas de viajes a los relatos de los conquistadores y de los colonizadores, así como en la literatura indianista, indigenista y neo-indigenista. La imagen del indígena ha sido construida a partir de la mirada del “otro” o sea, de un escritor que no pertenece al universo cultural del indígena, pero aunque se trate de una descripción hecha “desde afuera” esos escritos permiten visualizar un importante sustrato cultural indígena. En lo que se refiere a la representación de lo autóctono americano y especialmente en la búsqueda de una identidad nacional andina es de gran importancia el período comprendido entre mediados del siglo XIX y la primera

mitad del siglo XX. En este espacio de tiempo surgió un amplio espectro de proyectos raciales que fueron desarrollados por los intelectuales de la época, entre los que se destaca el indigenismo.

En la segunda mitad del siglo XIX el indianismo literario, desarrollado dentro del Romanticismo, tenía como objeto de estudio el “buen salvaje”, una narrativa que revelaba una imagen exótica e individualista del hombre americano. Más tarde Manuel González Prada (1976: 44) escribirá sobre el verdadero Perú aborígen reivindicando la necesidad de denunciar la condición del aborígen americano, especialmente del andino:

Al indio no se le predique humildad y resignación, sino orgullo y rebeldía. ¿Qué ha ganado con trescientos o cuatrocientos años de conformidad y paciencia? Mientras menos autoridades sufra, de mayores daños se libera. (...) En resumen: el indio se redimirá merced a su esfuerzo propio, no por la humanización de sus opresores.

De esa manera la narrativa indigenista llega para denunciar, factor que la diferencia totalmente de la narrativa indianista puesto que el indigenismo: “*es el estudio sociológico y antropológico del indígena iberoamericano, estudio que se proyecta sobre el plano político hacia la reivindicación social y económica de aquél*” (RODRIGUEZ-LUIS, 1990:41).

La estrategia utilizada por los escritores indigenistas para denunciar y reivindicar los derechos de los grupos autóctonos fue la descripción detallada de la condición inhumana en que vivían, como se puede observar en el siguiente fragmento de la novela *Huasipungo* (1934) del escritor ecuatoriano Jorge Icaza (1966:111-112):

Era la Cunshi que se había cagado en la cama como si fuera guauga tierna.

—Cumú si fuera guauga tierna - repite el indio mirando las piernas y el culo embarrado de la hembra, sin atreverse a reprenderla, sin atreverse a decirle nada.

— Ve pes, tuditicu hechu’na pushca.

Saliendo a la puerta llama al perro: Totolo tototoooooo.

Con cara de fiesta se presenta el animaluco y, a una indicación del amo, hace el aseo de las piernas de la enferma. El indio pasa la mirada de la lengua del perro, que lame los excrementos, a la cara de la Cunshi, que sopla fiebre.

En el fragmento citado se observa la figura degradada del indígena ecuatoriano, además del uso de un lenguaje grosero. De acuerdo con el escritor mexicano Alberto Escobar (ALEGRÍA, 1971: 7) esto se debió a que:

[...] el “indigenismo” fue, en todas partes, un documento agrio, sombrío y rabioso que invocaba la esperanza por el camino del desengaño y de la indignación [...] Pocos períodos quedarán para la historia de nuestras letras, dominados, como ése, por una impresión tan deprimente: mosaico de figuras postradas y envilecidas.

Es importante recordar que, como lo han señalado varios críticos, la literatura indigenista se refiere a obras escritas por blancos o mestizos que tratan sobre los indígenas, sin embargo, Mariátegui (2002:306) enfatizó que esa literatura no debería ser descartada sólo por la herencia de sus autores y aseveró que:

[...] la mayor injusticia en que podría incurrir un crítico sería cualquier apresurada condena de la literatura indigenista por su falta de autoctonismo integral o la presencia, más o menos acusada en sus obras, de elementos de artificio en la interpretación y en la expresión. La literatura indigenista no puede darnos una versión rigurosamente verista del indio. Tiene que idealizarlo y estilizarlo. Tampoco puede darnos su propia ánima. Es todavía una literatura de mestizos. Por eso se llama indigenista y no indígena. Una literatura indígena, si debe venir, vendrá a su tiempo. Cuando los propios indios estén en grado de producirla.

Siguiendo el pensamiento de Mariategui se considera que la literatura indigenista es un importante aporte para reflexionar sobre cómo se representó la presencia indígena en la literatura en una época en que se despreciaba todo lo indígena. Para llevar a cabo esta reflexión se considera necesario, en primer lugar, discutir el significado de concepto de mestizaje, para, enseguida, observar en la obra de Ciro Alegría la representación de los personajes indígenas.

Considerando que las cuestiones raciales en Latinoamérica han sido asunto permanente a lo largo de su historia y que han prevalecido por muchos años varios proyectos que posicionan lo occidental y a las personas consideradas “blancas” superiores a las no-blancas, es oportuno rescatar algunos hechos como el que desde la conquista del “nuevo mundo” los españoles organizaron una jerarquía racial que les garantizaría la mayoría de beneficios y recursos. Más tarde, en inicios del siglo XVII el Inca Garcilaso de la Vega (2002:252) enumeró en *Comentarios reales* (1616) dieciséis divisiones raciales en el Perú. El Inca comenta que de las tres naciones: española, indígena, y negra, “*se ha hecho allá otras, mezclados de todas maneras, y para las diferenciar les llaman por diversos nombres [...]*”.

De acuerdo con Garcilaso, ocupan la cumbre de la pirámide los españoles y españolas nacidos en España, quienes son llamados de “*españoles*” o “*castellanos*,” lo que según el Inca proporciona más honor e indica que son “de más calidad por haber nacido en la patria” (2002:253). Mientras que los hijos de estas mismas personas, son denominados “*criollos*” o “*criollas*,” y son de un rango inferior por haber nacido en las “*Indias*” (2002:253). Esta última clasificación provocó resentimiento entre los criollos hacia el sistema colonial y más tarde contribuyó para el deseo de independizarse de España. Garcilaso presenta con detalles cada unión posible y explica que “*A los hijos de español y de india, o de indio y española, nos llamamos mestizos, por decir que somos mezclados de ambas naciones*,” (2002:253); después comenta que “*mestizo*,” era el “*nombre impuesto por los primeros españoles que tuvieron hijos en Indias*” y señala que la mayoría de los mestizos asocian la palabra con menosprecio (2002:253). Escribió también, que “*Al hijo de negro y de india, o de indio y de negra, dicen mulato y mulata. A los hijos de éstos llaman ‘cholo’ un vocablo empleado por los españoles por ‘infamia y vituperio’ que quiere decir ‘perro’*” (2002:253). Como se observa, los escritos de Garcilaso ilustran claramente una jerarquía que privilegia al blanco y menosprecia al indígena, al mestizo y al blanco nacido en América.

Como consecuencia de los estereotipos negativos asociados a los grupos no-blancos el racismo científico condenó el mestizaje, con lo que se difundió la noción de que las personas híbridas heredaban los rasgos negativos de los grupos primitivos, y consideraba especialmente perniciosos a los indígenas (NOUZEILLES, 2004:289). La idea de que el mestizaje tenía efectos negativos perduraba aún a finales del siglo XX, como puede observarse en la definición de María Moliner (1994:402) sobre el vocablo mestizar: “*adulterar la pureza de una raza por el cruce con otras*”. A pesar de considerarse que la heterogeneidad racial de los países hispanoamericanos representaba un obstáculo para el progreso y la civilización los intelectuales del período posterior a la Independencia de los Estados Americanos (1810-1825), no aceptaron que por ser de Hispanoamérica una persona blanca fuera inferior a una persona blanca de Europa. Consideraron esta heterogeneidad un camino para la construcción de identidades nacionales homogéneas uniendo las poblaciones racial y étnicamente diversas, condenando, de esa manera la noción negativa de mestizaje. De acuerdo Nouzeilles (2004:291) este modelo fue el que dominó en México y fomentaba el mestizaje entre los elementos raciales ya presentes en la población.

También de acuerdo con Gabriela Nouzeilles (2004:291), otros proyectos raciales abogaban por el mestizaje pero unido a un proceso de blanqueamiento facilitado por programas de inmigración masiva de Europa. Según la interpretación del pensamiento del racismo científico hecho por las élites, con estas medidas se podía esperar la homogeneización de las diferentes poblaciones creando países más estables y productivos.

Los cuestionamientos referentes a los proyectos raciales han sido abordados y discutidos por escritores hispanoamericanos en sus obras, sobre este hecho Gloria Hintze de Molinari (1999:106-107) declara que la “*actitud de renovación*” en la narrativa del siglo XIX en Hispanoamérica convierte la novela en el espacio apropiado para la manifestación y definición de roles de los sujetos que componen las nuevas repúblicas; en ella aparecen temáticas relacionadas con la reflexión sobre la nacionalidad, la construcción de la identidad nacional y la de los sujetos nacionales. Este tipo discursivo es el instrumento eficaz para promover el desarrollo y la representación de las nuevas preocupaciones de la sociedad y se presenta como respuesta válida a los requerimientos de un nuevo público lector.

En este proceso de renovación narrativa la nación y sus sujetos, así como la aproximación a la realidad indígena ha sido tema de obras de muchos autores hispanoamericanos, los cuales han alcanzado diversos grados de aproximación, conocimiento y penetración al mundo andino. Ese es el caso de Ciro Alegría (1909-1967), escritor, educador y periodista peruano, que retrata en sus primeras tres novelas el alma indígena: *La serpiente de oro* (1935), *Los perros hambrientos* (1939) y *El mundo es ancho y ajeno*² (1941).

De acuerdo con Ángel Rama (1987:142) la narrativa indigenista “*extiende la reclamación que formula a todos los demás sectores sociales oprimidos y se hace intérprete de sus reclamaciones que entiende como propias*”, es un grupo de intelectuales que fue la voz de las reivindicaciones de los indígenas, una masa humana menos favorecida socialmente, que pasó a ser el asunto principal de los escritos indigenistas. Textos en los que se denuncia el racismo, la explotación y la situación de miseria impuesta por las clases andinas dominantes sobre los indígenas. Los autores indigenistas a pesar de no pertenecer al universo sobre el cual escriben se preocupan en producir un discurso lo más fidedigno posible de la realidad indígena descrita, revelando un conocimiento profundo de esos grupos sociales.

Estas narrativas se caracterizan por el énfasis colocado en la descripción del paisaje, de la naturaleza, de sus personajes, de las costumbres y hábitos, así como de la situación socio-política de los grupos indígenas que son tema de sus narraciones. Por lo tanto se constata que los indigenistas se alejan de la literatura indianista del siglo XIX en la que los indígenas eran elementos de fondo de la narrativa, siendo retratados a través de una imagen exótica e idealizada. En las narrativas indianistas tampoco se cuestionaba la situación del indígena dentro de la sociedad hispanoamericana, mientras que el indigenismo objetiva justamente ser un medio de denuncia de las injusticias a las que la sociedad indígena era sometida. De tal manera que las principales diferencias entre el indianismo y el indigenismo podrían resumirse en tres puntos: tono de denuncia, alejamiento de la imagen romántica del indígena y la familiaridad o intimidad de los autores indigenistas con el mundo relatado, teniendo como prioridad presentar un indígena de carne y hueso. En este tipo de narrativa el indígena deja de ser paño de fondo para ser el personaje principal, retratado de forma realista y no más idealizado ni exótico.

NARRATIVA INDIGENISTA DE CIRO ALEGRÍA

Ciro Alegría escribió con fidelidad sobre los temas concernientes a los problemas de la opresión indígena, así como sobre las diferencias sociales que sufridas por los indios peruanos sometidos a la cómoda y exigente clase superior peruana. Sus obras constituyen documentos de protesta sobre la situación del indígena, puesto que Perú, al igual que la mayoría de los países latinoamericanos, presenta problemas graves en lo que se refiere a la integración indígena, un grupo humano marginalizado y olvidado que para protegerse y preservar su cultura se refugió en la sierra o en la selva peruana, regiones alejadas de la civilización urbana del siglo XX, una realidad en la que predomina el analfabetismo y la superstición. La situación indígena peruana ha sido estudiada y narrada a lo largo de décadas sin llegar a alcanzar el verdadero espíritu indígena, constituyendo el denominado “indigenismo desde afuera”, pero será a partir de los escritos de *Ciro Alegría* que se comienza a hablar de un “indigenismo desde dentro”, una realidad vista y relatada por un hombre que estuvo en contacto directo, desde su niñez, con indios y mestizos, como el propio Alegría (1941) lo registró en el prólogo a la décima edición de *El mundo es ancho y ajeno*:

[...] Nací en una hacienda, crecí en otra— ambas pertenecientes a la provincia de Huamachuco, en los Andes del Norte del Perú—, y desde niño hube de andar largos caminos para ir a la escuela y el colegio, situados en la ciudad andina de Cajabamba y en la costaña de Trujillo. Así me llené los ojos de panoramas y conocí al pueblo de mi patria. Mujeres de la raza milenaria me acunaron en sus brazos y ayudaron a andar; con niños indios jugué de pequeño; siendo mayor alterné con peones indios y cholos en las faenas agrarias y los rodeos. En brazos de una muchacha trigueña me alboreó el amor como una amanecida quechua. Y en la áspera tierra de surcos abiertos bajo mis pies y retadoras montañas alzadas frente a mi frente, aprendí la afirmativa ley del hombre andino.

En sus narraciones, Alegría hace una trasposición de esas vivencias y recuerdos por lo que se pueden considerar relatos realistas. Describe de

forma minuciosa los personajes y la naturaleza, demostrando un alto grado de intimidad con los hechos narrados. Alegría revela que para sobrevivir en esa naturaleza exuberante e indomada, esos “cholos” tienen que adaptarse a ella al mismo tiempo que la modifican para poder satisfacer sus necesidades cotidianas, así también se hace patente la opresión que ejercen los dueños de tierras sobre la masa indígena, secuela dejada por la Colonia. Es a través de estas problemáticas que el autor peruano revela el drama social del indígena andino en la primera mitad del siglo XX, dando especial atención a las historias que oyó de la boca de algunos indios que llegaban con cierta regularidad a la hacienda de sus padres en busca de refugio y alimentación, como se puede observar en la siguiente declaración de Alegría (1941):

[...] Un día llegó a refugiarse un indio comunero llamado Gaspar y otro día un indio colono llamado Pancho. Ambos contaron dramáticas historias. Gaspar andaba perseguido por sublevarse y gran parte de las tierras de su comunidad le habían sido arrebatadas. Pancho llegó con el poncho en hilas, arreando un mohíno jumento que cargaba todos sus bienes y seguido de su escuálida mujer y su hijo, un pequeño de grandes ojos asustados. La Policía no arribó nunca por Gaspar, pero comprendí toda su nostalgia de la tierra perdida una vez que lo oí tocar su antara, desgarradamente, tarde la noche y en soledad [...]

La hacienda está en las riberas del río Marañón. Una vez llegó un hombre de río abajo, con una enorme llaga tropical que le estaba comiendo un brazo. Mi padre lo curó y él se quedó a vivir en Marcabal. Se llamaba Manuel Baca y era un gran narrador de cuentos y sucedidos, fuera de ser diestro en cualquier faena [...].

En lo que se refiere a la relación hombre-naturaleza los escritores hispanoamericanos han narrado la exuberancia de los más variados espacios geográficos, uno de ellos ha sido la región de la Amazonía, y del río Amazonas en especial. Sobre la relación hombre-naturaleza-selva amazónica peruana podemos citar la primera novela de Ciro Alegría

titulada *La serpiente de oro* (1935), un discurso regionalista que revela la relación del indígena peruano con el río Marañón, importante río del Perú y uno de los principales afluentes del curso alto del río Amazonas en la vertiente del Atlántico. La obra fue escrita durante el tiempo de exilio en Chile y le mereció en el mismo año de su publicación (1935) el primer lugar en el concurso de la Editorial Nacimiento auspiciado por la Asociación de Escritores de Chile.

En esa novela corta, que se insiere en la denominada “novela de la tierra” circunscrita dentro del indigenismo, se narra la lucha por la sobrevivencia en un espacio dual: el que al mismo tiempo que ofrece sustento, riqueza y admiración, por otro, su exuberancia indómita inspira temor. La novela de Alegría revela una región habitada por los “cholos” peruanos, una sociedad mestiza fruto de la mezcla entre españoles y sudamericanos. La lectura va revelando un mundo desconocido para el lector: sus costumbres, su folclore, su lengua indígena (quechua) y su lengua popular (quechua-español), donde el relato oral pasado de generación en generación toma una dimensión vital para sus habitantes:

Don Juan conocía la vida de la región a través de la suya, luenga y trabajada, y se remontaba al pasado con las propias palabras de sus antecesores. En las agrestes realidades pureñas la palabra rueda de boca en boca y cada relato pasa de los padres a los hijos y a los hijos de los hijos hasta nunca acabar. Cuando los hombres de las serranías abren sus bocas aparecen jirones irreveledados de épocas lontanas con toda su frescura y su propio sabor. El relato es cifra, letra, página y libro. Pero libro animado y vivo. (ALEGRÍA, 1971:52)

De esta manera, el lenguaje pasa a ser un elemento importante en la configuración de la literatura indigenista puesto que para alcanzar una mayor veracidad es necesario registrar la lengua utilizada por los indígenas, presentada en la obra a través del lenguaje de los personajes. Esta técnica se expresa a través de una nueva ortografía y una nueva sintaxis, que registran la peculiar forma de hablar de esos hombres y mujeres como se puede observar en el siguiente fragmento de *La serpiente de oro* (1971: 45):

Si, pué —dice don Matías— cosita que quisiera saber es la muerte e los pajaritos. Nunca mei encontrao nuño muerto puel campo salvo al que lo haiga desplumao una culebra (...) pero entón se nota. Muerto po su muerte mesma nunca”.

En *La serpiente de oro* Alegría trata del cotidiano de los cholos balseros del valle de Calemar, a orillas del río Marañón. El autor destaca el estrecho contacto que se establece entre hombre y naturaleza: “El hombre es igual al río, profundo y con sus reveses, pero voluntarioso siempre” (ALEGRÍA, 1971: 12). Los calemarinos reverencian al río que es su fuente de trabajo y de alimento, pero a la vez le temen pues es la fuerza que eventualmente les puede arrebatar sus bienes y hasta la propia vida. En esta novela el personaje principal es el río, pues rige la vida del hombre que vive de él, como lo registró Alegría (1941) en el Prólogo a la décima edición de *El mundo es ancho y ajeno*:

Con *La serpiente de oro*, como ya he manifestado muchas veces, no pretendí escribir una novela al modo clásico. Quería que el personaje central fuera el «Marañón» mismo, presidiendo la vida de los balseros y gentes de aquellas regiones, presentada en cuadros rápidos de los cuales el nexo fundamental sería el río.

La trama puede ser localizada en las décadas de 1910 y 1920, ya que la recreación novelística de Alegría se concentra en los años de su niñez, época en que estuvo en contacto con la gente y los escenarios mencionados en sus obras.

Paralelamente a la vida de los balseros se relata la aventura de un ingeniero de la capital peruana, Osvaldo Martínez de Calderón, quién se interna en la región selvática para crear una empresa y explotar sus recursos naturales. Martínez de Calderón planea bautizar la empresa como “La serpiente de oro”, nombre que aludía a la forma serpenteante del río y a sus riquezas auríferas. El ingeniero ve con desdén a los cholos, es un hombre que cree que sólo con su sabiduría capitalina puede vencer a la naturaleza, sin embargo esa sabiduría no logra salvarlo de la muerte después de ser picado por una serpiente amarilla, sin

poder cristalizar su ambicioso proyecto. Alegría (1971: 150) revela la impotencia del hombre ciudadano ante la Naturaleza mediante los pensamientos que el ingeniero tiene poco antes de morir:

Todo lo que le rodea es tremendo, sorpresivo, y no sabe él mismo de los abismos que ha atravesado en cuerpo y alma, ni de los que podrá cruzar todavía. Y luego piensa que el hombre cuenta poco en estos mundos, y dice, hablando en voz baja, para sí mismo:

¡Aquí la Naturaleza es el destino! [...]

No dice más, pues da un salto al sentir una punzante mordedura en el cuello. Se vuelve ante algo que le chicotea el hombro y logra ver una serpiente amarilla [...].

El relato, a través de diversas voces, continúa contándonos sobre la vida de los cholos balseros, los cuales transmiten su oficio de generación en generación. De acuerdo con el propio Alegría, esta novela es considerada literatura indigenista debido a la orientación realista de su narración, en la que revela episodios autobiográficos. En su discurso del Primer encuentro de Narradores peruanos, realizado en Arequipa en 1965, Alegría (1986:32), declaró: “[...] *mis primeras vivencias novelescas las he vivido en el pueblo norteño del Perú, un pueblo indo-hispánico, mestizo, donde el indígena ya no se traduce a través del quechua pero sí a través de una sensibilidad [...] influida por elementos hispánicos*”.

Las palabras del escritor peruano revelan su experiencia de vida junto a las comunidades indígenas del norte del Perú confirmando su intimidad con la realidad andina tema de sus escritos.

NOTAS

¹ Prólogo a la segunda edición de la editorial Losada La serpiente de oro de Ciro Alegría.

² Prólogo a la décima edición de El mundo es ancho y ajeno. Novelas completas de Ciro Alegría. p. 327.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEGRÍA, Ciro. "Prólogo". *El mundo es ancho y ajeno* (1941). Disponible en <http://www.luisemiliorecabarren.cl/?q=node/861>. Acceso en 29 de diciembre de 2011.
- _____. *La serpiente de oro* (1935). Prólogo de Alberto Escobar. Buenos Aires: Losada, 1971.
- ALEGRÍA, C., ARGUEDAS, J. M. et al. *Primer encuentro de narradores peruanos*. 2ª ed. Lima: Latinoamericana Editores, 1986.
- CORNEJO POLAR, Antonio. *Escribir en el aire*. Lima: Editorial Horizonte, 1994.
- _____. *O condor voa: Literatura e Cultura Latino-Americanas*. Org. Mario J. Valdés. Trad. Ilka Valle de Carvalho. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- _____. *La novela indigenista*, Lima: Lasontay, 1980.
- ESCAJADILLO, Tomás. *La narrativa indigenista peruana*. Lima: Amaru, 1994.
- GARCILASO DE LA VEGA, Inca. *Comentarios reales* (1616). Edición Enrique Pupo-Walker. 3ª ed. Madrid: Cátedra, 2001.
- GONZÁLEZ PRADA, Manuel. "Nuestros indios". *Horas de lucha*. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1976.
- HINTZE DE MOLINARI, Gloria. "Género e indigenismo." *Cuadernos Americanos* 74, 1999. pp. 106-113.
- ICAZA, Jorge. *Huasipungo*. La Habana: Casa de las Américas, 1966.
- MARIATEGUI, José Carlos. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. 5ª ed. México D.F.: Era, 2002.
- MOLINER, María. *Diccionario del uso de español*. Tomo II. Madrid: Gredos, 1994.
- NOUZEILLES, Gabriela. "The Transcultural Mirror of Science: Race and Self-Representation in Latin America." *Literary Cultures of Latin America: A Comparative History*. Edición: Mario J. Valdés y Djelal Kadir. New York: Oxford University Press, 2004. 284-299.
- PIZARRO, Ana (Org). *La literatura latinoamericana como proceso*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985.
- RAMA, Ángel. *Transculturación narrativa en América Latina*. 3ª ed. México: Siglo XXI, 1987.
- RODRIGUEZ-LUIS, Julio. "El indigenismo como proyecto literario: revaloración y nuevas perspectivas". In: *Hispanoamérica* 55, 1990. pp. 45-50.

SACOTO, Antonio. Jorge Icaza: "El indigenismo ecuatoriano". *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*. Lima, año XVII, n° 33, 1º. sem. 1991, pp. 253-259.

RESUMO

Ciro Alegría escreveu com fidelidade sobre os povos indígenas da selva amazônica ambos enfatizando sua relação com a natureza, como as diferenças sociais, abusos e injustiças sofridas por esse grupo de povos subjugados à classe superior peruana na primeira metade do século XX. Displays de (1935) de ouro da serpente os Niva balseros se relacionam com o Rio Marañón e questionou as conseqüências da modernização através de engenharia de Lima, que vai para a selva para explorar seus recursos naturais.

Palavras-chave: Amazônia, indigenismo, Ciro Alegría.

ABSTRACT

Ciro Alegría wrote with fidelity on the indigenous peoples of the Amazon jungle both emphasizing its relationship with nature, as the social differences, abuses and injustices suffered by this group of people subjugated to the Peruvian upper class in the first half of the 20th century. Displays (1935) the Serpent's Gold Niva poems relate to the Marañón River and questioned the consequences of modernization through Lima engineering that goes into the jungle to explore its natural resources.

Keywords: Amazon, indigeneity, Ciro Alegría.



Normas Editorias

O autor do trabalho deve indicar seu nome completo, título acadêmico e vinculação institucional, bem como endereço completo para correspondência.

Os trabalhos devem ser enviados em disquete, CD, Pendrive, acompanhado de cópia impressa em papel.

O resumo e o abstract devem ter no máximo 10 linhas e vir acompanhados de 3 palavras = chaves/keywords.

Os artigos devem ter extensão máxima de 65 mil caracteres, digitados na fonte *Times New Roman* 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm.

Os destaques feitos no corpo do texto deverão ser feitos com aspas simples.

As palavras e expressões escritas em língua diferente daquela escolhida pelo autor deverão aparecer em itálico, bem como os títulos de livros, revistas, jornais, instituições, etc.

As citações até três (3) linhas deverão ser feitas no corpo do texto, com aspas duplas. As citações que ultrapassarem três (3) linhas deverão ser transcritas com recuo no texto, sem aspas.

Os destaques feitos pelo autor nas citações deverão ser indicados em negrito.

Os artigos devem ser acompanhados de resumos (em português e inglês), com, aproximadamente, dez linhas e de cinco (5) palavras-chave (em português e inglês).

Os originais podem ser remetidos em português, inglês, francês, espanhol ou italiano.

As resenhas críticas devem ter extensão máxima de 10 mil caracteres, digitados na fonte *Times New Roman* 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm. As notas devem ser colocadas ao final da resenha.

Todas as notas devem ser colocadas ao final do texto antes da bibliografia.

A bibliografia deve ter a seguinte apresentação:

Nome e SOBRENOME. Título do livro em itálico: subtítulo. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do capítulo ou parte do livro. In: Título do livro em itálico. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do Artigo entre aspas. Título do Periódico em itálico. Cidade: Editora, vol., fascículo, ano, p. ou pp.

Admitem-se as referências *Id. ibidem* e *Op. cit.*, segundo as normas em utilização.

Todos os trabalhos serão submetidos a dois pareceristas. Os autores serão notificados da aceitação ou não dos respectivos trabalhos. O material remetido não será devolvido pela revista. Os trabalhos não aceitos estarão à disposição dos autores pelo prazo de seis meses, a contar da emissão do parecer.

Todos os artigos encaminhados fora destas normas serão enviados ao autor para as adaptações necessárias.

São automaticamente cedidos à revista os direitos autorais sobre os originais e traduções por ela publicados. Os dados e conceitos abordados nos artigos e resenhas são da exclusiva responsabilidade do autor.

Cada autor receberá gratuitamente cinco exemplares do número da revista que contenha seu artigo.